



**HISTÓRIA DA
HISTORIOGRAFIA**

International Journal of Theory and History of Historiography



**HISTÓRIA DA
HISTORIOGRAFIA**

ISSN • 1983-9928

EXPEDIENTE

CONSELHO EXECUTIVO

Alejandro Eujanian (UNR . Rosário . Argentina)
Arthur Lima de Àvila (UFRGS . Porto Alegre . RS. Brasil)
Fábio Franzini (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)
Mateus Henrique Faria Pereira (UFOP . Mariana. MG . Brasil)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana. MG . Brasil)

CONSELHO EDITORIAL

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade de Évora . Évora . Portugal)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

CONSELHO CONSULTIVO

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)
Denis Bernardes - in memoriam (UFPE . Recife . PE . Brasil)
Edgar De Decca - in memoriam (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)
François Hartog (EHESS . Paris . França)
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Hayden White - in memoriam (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Manoel Salgado Guimarães - in memoriam (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)
Sílvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

EDITORES COLABORADORES

Guilherme Bianchi (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Marianna Andrade Melo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Mauro Franco Neto (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Rodrigo Machado (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

SECRETÁRIO

Augusto Martins Ramires (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Antônio dos Prazeres

REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA E ESPANHOLA

Equipe de Revisores da História da Historiografia

Lectura Traduções

REALIZAÇÃO

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

APOIO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

AGRADECIMENTOS

Marcos Eduardo de Sousa (Portal de Periódicos UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Barbara Liguore (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Larissa Brandão (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

CONTATO

Rua do Seminário, s/n - Centro Mariana - MG

35420-000| Brasil

<http://www.historiadahistoriografia.com.br>

historiadahistoriografia@hotmail.com

Telefone: (31) 3557-9400

MISSÃO

A História da Historiografia é um periódico interinstitucional patrocinado pelos Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), coordenada pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Sua publicação se insere no âmbito de grupos e núcleos de pesquisa de Universidades brasileiras e estrangeiras das áreas de teoria da História e história da historiografia. A revista tem como missão a divulgação do conhecimento das áreas de teoria da História, história da historiografia e outras afins no intuito de fomentar o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas áreas correlatas, através da publicação de artigos inéditos que, após o processo de avaliação editorial, sejam considerados relevantes às discussões de tais campos. Além de pesquisas originais, incentiva-se a produção de artigos de debate historiográfico que resenhem criticamente publicações recentes pertinentes aos temas relacionados com as áreas de conhecimento que configuram o escopo da publicação. A linha editorial da HH, desta forma, almeja a constituição de um espaço de livre acesso para o debate acadêmico por meio de publicações relacionadas à área.

FICHA CATALOGRÁFICA

História da Historiografia. Ouro Preto - International Journal of Theory and History of Historiography / Edufop, 2018, volume 11, número 28, Set-Dez, 2018, 345 p.

Quadrimestral ISSN 1983-9928

EDITORIAL EDITORIAL	10
ARTIGOS ARTICLES	
The Florentine Quattrocento and the art historiography in Aby Warburg Serzenando Alves Vieira Neto	21
Braudel, Koselleck e o problema da escravidão moderna Rafael de Bivar Marquese, Waldomiro Lourenço da Silva Júnior	44
O mestre subterrâneo: As afinidades eletivas entre Marcus Garvey e Kwame Nkrumah Felipe Paiva	82
Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia Maria da Glória de Oliveira	104
For a historiography of the “absences”. The lived experience and the historical present as fundamental categories for the study of Latin American peasant subalternity Pablo Francisco Alderete	141
Persistent pasts in Peruvian Amazon: temporal clashes and justice among the Ashaninka of the Ene river (1980-2017) Guilherme Bianchi	166
Utopias and dystopias of our History: Historiographical approximation to “the Latin American” in the Mexican social thought of the 20th century (Edmundo O’Gorman, Guillermo Bonfil Batalla and Leopoldo Zea) Julimar del Carmen Mora Silva	195
Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018) Flávia Florentino Varella	219

EM PAUTA ON SCHEDULE

Expansão e avaliação da área de História - 2010/2016

Carlos Fico, Claudia Wasserman & Marcelo de Souza Magalhães

267

TEXTO E DOC. HISTORIOGRÁFICO

TEXT AND HISTORIOGRAPHICAL DOCUMENT

Bolingbroke, a política, e os usos da história

Arthur Alfaix Assis

304

Cartas sobre o estudo e a utilidade da história

Bolingbroke

319

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

EDITORIAL GUIDELINES

335

DIRETRIZES PARA AUTORES

GUIDELINES FOR AUTHORS

340

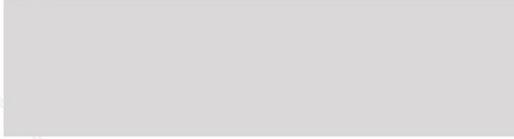
PARECERISTAS DE 2018

REFEREES OF 2018

343



EDITORIAL



EDITORIAL

*hoje não viemos discutir projetos / hoje não viemos pedir /
hoje viemos como alguém que visita sua casa / que vem dizer
para a família / sobre as dificuldades de se tecer a invenção
/ sobre o abismo que se abre para além do entretenimento /
sobre o prazer que é lutar pelo que se acredita.*

Os versos de “Sobre o silêncio”, de Chacal, iluminam este que é o último editorial do longo e difícil ano da graça de 2018, texto derradeiro também do exercício de três dos editores executivos de *História da Historiografia* – Alejandro Eujanian, Arthur Lima de Ávila e Fábio Franzini. Assim, além de apresentarmos o conteúdo desta edição, julgamos oportuno fazer aqui um breve balanço dos últimos dois anos de trabalho na revista e apontar as perspectivas já delineadas e os desafios que despontam em nosso horizonte.

De imediato, é tão óbvio quanto inevitável notar que desde 2016 o Brasil vive um momento político e social muito peculiar, com não poucos toques surreais. Entre o golpe perpetrado (“com o Supremo, com tudo”) contra a presidenta Dilma Rousseff e o processo eleitoral recém-encerrado, parte significativa do país parece ter mergulhado, feliz, nas águas profundas do obscurantismo, segura de si graças ao oxigênio apelativo de pautas morais as mais conservadoras, retrógradas e, por isso mesmo, assustadoras. Como não deixamos de observar em editoriais anteriores, tal movimento nos toca diretamente: como cidadãos, por promover um ataque a direitos individuais e sociais arduamente conquistados no decorrer de décadas, alguns ainda sequer bem firmados; como intelectuais, por incentivar uma ojeriza ao pensamento crítico e, sobretudo, àqueles que o praticam; como acadêmicos, por enxergar na instituição que nos é mais cara, a Universidade, um lugar não de produção de conhecimento, mas de “ideologias” contrárias aos “valores” supostamente neutros que devem guiar a “boa” sociedade; por fim, como historiadores e Professores de História, por fundamentar ações que cerceiam tanto o nosso trabalho quanto o próprio saber que dele resulta, como se vê seja no famigerado Escola Sem Partido, seja nas várias declarações recentes de generais ligados ao presidente eleito sobre o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar instituída a partir dele.

Desnecessário dizer o quanto um contexto assim penoso perturba os tempos e modos de se fazer uma revista acadêmica, ainda mais uma revista de História. É outra dimensão sua, contudo, que mais tem afetado *História da Historiografia*: o contingenciamento orçamentário imposto às Universidades, os cortes de verba para publicações e editais de apoio cada vez mais restritivos, outras marcas infelizes destes dois últimos anos, não apenas não combinam com as necessidades e exigências de uma publicação científica de alto nível, antes a estrangulam no ponto mais sensível de sua produção, o financiamento de seus custos. Daí termos recorrido, leitores e leitoras se lembram, a uma campanha de arrecadação de fundos via *Facebook*, “vaquinha” que se mostrou crucial para ajustarmos nossas contas e ganhar fôlego para seguirmos adiante. É importante que se diga, a propósito, que, por um lado, o sucesso da campanha nos enche de orgulho, pois demonstra o reconhecimento e o respeito que alcançamos entre a comunidade historiadora, para além dos contornos da área de teoria e história da historiografia; por outro, porém, não deixa de ser constrangedor e lamentável que um periódico de excelência – seja este, seja qualquer outro – se veja obrigado a apelar a seu público para, no limite, sobreviver. Isto, a nosso ver, diz muito sobre o que significa fazer ciência em nosso país.

Trata-se de uma dura realidade, enfim. Mas, seguimos, inclusive porque não são apenas fatores externos que condicionam a vida de uma revista científica, felizmente. Ao contrário, sua dinâmica interna muitas vezes, senão sempre, se impõe, à medida que, como bem definiu Jacqueline Pluet-Despatin, esse tipo de publicação é uma obra em movimento, um canteiro aberto, um lugar de experimentação. No nosso caso, boa parte do movimento e das experimentações realizadas desde 2016 são visíveis a leitoras e leitores: em termos estruturais, mantivemos a experiência bem-sucedida, iniciada em 2014 com Fabio Wasserman, de contar com um editor executivo de fora do Brasil; incorporamos mais dois editores executivos; instituímos a figura dos editores

colaboradores; mudamos a apresentação gráfica; passamos a publicar mais artigos originais em inglês, mesmo quando produzido por colegas brasileiros; e acabamos de lançar um portal inovador, *HHMagazine* (hhmagazine.com.br), para abrigar, difundir e fomentar, em diferentes linguagens, uma produção historiográfica que não cabe no formato da revista. Em termos de conteúdo, publicamos vários autores e autoras estrangeiros, de diferentes origens e perspectivas historiográficas; criamos a seção “Em pauta”, dedicada ao debate de questões que nos envolvem hoje e da qual veio a nascer a ideia do novo portal acima mencionado; fizemos uma chamada pública, internacional, de propostas de dossiês para o próximo biênio, cuja resposta foi muito satisfatória e nos permitiu organizar com tranquilidade e antecedência o planejamento dessa que é uma de nossas seções mais ricas.

Há, também, aquilo que faz parte dos bastidores, o lado invisível, mas não menos decisivo, da nossa produção. Aqui, trabalho essencial foi a regularização do fluxo de submissões, uma vez que o reconhecimento e a posição alcançados pela revista – somados, claro, às pressões cada vez maiores pelo *publicar* – fizeram com que o número de textos que recebemos aumentasse muito nos últimos anos. Se isso não deixa de ter um aspecto positivo, também é forçoso dizer que parte significativa dessas contribuições pouco tinha a ver com o escopo e a missão de *História da Historiografia*, o que nos obrigou, como editores, a uma atuação mais direta e rigorosa no momento inicial da avaliação para, assim, levarmos adiante apenas aqueles originais que pudessem efetivamente corresponder às expectativas da área. Em outra frente, mantivemo-nos atentos às discussões sobre políticas e práticas de edição científica, em particular no que se refere aos rumos do Qualis Periódicos e à imposição crescente do “padrão SciELO” entre a comunidade científica brasileira, de interesse e impacto direto sobre o que fazemos. Momentos expressivos dessa atenção foram a participação no I Encontro de Periódicos Científicos de História, realizado pela ANPUH-Brasil em abril deste ano (e do qual nasceu o

Fórum de Editores de Periódicos Científicos de História), e a implementação de um grupo de trabalho dedicado a revistas e publicações no último Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia, realizado em Mariana.

E assim chegamos a mais uma edição de *História da Historiografia*. Longe de pretender promover sua autocelebração ou, pior, a de seus editores, todos esses longos parágrafos esperam apenas reiterar o papel e a responsabilidade que a revista busca assumir, representar e expressar na e para a área de teoria e história da historiografia no Brasil. Há muito por fazer, sempre há (e o artigo de Flávia Varela que ora publicamos indica muito bem o quanto), mas, em grossas linhas, vemos dois grandes desafios adiante: um, geral, é o de produzir conhecimento em tempos sombrios e de escassos recursos materiais, como foi dito no início; outro, específico, é o de, mais que “publicar”, *pautar o nosso campo* a partir do que publicamos. Com relação ao primeiro, não há o que fazer senão resistir à precariedade financeira com todas as forças e lançando mão de todas as possibilidades, bem como reafirmar a cada número o compromisso com o rigor crítico e as interpretações plurais das relações entre presente, passado e futuro, entre tempos e espaços, entre teoria e prática – a começar da prática historiadora. No que se refere ao segundo, isso implica não ir meramente a reboque nem de consensos historiográficos, nem dos critérios externos de avaliação e da tendência à padronização das publicações científicas; sem menosprezar a importância de uns e outros, pensamos ser, antes, essencial à revista mostrar-se e manter-se sensível e aberta a aspectos que, pela forma e/ou pelo conteúdo, nem sempre se “adequam” ao que está estabelecido, pois são eles que muitas vezes apontam caminhos outros para aquilo que fazemos.

Para encerrar, um agradecimento mais que necessário da parte dos editores que estão de saída. Desde a indicação de nossos nomes para o posto, recebemos total confiança e apoio inequívoco do grupo que passamos a representar, o

que muito nos honra e engrandece. Mas, nosso trabalho foi imensamente facilitado graças à atenção, ajuda e, sobretudo, companheirismo de Helena Miranda Mollo, primeiro, e Mateus Henrique de Faria Pereira e Valdei Lopes de Araujo, depois, com quem dividimos a editoria executiva nesse período; junto a eles, e pelas mesmas razões, Rodrigo Machado e Augusto Martins Ramires, na secretaria, foram fundamentais para que não fizéssemos nada (muito) errado. Somos muito gratos a estes cinco amigos pelo sucesso da experiência, sucesso esse que, estamos certos, será ainda maior com os colegas que nos sucederão, a quem desejamos também a melhor das fortunas. E, como começamos com poesia, terminemos com poesia: para retomar os versos de Chacal,

*hoje viemos dizer pra família / que não vamos mais
terminar os estudos / e que nossa carne curtida, nosso olho
vermelho, / nosso sorriso encarnado e, principalmente,
nosso silêncio / dizem tudo.*

today we did not come to discuss projects / today we did not come to ask / today we came as someone who visits your house / who comes to say to the family / about the difficulties of weaving the invention / about the abyss that opens beyond entertainment / about pleasure which is to fight for what is believed.

Chacal's verses "On Silence" illuminate this last editorial of the long and difficult year of grace of 2018, also the final text of three of the executive editors of History of Historiography - Alejandro Eujanian, Arthur Lima de Ávila and Fábio Franzini. Thus, in addition to presenting the content of this issue, we think it is opportune here to make a brief review of the last two years of work in the magazine and to point out the already outlined perspectives and challenges that emerge in our horizon.

First of all, it is as obvious as it is inevitable to note that since 2016 Brazil has experienced a very peculiar political and social moment, with not a few surreal touches. Between the coup perpetrated ("with the Supreme Court, with everything") against the president Dilma Rousseff and the electoral process recently closed, a great part of the population seems to have plunged happily into the deep waters of obscurantism. This majority is confidently propelled by a moral and conservative crusade, which promote fear and anxiety.

As we have mentioned in previous editorials, such a movement touches us directly: as citizens, for promoting an attack on individual and social rights hard won over decades, some still unsigned; as intellectuals, for devaluate critical thinking and, above all, for those who practice it; as academics, to see in our most important institution, the University, a place not of knowledge production, but of "ideologies" contrary to the supposedly neutral "values" that should guide "good" society; as historians and History Teachers, for promote actions that threatens both our work and the knowledge that results from it, as seen in the infamous Escola sem Partido (School Without Party) movement, or in the various recent statements of generals attached to the president-elect on the coup of 1964 and the civil-military dictatorship instituted from it.

Needless to say, how much a painful context like this disturbs the making of an academic journal, even more one dedicated to historical studies. The budgetary constraint imposed on universities, the increasingly restrictive budget cuts for publications and investigative funds, other unhappy aspects of the last two years, not only do not combine with the needs and demands of a high-level scientific publication, but also strangling it at the most sensitive point of its production, financing its costs. Therefore we addressed readers in a crowd founding campaign that was crucial to adjust our finances and gain strength to move forward. It is important to state, on the one hand, that the success of the campaign fills us with pride, as it demonstrates the recognition and respect we achieve among the historian community, beyond the contours of the area of history and history of historiography; on the other hand, it is nevertheless embarrassing and regrettable that a periodical of excellence - be it this or any other - was forced to appeal to its public in order to survive. This, in our view, says a lot about what it means to do science in our country nowadays.

This is a hard reality, anyway. But, we moved ahead, even because it is not only external factors that condition the life of a scientific journal, fortunately. On the contrary, its internal dynamics often, if not always, impose itself, as Jacqueline Pluet-Despatin has defined it, this type of publication is a work in movement, an open space, a place of experimentation. In our case, much of the movement and experimentation since 2016 is visible to readers, In structural terms, we have had the successful experience, begun in 2014 with Fabio Wasserman, of having an executive editor from outside Brazil; we have added two more executive editors; we set up the figure of the collaborating editors; we changed the graphical design; we started publishing more original articles in English, even when produced by non-English native speakers colleagues; and we have just launched an innovative portal, HHMagazine (hhmagazine.com.br), to shelter, diffuse and foster, in different languages, a historiographic production that does not fit the format of a scientific journal. In terms of content, we

publish authors from different origins and historiographical perspectives; we created the section “Em Pauta”, dedicated to the debate of issues that surround us today and from which came the idea of the new portal mentioned above; we have made a public international call for dossiers proposals for the next biennium, the response of which was very satisfactory and allowed us to organize the planning of this important section.

There is also the backstage, the invisible but not less decisive side of our production. Here, essential work was the regularization of the flow of submissions. Following the recognition and position reached by the HH increased the pressures of publishing. The number of texts we have received increase greatly in recent years. Besides the positive aspect, it is also necessary to say that a significant part of these contributions had little to do with the scope and mission of HH, which forced us, as editors, to act more directly and rigorously in the initial moment of the evaluation so that we could carry forward only those papers that could effectively meet the area expectations. On another front, we kept a close eye on the discussions on policies and practices of scientific publishing, in particular regarding the directions of Qualis Periódicos (Brazilian Agency for Periodical Evaluation) and the increasing norms of SciELO. Significant moments of this attention were the participation in the First Meeting of Scientific Periodicals of History, carried out by ANPUH-Brazil in April (and from which was born the Forum of Editors of Scientific Periodicals of History), and the implementation of a dedicated working group to magazines and publications in the last Brazilian Seminar on Theory and History of Historiography, held in Mariana (UFOP).

And so we come to this new issue of History of Historiography. Far from attempting to promote its self-celebration or, worse, that of its editors, all these long paragraphs merely hope to reiterate the role and responsibility that the journal seeks to assume, represent and express in and to the area of Theory and History of Historiography. There is much to be done, there

is always (and Flavia Varella's article that we have published here indicates very well how much), but in broad lines we see two great challenges ahead: one, more general, is to produce knowledge in dark times and scarce material resources, as was said at the outset; another, specific, is that of more than "publishing", to guide our field from what we publish. With respect to the former, there is nothing to be done but to resist financial precariousness with all our talents and to assert all possibilities, as well as to reaffirm the commitment to academic rigor and to the plural interpretations of the relations between present, past and future, between times and spaces, between theory and practice - starting from the historian practice. As far as the second is concerned, this implies not merely to follow historiographic consensus or external evaluation criteria and tendencies towards standardization of scientific publications. We think that it is essential for HH stands to its values remaining sensitive and open to aspects that, by form and/or content, do not always fit with what is established, for it is they who often point out innovative ways to do what we must do.

To conclude, it is more than necessary some acknowledgment from publishers who are leaving. Since the nomination of our names to the post, we have received total trust and unequivocal support from the group that we come to represent, which greatly honors us. But our work was greatly facilitated thanks to the attention, help and, above all, companionship from Helena Miranda Mollo, first, and Mateus Henrique de Faria Pereira and Valdei Lopes de Araujo, later, with whom we divided the executive editorial board in that period. For the same reasons, Rodrigo Machado and Augusto Martins Ramires, in the secretariat, were fundamental for us to do nothing (very) wrong. We are very grateful to these five friends for the success of this experience, a success that we are certain will be even greater with the colleagues who will succeed us, to whom we also wish the best of fortunes. And, as we began with poetry, let's end with poetry: to retake Chacal's verses:

today we come to say to the family / that we will not finish
our studies / and that our tanned flesh, our red eyes, / our
incarnate smile and, our silence / say it all.



ARTIGOS

ARTICLES

The Florentine Quattrocento and the art historiography in Aby Warburg

O Quattrocento florentino e a historiografia da arte em Aby Warburg

Serzenando Alves Vieira Neto

ABSTRACT

The work of Aby Warburg (1866-1929), which is, above all, dedicated to the great theme of the survival of the classical tradition in the European Renaissance, has gained notoriety in recent decades, including in Brazil. This article seeks to engage in the work of this historian, circumscribing the discussion, in particular, to the thesis on Botticelli and some successive studies on the theme of the Florentine *Quattrocento*. We present a reading guided by an effort of contextualization, in which we intend to identify Warburg's main historiographical references, demonstrating his latent interlocution with the art historiography produced in the German-speaking world. In this sense, this article sustains that Warburg was clearly aligned with the tradition of "art history as cultural history", present in the work of authors such as Jacob Burckhardt, Anton Springer and Hubert Janitschek.

KEYWORDS

German historiography; Renaissance; Florence.

RESUMO

A obra de Aby Warburg (1866-1929), dedicada, sobretudo, ao grande tema da sobrevivência da tradição clássica no Renascimento europeu, vem ganhando notoriedade nas últimas décadas, inclusive no Brasil. Neste artigo, propõe-se uma imersão na obra desse historiador, circunscrevendo-se, em especial, à tese sobre Botticelli e a alguns estudos sucessivos sobre o tema do *Quattrocento* florentino. Apresenta-se uma leitura orientada por um esforço de contextualização no intuito de identificar as principais referências historiográficas e demonstrar a latente interlocução da obra de Warburg com a historiografia da arte produzida no mundo de língua alemã. Nesse sentido, sustenta-se a tese de que Warburg se colocou nitidamente alinhado à tradição de "história da arte como história da cultura", presente na obra de autores como Jacob Burckhardt, Anton Springer e Hubert Janitschek.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia alemã; Renascimento; Florença.

Abraham Moritz Warburg (1866–1929) is nowadays a central figure in theoretical-methodological debates, especially in the fields of art history and history of culture. Traditionally known as the founder of a leading historical research institute – since 1944 incorporated to the University of London – he is also the author of significant contributions to the study of receptions and transformations of the classical tradition during the Renaissance period. The magical practices and astrology; the art of portraiture; art and literature in the “early Renaissance” (*Frührenaissance*) – are examples of themes in which he has been interested throughout his career. It is a known fact that Warburg’s methodology of research was based, so to speak, on interdisciplinary principles, which postulated the inseparability between art, philosophy, literature, and religion (SAXL 1970, p. 326). The thematic of the fifteenth-century Renaissance in Florence is more precisely limited to the university years of the young Warburg and his early work. Although this was a topic that accompanied him throughout his career, gradually, over the years, Warburg began to focus on more heterodox themes – astrology and magical practices, for example – and devoted his energies to even larger projects, such as the establishment of a center for historical research in Hamburg.

This article debates precisely that part of Warburg’s production which has as its background his university years and his first professional projects. Choosing as object of analysis texts which can be considered strategic within his studies on the theme of the fifteenth-century Florence, this article seeks to relate them with the intellectual tradition from which they emerged, emphasizing Warburg’s interlocution with the historiography of art produced in the German-speaking world of his time.

First incursion into the Renaissance

At the age of twenty, the young Warburg began his university studies. As a student of art history, he attended the

universities of Bonn, Munich and Strasbourg. Also noteworthy is his period in Florence as a participant of August Schmarsow's project in favor of the foundation of a historical-artistic institute in that city. During his formative years, Warburg took courses with well-established intellectuals, such as Carl Justi (art history), Kekulé von Stradonitz (classical archeology) and Hermann Usener (philology), and with young scholars such as Henry Thode (art history), Karl Lamprecht (history) and Hubert Janitschek (art history), who was also his advisor.

Warburg's thesis (1893)¹ represents not only an initial approach to the study of Florentine art and culture, but also the draft of a large historical research program. Concretely, his thesis investigated the meaning of the *Birth of Venus* and *Spring* based on literary references. Essentially, an iconographic study:

This work sets out to adduce, for purposes of comparison with Sandro Botticelli's celebrated mythological paintings, the *Birth of Venus* and *Spring*, the analogous ideas that appear in contemporary art theory and poetic literature, and thus to exemplify what it was about antiquity that "interested" the artists of the Quattrocento (WARBURG 1893, p. 89).

To show how Sandro Botticelli dealt with contemporary views of antiquity, as a force that demanded resistance or submission, and how much of that force became his "secondary substance", has formed the purpose of this inquiry (WARBURG 1893, p. 142).

To summarize, Warburg sustained the idea that Poliziano was the erudite mentor of Sandro Botticelli in the conception of *Birth of Venus* and *Spring*. The humanist translated to the painter the classical knowledge, in particular, Ovid and Claudian. The two poets of Antiquity inspired the depiction of "accessories in motion" (*bewegtes Beiwerk*), observed by Warburg in the flowing garments and hair. Gombrich links Warburg's concept of "accessories in motion" (*bewegtes Beiwerk*) to the work of Reumont, Lorenzo di Medici (1883) in which Botticelli's manifested predilection for Antiquity and classical accessories (GOMBRICH 1970, p. 58) had already been mentioned.

Warburg, in his attempt to investigate the iconography of

1 - Even though the year of 1893 is usually referred to as the year of publication, specialized literature has shown that, in fact, Warburg's thesis was published by August Oesterriecht in Frankfurt in 1892 (RÖSCH 2010, p. 150).

Botticelli's mythological paintings, sought to answer a personal inquiry that had instigated him for some time. As Gombrich shows in his intellectual biography, Warburg's chief impulse toward art history did not stem from an aesthetic interest, but from problems of ethics and expression arisen from the reading of *The Laocoon* (1766) (GOMBRICH 1970, p. 23–24; BING 1965, p. 310). The idea that the *Quattrocento* artists thought and used the legacy of Antiquity as a model, always diverging from naturalism when they had to represent forms in motion (WARBURG 1893, p. 104; WARBURG 1893, p. 108), was, therefore, related to the theoretical background of Lessing's book. For Warburg, Lessing's static conception of the plastic arts does not correspond to the spirit of the "early Renaissance" (*Frührenaissance*). Antiquity was not seen by the Renaissance man in an idyllic, merely Apollonian fashion. On the contrary, the reception of Antiquity during Renaissance had traces of the tension, typical of a transition moment.

If, on the one hand, the primary intellectual inquiry of Warburg's doctoral research was conceived before his university period, on the other, the methodology he employed to perceive his aims was closely linked to his university training, in particular to the influence of his doctoral advisor, Hubert Janitschek,² and to the influence of "art history as cultural history" from Jacob Burckhardt. The idea that literature offers effective subsidies for the study of the figurative arts has, in effect, defined Warburg's argumentative scheme. Not coincidentally, one of the most cited bibliographical references in the thesis was the book on the history of Italian literature by Adolf Gaspary (GASPARY 1885).

The primacy of literature and cultural phenomena was an idea that pervaded the historiographical production of Warburg's supervisor. Janitschek was a specialist in the literary culture of the Renaissance and made his reputation as the editor of Alberti's writings (JANITSCHEK 1877). In his studies on the society of the Renaissance, Janitschek suggests the precedence of cultural phenomena over artistic transformations. For example, the process of the so-called "discovery of nature"

2 - Janitschek's influence on Warburg's thinking is a marginal question in critical studies. Gombrich briefly comments: "Warburg's choice of another university fell on Strasbourg, where the holder of the chair was Hubert Janitschek, a less distinguished historian of art, surely, than Justi, but one who belonged to the younger generation and who would not be out of sympathy with Warburg's theoretical approach. [...] For Janitschek, too, sociology was a form of social psychology and art was a perfect index of the mentality of a period" (GOMBRICH 1970, p. 54).

was first preceded by a change of attitude by the Church – the rehabilitation of nature by Boaventura and Thomas Aquinas. The same happened with the poetic translation that took place in Dante’s theological-philosophical teaching. And, finally, the enthusiasm of modern man with nature, symbolized by Petrarch. It was only with the introduction of the above-mentioned cultural elements that a different stance could take place in respect to the plastic arts (JANITSCHKE 1879, p. 35–36).

Jacob Burckhardt had already observed the phenomenon of the preponderance of culture, respectively, of literature, on artistic development. In his masterpiece *The Civilization of the Renaissance in Italy* (1860), he outlined this process:

Here, as in other things in Italy, culture – to which poetry belongs – precedes the plastic arts and, in fact, gives them their chief impulse. More than a century elapsed before the spiritual element in painting and sculpture attained a power of expression in any way analogous to that of the *Divine Comedy*. How far the same rule holds good for the artistic development of other nations, and of what importance the whole question may be, does not concern us here. For Italian civilization it is of decisive weight (BURCKHARDT 1860, p. 203).

It can be said that the accurate investigation of the literary sources and the cultural surroundings around the work of art guided a certain art historiography of Warburg’s time, specially that one associated with the perception of art as an essentially historical phenomenon (PRANGE 2004, p. 93 *et seqq.*). Anton Springer, one of the main persons responsible for the methodological and institutional consolidation of art history as a “scientific” discipline in the German academic world, talked about the importance of the historical-contextual approach and the accurate literary knowledge:

[...] the art history should describe the air, which the artists and their generations breathed; the surroundings, in which they passed; the influences, which they found; the heritage they have managed and sought to increase. We call this, historical delineation, or in a more accurate definition, historical-cultural background. In recent times the art history has undoubtedly been, with great zeal and visible predilection, enriched by the

historical-cultural approach (SPRINGER 1867, v. 2, p. 399).

The refined knowledge of the history of literature is indispensable to the art historian. The mere confrontation of literary activity and artistic activity of an era, or even a brief preliminary sketch of what a period has achieved in the instances of poetry and literature, is not sufficient for the purposes of art history (SPRINGER 1867, v. 2, p. 402).

Therefore, from a methodological standpoint, Warburg's alignment with a certain art historiography seems quite clear. In addition to this, Warburg's thesis brings, in its background, an essential concern for the nineteenth-century historiography, the role of Antiquity in the constitution of the cultural and artistic life of fifteenth-century Italy.

Henry Thode was one of the leading interpreters of the thesis of the spontaneous stylistic development,³ in which a marginal role is given to the influence of Antiquity. The new moment in Italian history – marked by the emergence of a new poetry, a new art and a general freedom of thought – was, in fact, an internal phenomenon. For Thode, the person directly in charge of this movement was Francis of Assisi, maximum representative of a new feeling of individuality and the inaugurator of a new era of the history of humanity (THODE 1885, p. 15).

Jacob Burckhardt⁴ was the chief exponent of a diametrically opposite interpretation. For the Swiss historian, the legacy of Greco-Roman civilization became highly esteemed and influent on Italian life from the fourteenth-century on. It came to be seen as the source and cultural basis, object and ideal of existence. The combination of Antiquity with the genius of the Italian people gave rise to an extremely rich moment in the artistic, cultural and literary spheres. A cultural unit was formed. From Dante's poetry to the beginning of the Counter-Reformation, the Italian specificities, together with the heritage of Antiquity, formed the basis of the Renaissance culture:

The Renaissance would not have been the process of world-wide significance which it is, if its elements could be so easily separated from one another. We must insist upon it, as one of

3 - Carl Justi also supported the thesis of the spontaneous stylistic development (RÖSCH 2010, p. 43).

4 - Georg Voigt's "The revival of classical Antiquity or the first century of humanism" (Die Wiederbelebung des classischen Alterthums oder das erste Jahrhundert des Humanismus) (1859) was another important work to support the bond between the Renaissance man and Antiquity.

the chief propositions of this book, that it was not the revival of antiquity alone, but its union with the genius of the Italian people, which achieved the conquest of the Western world. [...] The rest of Europe was free either to repel or else partly or wholly to accept the mighty impulse which came forth from Italy (BURCKHARDT 1860, p. 120).

The Middle Ages had knowledge of the Antiquity; in fact, it experienced its own renaissance moments. However, the mere interest in Antiquity was not enough to exhaust the theme. It was necessary that knowledge coincided with the emergence of a new historical context. Italy, with its new social order, was remarkably adequate:

But the great and general enthusiasm of the Italians for classical antiquity did not display itself before the fourteenth century. For this a development of civic life was required, which took place only in Italy, and there not till then. It was needful that noble and burgher should first learn to dwell together on equal terms, and that a social world should arise which felt the want of culture, and had the leisure and the means to obtain it. But culture, as soon as it freed itself from the fantastic bonds of the Middle Ages, could not at once and without help find its way to the understanding of the physical and intellectual world. It needed a guide, and found one in the ancient civilization, with its wealth of truth and knowledge in every spiritual interest. Both the form and the substance of this civilization were adopted with admiring gratitude; it became the chief part of the culture of the age (BURCKHARDT 1860, p. 123).

Anton Springer was another important historian, whose work was known to Warburg, to discuss the role of Antiquity in the Renaissance. Springer conceives Antiquity as indispensable and inseparable from Italian art of the fifteenth and sixteenth centuries (SPRINGER 1867, v. 1, p. 30). In this way, Springer can be seen as a link with Burckhardt's tradition. The uniqueness of the Renaissance can be understood through comparison with other historical contexts:

Rubens has, undoubtedly, a wider knowledge of Antiquity than most of the Renaissance artists. [...] Nevertheless, no one would add Rubens or Poussin to the Renaissance artists. In the Renaissance, Antiquity presented itself as the immediate

complement of nature. Antiquity served as a mean to contemplate nature in a clearer and purer way. In the imagination of the men of those times, the millennium that separated classical Antiquity from present simply did not exist. For Rubens, and especially for his successors, Antiquity had, in fact, become a time distant in the past, separated from the present by an insurmountable abyss (SPRINGER 1867, v. 1, p. 244–245).

Concerning the influence of Antiquity in Middle Ages, a continuation in the way of living is observed by Springer. Thus, even in its most critical period, ancient legacy was not completely ignored by the Middle Ages (SPRINGER 1867, v. 1, p. 9). Although, it must be said, Renaissance is defined by a much more intense reception of Antiquity. Springer's interpretation, therefore, is based on the idea of the survival of the classical tradition as a process, so to speak, of long duration, conceptually defined as "survival of Antiquity" (*Nachleben der Antike*). Later, Warburg incorporated this concept into his work (FORSTER 1999, p. 6; GOMBRICH 1970, p. 49; LEVINE 2013, p. 52).

In a conference in 1901, we can see the maturation of Warburg's conception of the influence of Antiquity, a problem that appears as a latent question in his doctoral thesis, which is here presented in a more explicit and cohesive manner:

Our great difficulty in treating the artistic culture of the early Renaissance is to understand the naturalness of its relationship with antiquity. For the men and artists of the early Florentine Renaissance, antiquity did not present itself as being plastered, in "simplicity and grandeur of style" [...]. Antiquity was for the Florentine Etruscans an image – unique, passionate, moving, and partially forgotten – of their own life, which suddenly became vividly and unevenly colored, at a time when the gravity of the situation evoked nostalgia in any direction in which the Platonic idea – detached from the temporal corporeality – could dance in the wheel of eternity (WARBURG 1901b, p. 225).

Subsequent topics: the art of portraiture, Flemish art, the Renaissance man

The thesis on Botticelli's mythological paintings was successful. It was praised by Herman Grimm. The professor of art history in Berlin asserts that Warburg's thesis gives the impression of being part of a greater project, a very interesting one, which proposes to demonstrate the connection of the Florentine *Quattrocento* with the classical art and literature. For Grimm, such project should be carried out in later studies (GRIMM 1893, p. 690). The thesis was also praised by the septuagenarian historian, Jacob Burckhardt. The Swiss shows his admiration specially for the fact that Warburg was successful in rebuilding the social, poetic, and humanistic milieu in which Sandro lived and painted (KAEGI 1933, p. 285). So, after some "setbacks" (military service, medical studies, travel to America), Warburg retook his research, beginning the most fruitful period of his production on the theme of the Florentine *Quattrocento*. As stated above, this theme is present throughout his entire intellectual trajectory, including his late years (1924–1929). In 1914, for example, Warburg gave a lecture on the beginning of the "antiquating" style in the "first Renaissance" (*Frührenaissance*) (WARBURG 1914). Even in his seminary at the University of Hamburg (1928) Warburg worked on themes related to his youth period: the Renaissance in the fifteenth-century; Florence and the Medici; the relationship between bankers and the promotion of culture (DROMMERT 1995, p. 14). However, the period between 1896 and 1907 deserves special attention for two reasons: firstly, because it was a period marked by long and repeated stays in Florence, where Warburg resided between 1897 and 1904, visiting its archives and libraries assiduously; secondly, because, at that time, Warburg was fully engaged in the project of gaining academic space. For this reason, focusing on a theme that was well-established and potentially promising was a more consistent strategy⁵.

5 - On the challenges of Warburg's early career and his attempt to write his "habilitation" (*Habilitationschrift*), see especially: (DIERS 1991, p. 146 et seqq. SLOVIN 1995, p. 63 et seqq.)

This period of about ten years resulted in several studies on the theme of the fifteenth-century Florence. Among these

studies, there are two texts on the art of portraiture, published in 1902, which are noteworthy and were the result of Warburg's research in the archives of Florence. Also important is an essay on Francesco Sassetti (1907), which presents a more mature interpretation of the society and the man of the Renaissance.

The art of portraiture and the Florentine bourgeoisie (1902) is a central study in the context of Warburg's production. In this work, as in his thesis, he turned his attention to the Medicis. A very fruitful research object, since it gives a clear understanding of two phenomena – the intimate relationship between patron and artist; and the patron's desire to be eternalized in the artistic representation. In this study, Warburg focused his attention on the fresco *The confirmation of the Franciscan rule* in the basilica of Santa Trinita, in which he identified the following characters: Francesco Sassetti; Lorenzo de Medici; the children of Lorenzo, Piero, Giovanni and Giuliano; Angelo Poliziano; Matteo Franco; Luigi Pulci.

Warburg's study had its merits. The relevance of his research and, hence, its importance to understand the art of Ghirlandaio and the society that produced it, is undeniably acknowledged (CADOGAN 2000, p. 8). In spite of this, a closer look at the historiography of the time reveals the limits of Warburg's achievements, in particular, the lack of originality. Warburg writes in a letter about his effort to identify some personalities in Ghirlandaio's fresco by studying genealogies, ancient chronicles and fiscal records (GOMBRICH 1970, p. 129). However, most of the relationships established by him derive from a secondary source, Heyck's book on the Medici (HEYCK 1897, p. 65–66, 70, 99–100, 112–114).

Even though Warburg's essay lacks originality, it was extremely significant for drawing attention to a theme that was beginning to gain prominence at the turn of the century, the art of portraiture. Once again, Warburg transits between art history and cultural history, a necessary movement, since, as he states: "In a living art of portraiture, the motive forces of evolution do not reside solely in the artist" (WARBURG 1902b, p. 187). The

transition from a devotional context to a secularized one, in which a donator wishes to express his power, was an issue that had already been signaled by the nineteenth-century historiography, as the following excerpt from Janitschek's book on the Renaissance society shows:

The Middle Ages were impelled into art through devotional necessity; in the Renaissance period, the same need played a very small role. The donator's devotional intent was no longer of any value, but the work itself should proclaim to the posterity the greatness and power of its financier (JANITSCHKEK 1879, p. 75).

However, the theme of the art of portrait received in-depth attention with Burckhardt's posthumous book *Contributions to the history of Italian art (Beiträge zur Geschichte der Kunst von Italien)* (1898). In this investigation, Burckhardt focused on three themes: the portraiture, the altar painting, and the collectors. While in his masterpiece, *The Civilization of the Renaissance in Italy* (1860), Burckhardt did not address the place of art in Renaissance society, in *Contributions to the history of Italian art* (1898), he sought to fill this gap. It represented, in the general context of Burckhardt's legacy, the conclusion of the project of embracing art and culture with the effective approximation of the world of artists based on a conception of art according to "themes and tasks" and "the means and capacities" (FERNANDES 2012, p. 29).

In *The art of portraiture and the Florentine bourgeoisie* (1902), Warburg acknowledges the pioneering spirit of Jacob Burckhardt. For Warburg, Burckhardt expanded the investigative possibilities, effectively opening up the perspective of researching Renaissance art through the problem of the genres and functions. Instead of presenting an interpretation based on a closed unit, Burckhardt dissected the culture of the Renaissance though superficially disjointed parts. In *Cicerone* (1855), he demonstrated his deep knowledge of the Italian art works – a passionate young scholar with accurate vision and memory, travelling through the cities of his beloved Italy. In *The civilization of the Renaissance in Italy* (1860) he sought the "psychology of the individual in society" (WARBURG

1902b, p. 186). In this context, Burckhardt's posthumous book presents itself as an attempt to balance the concrete artistic elements with the great historical-cultural panorama of the Renaissance, a path which would be followed by Warburg:

He [Burckhardt] opened up yet a third empirical path to the great objective of a synthesis of cultural history. He undertook the labor of examining the individual work of art within the immediate context of its time, in order to interpret as "causal factors" the ideological and practical demands of real life. Our perception of the greatness of Jacob Burckhardt must not deter us from following in his footsteps (WARBURG 1902b, p. 186).

Burckhardt's book was not only a significant reference for the understanding of Florentine Renaissance society, but also served to draw Warburg's attention to a fundamental historical phenomenon in the understanding of the art of portraiture – the exchanges between Flemish and Italian art and culture. In this respect, in 1901, Warburg asserts: "The theme of the influence of Flemish art in Italy was first broached by that pioneering model, Jacob Burckhardt, who assembled the detail and described the evolutionary process in broad terms" (WARBURG 1901a, p. 305). Warburg was interested in Flemish culture, mainly, in the identification of the people and donors⁶ represented and in the study of inventories and commercial contracts.

6 - Warburg was motivated, above all, by the new photographic resources, which made possible the comparative analysis of the pictures, consequently, the unprecedented deepening in the art of portraiture (WARBURG 1901a, p. 305).

When tracing the context of the evolution of the art of portraiture, Burckhardt called the attention for this matter in broad outlines. For the Swiss historian, from Giotto onwards, Italian painting was based on a new will and a new capacity, the artist's self-portrait alongside with the representation of illustrious contemporaries. The altar retables showed this trend (even in the North):

It was precisely from this model that Italian painting opened the doors to the portrait. The kneeling figures of the donors were placed in the foreground, or among the saints, in the altar retables, and this was also the case in the North. Although only Italy possessed a great religious, historical and allegorical public painting on the walls and ceilings *in the durable form of the fresco*, which was monumental in its conception and execution (BURCKHARDT 1898, p. 151).

In *Flemish art and the Florentine early Renaissance* (1902), Warburg shows that the fifteenth-century patrons were captivated by the illusionism and verisimilitude of people, animals and landscapes – as represented by the artists of the North. The *arazzo* – Flemish or French tapestries depicting the heroic deeds of biblical or classical Antiquity, or of the age of the medieval knights – was a very coveted and expensive object. This made the Italians try to attract Flemish weavers to cities like Milan, Mantua, Ferrara, Florence, Siena, and Rome (WARBURG 1902a, p. 281). The appreciation for the Flemish realism and the new conception of the individual were characteristic elements of this context, which Warburg aimed to reconstruct, thus, revealing new artistic patterns and behavior.

Warburg's article highlighted, more specifically, the exchange between Florence and Bruges. For Warburg, the contact between such opposing nationalities enabled the art of portraiture to evolve surprisingly. In Bruges, an absolutely unique work was produced, the "result of the encounter between a merchant venturer from Lucca and a Northern painter" (WARBURG 1902a, p. 282). The portrait of the couple Arnolfini represented the intimacy of the home by the painter Jan van Eyck, a work of nature that "stands beyond beauty and ugliness" (WARBURG 1902a, p. 283).

For Warburg, the exchange between Bruges and Florence is a historical phenomenon that constitutes the Renaissance:

The specific quality of the paintings sent home by the Medici representatives in Bruges inevitably influenced Italian painting toward a sense of depth for just so long as the general evolution of art demanded – and also tolerated – keener attention and sharper observation of detail: until, in fact, the Italian "eagles" dared to take wing and soar to the higher world of ideal forms (WARBURG 1902a, p. 298).

The cosmopolitan aspect of the Renaissance alludes to the link between Warburg and other Jewish historians of the turn of the century. This generation was attentive to the political developments of modern Germany and tried hard to find historical

models that could elucidate Germany's present and indicate alternatives.⁷ Alfred Doren, for example, pointed out that the civilizational achievements of the Renaissance were marked by national aspects, but did not imply delimitations in relation to other cultures. This author gave prominence to the figure of the Italian merchant, a kind of "global citizen" (*Weltbürger*), the expression of a cosmopolitan era (LADWIG 2004, p. 59–60). For a whole generation, the study of the exchanges between European "nationalities" during the Renaissance was not merely a scholarly exercise, but a way to promote the development of a tolerant and cosmopolitan cultural model.

The last great historical-cultural issue investigated by Warburg in his studies of the fifteenth-century Florence was the "psychology of the Renaissance man". This problem began to be traced in *Flemish art and the Florentine early Renaissance* (1902). In this study, Warburg showed how the typically medieval ecclesiastical posture was exhausted, even though men of the period continued to nourish a deep devotional feeling. The Florentines that are represented in Memling's *Last Judgment* exemplify the modern attitude alongside with the evocation of the archangel's protection:

The Flemish style, with its deft blend of inner spirituality and outer truth to life, was the ideal vehicle for the donor portrait. The individuals portrayed were beginning to detach themselves, as individuals, from their ecclesiastical background, not as rebels but simply by natural growth: for "man and the world still blossomed, grafted on a single stem". The hands maintain the self-forgetful gesture of appealing for heavenly protection; but the gaze is directed, whether in reverie or in watchfulness, into the earthly distance. There are overtones, as it were, of the worldly personality; and the lineaments of the self-assured observer emerge, spontaneously, from the posture of the worshiper at prayer (WARBURG 1902a, p. 297).

But, in fact, the problem of the "psychology of the Renaissance man" was deeply analyzed by Warburg in his essay on Sasseti. In this study he investigated Sasseti's last wishes, a document dated 1488, which had already been briefly analyzed by him in 1901 (WARBURG 1901b, p. 211).

7 - In this context, the Renaissance can be seen as a golden age in the development of the ideals of tolerance, something very significant for a Jew of the Wilhelmine Germany: "The culture of the Renaissance is thus living proof that intellectual formation and emancipation are intertwined, and therefore can be seen as an ideal model for the emancipation of German Jews in the nineteenth century" (LADWIG 2004, p. 83).

About the document, Warburg writes: "This document contains evidence that can be useful to the art historian if we first make the effort to understand Francesco's thinking to cast light on the psychology of an educated layman in early Renaissance Florence" (WARBURG 1907, p. 223).

The interest in Francesco Sassetti is based on the oscillating aspects of his personality. Francesco was in a delicate historical and existential moment, since he was moving between two different worlds. If, on the one hand, his last injunctions reveal "a man who has a firm and principled attachment to his medieval roots", on the other, they also reveal Francesco's secular mentality, which is expressed through the concern with his assets (WARBURG 1907, p. 233). In sum, this dilemma shows the complex process of the transition to modernity:

For all the down-to-earth, practical tenor of this document, Francesco's own words do not instantly reveal him as a man of the new age. On the contrary, the Middle Ages – if by that we mean an old-fashioned and backward-looking attitude, as opposed to that of the egocentric superman in quasi-antique disguise – seems not only to persist in the habitual religious sentiments of his *vita contemplativa* but to determine the style of his *vita activa* (WARBURG 1907, p. 239).

In this, the most critical moment of his life, which demands the concentration of all his energies, Francesco finds himself summoning up, together, the two antithetical forces that mold his determination to survive: in him, the instinctive valor of the Ghibelline chieftain, rooted in the ideals of chivalric caste and family feeling that maintained the medieval *consorteria*, is backed by the conscious daring of humanist-educated individualism. The knight, rallying his clan to make a last stand around the family banner, receives from the Florentine Renaissance merchant, as a device for that banner, the windblown goddess Fortune, who presents herself so vividly to him as the personification of fate (WARBURG 1907, p. 240).

Sassetti's sarcophagus caught Warburg's attention: how was it possible for a devout Christian to allow savage heathen spirits around his tomb? "How did Sassetti attempt to reconcile the pagan histrionics of the sarcophagus with a traditional, medieval view of the world?" (WARBURG 1907, p. 247). The

answer to this question – a characteristically Renaissance dilemma – can be found, according to Warburg, in the *Adoration of the Shepherds* of Ghirlandaio. A sacred theme that absorbs Antiquity through architecture (WARBURG 1907, p. 247–249):

In all good Faith, Francesco Sassetti could thus display his Christian piety amid the signs and portents of the Roman world; not because he was at all capable of kneeling in guileless prayer, like one of the shepherds, oblivious of the alien stonework all around, but because he believed that he had laid the unquiet spirits of antiquity to rest by building them into the solid conceptual architecture of medieval Christianity. He was not to guess – before the advent of Savonarola – just how critical a test this optimistic attempt to absorb and enlist antiquity would prove to be (WARBURG 1907, p. 249).

The Renaissance was seen by Warburg as a period of transition, characterized by a conflict between the “Dionysian drunkenness” (dionysisch) and the “Apollonian lucidity” (apollinisch) (DIDI-HUBERMAN 2002, p. 133). Even though the period was dominated by internal strife, there is no doubt that the search for a conciliatory posture moved the Renaissance men – as the case of Francesco Sassetti shows.

In this context, Warburgs talks about a certain “polarity psychology” (*Polaritätspsychologie*),⁸ which makes clear his distance from Burckhardt’s Renaissance ideal, especially in two of his most characteristic features: paganism⁹ and individualism.

Burckhardt’s interpretation of the Renaissance individual identifies a change of posture, the so-called “objective treatment of reality”. In one of the most well-known passages of *The Civilization of the Renaissance in Italy* (1860), we can read:

In the Middle Ages both sides of human consciousness – that which was turned within as that which was turned without – lay dreaming or half awake beneath a common veil. The veil was woven of faith, illusion and childish prepossession, through which the world and history were seen clad in strange hues. Man was conscious of himself only as a member of a race, people, party, family or corporation – only through some general category. In Italy this veil first meted into air; an objective treatment and

8 - Warburg defined his text on Sassetti as an essay on the “psychology of polarity” (*Polaritätspsychologie*) (LADWIG; TREML; WEIGEL 2010, p. 193). This is a topic that has permeated all his production. In a 1926 conference, Warburg identifies this “polar tension” in ancient culture. As he claims, the historians of religion and the psychologists have long demonstrated that the demonic – the experience preserved in the most unpleasant expression – is part of the antique culture (WARBURG 1926, p. 177).

9 - On the question of paganism, Warburg can be situated in an intermediate position between the eminently Christian conception defended by his professor Thode and Burckhardt’s characteristically pagan interpretation.

consideration of the state and of all the things of this world became possible. The *subjective* side at the same time asserted itself with corresponding emphasis; man became a spiritual *individual*, and recognized himself as such (BURCKHARDT 1860, p. 98).

For Burckhardt, the impulse to the highest individual development in conjunction with a spirit capable of assimilating all elements of culture at the same time brought to life the figure of the *uomo universal*. This “all-sided man” was characteristic of the Renaissance and belonged to Italy alone (BURCKHARDT 1860, p. 101). The other face of the Renaissance man and the process of the highest individual development was the so-called “modern glory”. Restricted to Italy, it meant the genesis of a society in which all social classes are equal. In this context, a homogeneous society emerged having as its support the Italian and Latin literature (BURCKHARDT 1860, p. 104). Italy was an example of society in which the illustrious men were profoundly respected and venerated. In general, these were individuals that attempted to discover the world, to revolutionize and inaugurate a golden period in the history of civilization (as opposed to the dark period of the Middle Ages).

In a letter to Warburg (1907), Alfred Doren praised the study on Francesco Sassetti (LADWIG 2004, p. 111). For Doren, the Renaissance was also a period of transition, in which opposite tendencies were assimilated. The typical man of the Renaissance was immersed in the tension between two worlds. With the advance of historical research – including here Warburg’s – the ideal of the Renaissance man, as propagated by Burckhardt, seemed to have lost its validity. According to Doren: “We know today [1922/23] that the Renaissance man, as interpreted by Burckhardt, was a conscious stylistic construct, typically idealistic” (LADWIG 2004, p. 111).

For Fritz Saxl, the essay on Sassetti represents a true “point of transition” (*Wendepunkt*) of Warburg’s work. It coincides

Final considerations

with a shift towards not merely historical studies, but true documents for humanity (MCEWAN 2004, 24). Thus, it can be said that, from 1907 on, Warburg starts a new phase of his career, marked by the gradual shifting of his interest to the question of the influence of astrology and the East (Iranian-plateau) on the Renaissance.¹⁰ It should be noted that Warburg's historical production on the theme of fifteenth-century Florence is part of a larger picture. His studies on Dürer, on the frescoes of the *Palazzo Schifanoia*, on the role played by the figure of the Nymph during Renaissance, on the festive activities – all comprise fundamental elements of his historical and theoretical picture of the Renaissance. Nevertheless, the texts dealt with in this article allow a general understanding of his research specifically focused on issues regarding the Florentine society and art, in which dilemmas characteristic of his work appear in a latent dialogue with the art historiography of his time. In addition, such texts can be seen as the most relevant material that Warburg published during his life on the theme of the Florentine *Quattrocento*.

When searching for the references underlying Warburg's research, it was not the intent of this article to produce an exhaustive and comprehensive presentation. For that, it would be necessary to consider at least another important dimension of his thought, his theoretical-philosophical foundations. An in-depth understanding of his dialogue with the scientific, aesthetic and psychological literature of the late nineteenth-century, especially with authors such as Karl Lamprecht, August Schmarsow, Robert Vischer, Friedrich T. Vischer, Charles Darwin, Tito Vignoli, Hermann Usener. With this in mind, this article focused on the main historiographical and methodological issues and references, which appear, directly and indirectly, in Warburg's research on the Florentine *Quattrocento*. Thus, the main objective here was to evidence his interlocution with a certain historiography of German language, which was

10 - In this context, the contact with the philologist Franz Boll was very significant. See, for example, Warburg's autobiographical fragment, in which he writes about this "turning point" in the evolution of his work (WARBURG 1927, p. 691).

concerned, above all, with the sociocultural aspects around art; mainly, with historians such as Anton Springer, Hubert Janitschek and Jacob Burckhardt. Therefore, this study presents the grounds to sustain the thesis that it was precisely on the basis of these intellectual references that Aby Warburg developed his historical research on fifteenth-century Florence.

REFERENCES

BING, Gertrud. A. M. Warburg. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 28, p. 299–313, 1965.

BURCKHARDT, Jacob. **Beiträge zur Kunstgeschichte von Italien**: das Altarbild, das Porträt in der Malerei, die Sammler. Basel: C. F. Lendorff, 1898.

_____. **The civilization of the Renaissance in Italy**. London: Penguin, 2004 [1860].

CADOGAN, Jean K. **Domenico Ghirlandaio**: artist and artisan. New Haven, London: Yale University, 2000.

DIDI-HUBERMAN, Georg. **A imagem sobrevivente**: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013 [2002].

DIERS, Michael. **Warburg aus Briefen**: Kommentare zu den Kopierbüchern der Jahre 1905–1918. Weinheim: Acta Humaniora, 1991.

DROMMERT, René. Aby Warburg und die Kulturwissenschaftliche Bibliothek in der Heilwigstraße. In: GALITZ, Robert; REIMERS, Brita (Orgs.). **Aby Warburg**: »Ekstatische Nymphe... trauernder Flußgott« Portrait eines Gelehrten. Hamburg: Dölling und Galitz, 1995, p. 14–18.

FERNANDES, Cássio. O lugar de *o retrato na pintura italiana do Renascimento* na obra de Jacob Burckhardt.

In: BURCKHARDT, Jacob. **O retrato na pintura italiana do Renascimento**. Campinas, São Paulo: Unicamp, Fap-Unifesp, 2012, p. 21–47.

FORSTER, Kurt. Introduction. In: WARBURG, Aby. **The renewal of pagan Antiquity**: contributions to the cultural history of the European Renaissance. Los Angeles: Getty Research Institute, 1999, p. 1–75.

GASPARY, Adolf. **Geschichte der italienischen Literatur**. Strassburg: K. J. Trübner, 1885.

GRIMM, Herman. Sandro Botticelli, Geburt der Venus und Frühling. **Deutsche Literaturzeitung**, v. 14, p. 690–692, 1893.

GOMBRICH, E. H. **Aby Warburg**: an intellectual biography. 2ª ed. Chicago: The University of Chicago, 1986 [1970].

HEYCK, Eduard. **Die Mediceer**. Bielefeld, Leipzig: Velhagen & Klasing, 1897.

JANITSCHKEK, Hubert. **Die Gesellschaft der Renaissance in Italien und die Kunst**: vier Vorträge. Stuttgart: W. Spemann, 1879.

_____. **L.B. Alberti's kleinere kunsttheoretische Schriften**. Wien: W. Braumüller, 1877.

KAEGI, Werner. Das Werk Aby Warburgs: mit einem unveröffentlichten Brief Jacob Burckhardts. **Neue Schweizer Rundschau**, v. 1, n. 5, p. 283–293, 1933.

LADWIG, Perdita. **Das Renaissancebild deutscher Historiker 1898–1933**. Frankfurt am Main: Campus, 2004.

LADWIG, Perdita; TREML, Martin; WEIGEL, Sigrid. Die Nympe und pagane Totenklage: Die Renaissance als Übergangszeitalter. Vorbemerkung der Herausgeber. In: **Aby Warburg**: Werke in einem Band. Berlin: Suhrkamp,

2010, p. 187–197.

LEVINE, Emily J. **Dreamland of humanists: Warburg, Cassirer, Panofsky, and the Hamburg School.** Chicago, London: The University of Chicago, 2013.

MCEWAN, Dorothea. **Wanderstrassen der Kultur: die Aby Warburg – Fritz Saxl Korrespondenz 1920 bis 1929.** Hamburg, München: Dölling und Galitz, 2004.

PRANGE, Regine. **Die Geburt der Kunstgeschichte: Philosophische Ästhetik und empirische Wissenschaft.** Köln: Deubner, 2004.

ROECK, Bernd. **Der junge Aby Warburg.** München: C. H. Beck, 1997.

RÖSCH, Perdita. **Aby Warburg.** Paderborn: Wilhelm Fink, 2010.

SAXL, Fritz. The history of Warburg's library (1886–1944). In: GOMBRICH, E. H. **Aby Warburg: an intellectual biography.** 2^a ed. Chicago: The University of Chicago, 1986, p. 325–338 [1970].

SLOVIN, Francesca Cernia. **Obsessed by art – Aby Warburg: his life and his legacy.** [S.l.]: Xlibris, 2006 [1995].

SPRINGER, Anton. **Bilder aus der neueren Kunstgeschichte.** Bonn: Adolph Marcus, 1886 [1867]. 2 vol.

THODE, Henry. **Franz von Assisi und die Anfänge der Kunst der Renaissance in Italien.** Essen: Emil Vollmer, 1998 [1885].

WARBURG, Aby. Conferencia sobre Rembrandt. In: WARBURG, Aby. **Atlas Mnemosyne.** Madrid: Akal, 2010 [1926], p. 173–178.

_____. Der Eintritt des antikisierenden Idealstils

in die Malerei der Frührenaissance. *In*: WARBURG, Aby. **Werke in einem Band**. Berlin: Suhrkamp, 2010 [1914], p. 281–310.

_____. Flemish and Florentine art in Lorenzo de' Medici's circle around 1480. *In*: WARBURG, Aby. **The renewal of pagan antiquity**: contributions to the cultural history of the European Renaissance. Los Angeles: Getty Research Institute, 1999 [1901a], p. 305–307.

_____. Flemish art and the Florentine early Renaissance. *In*: WARBURG, Aby. **The renewal of pagan antiquity**: contributions to the cultural history of the European Renaissance. Los Angeles: Getty Research Institute, 1999 [1902a], p. 281–303.

_____. Florentinische Wirklichkeit und antikisirender Idealismus. *In*: WARBURG, Aby. **Werke in einem Band**. Berlin: Suhrkamp, 2010 [1901b], p. 211–233.

_____. Francesco Sassetti's last injunctions to his sons. *In*: WARBURG, Aby. **The renewal of pagan antiquity**: contributions to the cultural history of the European Renaissance. Los Angeles: Getty Research Institute, 1999 [1907], p. 223–262.

_____. Sandro Botticelli's Birth of Venus and Spring. *In*: WARBURG, Aby. **The renewal of pagan antiquity**: contributions to the cultural history of the European Renaissance. Los Angeles: Getty Research Institute, 1999 [1893], p. 89–156.

_____. The art of portraiture and the Florentine bourgeoisie. *In*: WARBURG, Aby. **The renewal of pagan antiquity**: contributions to the cultural history of the European Renaissance. Los Angeles: Getty Research Institute, 1999 [1902b], p. 185–221.

_____. Vom Arsenal zum Laboratorium. *In*: WARBURG, Aby. **Werke in einem Band**. Berlin: Suhrkamp,



2010 [1927], p. 683–694.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Serzenando Alves Vieira Neto

savieiraneto@yahoo.com.br

Doutorando em história da arte pelo PPG-História
Universidade Estadual de Campinas

RECEIVED IN: 23/10/2017 | APPROVED IN: 17/04/2018

Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas

Plural historical times: Braudel, Koselleck and the problem of African slavery in the Americas

Rafael de Bivar Marquese & Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

RESUMO

Neste artigo exploram-se as interconexões entre as formulações de Fernand Braudel e Reinhart Koselleck a respeito do tempo histórico. Na primeira parte, após passarmos em revista os aspectos centrais do modelo braudeliano, procuramos demonstrar a forma como Koselleck se apropriou dele, renovando e radicalizando-o mediante um duplo procedimento de condensação e complexificação. Na segunda parte, por meio de um breve balanço historiográfico, exploramos as potencialidades da teorização braudel-koselleckiana no campo específico da escravidão negra nas Américas, expondo uma agenda de pesquisa renovada.

ABSTRACT

The article analyses the formulations on historical time made by Fernand Braudel and Reinhart Koselleck and their interconnections. In the first part, after reviewing the central aspects of the Braudelian model it demonstrates how Koselleck appropriated it, renewing and radicalizing it by a double procedure of condensation and complexification. In the second part, through a brief historiographic survey it explores the potentialities of Braudelian / Kosellekian theorization for the study of New World Slavery, presenting a renewed research agenda.

PALAVRAS-CHAVE

Fernand Braudel; Historiografia sobre escravidão; Reinhart Koselleck

KEYWORDS

Fernand Braudel; Historiography of Slavery; Reinhart Koselleck

A experiência da guerra

Além de ameaçar o mundo com as trevas da barbárie nazista, a 2ª Guerra Mundial poderia ter liquidado precocemente duas das mais poderosas mentes teóricas da historiografia do século XX. O lado francês dessa história é relativamente bem conhecido entre nós brasileiros. Pouco menos de dois anos após regressar de sua experiência docente na Universidade de São Paulo, Fernand Braudel viu eclodir o novo conflito internacional. Imediatamente reconvocato pelo exército francês para o posto de tenente de artilharia, foi alocado no sistema defensivo da Linha Maginot. Em 29 de junho de 1940, uma semana após a assinatura do armistício, caiu prisioneiro das forças alemãs junto a centenas de outros oficiais franceses. O ofício de historiador seria a válvula de escape para que suportasse a ruína de seu país e os cinco anos de cativeiro nas cidades alemãs de Mogúncia (1940-42) e Lübeck (1942-45). O cárcere do oficialato era menos rigoroso que outros campos de concentração. Por isso, Braudel pôde proferir palestras para os outros prisioneiros, corresponder-se periodicamente com Lucien Febvre e trabalhar na escritura de sua tese sobre o Mediterrâneo. Para tanto, além de sua prodigiosa memória e de algumas fichas de pesquisa que conseguiu obter por correio, foi importante a consulta de livros e periódicos disponíveis em bibliotecas locais, vindo a incorporar um considerável repertório historiográfico de procedência germânica (DAIX 1999, p. 199-206).

No final de 1941, Braudel concluiu uma primeira versão da tese, redesenhado o esboço preliminar feito em 1939. Em Lübeck, em meio às reviravoltas da guerra, escreveria outras três versões do trabalho, refinando gradualmente o seu modelo de análise e a formulação teórica que viria a lume mais tarde. No entanto, a reação de Hitler aos bombardeios de Dresden, entre 13 e 15 de fevereiro de 1945, quase pôs tudo a perder. Como vingança pelo incêndio dantesco da “Florença do Elba”, o líder nazista pensou seriamente em dar prosseguimento à proposta

de Goebbels para que os SS preparassem o assassinato com lança-chamas de todos os oficiais estrangeiros sob sua guarda. A ação foi abortada, em abril, com as tratativas secretas de Himmler para assinar um armistício com os Aliados. Somente 15 anos depois Braudel viria saber, horrorizado, dos riscos que sua vida correria ao final da guerra. Seu campo de concentração em Lübeck foi libertado pelas tropas britânicas em 2 de maio de 1945 (DAIX 1999, p. 236).

Exatamente um dia antes, em Bohumin (na fronteira da atual República Checa com a Polônia), Reinhart Koselleck caiu prisioneiro do Exército Vermelho. 21 anos mais novo que Braudel, o futuro historiador alemão viveu a 2ª Guerra Mundial em liberdade, mas, ao cabo dela, o horror também lhe tocou. Sua adolescência e juventude foram moldadas pelo regime nazista. Em 1934, aos 11 anos de idade, entrou para a Juventude Hitlerista. Em 1941, no final do *Gymnasium*, Koselleck se voluntariou, com todos seus colegas de classe, ao serviço militar, partindo já no final daquele ano para o *front* russo. No verão de 1942, estava alocado como soldado das divisões de artilharia do exército alemão. Em marcha para Stalingrado, o acaso veio lhe salvar: logo no início da campanha que mudaria a trajetória da guerra, um caminhão atropelou o pé de Koselleck, e ele acabou sendo deslocado para funções bem mais leves nas divisões de radares antiaéreos estacionadas na França. A rápida dilapidação da *Wehrmacht* no ano final da guerra o trouxe de volta aos campos de batalha no Front Leste, agora como soldado de infantaria. Em primeiro de maio de 1945, na véspera da libertação de Braudel em Lübeck, a divisão de Koselleck se rendeu aos soviéticos, que imediatamente a obrigaram a marchar até Auschwitz. Nas semanas seguintes, sob regime de trabalho forçado, Koselleck tomou ciência do que lá ocorrera. À experiência direta no mais infame campo de extermínio da história, onde quase teve a cabeça esmagada por um antigo prisioneiro polonês, Koselleck seguiu para um campo de trabalho compulsório no Cazaquistão soviético, de onde foi liberado, um ano e meio depois, por invalidez – novamente, seu pé estropeado o salvando (OLSEN 2012, p. 11-13).

Vemos, nesses episódios que acabamos de narrar, o peso de forças históricas de natureza estrutural na delimitação das opções dadas às trajetórias individuais de dois historiadores que se destacariam, nas décadas seguintes, justamente por teorizar de forma bastante original a natureza daquelas forças. Mas, vemos também o peso do acaso nelas, isto é, de ocorrências circunstanciais (Braudel estacionado na Linha Maginot, e não nos Alpes; o atropelamento de Koselleck) que, em certo grau, determinaram o que efetivamente ocorreu com cada um deles. A experiência de ambos com as atrocidades da 2ª Guerra Mundial foi decisiva para o que viriam a fazer depois dela. Ainda que o projeto de enfrentar a problemática da duração histórica já estivesse no horizonte de Braudel antes de 1939, o tempo do cativeiro sob os nazistas teve papel de relevo para a formulação definitiva do modelo tripartite dos tempos históricos que tanto o notabilizaria. Por outro lado, toda a produção historiográfica de Koselleck – da crítica à potência autoritária e desestabilizadora do iluminismo à conceituação dos estratos do tempo – constituiu um constante esforço para dar conta do que foi a “experiência primária”, corporal, da guerra.

Eis como iremos organizar o artigo, que irá operar em dois planos distintos, porém articulados. Na primeira parte, apresentaremos o arco de diálogos historiográficos sobre o problema da teorização do tempo histórico que vai de Braudel a Koselleck, centrando-nos em especial na natureza da apropriação que o segundo historiador fez do trabalho do primeiro. Sem negar outras influências importantes para as formulações de Koselleck sobre o tempo histórico, o objetivo, aqui, é entender como historiador alemão contribuiu para solucionar o problema da “indigência teórica da ciência da história”, por meio do duplo procedimento de condensação e complexificação da proposta braudeliana sobre a pluralidade dos tempos históricos. Na segunda parte do artigo, efetuaremos um breve exame historiográfico e teórico da escravidão negra nas Américas, procurando discutir as implicações e as potencialidades da teorização braudel-koselleckiana para o campo específico de investigação no qual atuamos.

A escravidão é um fenômeno que, tanto pela sua amplitude milenar na história humana quanto por suas muitas peculiaridades verificadas nos diferentes locais onde existiu, oferece possibilidades privilegiadas para a exploração do quadro teórico que será apresentado com maior vagar na primeira parte do artigo. Mesmo que os historiadores de diferentes tendências e gerações tenham concebido e estudado a ocorrência de variações e transformações significativas, a forma como experiências e movimentos históricos de múltiplas durações se combinaram no tempo e no espaço, dando origem a fases sincrônicas e diacrônicas do sistema de escravidão, ainda está em grande medida por ser explorada. A consideração dos estratos de tempo que compuseram o cativeiro das populações de origem africana no Novo Mundo pode nos conduzir a uma agenda de pesquisa renovada.

De Braudel a Koselleck

Em maio de 1946, Braudel deu por finalizado seu *Doctorat d'État*, escrito em sua maior parte nas condições que acabamos de resumir. A teorização que então apresentou para apreender os distintos tempos históricos do Mediterrâneo na segunda metade do século XVI se fundava nos diálogos interdisciplinares anteriores dos historiadores associados à revista dos *Annales*. Com efeito, para dar conta de “uma história quase imóvel, a do homem em suas relações com o meio que o cerca”, Braudel apresentava o conceito de um “tempo geográfico”; “acima dessa história imóvel”, prosseguia ele, haveria “uma história lentamente ritmada, dir-se-ia de bom grado, não fosse a expressão desviada de seu sentido pleno, uma história *social*, a dos grupos e dos agrupamentos”, que compreendia o “tempo social”; por fim, a história dos acontecimentos contra a qual se voltara o sociólogo François Simiand no começo do século XX, apreendida a partir da chave do “tempo individual” (BRAUDEL 2016, p. 63-64). Constituindo-se em três planos temporais – geográfico, social e individual – distintos e sobrepostos, que significavam, em termos de elaboração teórica, um avanço

ainda relativamente modesto em relação às grandes obras redigidas antes da guerra por Lucien Febvre e Marc Bloch.

O salto teórico definitivo de Braudel demandou o aparecimento de um novo e poderosíssimo adversário no campo francês das ciências humanas, a antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss, outro ex-professor da Universidade de São Paulo, que igualmente passou por uma experiência crucial de deslocamento durante a 2ª Guerra Mundial – no caso, o exílio em Nova Iorque, quando se tornou professor da *New School* e estabeleceu estreito contato com o linguista russo Roman Jakobson. Às *Estruturas Elementares do Parentesco*, tese de doutorado escrita durante a Segunda Guerra Mundial e editada ainda nos Estados Unidos, em 1947, seguiu-se, dois anos depois, a composição do artigo-manifesto “História e Etnologia” – posteriormente transformado no ensaio de abertura do volume *Antropologia Estrutural*, publicado no início de 1958 (LÉVI-STRAUSS 1995, p. 49-72; DOSSE 1993, p. 31-52).

A história e a etnologia, argumentava Lévi-Strauss, partilhavam um chão comum ao estudarem a vida social humana, diferenciando-se, no entanto, pelo fato de a segunda tratar fundamentalmente do que escapava à consciência imediata dos seres humanos, isto é, as “condições inconscientes da vida social”. A antropologia, assim, tinha por meta descortinar os elementos invariantes capazes de explicar as forças universais presentes em todas as práticas sociais. Na avaliação de Lévi-Strauss, o saber histórico, embora necessário, mostrara-se insuficiente para dar conta de tal desafio em razão de seu caráter eminentemente ideográfico. Ao atribuir a Marx o aforismo de que “os homens fazem sua própria história, mas não sabem que a fazem”, ficando a etnologia no segundo termo, Lévi-Strauss acreditava ter lançado as bases da cientificidade de um saber eminentemente nomotético (LÉVI-STRAUSS 1995, p. 70; REIS 2012, p. 177-178; DOSSE 1992, p. 109-110).

As reações à posição anti-história de Lévi-Strauss vieram, de início, do campo da filosofia. Claude Lefort, ainda aliado politicamente a Jean-Paul Sartre, salientou em artigo de

1952 como a perspectiva etnológica de Lévi-Strauss anulava o tempo histórico. A saída que Lefort ofereceu, recorrendo à categoria heideggeriana da *historicidade*, consistiu em apontar como as chamadas “sociedades frias” organizavam seu tempo de forma distinta das sociedades ditas “históricas” (LEFORT 1979, p. 37-56).¹ Sartre, por sua vez, enfrentou o problema da possibilidade de constituir uma antropologia simultaneamente “estrutural e histórica” cinco anos depois, nas páginas de *Les Temps Modernes*, em “Questão de Método”, posteriormente convertida em abertura à *Crítica da Razão Dialética* (SARTRE 1978, p. 111-191).

Foi somente neste momento, em 1958, que se deu a entrada de Braudel no debate. O historiador respondeu ao desafio da antropologia com a categoria da *duração*, ausente tanto na resposta de Lefort como na de Sartre. Ao fazê-lo, apresentou o que pode ser tomado como a principal formulação teórica de todo o movimento dos *Annales*: a decomposição do tempo histórico entre longa duração, conjuntura e evento. Na medida em que *História e Ciências Sociais: A Longa Duração* é um texto matricial para a nossa profissão, sobejamente conhecido, queremos destacar tão somente três pontos de seu argumento.

O primeiro diz respeito à crítica algo frequente de que o artigo programático de 1958 pouca teorização teria trazido para além de uma defesa difusa do primado da longa duração como uma ferramenta analítica capaz de unificar os esforços de investigação da história aos da sociologia, da antropologia e da economia. É de uma assertiva como essa que deriva, por exemplo, a avaliação de François Dosse sobre o “efeito Braudel” para as gerações posteriores dos *Annales*, vale dizer, uma suposta ausência de um eixo teórico mínimo, impactando negativamente os historiadores que vieram depois dele. A carência de teorização se expressaria notadamente no tratamento do conceito de estrutura, tomado de empréstimo de Lévi-Strauss para descrever o que antes Braudel denominara como o “tempo geográfico”. A concepção braudeliana de estrutura, afirma Dosse (1992, p. 115-116),

1 - A crítica de Lefort foi incorporada por Lévi-Strauss em artigo posterior, publicado nos *Annales* (1971). Para um trabalho recente que procura demonstrar como Lévi-Strauss se reaproximou da história, ver IEGELSKI 2012, p. 248-280.

seria “fundamentalmente descritiva”, ou seja, não teórica. Tal crítica, contudo, pode ser questionada. A ênfase do manifesto de 1958 recai a todo momento na “dialética da duração”, na “pluralidade” dos tempos históricos (BRAUDEL 1978a, p. 43), e não apenas na longa duração. Estrutura é tomada como um conceito analítico, não como um termo descritivo, e como tal, como constructo analítico, contrapõe-se e se articula dialeticamente ao conceito de evento.

Daqui derivam o segundo e o terceiro pontos que gostaríamos de ressaltar: como, por um lado, Braudel conceitua a estrutura e, por outro, como apreende suas relações dialéticas com o evento. Estrutura é “articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade” de natureza temporal, isto é, com duração própria. Estruturas surgem e desaparecem conforme seus ritmos descontínuos. Inexistem, assim, estruturas anistóricas, para sempre imutáveis, como propusera a antropologia estrutural de Lévi-Strauss. As estruturas – sempre históricas, afirma o historiador – são “sustentáculos e obstáculos” (BRAUDEL 1978a, p. 49-50). Nesta formulação rapidamente tornada canônica, Braudel dialogou explicitamente com toda a tradição crítica, vinda do pensamento oitocentista, que tratou da dialética liberdade/necessidade. Como “sustentáculos e obstáculos”, as estruturas temporais de longa duração estabeleceriam a cada circunstância historicamente dada o horizonte do possível, isto é, a partir do que foi legado do passado, o que se poderia fazer em um determinado espaço de atuação humana. Quando algo se passou no plano de eventos que se adensaram cumulativamente ultrapassando esse horizonte do possível, já se tratava de uma estrutura em processo de transformação. Ao partir para a exemplificação do que seriam essas estruturas, Braudel fugiu deliberadamente do campo que lhe era mais confortável (a geohistória do Mediterrâneo ou a economia-mundo capitalista europeia), justamente para fundamentar a validade geral de seu argumento. Não será sem surpresa que um leitor atual, desavisado por décadas de difusão do que seria a longa duração em Braudel, o encontrará citando a análise de Pierre Francastel (1993) sobre o espaço pictórico geométrico criado

pelo Renascimento florentino como um exemplo de estrutura de longa duração. Trata-se de uma teorização de estrutura aberta tanto às forças econômicas e sociais como às forças simbólicas, bastante próxima ao trabalho que seria posteriormente realizado pelo antropólogo Maurice Godelier (1986) sobre as determinações recíprocas do mental e do material.

Outro diálogo surpreendente – o terceiro e último ponto a ressaltar – se encontra no tratamento das relações entre estrutura e evento. O evento pertence à escala da curta duração, é certo, mas Braudel reconhece o peso do argumento dos “filósofos” de que “um evento, a rigor, pode carregar-se de uma série de significações ou familiaridades. Dá testemunho por vezes de movimentos muito profundos e, pelo jogo factício ou não das ‘causas’ e dos ‘efeitos’ caros aos historiadores de ontem, anexa um tempo muito superior à sua própria duração”. Tal conceituação faz parte, nas palavras de Braudel (1978a, p. 45), desse “jogo inteligente e perigoso que as reflexões recentes de Jean-Paul Sartre propõem”. Abria-se, assim, um diálogo direto com o outro grande crítico contemporâneo da antropologia estrutural anistórica de Lévi-Strauss. A referência a que se remete Braudel é justamente a “Questão de Método”, publicada em 1957. O que haveria de “perigoso” no jogo proposto por Sartre? Ver, na singularidade universal do indivíduo, na trama dos eventos particulares passados e presentes que marcam a vida de cada um nós, as múltiplas articulações de escalas espaço-temporais bem mais vastas, ou seja, estruturais. Mas, não somente isto: para apreender a totalidade no acontecimento, valer-se do método progressivo-regressivo, isto é, do permanente jogo de “vaivém” (a expressão é de Sartre) que percorre o circuito hermenêutico completo do todo à parte / da parte ao todo; do abstrato ao concreto / do concreto ao abstrato; do presente ao passado / do passado ao presente; da biografia à época / da época à biografia (SARTRE 1978, p. 170). Exercício perigoso, porém inteligente e, para Braudel, inegavelmente sedutor:

a cada vez, o estudo do caso concreto – Flaubert, Valéry, ou a política exterior da Gironda – reconduz, finalmente, Jean-

Paul Sartre ao contexto estrutural e profundo. Essa pesquisa vai da superfície às profundezas da história e atinge minhas próprias preocupações. Alcançá-las-ia ainda melhor se a ampulheta fosse inclinada nos dois sentidos – do evento para a estrutura, depois das estruturas e dos modelos para o evento. (BRAUDEL 1978a, p. 75).

Aberturas ao campo do biográfico, do político, da história cultural, do marxismo, do existencialismo, tudo em nome da melhor captura da dialética da duração e da pluralidade dos tempos históricos: o antidogmatismo de Braudel, lido por seus críticos como um ecletismo teoricamente pouco sólido (FONTANA 1998, p. 208-211), permitiu-lhe igualmente estender a mão aos que haviam dado suporte intelectual aos seus algozes de 1940 a 1945. No rodapé seguinte à citação de Francastel, lemos o nome do historiador Otto Brunner como um exemplo de história social, fora da França, atento à escala da longa duração (BRAUDEL 1978a, p. 51, n. 13). Em 1959, Braudel se deteve mais longamente sobre o trabalho desse pesquisador, ao veicular nos *Annales* um ensaio sobre o livro *Novas formas de história social*, que Brunner havia publicado na Alemanha em 1956. Brunner nascera em Viena, em 1889, onde fez toda sua formação de historiador e se tornou professor. Após a 2ª Guerra Mundial, foi afastado da direção do Instituto Austríaco de Pesquisa Histórica por suas filiações institucionais e afinidades ideológicas ao nazismo. Em 1954, foi contratado como catedrático pela Universidade de Hamburgo, onde veio desempenhar papel crucial na renovação historiográfica alemã, até aposentar-se em 1968 (OLSEN 2012, p. 138-139).

Braudel procurou dar conta, em sua resenha, da especificidade do programa de história social proposto por Brunner, que, em associação com Werner Conze, da Universidade de Heidelberg, estava então formalizando as bases de uma nova *Strukturgeschichte* – ou seja, de uma História Estrutural (IGGERS 1983, p. 262-264). Braudel não escondeu seu incômodo em relação ao livro, que nada devia em sua gênese aos *Annales*. No entanto, era exatamente isso o que o atraía no volume, pois, vindo de uma outra tradição intelectual e historiográfica, ele oferecia, “nas águas da longa duração, um certo modelo

particular da história social europeia, do século XI ao XVIII” (BRAUDEL 1978b, p. 164). Um dos aspectos mais criticados por Braudel foi exatamente o tratamento imóvel desse longo arco de tempo, sem atentar para as múltiplas modulações do tempo histórico. Ele também expressou um claro desconforto com o elogio de Brunner à estabilidade social do mundo do Antigo Regime; confessou não ter entendido a proposta de se analisar a história social do passado nos termos dos horizontes conceituais coevos; criticou a ausência de distinção entre história social e história política. Braudel, contudo, “dividido entre uma certa simpatia e algumas reticências bastante vivas” (BRAUDEL 1978b, p. 175), finalizou com um aceno para o diálogo entre duas tradições historiográficas distintas que buscavam atingir o mesmo alvo de compreender a história estrutural na longa duração e de forma interdisciplinar.

O chamado à conversa foi atendido. Em 1961, Conze, que já havia resenhado elogiosamente *O Mediterrâneo* quando de sua primeira edição, convidou Braudel para um ciclo de conferências em Heidelberg, no que pode ser tomado como um momento de inflexão na trajetória de Reinhart Koselleck. Deixamos o autor ao ser libertado do campo soviético no Cazaquistão, em 1946. Ao regressar à Alemanha, Koselleck retomou o quanto antes seus estudos, ingressando na Universidade de Heidelberg, onde, em 1954, sob a orientação do historiador Johannes Kühn e a inspiração teórica de Martin Heidegger, Hans-Georg Gadamer e, sobretudo, Carl Schmitt, defendeu sua primeira tese de doutorado, *Crítica e Crise*, um sofisticado estudo sobre as relações contraditórias entre o Absolutismo e o Iluminismo, e a gênese da permanente situação de crise da modernidade burguesa pós-Revolução Francesa (KOSELLECK 1999). A avaliação crítica do legado do Iluminismo, que, em razão de suas filosofias da história de fundo utópico, converteu-se em um elemento de permanente desestabilização política, fez parte da tentativa de Koselleck de dar conta de suas experiências pessoais traumáticas entre 1934 e 1945. De fato, como ele próprio reconheceu em diversas ocasiões, toda sua produção intelectual seria movida por esse impulso básico (OLSEN 2012).

Braudel, contudo, só entrou no radar de Koselleck na sua segunda tese de doutorado (sua *Habilitationsschrift*), agora sob a supervisão de Werner Conze. Entre um trabalho e outro, mudou não somente o orientador (Kühn se aposentou em 1957) como também o recorte cronológico (dos séculos XVII e XVIII para o século XIX), o recorte espacial (de Inglaterra e França para a Prússia) e o subcampo disciplinar (da história intelectual para a história social). Ao ser contratado como catedrático em Heidelberg, em 1957, Conze, outro antigo simpatizante nazista às voltas com um permanente acerto de contas com o passado, imediatamente lançou, em associação com Otto Brunner, as bases do programa da História Estrutural. Seu fundamento consistia em romper com as tradições historicistas alemãs por meio de um mergulho nas abordagens de larga escala e na aliança com as ciências sociais adjacentes (notadamente com a sociologia). Eram justamente essas afinidades eletivas que atraíam Braudel – conforme deixou claro na resenha de 1959 –, e que o levaram a ser convidado por Conze para visitar Heidelberg, no exato momento em que Koselleck elaborava sua tese de *Habilitation*.

Prússia entre a Reforma e a Revolução (1791-1848), defendida em 1965 e publicada dois anos depois (infelizmente, ainda sem tradução para o português), representou uma primeira aproximação analítica de Koselleck em relação à pluralidade dos tempos históricos, explorada para lidar com a especificidade social e política prussiana no século XIX, travejada, por um lado, pela aceleração das transformações sociais e econômicas advindas do engate industrial e, por outro, pelas assimetrias temporais contidas no dilema reforma *versus* revolução. Em seus termos, “teoricamente, a investigação trata de diferentes estratos de tempos. As distintas durações, velocidades e modos de aceleração desses estratos produziram as tensões da época e, assim, caracterizaram sua unidade” (*apud* OLSEN 2012, p. 142).

Essa abordagem, combinada a uma reavaliação dos legados intelectuais de Schmitt, Heidegger e Gadamer, propiciou as bases intelectuais para as contribuições de Koselleck sobre a

história conceitual do universo de fala germânica entre 1750 e 1850. O projeto, coordenado de forma conjunta com Brunner e Conze, com desdobramentos em várias historiografias nacionais, resultou em nove volumes publicados entre 1972 e 1997. Foi no âmbito desse empreendimento coletivo que se deu a construção teórica de Koselleck sobre a dialética dos tempos históricos. A partir de 1973, quando passou a trabalhar na recém-criada Universidade de Bielefeld, Koselleck abriu outro diálogo crítico, agora com a história social de matriz weberiana proposta por Hans-Ulrich Wehler e Jürgen Kocka, seus colegas de instituição. Todos os trabalhos de Koselleck sobre o problema dos tempos históricos publicados nas décadas de 1970 e 1980, grande parte dos quais reunidos nos volumes *Futuro Passado* (2006) e *Estratos do Tempo* (2014), podem ser igualmente lidos como uma crítica direta às teorias da modernização que embasaram o programa de História Social de Wehler e Kocka (IGGERS 1997, p. 65-77; ELEY 2005, p. 65-81; OLSEN 2012, p. 203-267).

Diferentemente de Braudel, cuja reflexão teórica mais detida sobre a problemática dos tempos históricos se resume basicamente ao artigo de 1958, a elaboração de Koselleck encontra-se dispersa em vários dos capítulos que compõem os livros *Futuro Passado* e *Estratos de Tempo*. Assim como fizemos para o historiador francês, cabe aqui apenas uma apresentação sumária dos principais eixos da teoria koselleckiana sobre a pluralidade dos tempos históricos, ressaltando em que medida ela deu continuidade às formulações braudelianas e em que medida trouxe inovação a tais formulações.

O ponto fundamental repousa sobre o que Koselleck denominou como a “indigência teórica da ciência da história”, título de um artigo publicado originalmente em 1972. Ao retomar o argumento popperiano sobre a perda de sentido da oposição entre ciências nomotéticas e idiográficas, Koselleck ressaltou a necessidade de a prática de pesquisa dos historiadores se fundar em teorias explícitas, “aceitando o desafio de uma exigência de teoria se quisermos que a ciência da história continue a se definir como ciência”. Os “teoremas das ciências vizinhas” – isto é, a

aposta na interdisciplinaridade feita, dentre outros, pelos *Annales* e pela história social alemã – não poderiam vir em socorro. Para Koselleck (2014, p. 280), “a ciência da história, disposta ubiquitariamente, só poderá persistir como ciência se desenvolver uma teoria dos tempos históricos, sem a qual a ciência da história, como investigadora de tudo, se perderia na infinidade”. A saída para suplantar a situação de “indigência teórica”, portanto, seria renovar e radicalizar a perspectiva braudeliana.

A primeira inovação em relação a Braudel consistiu em fundamentar a elaboração teórica em torno das categorias meta-históricas da *experiência* e da *expectativa*. Segundo Koselleck, elas permitem dar conta, de forma integrada e substantiva, de como, em um determinado presente, se articulam as dimensões temporais do passado e do futuro. No que se refere à categoria da *experiência*, a definição koselleckiana aponta tanto para a “elaboração racional” como para as “formas inconscientes de comportamento” presentes nas múltiplas experiências dos atores históricos. A experiência que guia o horizonte das expectativas para o futuro, conformando a atuação planejada – ou não – em um dado presente, “é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois”. Se, no desenrolar dos acontecimentos, as expectativas confirmam as experiências prévias, esses “eventos estruturados” não rompem o legado dos estratos de tempo anteriores. Apenas aquilo que não é esperado, mas que está necessariamente contido no campo de possibilidades construído pelo passado, cria uma experiência nova, alargando assim o horizonte de expectativas (KOSELLECK 2006, p. 311-313).

As relações entre espaços de experiências e horizontes de expectativas, ressalta, não são estáticas. A tese central de Koselleck sobre a temporalidade específica da modernidade consiste justamente em assinalar o hiato crescente entre o achatamento dos espaços de experiências e o alargamento dos horizontes de expectativas, algo que se relaciona à própria

transformação do conceito de história na virada do século XVIII para o XIX. A percepção de que o tempo sempre marcha para frente, em um sentido unívoco de progresso contínuo, forneceu, daquele momento em diante, um dos mais sólidos fundamentos para a construção dos saberes históricos. No entanto, o descompasso crescente entre experiência e expectativa produzido pela aceleração progressiva do tempo histórico também possibilitou a tomada de consciência de que o tempo presente é sempre atravessado por múltiplos e diferentes tempos passados. A constatação empírica da “contemporaneidade do não contemporâneo”, em realidade, antecedeu em pelo menos um século e meio a obra dos historiadores pós-2ª Guerra Mundial (KOSELLECK 2006, p. 14). A partir dessas duas categorias meta-históricas básicas, experiência e expectativa, Koselleck fundamentou o tratamento teórico e empírico dos estratos do tempo.

Braudel foi frequentemente criticado por supostamente ter sido incapaz de articular, na sua prática historiográfica, as inter-relações entre os três tempos – estrutura, conjuntura, acontecimento – que descreveu e teorizou (HEXTER 1972, p. 532-33; REIS 2003, p. 119; FONTANA 1998, p. 208). Koselleck foi um dos que assinalou esse problema: o modelo de Braudel, malgrado sua notável inovação ao teorizar a existência de temporalidades múltiplas, com frequência induziu – e não raro os esforços e ressalvas de seu próprio autor – ao equívoco de se compreender a *longue durée* como um ente estático (DUTT 2015, p. 316) e as diferentes durações como “circuitos paralelos”, estanques entre si (KOSELLECK 2014, p. 13). Para resolver o impasse, o historiador alemão concentrou-se no par interligado estrutura/evento e, ao incorporar integralmente a crítica de Braudel ao tratamento estático que Otto Brunner dera ao tempo estrutural, conferiu-lhe uma plasticidade temporal mais acentuada, enxergando um campo de integração entre a *repetibilidade* e a *singularidade*, cuja trama caberia ao historiador decifrar em sua prática de pesquisa. Dessa maneira, Koselleck simultaneamente condensou e complexificou a abordagem braudeliana: condensou, pois propiciou as bases para se pensar as formas objetivas como aspectos remissíveis a durações variadas

de um tempo estrutural que se combinam nas experiências humanas; complexificou, pois forneceu mais elementos para se articular estruturas, processos e sincronismos.

A característica essencial das estruturas, para o historiador alemão, seria a reiteração temporal, “o retorno do mesmo, ainda que o mesmo se altere a médio ou longo prazo” (KOSELLECK 2014, p. 305). Em Koselleck e à exemplo de Braudel, as estruturas têm real historicidade e envolvem de forma mais explícita os diversos domínios do mental e do material, o que abre espaço para um diálogo construtivo entre a história dos conceitos e a história social de vezo marxista. Dentre os exemplos de estrutura que fornece, incluem-se os “modelos constitucionais, [...] as forças produtivas e as relações de produção, [...] as circunstâncias geográficas e espaciais, [...] formas de comportamento inconscientes, [...] sucessão natural de gerações, [...] os costumes e os sistemas jurídicos”, dentre outros (KOSELLECK 2006, p. 136). O autor discerne as estruturas diacrônicas de eventos (feixe de acontecimentos que constituem uma trama processual envolvendo amplos movimentos e transformações de ordem econômica e política) das estruturas de prazo mais longo (ideias, costumes, normas de conduta, práticas econômicas e sociais que transcendem em muito as experiências individuais). O passo adiante em relação às concepções braudelianas de conjuntura e longa duração está na elucidação de sua relação complexa, dialógica e movediça com as experiências individuais, que são ao mesmo tempo únicas e remissíveis a uma certa ancestralidade e repetibilidade. É nesse sentido que as experiências do tempo podem ser percebidas em estratos, sendo que “eventos e estruturas estão entrelaçados, mas um nunca pode ser reduzido ao outro” (KOSELLECK 2014, p. 307).

Dessa forma, o tratamento da dimensão temporal do evento é igualmente mais complexo do que em Braudel, mas as linhas de continuidade são evidentes. A começar pelo pressuposto geral: “estruturas mais ou menos duradouras, mas de todo modo de longo prazo, são condições de possibilidade para os

eventos [;] [...] “ambos os níveis [...] remetem um ao outro, sem que um se dissolva no outro.” De fato, e aqui vemos o giro da ampulheta braudeliana, “certas estruturas só podem ser apreendidas nos eventos nos quais se articulam e por meio dos quais se deixam transparecer”. “A forma mais adequada para se apreender o caráter processual da história moderna”, conclui Koselleck, “é o esclarecimento recíproco dos eventos pelas estruturas e vice-versa” (KOSELLECK 2006, p. 137-140). Certos eventos, ao trazerem ruptura na ordem de repetição do tempo, adquirem claro significado estrutural; reversivamente, determinadas durações não imediatas podem se tornar eventos. Ademais, a temporalização da história ocorrida na virada do século XVIII-XIX com a chamada “dupla revolução” (Koselleck esposa, sem citá-lo, o conceito cunhado por Eric Hobsbawm [1962] 1977) modificou a natureza das inter-relações entre estruturas e eventos. Com a aceleração do tempo histórico que se deu em seu esteio, “a própria mudança estrutural passou a ser um evento: esta é a característica da nossa modernidade” (KOSELLECK 2014, p. 307). Para dizer de outra forma: uma das principais manifestações da aceleração do tempo histórico da modernidade reside justamente no fato de as estruturas históricas serem de duração cada vez mais curta.

O olhar cuidadoso para as profundas rupturas históricas trazidas pela permanente revolução capitalista das forças produtivas, das relações de produção, dos meios de transporte e de comunicação também levou Koselleck a rediscutir a natureza do tempo geográfico. Braudel foi fundamentalmente um historiador do mundo pré-industrial, sentindo-se desconfortável com a análise do mundo produzido pela Revolução Industrial (DUTT 2015, p. 321). Koselleck navegou bem pelos dois, o que facilmente se nota pela conceituação que deu aos estratos do tempo. Para além das estruturas e dos eventos, reconheceu a existência de “precondições que podem ser delimitadas geográfica ou biologicamente e cuja duração escapa à intervenção humana”. Braudel conceituaria essa dimensão como parte da “longuíssima duração”. Koselleck (2016, p. 73-89) nos fornece outra solução teórica,

ao chamar atenção para a distinção temporal de fundo entre as “condições espaciais meta-históricas”, isto é, aquelas condições que escapam integralmente ao domínio humano e, portanto, estabelecem-se como determinação geográfica, e os “espaços históricos da organização humana”, isto é, os espaços físico-naturais historicamente transformados pela ação humana e, portanto, submetidos às mesmas variações temporais de outras estruturas históricas. Se a Revolução Neolítica permitiu o início da apropriação em larga escala dos recursos físico-naturais, os espaços históricos da organização humana continuaram a enfrentar um obstáculo intransponível, ditado pelos limites que as forças animal e eólica imprimiam à velocidade. No mundo reconfigurado pela ciência e pela técnica industriais, a aceleração adquiriu a capacidade de modificar radicalmente as relações espaço-temporais, desnaturalizando o espaço geográfico e, por consequência, as condições espaciais meta-históricas.

Para resumir em uma frase o argumento que procuramos expor até aqui: o maior e melhor continuador da teorização braudeliana dos tempos históricos, que dele partiu e que foi mais além, não se encontra na França, mas sim na Alemanha. É notável, contudo, o silêncio dos especialistas sobre essas relações de fundo entre Braudel e Koselleck, o que talvez traduza sua recepção predominante como o historiador dos conceitos, que deixa de lado o historiador atento à vida social e material. As ótimas introduções que Elias Palti (2001), Marcelo Jasmin (2006), Arthur Alfaix Assis e Sérgio da Mata (2013) prepararam para edições em espanhol e português das obras do historiador alemão reforçam o que estamos afirmando: nenhuma palavra sobre Braudel e os tempos históricos, todas as atenções são direcionadas para as tradições da história intelectual alemã com as quais dialogou Koselleck. Observação parecida vale para a historiografia anglo-saxã, que ainda tem que lidar com uma barreira no campo da recepção teórico-conceitual: a edição em inglês de *Estratos do Tempo* (KOSELLECK 2002), feita sob a coordenação de Hayden White, traduziu “teoria dos tempos históricos” como “teoria de periodização!” No entanto, mesmo o autor que identificou esse problema, o historiador

norueguês Helge Jordheim (2012), oferece-nos apenas uma menção a Braudel em um artigo que lida exatamente com a teoria das múltiplas temporalidades de Koselleck. Não é difícil enxergar, por fim, uma série de aproximações entre a obra de Koselleck e o historicismo realista de Antonio Gramsci. Esteve Morera (1990, p. 105) explicitou essas relações para Braudel; o mesmo pode ser feito com o *corpus* koselleckiano. Explorar as articulações teóricas entre Braudel, Koselleck e o historicismo realista de fundo marxista constitui objeto para outra ocasião, ou seja, para um livro de fôlego.

A teorização sobre os tempos históricos que até aqui examinamos foi concebida por seus autores como sendo de caráter eminentemente prático, voltada para as demandas concretas da investigação histórica. Dado esse caráter, quais são suas implicações e potencialidades para o estudo da escravidão moderna? Como nos valer dessas perspectivas para a compreensão desse objeto específico? No espaço que nos resta, pretendemos apontar os ganhos a serem obtidos, caso a historiografia da escravidão moderna abrace a proposta braudeliiana/koselleckiana de tratamento da dialética dos tempos históricos. Para tanto, efetuaremos um breve balanço historiográfico de algumas das principais tendências do campo da escravidão para, em seguida, apresentarmos nossa acepção da dialética dos tempos da escravidão moderna sob um olhar braudel-koselleckiano. Nossa intenção não é cobrar dos estudiosos do passado formulações, definições e conclusões que são caras ao nosso enfoque e não aos deles, mas antes mapear o terreno para um campo de possibilidades analíticas ainda em aberto.

Os múltiplos tempos da escravidão negra nas Américas

Sem negar as contribuições das diferentes gerações de historiadores ou projetar sobre o trabalho deles um leque alheio de preocupações, efetuaremos, agora, uma avaliação panorâmica – e, portanto, necessariamente sintética – sobre a forma como

cinco das principais correntes da historiografia sobre a escravidão negra das Américas lidaram com o tempo histórico.

Essa historiografia é herdeira direta do movimento abolicionista anglo-saxão e francês da virada do século XVIII para o XIX (STEPHEN 1830; WALLON 1847). As primeiras histórias da escravidão antiga e moderna foram compostas por letrados e ativistas políticos antiescravistas que, para melhor combater a instituição, viram-se obrigados a históriá-la (FINLEY 1991, p. 13-68). Os abolicionistas o fizeram dentro e a partir do que Koselleck denominou a “temporalização da utopia”, a saber, a projeção para o futuro de um mundo ideal vislumbrado no presente (o mundo da liberdade) – somente o aperfeiçoamento moral e institucional vindouro romperia com as misérias daquele presente (KOSELLECK 2014, p. 121-138). Desde seu nascimento, portanto, a escrita da história da escravidão negra fundou-se nas premissas temporais do conceito de progresso: o avanço econômico, moral e humano a ser obtido com a abolição é o que justificaria o combate sem quartel à instituição (DAVIS 1984, p. 107-116).

Não obstante todas suas revisões e renovações, em grande parte a historiografia no século XX manteve, ao examinar esse objeto específico, as linhas gerais da concepção de tempo linear e progressiva adotada pelos seus primeiros estudiosos, os abolicionistas do século XIX. Vejamos, primeiramente, historiadores de inspiração marxista. Dois de seus pioneiros, Eric Williams (2012) e C. R. L. James (2000), tiveram como eixo central de crítica a perspectiva veiculada por Reginald Coupland (1964), que reforçou, no centenário da abolição britânica, a autoimagem congratulatória que os abolicionistas haviam criado de sua façanha, uma empresa moral apartada de quaisquer interesses materiais, compromissada apenas com o aperfeiçoamento humano. Coupland era, então, um dos principais ideólogos do império britânico: atacar sua explicação da abolição, fundada na premissa de que a Grã-Bretanha era uma agente primordial do progresso civilizacional, significava atacar os fundamentos ideológicos do império que Williams e

James estavam a combater. Ambos desenvolveram a tese, já presente em Marx, de que a escravidão colonial nas Américas foi crucial para a emergência do capitalismo industrial no espaço metropolitano, mas as forças econômicas, sociais e políticas que emergiram com a consolidação da industrialização acabaram por solapar as bases da escravidão nas colônias. A constelação histórica das forças capitalistas se modificara na passagem da era mercantilista para a era do livre comércio, mas a escravidão negra permanecera igual.

Williams e James, assim, operaram com a mesma conceituação do tempo histórico da escravidão negra que fora adotada por Coupland, ou seja, um tempo uniforme do século XVI ao século XIX. Como sabemos, a análise do historiador brasileiro Fernando Novais (1979) sobre o papel da escravidão negra na estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial fundou-se, em larga escala, no esquema explicativo de Eric Williams. Ainda que seja possível identificar a dialética braudeliana dos tempos históricos nos escritos de Novais, em função das especificidades de seu objeto e de sua filiação em relação ao trabalho de Williams, ele não se debruçou sobre a pluralidade temporal da escravidão colonial. Para autores como Eugene Genovese (1976), Moreno Fraginals (1987) e João Manuel Cardoso de Mello (2009), que lidaram com o século XIX com lentes teóricas semelhantes às de Novais, o prolongamento da escravidão negra seria uma manifestação “tardia”, porém contínua, de seu caráter colonial e periférico, destinada a entrar em crise definitiva em lugares como Estados Unidos, Cuba e Brasil, na medida em que as forças produtivas do arranque industrial a colocavam localmente em xeque. Tal foi, também, o tempo da escravidão na elaboração teórica do conceito do “modo-de-produção escravista colonial” (CARDOSO 1973; GORENDER 2010); tal é o tempo da escravidão nos trabalhos dos autores brasileiros atuais que operam conforme o modelo do que chamam de “Antigo Regime nos Trópicos” (GUEDES 2008; FRAGOSO 2013).

Em uma chave analítica divergente dessa que acabamos

de ver, a *New Economic History* se encarregou de questionar empiricamente os argumentos que postularam a irracionalidade econômica da escravidão negra e sua suposta incompatibilidade com o mundo criado pela Revolução Industrial. Voltados sobretudo à análise da escravidão no século XIX, Robert Fogel e Stanley Engerman (1974) procuraram demonstrar a eficiência superior do trabalho escravo em relação ao trabalho livre na agricultura norte-americana; Seymour Drescher (1977) reviu os números de Eric Williams sobre a crise econômica do Caribe britânico na virada do século XVIII para o XIX; David Eltis (1987) ampliou as conclusões desses historiadores, ao examinar o crescimento econômico de Brasil e Cuba na primeira metade do século XIX, fundado no tráfico negreiro da era industrial. Essa agenda guiou igualmente as investigações de Pedro Carvalho de Mello e Robert Slenes (1980) sobre os anos finais da cafeicultura escravista do centro-sul do Império do Brasil. Se a escravidão caminhava bem na esfera econômica, por que ela desapareceu? A resposta deveria ser buscada na esfera política, isto é, na novidade da mobilização antiescravista. O interessante a se registrar, no entanto, é o tratamento do tempo histórico: para os historiadores que esposaram o quadro analítico da *New Economic History*, a escravidão, como um sistema racional de alocação de recursos (no caso, a propriedade em seres humanos), obedeceria a uma lógica econômica atemporal (TOMICH 2016). O que tem uma temporalidade específica é o abolicionismo, mas ela é guiada pelas transformações nas noções de progresso moral, apartadas de interesses econômicos imediatos. A cisão entre o econômico e o político nos traz de volta, assim, a uma conceituação do tempo histórico da escravidão negra nas Américas bastante próxima à adotada pelas duas primeiras vertentes citadas anteriormente.

Cabe um espaço adicional aos estudos correntes sobre o abolicionismo, que constituem uma quarta vertente e que têm nas obras de David Brion Davis (1988; 1999) e Seymour Drescher (2009) suas referências matriciais. O próprio título da obra clássica de Brion Davis, *O problema da escravidão na cultura ocidental*, de 1966, traduz a aceção de tempo que a embasa. Haveria uma linha de continuidade secular

na escravidão moderna, dada pelas formas de justificativa ideológica e exploração econômica do trabalho escravo, independentemente dos poderes coloniais que o mobilizaram. O que mudou foi a cultura ocidental e o *locus* dessa transformação se encontrava no universo anglo-saxão. No livro seguinte, sobre o problema da escravidão na Era das Revoluções, David Brion Davis relacionou a transformação ideológica que gerou a força política abolicionista britânica às tensões sociais e culturais produzidas pela Revolução Industrial. Drescher, ainda que crítico de Brion Davis, esposou seu enquadramento temporal a respeito da escravidão e do abolicionismo, ao afirmar que o aspecto central para a compreensão da gênese e do sucesso do antiescravismo reside na novidade da sólida esfera pública britânica, fundada no ideário de uma liberdade tipicamente britânica. Capaz de mobilizar e influenciar as políticas governamentais domésticas e, por conseguinte, as diretrizes de sua política externa, o movimento abolicionista espalhou-se da Grã-Bretanha pelo mundo, como em um efeito dominó (DRESCHER 2009). A persuasão historiográfica desse argumento pode ser aquilatada pelo livro recente de Angela Alonso, que, ao tratar da história do movimento abolicionista brasileiro, emprega diretamente a metáfora do “dominó” como nexos explicativo (ALONSO 2015, p. 27).

O complemento aos historiadores que explicam a abolição pela capacidade de mobilização política do movimento antiescravista se encontra nos trabalhos que tomam os escravos como os agentes de sua própria liberdade. Há algumas variantes nessa vertente, como impressa no trabalho mais maduro de Emília Viotti da Costa, que buscou combinar no movimento de análise as contradições entre metrópole e colônia, a agenda abolicionista e as ações transformadoras promovidas pelos próprios escravos (1998). Todavia, o mais frequente é a ênfase unidimensional no protagonismo escravo. A Nova História Social da escravidão, que deitou raízes nos Estados Unidos no contexto de luta pelos direitos civis (GENOVESE 1974; GUTMAN 1976), e no Brasil (LARA 1988; CHALHOUB 1990; MACHADO 1994), no período da redemocratização e de

efervescência do movimento negro, teve o mérito incontestável de olhar além do jugo senhorial e enquadrar os escravos como sujeitos históricos plenos. O problema é que noções caras a tal vertente historiográfica, como agência e protagonismo escravo, embebidas que estão no pensamento liberal, podem exagerar a potência transformadora dos indivíduos, obscurecendo outros aspectos fundamentais da realidade escravista, como condicionantes de ordem econômica e política (JOHNSON 2003; ALADREN 2009; PIQUERAS 2016). Mais do que isso, tais noções tendem a construir a imagem de uma história na qual os escravizados agem sempre conforme uma lógica única, universal e atemporal, da busca incessante pela liberdade, não importando o contexto em que atue, e que, ao fim e ao cabo, destruirá a escravidão.

É certo que essas cinco vertentes que muito brevemente descrevemos registram inflexões, mudanças e rupturas, mas elas variam basicamente entre o episódio e a conjuntura. O que prevalece é a impressão de uma unidade temporal do início do século XVI ao final do século XIX. Nesses termos, inflexões, mudanças e rupturas estão fora do que constitui a essência da relação escravista, que, por sua vez, é sempre a reiteração de um mesmo. Em todos esses casos, no século XIX a escravidão seria uma instituição fadada à destruição, seja em razão do avanço das forças produtivas, da mobilização abolicionista ou da ação dos escravos. Há, ainda, outro ponto de convergência em parte da produção historiográfica que sumariamos. Parcela considerável da historiografia da escravidão posterior à 2ª Guerra foi modulada, de um modo ou de outro, pelas formas de conceituação do tempo histórico empregadas em distintas manifestações das teorias da modernização, dentre as quais a mais forte, sem dúvida, consiste em tomar a trajetória ocidental na direção de uma sociedade racionalista, democrática, individualista e industrial como o caminho inevitável do desenvolvimento histórico, e a Grã-Bretanha como a manifestação pioneira e acabada dessa senda.

A teoria da pluralidade dos tempos históricos apresentada

na primeira parte deste artigo fornece uma resposta possível para resolver tais problemas. Foi ela, por exemplo, que inspirou Dale Tomich (2011) na proposição da categoria da Segunda Escravidão como uma ferramenta para reenquadrar o problema da escravidão negra no século XIX. A partir de um engajamento crítico com a perspectiva analítica do sistema-mundo – que, como se sabe, tem na teoria braudeliana dos tempos históricos um de seus principais lastros –, Tomich interveio no debate entre o marxismo e a *New Economic History* apontando para a transformação que a escravidão do Novo Mundo sofreu na passagem do século XVIII para o XIX. Nota-se, em especial, o uso bastante imaginativo da teoria dos tempos históricos de Koselleck para tentar solucionar o impasse a que levou o debate de Seymour Drescher com a tese de Eric Williams (TOMICH 2011, p. 122-150). O foco de Tomich consiste em assinalar as profundas descontinuidades espaço-temporais da escravidão oitocentista: sob o manto de uma aparente continuidade, o que se observa no arranque escravista de Brasil, Cuba e Estados Unidos é uma profunda reconfiguração sistêmica da instituição. Tratar-se-ia de uma nova escravidão, de uma Segunda Escravidão, ou seja, de uma nova temporalidade.

O elemento mais sedutor dessa proposta reside, no nosso ponto de vista, não necessariamente na descrição que Tomich nos oferece das fronteiras mercantis açucareiras de Cuba em comparação com as antigas zonas produtoras de colônias como Jamaica, Martinica e Guiana inglesa (tal é a área de concentração de suas pesquisas empíricas), mas no olhar teórico que propõe para reconceituar a escravidão a partir de seus múltiplos estratos de tempo. A partir desse olhar, integralmente atinado à exposição da primeira parte deste texto, podem-se descortinar outros aspectos importantes da pluralidade dos tempos históricos da escravidão, como aliás vários historiadores vêm fazendo, no exterior e aqui no Brasil (para um balanço abrangente, ver MARQUESE; SALLES 2016). Tal mirada permitiu dar conta do jogo de estruturas e eventos presentes na produção, na reprodução e na crise das múltiplas eras da escravidão negra nas Américas (MARQUESE; PARRON;

BERBEL 2016; SCHMIDT-NOWARA 2011; BLACKBURN 2011; DAL LAGO 2012); da articulação contraditória entre a novidade do antiescravismo britânico e o avanço das fronteiras mercantis da escravidão atlântica no século XIX (FRADERA; SCHMIDT-NOWARA 2013; FERRER 2014; PARRON 2015; MARQUES 2016; YOUSSEF 2016); dos tempos distintos das normas e práticas jurídicas que travejaram a escravidão ibérica, cubana e brasileira (SILVA JR. 2013; 2015; SOUZA 2017); das trajetórias globais de *commodities* específicas (BECKERT 2014; MARQUESE 2013); da diversidade regional de zonas escravistas particulares (SALLES 2008; PIQUERAS 2011; CHALHOUB 2012; SANTOS 2012; MORENO 2013; BAPTIST 2014; MUAZE; SALLES 2015; SANTOS 2016; ROOD 2017; FERRARO 2017; BARROSO; LAURINDO JR. 2017).

É necessário, contudo, ir adiante. A estrutura histórica da escravidão oitocentista – a Segunda Escravidão, na concepção original de Tomich – foi de mais curta duração. Esse “encurtamento” de uma estrutura histórica vinculada ao mundo industrial poderá vir a ser conceituado de modo inovador a partir das observações de Koselleck sobre a natureza da aceleração do tempo histórico oitocentista. Há boas pesquisas sobre o impacto da adoção do tempo do relógio sobre a vida escrava no regime de *plantation* (SMITH 1997; ROBERTS 2013, p. 26-79); poderemos avançar nesse caminho com investigações que articulem o emprego em larga escala dos modernos instrumentos técnicos de aceleração criados pelo capitalismo industrial ao aumento da exploração do trabalho escravo e à crise global da Segunda Escravidão. A aceleração do tempo histórico produziu uma convergência crescente entre a política doméstica e a política externa na arena mundial: os trabalhos recentes de Tâmis Parron (2015), Matthew Karp (2016), Keila Grinberg (2016), Gabriel Aladrén (2017) e Beatriz Mamigonian (2017) indicam o quão promissor é o tema da geopolítica da escravidão, sobretudo quando casado à análise dos eventos produzidos pelos conflitos entre senhores, escravos e sujeitos livres subalternos. A geohistória da escravidão do Novo Mundo – o que inclui as chamadas

trocas colombianas – é outro campo que merece ser reaberto a partir do exame detalhado das transformações ocorridas na passagem das condições espaciais meta-históricas para os espaços históricos da organização humana. Pensamos, em particular, no debate corrente sobre os legados botânicos africanos para a conformação da paisagem americana (CARNEY; ROSOMOFF 2009; *AHR EXCHANGE* 2010) e na conceituação do capitalismo como uma ecologia-mundo, proposta por Jason Moore (2011). Pode-se dar mais consistência aos esforços inaugurados por Laurent Dubois (2004), que propôs realizar uma “história intelectual” dos sujeitos escravizados, por meio de um exame dos critérios de apreensão escrava do tempo e em que medida eles se antagonizaram à apreensão senhorial. Não se trata, aqui, de retomar a contraposição entre “tempo camponês” dos escravos e “tempo industrial” dos senhores, já bastante explorada pela historiografia, mas, antes, de analisar o peso das articulações temporais das dimensões do passado e do futuro na dinâmica do conflito social escravista, bem como suas variações no tempo e no espaço.

A agenda de pesquisa ainda aberta diz respeito não apenas ao aprofundamento das reflexões sobre a complexidade renovada da escravidão do século XIX, mas ao lançamento de novas luzes para os diferentes períodos do escravismo atlântico, desde sua estruturação no século XVI, passando pelas suas subsequentes remodelações. É preciso esclarecer as variadas formas pelas quais a escravidão negra nas Américas integrou diferentes espaços e ritmos temporais, alinhavou repetibilidades e singularidades, articulou estruturas e eventos, ajustou experiências e expectativas. Cumpre identificar analiticamente os múltiplos planos temporais em convívio, diálogo e contradição, examinando mais a fundo de que modo, em suas diferentes fases, estruturas diacrônicas de eventos e estruturas mais longevas se combinavam, permeando as múltiplas experiências dos atores históricos. Sem a pretensão de propiciar um panorama fechado, é possível dizer, por exemplo, que os estratos do tempo da escravidão americana foram compostos, em um plano preliminar, no

âmbito metafórico de suas formações geológicas, por preceitos normativos oriundos da Antiguidade clássica, pela recorrência de um conjunto de práticas sedimentado ainda no medievo e pelo reconhecimento institucional mútuo do cativo que permitiria o trato dos viventes entre europeus e africanos. Essas camadas mais profundas não foram soterradas na noite dos tempos com o desenvolvimento dos sistemas atlânticos. Antes, permaneceram vivas, influenciando, de maneira ressignificada a cada época, no devir da escravidão até os seus estertores. Tocar adiante esta agenda de investigação, no entanto, é tarefa para muitos historiadores e para um bom tempo de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHR EXCHANGE. The Question of “Black Rice”. **The American Historical Review**, v. 115, n. 1, p. 123-171, 2010.

ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do sul**: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. *Bajo mi real protección y amparo*: os decretos espanhóis de liberdade a escravos fugitivos e os conflitos imperiais no Atlântico, 1680-1791. **Topoi**, v. 18, n. 36, p. 514-536, 2017.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ASSIS, Arthur Alfaix; MATA, Sérgio da. Prefácio: O conceito de história e o lugar dos *Geschichtliche Grundbegriffe* na história da história dos conceitos. In: ENGELS, Odilo; HORST, Günther; MEIER, Christian; KOSELLECK, Reinhart. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 9-34.

BAPTIST, Edward E. **The half has never been told**. Slavery and the making of American capitalism. New

York: Basic Books, 2014.

BARROSO, Daniel Souza; LAURINDO Jr., Luís Carlos. À margem da Segunda Escravidão? A dinâmica da escravidão no Vale Amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista. **Tempo**, v. 23, n. 3, p. 568-588, 2017.

BECKERT, Sven. **Empire of cotton**. A global history. New York: Knopf, 2014.

BLACKBURN, Robin. **The American crucible**. Slavery, emancipation and human rights. London: Verso, 2011.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a Longa Duração. *In*: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978a [1958], p. 41-77.

_____. Sobre uma Concepção de História Social. *In*: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978b [1959], p. 161-176.

_____. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. Volume 1. São Paulo: Edusp, 2016 [1949].

CARNEY, Judith; ROSOMOFF, Richard Nicholas. **In the shadow of slavery**. Africa's botanical legacy in the atlantic world. Berkeley: University of California Press, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. El Modo de Producción Esclavista Colonial En América. **Cuadernos de Pasado y Presente**, v. 12, n. 40, p. 193-242, 1973.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. Campinas: Edições Facamp, 2009 [1978].

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **A força da escravidão:** ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue.** A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COUPLAND, Reginald. **The british anti-slavery movement.** London: Frank Cass, 1964 [1933].

DAL LAGO, Enrico. **American slavery, atlantic slavery, and beyond.** The U.S. "peculiar institution" in international perspective. Boulder: Paradigm Publishers, 2012.

DAIX, Pierre. **Fernand Braudel.** Uma biografia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DAVIS, David Brion. **The problem of slavery in western culture.** New York: Oxford University Press, 1988 [1966].

_____. **The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823.** Oxford: Oxford University Press, 1999 [1975].

_____. **Slavery and Human Progress.** Oxford: Oxford University Press, 1984.

DOSSE, François. **A História em Migalhas.** Dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio-Ed.Unicamp, 1992.

_____. **História do Estruturalismo.** Volume 1. São Paulo: Ensaio-Ed.Unicamp, 1993.

DUTT, Carsten. História(s) e Teoria da história: entrevista com Reinhart Koselleck. **História da Historiografia**, n. 18, p. 311-324, 2015.

DRESCHER, Seymour. **Econocide:** British Slavery in the Era of Abolition. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977.

_____. **Abolition. A History of Slavery and Antislavery.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DUBOIS, Laurent. Luzes escravizadas: repensando a história intelectual do Atlântico francês. **Estudos Afro-asiáticos**, v. 26, n. 2, p. 331-354, 2004.

ELEY, Geoff. **A Crooked Line.** From Cultural History to the History of Society. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005.

ELTIS, David. **Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade.** New York/Oxford: Oxford University Press, 1987.

FERRARO, Marcelo R. **A arquitetura da escravidão nas cidades do café.** Vassouras, século XIX. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2017.

FERRER, Ada. **Freedom's Mirror.** Cuba and Haiti in the age of revolution. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

FINLEY, Moses I. **Escravidão antiga e ideologia moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FOGEL, Robert; ENGERMAN, Stanley. **Time on the cross: the economics of American negro slavery.** Boston: Little, Brown and Co., 1974.

FONTANA, Josep. **História:** análise do passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998.

FRADERA, Joseph; SCHMIDT-NOWARA, Christopher (Eds.). **Slavery and antislavery in Spain's Atlantic Empire.** New York: Bergham Books, 2013.

FRAGOSO, João. **Barões do café e sistema agrário escravista:** Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830- 1888). Rio de Janeiro: Faperj: 7 Letras, 2013.

FRANCASTEL, Pierre. **A realidade figurativa**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

GENOVESE, Eugene. **A economia política da escravidão**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976 [1965].

_____. **Roll, Jordan, roll**: the world the slaves made. New York: Pantheon Books, 1974.

GODELIER, Maurice. **The mental and the material**. Thought, economy and society. Londres: Verso, 1986 [1984].

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010 [1978].

GRINBERG, Keila. The two enslavements of Rufina: slavery and international relations on the southern border of nineteenth-century Brazil. **The Hispanic American Historical Review**, vol. 96, n. 3, p. 259-290, 2016.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo**. Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad X-Faperj, 2008.

GUTMAN, Herbert G. **The black family in slavery and freedom, 1750-1925**. New York: Pantheon Books, 1976

HEXTER, Jack. Fernand Braudel and the Monde Braudellien. **The Journal of Modern History**, v. 44, n. 4, p. 480-539, 1972.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções, 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977 [1962].

IEGELSKI, Francine. **A astronomia das constelações humanas**. Reflexões sobre o pensamento de Claude Lévi-Strauss e a história. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2012.

IGGERS, Georg G. **The German conception of history**.

The national tradition of historical thought from herder to the present. Middletown, CN: Wesleyan University Press, 1983.

_____. **Historiography in the twentieth century.** From scientific objectivity to the postmodern challenge. Middletown, CN: Wesleyan University Press, 1997.

JAMES, C.L.R. **Os jacobinos negros.** Touissant l'ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000 [1938].

JASMIN, Marcelo. Apresentação. In: KOSELLECK, Reinhart Koselleck. **Futuro passado.** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RJ, 2006 [1979], p. 9-12.

JOHNSON, Walter. On Agency. **Journal of Social History**, v. 37, n. 1, p. 113-124, 2003.

JORDHEIM, Helge. Against Periodization: Koselleck's Theory of Multiple Temporalities. **History and Theory**, n. 51, p. 151-171, 2012.

KARP, Matthew. **This vast southern empire.** Slaveholders and the helm of American foreign policy. Cambridge, Ma.: Harvard University Press, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise.** Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora - UERJ, 1999 [1957].

_____. **The practice of conceptual history.** Timing history, spacing concepts. Stanford: Stanford University Press, 2002.

_____. **Futuro passado.** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RJ, 2006 [1979].

_____. **Estratos do tempo.** Estudos sobre a história.

Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RJ, 2014 [2000].

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1988.

LEFORT, Claude. Sociedade "sem história" e historicidade. *In*: LEFORT, Claud. **As Formas da História**. Ensaios de antropologia política. São Paulo: Brasiliense, 1979 [1952], p.37-56.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Le temps du mythe. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 26, n. 3-4, p. 533-540, 1971.

_____. **Antropología estructural**. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1995 [1958].

MACHADO, Maria Helena P.T. **O Plano e o pânico**. Os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp-Ed.UFRJ, 1994.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos livres**. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUES, Leonardo. **The United States and the transatlantic slave trade to the Americas, 1776-1867**. New Haven: Yale University Press, 2016.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum (UFPB)**, v. 29, p. 289-321, 2013.

MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo. (org.) **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**. Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis; BERBEL,

Márcia. **Slavery and Politics. Brazil and Cuba, 1790-1850**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016.

MELLO, Pedro Carvalho de; SLENES, Robert W. Análise econômica da escravidão no Brasil. In: NEUHAUS, Paulo (Org.). **Economia brasileira: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 89-122.

MOORE, Jason W. Ecology, Capital, and the Nature of Our Times: Accumulation and Crisis in the Capitalist World-Ecology. **Journal of World-Systems Research**, v. 17, n. 1, p. 108-147, 2011.

MORENO, Breno A. S. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860**. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2013.

MORENO FRAGINALS, Manuel. **O Engenho: complexo socioeconômico açucareiro cubano**. São Paulo: Hucitec-Unesp, 2 volumes, 1987 [1976].

MORERA, Esteve. **Gramsci's historicism**. A realist interpretation. London: Routledge, 1990.

MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras-Faperj, 2015.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLSEN, Niklas. **History in the plural**. An introduction to the work of Reinhart Koselleck. New York: Berghahn Books, 2012.

PALTI, Elias José. Introducción. In: KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia**. Barcelona: Paidós, 2001, p. 9-33.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão na era da liberdade**: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PIQUERAS, José Antonio. **La esclavitud en las Españas**: un Lazo Transatlántico. Madrid: Catarata, 2011.

_____. The Return to the *Casa de Vivienda* and the *Barracón*: The Terms of Social Action in Slave Plantations. In: TOMICH, Dale (Ed.). **The politics of the Second Slavery**. Albany: State University of New York Press, p. 83-111, 2016.

REIS, José Carlos. A temporalidade e seus críticos. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). **Fernand Braudel**. Tempo & história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 111-122.

_____. **Tempo & História**. Tempo Histórico, História do Pensamento Ocidental e Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

ROBERTS, Justin. **Slavery and the enlightenment in the British Atlantic, 1750-1807**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

ROOD, Daniel B. **The reinvention of atlantic slavery**: technology, labor, race, and capitalism in the Greater Caribbean. Oxford: Oxford University Press, 2017.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo** - Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Marco Aurélio dos. **Geografia da escravidão no Vale do Paraíba cafeeiro**. Bananal, 1850-1888. São Paulo: Alameda, 2016.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãos do Atlântico**. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844). Tese

(Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo / A Imaginação / Questão de Método**. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1957].

SCHMIDT-NOWARA, Christopher. **Slavery, freedom, and abolition in Latin America and the Atlantic World**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011.

SILVA JR., Waldomiro Lourenço da. **História, direito e escravidão**. A legislação escravista no antigo regime ibero-americano. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. **Entre a escrita e a prática: direito e escravidão no Brasil e em Cuba, c.1760-1871**. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SMITH, Mark M. **Mastered by the clock**. Time, slavery, and freedom in the American South. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1997.

SOUZA, Priscila de Lima. **Sem que lhes obste a diferença de cor**. A habilitação dos pardos livres no Brasil e no Caribe espanhol (1750-1808). Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2017.

STEPHEN, James. **The slavery of the British West India colonies delineated: as it exists both in law and practice, and compared with the slavery of other countries, ancient and modern**. London: J. Butterworth and Son, 1830.

TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão**. Trabalho, capital e a economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011 [2004].

_____. A escravidão no capitalismo histórico: rumo a uma história teórica. *In*: MARQUESE, Rafael de Bivar;

SALLES, Ricardo Salles (Org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**. Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 55-97, 2016

WALLON, Henri Alexandre. **Histoire de l'esclavage dans l'antiquité**. Paris: Imp. Royale, 1847.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1944].

YOUSSEF, Alain El. **Imprensa e escravidão**. Política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850). São Paulo: Intermeios, 2016.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Rafael de Bivar Marquese

marquese@usp.br

Doutor em História Econômica (Universidade de São Paulo)

Professor do Departamento de História da FFLCH/USP

Livre-docente em História da América Colonial

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

waldomiro.silva@ufsc.br

Doutor em História Social (Universidade de São Paulo)

Professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina

Além de agradecer aos pareceristas da revista *História da Historiografia*, gostaríamos de agradecer os valiosos comentários de amigos e colegas que colaboraram na execução deste artigo: Alain El Youssef, Aline Silveira, Beatriz Mamigonian, Dale Tomich, Fabio Morales, João Paulo Pimenta, Leonardo Marques, Miguel Palmeira, Ricardo Salles, Rodrigo Bonaldo, Tâmis Parron, Tiago Kramer. Agradecemos, também, aos pesquisadores do Lab-Mundi/USP e à Linha de Pesquisa História Global do Trabalho/UFSC, que o discutiram em seminários internos. Rafael Marquese agradece, ainda, ao CNPq, a cuja bolsa de produtividade se vincula o presente artigo.

RECEBIDO EM: 26/04/2018 | APROVADO EM: 21/08/2018

O mestre subterrâneo: as afinidades eletivas entre Marcus Garvey e Kwame Nkrumah

The underground master: The elective affinities between Marcus Garvey and Kwame Nkrumah

Felipe Paiva

RESUMO

A característica mais marcante do político e ideólogo ganês Kwame Nkrumah (1909-1972) é seu pan-africanismo radical. O significante *África* tinha para ele o sentido de pátria-mãe, nação a ser construída e reconquistada. Este ímpeto pan-africano foi fruto de um amadurecimento visível em sua trajetória. Nela, o pensador jamaicano Marcus Garvey (1887-1940) desempenhou papel fundamental. Por meio de uma crítica da principal obra de Nkrumah relativa ao pan-africanismo, *Africa Must Unite!* (1963), abordamos neste artigo a relação intelectual entre ambos, procurando demonstrar tanto seus pontos de contato quanto aqueles divergentes.

ABSTRACT

The most remarkable feature of the Ghanaian politic and ideologue Kwame Nkrumah (1909-1972) is his radical pan-africanism. The term *Africa* had for him the meaning of motherland, nation to be built and regained. This pan-african impetus was the result of a visible maturation in his path, in wich the jamaican thinker Marcus Garvey (1887-1940) performed a fundamental part. Through the critic of the main piece of woek from Nkrumah concerning the pan-africanism, *Africa Must Unite!* (1963), we cover in this article the intelectual relation between both, seeking to demonstrate the points in wich they converge such as the striking ones.

PALAVRAS-CHAVE

África; História Intelectual; Recepção

KEYWORDS

Africa; Intellectual History; Reception

O corolário natural da influência é a angústia. Há páginas que não podem ser visitadas impunemente, pois, como disse Tólstoi, elas cavam “sulcos profundos e sensíveis” na mente do leitor (TÓLSTOI 2004, p. 154). Caso estanquem em cicatriz ou se permanecem para sempre abertos, esses sulcos servem para caracterizar o sintoma da influência: a angústia de saber-se devedor de alguém, de um autor predecessor (BLOOM 1973, p. 13).

Assim, caso se aventure mais tarde pela arte da escrita, o outrora leitor terá sempre diante de si um modelo a ser imitado, combatido ou superado. Ao escrever, ele se debate com “pressões estimulantes, deformadoras e reativas das obras de predecessores”. Esses antecessores formam um grupo de parceiros dialéticos com os quais pode dialogar ou esgrimir. É a companhia deles que confere “até ao mais complexamente solitário e inovador dos atos criativos a experiência de uma trama compartilhada e coletiva” (STEINER 2003, p. 94-95).

No que diz respeito ao pan-africanismo, ninguém parece ter sido mais inovador que Kwame Nkrumah. Sua ideia de África foi apresentada por ele como a conclusão lógica de uma caminhada longa e, em muitos momentos, solitária. No correr dos seus passos, Marcus Garvey foi um companheiro de viagem importante. Cabe reconstruir a trajetória de Nkrumah em sua procura de uma ideia pan-africana, bem como as relações antitéticas que manteve com seu mestre-companheiro de viagem, Marcus Garvey. Entre ambos havia uma ambiguidade no interior da concórdia, resultado do embate inevitável que surge de todo aprendizado, “conforme seu exercício se modula nos polos da rivalidade e da superação” (STEINER 2003, p. 95-103).

Com efeito, como deverá ficar demonstrado, a relação entre Nkrumah e Garvey obedece àquilo que Harold Bloom chamou por *Apofrades*, isto é, o retorno dos mortos. O autor-mestre (Garvey), após uma tentativa de ruptura por parte do autor-discípulo (Nkrumah), retorna com força para a obra desse último (BLOOM 1973, p. 23-24).

Lenhadores e aguadeiros

Líder da revolução independentista que assumiu o poder em Gana em 1957, Kwame Nkrumah (1909-1972) foi não só um chefe de Estado, mas também um ideólogo de primeira grandeza, pois sua produção é até hoje referência basilar do pan-africanismo. Essa estatura intelectual contrasta com o tamanho da aldeia em que nasceu, o povoado de Nkroful. O lugar, seco em oportunidades, o obrigou a viajar constantemente. Primeiro para o vilarejo de Half Assini, afim de adquirir a formação elementar na escola missionária; depois para o então recém-fundado colégio de Achimota, então instituição de referência em Gana (NKRUMAH 1962, p. 38).

Formado em Achimota em 1930, passa a pelejar em busca de uma bolsa de estudos em alguma universidade norte-americana, ao mesmo tempo em que trava conhecimento com proeminentes líderes políticos da África Ocidental, tais como o serra-leonês Wallace-Johnson e o nigeriano Nnamdi Azikiwe, que então se encontravam exilados em Gana, além de Kwegyr Aggrey, seu professor em Achimota (SHERWOOD 1996, p. 17-18).

Finalmente, em 1935, seus esforços são recompensados e mais uma vez viaja, agora para os Estados Unidos, para iniciar os estudos na Universidade de Lincoln. Inevitavelmente, entra em contato com um contexto intelectual mais amplo, conhecendo a obra de diversos pensadores e militantes africanos e diaspóricos, dentre os quais o jamaicano Marcus Garvey, cuja obra lhe causou profunda impressão. É a partir desse momento que a ideia pan-africana começa a ganhar corpo e sedimentar-se em Nkrumah. Cuidadosamente lapidada, essa escultura só encontraria um toque final mais ou menos definido em 1963, quando publica seu manifesto pan-africano: *Africa Must Unite!* (*África deve unir-se!*).

Logo na introdução de sua obra mais importante relativa à ideologia pan-africana, Kwame Nkrumah dá ao leitor importante pista a respeito de suas dívidas intelectuais e da tradição

ideológica à qual pretende se vincular. Escreveu o então Chefe de Estado que “Os milhões de habitantes da África e Ásia se cansaram de ser *lenhadores e aguadeiros*, e estão se rebelando contra a falsa crença de que a providência criou a uns para ser os servos de outros” (NKRUMAH 2010, p. 13).

A expressão *lenhadores e aguadeiros* – *Hewers of Wood and Drawers of Water*, no original (NKRUMAH 1963, p. IX) – possui uma longa história, que entrelaça em um mesmo nó paradoxal a bíblia inglesa, o pensamento conservador britânico (*Tory*), os grupos subversivos da origem do capitalismo (negros escravizados, indígenas, além do proletariado europeu) e... o pan-africanismo. Logo, não foi gratuitamente que Nkrumah a utilizou.

Rachar lenha e carregar água são lidas imemoriais, feitas desde que a espécie humana existe, mas, como binômio terminológico de fortes conotações ideológicas, possui uma origem muito precisa.

William Tyndale cunhou o termo “rachadores de lenha e tiradores de água” em sua tradução do Antigo Testamento, em 1530. A expressão se fez presente em dois textos bíblicos distintos. O primeiro deles é Deuteronômio 29, quando Moisés realiza a aliança com Iahweh. Em tal passagem, o profeta recorda a libertação do povo hebreu do Egito, a caminhada pelo deserto e as batalhas de conquista e sentencia que, inclusive, “o estrangeiro que está no teu acampamento, desde o que corta a tua madeira até o que tira água para ti” também deve fazer parte da aliança com o Criador. A segunda passagem é em Josué 9, 21, na qual o povo gabonita é amaldiçoado com a escravidão, devendo ser “rachadores de lenha e tiradores de água para toda comunidade” (LINEBAUGH; REDIKER 2008, p. 52).

A expressão logo caiu em uso no ambiente britânico, florescendo nas mais diversas descrições sociais desde essa época. Uma primeira explicação para o seu sucesso é o jogo entre as palavras: a aliteração que existe na língua original, o inglês – *wood* e *water* – e a assonância – *hewers* e *drawers*. Outro fator que explica a atração que o binômio

exerce é que ele sintetiza a maldição do trabalho que recai nos ombros dos desvalidos.

Seja em Moisés ou Josué, os lenhadores e aguadeiros podem ser vistos em seu sentido literal, mas também como uma larga metáfora na qual se incluem todos aqueles que estão fadados a ter expropriada sua força de trabalho, quase sempre em tarefas das mais embrutecedoras, repetitivas e extenuantes possíveis, como rachar lenha e carregar água. A terminologia caía como uma luva para descrever os bárbaros metropolitanos (o proletariado nascente e a plebe), bem como os de além-mar – os da América e África, principalmente.

Assim, saindo do seu contexto bíblico original, a expressão foi usada pelos artesãos londrinos no século XVII para compor palavras de ordem em protestos trabalhistas. Autores como Swift, Wolfe Tone e James Connolly também a utilizaram para retratar a posição subalterna dos irlandeses diante dos senhores britânicos. Bolingbroke, um *tory* aristocrático, a utilizou com conotações raciais e reacionárias para descrever os judeus, uma raça distinta fadada a rachar lenha e carregar água. Igualmente, em 1692, a terminologia era usada para descrever Dixcove, forte britânico localizado em Gana, tido pela administração inglesa como “bom lugar para milho, com bastante lenha e água” (LINEBAUGH; REDIKER 2008, p. 58).

Já no século XIX, com a consolidação do capitalismo em sua face industrial, a expressão continua em uso em panfletos cartistas. No mesmo período, ela é grafada por Maxwell Philip em seu romance ambientado no caribe britânico para descrever especificamente os africanos que “deram ao mundo a filosofia, a religião e o governo, mas que agora precisam parar de cortar lenha e carregar água”. Quase simultaneamente, Osborne Ward se valeu dela para descrever negros escravizados, plebeus e proletários metropolitanos.

Numa linha sucessória confusa e cercada por inflexões, o binômio passa a ser utilizado no século XX pelos negros estadunidenses, a exemplo de W. E. B. Du Bois, que conclamava

o povo negro a “escapar do desprezo dos brancos por uma nação de meros rachadores de lenha e tiradores de água” (LINEBAUGH; REDIKER 2008, p. 50-51). Enquanto isso, outro líder da diáspora africana, de maior importância para nossos propósitos, se valeria da metáfora laboral bíblica: Marcus Garvey.

Em um discurso pronunciado em Montego Bay, Jamaica, em 1921, Garvey falava a respeito da ideia de que “o homem Negro, [...] só deve ser *lenhador, carregador de água*, um servo que lança a vista para ver o branco como amo e senhor, e quem nasceu para crer-se inferior às demais raças, nascido para não portar esperanças” (GARVEY 2013, p. 43).

Nkrumah, como ele próprio gostava de lembrar, era um “cristão não vinculado a nenhuma igreja”.¹ Por esse motivo, certamente ele se bateu com a expressão idiomática dos *lenhadores e aguadeiros* na tradução da Bíblia em inglês, a qual conheceu pela mão do missionário católico que o educou quando criança. Mais tarde, ele a reencontrou em Garvey, que também era cristão, o que certamente ajudou a criar ou reforçar o vínculo entre a fé que professava e um certo ímpeto libertário difuso.

Em um sentido estreito, ao falar que os africanos não mais seriam lenhadores e aguadeiros, o presidente ganhês estava dando a conhecer ao seu público leitor ao menos duas de suas principais influências: o cristianismo e Garvey. Por outro lado, em um sentido mais amplo, Nkrumah estava se vinculando, consciente ou inconscientemente, a uma tradição intelectual maior. Ele se colocava, querendo ou não, ao lado do conjunto de autores e/ou militantes que usaram a citação da escritura como combustível para a subversão e como arsenal literário para o protesto social.

Com efeito, ao se valer do binômio dos *lenhadores e aguadeiros*, ele não estava somente referenciando duas das mais importantes pedras de seu edifício formativo, senão expressando que, como militante, ele se colocava ao lado dos cartistas e artesãos ingleses, de Swift em sua denúncia da condição irlandesa e, claro, de Garvey. Ele se somava às fileiras

1 - “[...] sou cristão não vinculado a nenhuma igreja e socialista-marxista e não vejo nenhuma contradição entre ambas as atitudes” (NKRUMAH 1962, p. 28-29).

de todos os que utilizaram o termo para denunciar a espoliação, ajudando a compor uma sucessão ideológica descontínua, não linear e, por isso mesmo, contraditória. Dessa trincheira, ele atirava suas palavras contra a igualmente longa tradição conservadora que se valia da terminologia bíblica com fins diametralmente opostos, para legitimar a opressão, a exemplo de Bolingbroke e os demais *tories* aristocráticos.

Um desconhecido familiar

A influência de Garvey não se restringe, no entanto, a apenas uma expressão idiomática. Em sua autobiografia, Kwame Nkrumah é bastante claro a respeito do papel que a obra de Marcus Garvey ocupa em seu panteão pessoal. Segundo seu relato, quando foi estudante universitário nos Estados Unidos, leu e/ou conheceu um número expressivo de autores e militantes que lhe impressionaram: de Herskovits a Cyril James, de Hegel a Marx, de Lênin a Mazzini. Mas foi com a leitura de *Philosophy and Opinions of Marcus Garvey*, publicado originalmente em 1923, que o jovem militante Kwame mais se entusiasmou, sendo essa brochura peça fundamental no definitivo engajamento de Nkrumah no ideário da libertação e unidade africana. Do mesmo modo, Nkrumah para sempre se ressentiria de nunca ter tido a oportunidade de conhecer o mestre querido: “Desgraçadamente nunca pude conhecer Garvey” (NKRUMAH 1962, p. 64-65).

Se os escritos garveyanos forem postos em contraponto às linhas escritas por seu discípulo ganês, o entusiasmo logo se explica e a dívida intelectual de um para com o outro logo vem à luz. Se faz presente em Garvey um chamado à libertação negra – sujeita a toda sorte de opressão nas Américas, no Caribe e na África – um apelo anticolonial contundente, e, coroando o argumento, a ideia de uma nação africana unida. Esses elementos também estariam disponíveis na prosa nkrumaniana.

Em 1920, Garvey publicava sua *Declaração dos Povos Negros*, importante documento composto por denúncias a

respeito das condições às quais os negros nas américas, especialmente nos Estados Unidos, estavam sujeitos. Ao todo, são 12 tópicos de denúncia e 54 reivindicações.

No terceiro tópico de sua *Declaração*, Garvey escreve a respeito da ação colonial no continente africano, num tom mordaz que não escapou ao jovem Kwame. As nações europeias, disse Garvey, “têm parcelado entre si e tomado posse da quase totalidade do continente da África, e os nativos são obrigados a entregar as suas terras para estrangeiros e, na maioria dos casos, são tratados como escravos”. Para ele, a situação colonial era “injusta e imoral, e nenhum nativo deve respeitar qualquer desse tipo de lei ou prática”. Em simultâneo, o negro que estava fora do continente, fosse na Europa, nas Américas ou nas “Índias Ocidentais” era visto como “um proscrito e um leproso entre as raças dos homens, não importando qual seja o caráter e as realizações que o homem Negro possa ter” (GARVEY 2013, p. 87-88).

Para pôr termo a essa situação sinistra - “desumana, anticristã e incivilizada”, nas palavras de Garvey - são apresentadas as reivindicações. O receituário a ser aplicado tinha por primeiro ponto a afirmação de que “todos os homens são criados iguais e intitulados para os direitos da vida, liberdade e a busca para a felicidade”, tal apelo invocava a ajuda do “Todo Poderoso Deus” e declarava “todos os homens, mulheres e crianças do nosso sangue por todo o mundo cidadãos livres e, os afirmamos como cidadãos livres de África, a Terra Mãe de todos os Negros” (GARVEY 2013, p. 89). A passagem final é de suma importância para a análise. Anos depois de tentar romper com Garvey, Nkrumah também caracterizaria a África como “Terra Mãe de todos os Negros”.

É necessário descartar de antemão qualquer hipótese de metáfora ou simbolismo nas palavras de Garvey. O sentido de uma África não só negra, mas também nação de toda uma raça é literal em seu argumento.

Em suas próprias palavras: “acreditamos na liberdade de

África para o povo Negro do mundo, e pelo princípio da Europa para os europeus e da Ásia para os asiáticos; nós ainda exigimos África para os africanos em casa e no exterior”. Garvey estava convencido e determinado a “resolver os nossos próprios problemas pelo resgate da nossa Terra Mãe África das mãos de exploradores estrangeiros”, e encontrar lá um governo: “uma nação própria, nossa, forte o suficiente para dar proteção aos membros da nossa raça” (GARVEY 2013, p. 91-97). Haveria, segundo ele, um direito “inerente”, em sua própria expressão, do negro em relação ao continente africano, devendo ele se apossar dessa terra então usurpada pelo europeu.

O continente e sua soberania eram, portanto, definidos em termos raciais. Se havia uma pátria para o homem branco e outra para o amarelo ou marrom – termos de Garvey para a Europa e a Ásia – também deveria haver uma para o negro, e esse, por sua vez, “como qualquer outra raça, deve ser governado pela ética da civilização”. Igualmente, onde quer que estivessem os negros e negras do mundo formariam “uma comunidade entre si” (GARVEY 2013, p. 91).

Garvey nunca pôs os pés na África. Por conseguinte, seu apelo a uma comunidade negra que transcenderia aos territórios tinha, além de um substrato ideológico, uma motivação bastante pragmática subjacente. Caso seu sonho se concretizasse – isto é, se por ventura a “África para os africanos” saísse do papel – o “africano”, cidadão do novo país, deveria ser definido de forma a que ele próprio, Garvey, fosse contemplado no conceito, caso contrário se veria alijado da terra que pretendia sua e alienado da cidadania que queria estabelecer. Tal fato não era possível pela pertença territorial; assim, a cor da pele – ou “raça”, em seus termos – foi o elemento retórico de coesão coletiva utilizado para constituir um “nós” identificador. Sua África deveria ser grande, unida e liberta, mas, antes de tudo, deveria ser o país dos negros.

Por tudo o que traz em si o pensamento garveyano seria uma pilastra sólida para um jovem militante africano do pós-guerra se apoiar. Entretanto, algo que chama a atenção no

escrito de Nkrumah *Africa Must Unite!*, publicado originalmente em 1963, é a quase absoluta ausência de Marcus Garvey na construção do argumento. O nome de Garvey é citado apenas uma vez, e mesmo assim somente como baliza histórica em um capítulo que sintetiza a história do pan-africanismo. Garvey não é citado como referência intelectual; sua obra, ao contrário da de Lênin, Abraham Lincoln ou Gunnar Myrdal não aparece como aporte teórico-reflexivo. A diferença é tanto qualitativa quanto quantitativa.

Os nomes de Lênin e Lincoln são grafados três vezes, tanto na condição de exemplos históricos quanto de referências intelectuais; enquanto Myrdal emerge em dois momentos, somente como referência intelectual. Estando atrás desse trio, Marcus Garvey empata ou mesmo fica atrás em número de ocorrências de nomes menores, colaterais ao argumento ou ainda de figuras que aparecem somente como elemento polêmico, tais como, respectivamente: Jack Woddis, Basil Davidson e Leopold Sédar Senghor.

O parricídio

No único momento em que é citado, Garvey está muito bem acompanhado por Henry Sylvester-Williams e W. E. B. Du Bois. O papel que representa também é relevante, Nkrumah o considera, ao lado dos outros dois, um dos fundadores do pan-africanismo. Em suas próprias palavras: “Uma importante contribuição ao nacionalismo africano e ao pan-africanismo foi o movimento ‘Back to Africa’ de Marcus Garvey” (NKRUMAH 2010, p. 159-160).

Depois de citar os pais fundadores, Nkrumah vai desenhando a sucessão de eventos que, em sua opinião, foram os mais importantes na história do pan-africanismo. Cita, principalmente, os diversos congressos pan-africanos organizados por Du Bois, até chegar ao maior de todos os eventos: o congresso de Manchester de 1945, no qual ele

foi o protagonista. Diz Nkrumah que, nesse congresso, ficou resolvido que os métodos empregados para a independência africana e, conseqüentemente, a unidade continental se baseariam “na tática da não violência e na não cooperação de Gandhi, em outras palavras, a greve, a desobediência civil e o boicote econômico” (NKRUMAH 2010, p. 161).

Dito isso, Nkrumah escreve que “Em lugar de um movimento bastante nebuloso, vagamente intencionado no nacionalismo negro, o movimento pan-africano se convertera em uma expressão do nacionalismo africano”. À diferença do que aconteceu nos demais congressos, a maioria dos participantes era formada por “procedentes da África” (NKRUMAH 2010, p. 161).

O tom usado na passagem anterior dá a entender que, com o congresso de 1945, quando os africanos começaram finalmente a protagonizar o pan-africanismo, o movimento tomara uma forma mais precisa. O adjetivo nebuloso para descrever o nacionalismo negro é peça fundamental para compreender o lugar que Garvey (bem como Du Bois) ocupa nesta obra de Nkrumah.

Em termos objetivos, tudo leva a crer que, para Nkrumah, houve uma inflexão profunda em 1945 e teria sido tal inflexão que teria levado o pan-africanismo a se configurar expressão do nacionalismo africano, sendo a obra dos pais fundadores, Garvey incluso, nebulosa. Nessa altura, Nkrumah via a ideologia garveyana como difusa e seus tons argumentativos teoricamente pobres, pois, ao contrário do pós-1945, estaria nela ausente um método a ser empregado na libertação africana e em sua posterior unidade.

Conseqüentemente, na construção do argumento dessa obra de Kwame Nkrumah, Marcus Garvey é algo acessório, uma peça de antiquário fadada à obsolescência. Em *Africa Must Unite!*, ao contrário do que acontece em sua autobiografia, publicada em 1957, ano da independência de Gana, Garvey não é tratado como uma referência teórica, mas tão somente como marco histórico. Duas coisas ajudam a explicar essa

mudança de postura em relação à obra garveyana.

Em primeiro lugar, cabe considerar o papel que o próprio Nkrumah representa nessa obra. Ele já não é mais, como em sua autobiografia, o recém-empossado chefe de Estado que rememora sua formação e quer dar a conhecer ao público sua odisseia de retorno e de reconquista da pátria. Em *Africa Must Unite!*, ele já é o prestigiado chefe de Estado que anteriormente pretendia ser. Mais do que isso, já estava no panteão intelectual das novas gerações de militantes africanos, afro-americanos (não só estadunidenses) e do terceiro mundo em geral. Diante do novo papel que desempenhava, cabia a ele se colocar não mais como personagem de uma narrativa a ser contada – papel que inevitavelmente assumia em sua autobiografia – mas antes como autor de uma história, pensador original dotado de brilho próprio. Agora era ele o solista e o compositor de sua própria ária na suíte pan-africana.

Essa mudança de posição e de papel fica bastante evidente tanto na conclusão de sua autobiografia, quanto na introdução de *Africa Must Unite!*, como se o final de uma obra anunciasse o início da seguinte.

Quando encaminha sua autobiografia para a conclusão, Nkrumah narra sua visita oficial à Libéria em 1953, quando desempenhava a função de primeiro-ministro de Gana – um posto que, naquele contexto, não correspondia ao de Chefe de Estado, visto que oficialmente o país ainda estava sob o jugo britânico. Nessa visita, Nkrumah faz um inflamado discurso no qual diz: “África para os africanos! África para os africanos, mas não segundo a filosofia que predicava Marcus Garvey. Não! Estamos criando outra África para os africanos, com uma concepção distinta”. Essa nova concepção repousava no desejo de construir “Um Estado livre e independente. Queremos governarmos em nossa própria terra sem interferência estrangeira, e vamos conseguir que assim seja!” (NKRUMAH 1962, p. 214). Se no início da sua autobiografia Garvey é tratado como o autor mais impactante, nas páginas finais ele é alguém a ser superado.

Da mesma forma, na introdução de *Africa must Unite!*, Nkrumah escreve: “Em minha autobiografia, e até certo ponto também em outro de meus livros, *I Speak of Freedom*, tratei de mostrar como e por que se desenvolveu e triunfou a luta pela independência naquilo que então se chamava Costa do Ouro (Gana)”. Agora, porém, ele pretende “esboçar brevemente quais são os antecedentes africanos e os efeitos de séculos de colonialismo na vida política, econômica e social da África”, além de “explicar minha filosofia política baseada na convicção de que são necessárias a liberdade e a unificação da África e de suas ilhas” (NKRUMAH 2010, p. 15).

Destarte, quando escreveu seu livro a respeito da unidade africana, ele já possuía uma considerável obra anterior. A diferença entre as publicações, como ele mesmo afirma, se refere ao fato de *Africa Must Unite!* ser tanto um livro que trata da história como, também, ser uma empreitada em “filosofia política”. A pretensão que tinha em ser um pensador original aparece com bastante evidência.

Como geralmente acontece com os que se pretendem vanguarda, ele precisava, nesse novo papel que assumia, evidenciar sua singularidade. Era preciso, dentre outras coisas, realizar o parricídio para que seu argumento ganhasse os devidos contornos de ineditismo. O assassinato foi feito de maneira ambivalente, sopesando o respeito pelo pai morto – cuja contribuição havia sido “importante” – com suas limitações. Assim, ao fim e ao cabo sua ideia havia sido “nebulosa”.

A bem da verdade, em *Africa Must Unite!* Nkrumah não diz diretamente que a obra garveyana fosse nebulosa, mas que o “nacionalismo negro” era. Por esse motivo, para pleno entendimento da questão, cabe ler essa obra paralelamente à sua autobiografia. Nela, Nkrumah afirma que Garvey “se preocupava com o nacionalismo *negro* ao contrário do nacionalismo *africano*” (NKRUMAH 1962, p. 74 – grifos nossos). Sendo assim, por uma dedução lógica, se o “nacionalismo negro” era algo nebuloso, a obra de Garvey também seria, pois era com tal ideologia que o autor jamaicano se alinhava, segundo Nkrumah.

Evidenciada a tentativa, mas não o sucesso, do parricídio, é preciso analisar as possíveis causas desse evento, o que, exatamente, teria levado Nkrumah a hostilizar o antigo mestre.

As armas do crime

É justo supor que uma parte dessa ruptura com o nacionalismo negro de Garvey relacione-se com sua dívida para com a academia e, mais precisamente, de seu assumido tributo para com Melville Herskovits (NKRUMAH 1962, p. 19).

Herskovits foi um proeminente antropólogo estadunidense de ascendência judaica. Pela altura em que o jovem Kwame chegou nos Estados Unidos, ele já era respeitado entre seus pares numa posição de prestígio merecidamente mantida até hoje. Herskovits foi particularmente importante no debate intelectual estadunidense por defender – em meio a um contexto no qual o racismo era o item mais vendido pelos mercadores do ódio – a igualdade das raças humanas e o respeito ao qual todas elas têm merecimento, rompendo com a hierarquia racial então hegemônica que colocava o negro na base de uma pirâmide obscena, cujo topo era habitado, naturalmente, pela cultura branca protestante. Do ponto de vista institucional, seu impacto também foi tremendo: estabeleceu e instigou a criação de diversos programas e cursos de cultura e história negra e africana (GERSHENHORN 2004, p. 3-4).

Na parte mais produtiva de sua carreira, cujo ápice se deu com a publicação do livro *The Myth of the Negro Past* (1941), Herskovits esteve especialmente interessado em demonstrar a riqueza e a complexidade da cultura africana e afro-americana. Fugindo do cercado estadunidense, ele foi pesquisar em solo africano e em solo americano, no correto sentido da palavra, tendo visitado o então Daomé, o Haiti, o Suriname e o Brasil (GERSHENHORN 2004, p. 5). Em que pese suas inevitáveis limitações, sua visão algo pluralista das culturas africanas e afro-americanas auxilia a não trancafiar um arco-íris numa jaula monocromática.

Segundo seu próprio relato, Nkrumah teve conhecimento dessas ideias quando de sua estadia nos Estados Unidos e defendeu as teses de Herskovits no então pulsante debate acadêmico estadunidense (NKRUMAH 1962, p. 64). Logo, ao contrário de Garvey, Nkrumah tinha conhecimento científico o suficiente para não subestimar tanto a diversidade continental. Daí sua recusa em aceitar o “nacionalismo negro” garveyano. Mas as diferenças não se devem unicamente à influência acadêmica, uma vez que pressões do entorno político imediato foram também determinantes.

Em seu manifesto pan-africano, os termos com os quais Nkrumah define a África e, conseqüentemente a cidadania africana, são condizentes antes ao fator territorial, e menos ao racial. Em muitos momentos de seu livro, Nkrumah rotula como africanos Estados nos quais o negro não compõe o maior contingente populacional, referindo-se, em geral, aos Estados norte-africanos e com maior insistência à República Árabe Unida, como então era chamado o Egito após sua efêmera união com a Síria.

Caso Nkrumah seguisse acriticamente o receituário de Garvey e definisse a África em termos exclusivamente cromático-raciais, colocaria em risco todo e qualquer apoio estratégico e intelectual que poderia receber dos pan-africanistas árabes norte-africanos,² e colocaria também em risco a relação amistosa que mantinha com quase todos eles, especialmente com o egípcio Gamal Abdel Nasser, de quem era amigo pessoal. Nkrumah não poderia (e não queria) abrir mão dessas boas relações. Não somente por questões sentimentais pessoais, mas também porque, no momento em que publicava os preceitos de sua ideologia pan-africana, o não alinhamento aparecia como uma alternativa diplomática viável e promissora, cabendo a ele procurar os aliados mais próximos dentro do conjunto de nações que então compreendia o terceiro-mundo. Seus vizinhos do Norte não poderiam ser esquecidos.

Além disso, ao contrário de Garvey, Nkrumah nascera e vivera na África. Tinha dentro de si não só o sentimento de

2 - Muitos políticos e intelectuais árabes africanos defenderam abertamente, ainda que em níveis muito distintos de comprometimento, o pan-africanismo, entendido em termos de união e solidariedade continental. Uma lista concisa dos principais nomes do pan-africanismo norte-africano deve incluir o tunisino Habib Bourguiba (1903-2000), o marroquino Mehdi Ben Barka (1920 - 1965), o egípcio Gamal Abdel Nasser (1918-1970) e o líbio Muamar Kadafi (1942-2011).

solidariedade racial fruto da opressão indizível à qual as negras e negros do mundo estavam (e estão) sujeitos. Tinha também o sentimento de pertencimento a uma *terra* distinta, a um chão de traços e contornos próprios. Ao contrário de Garvey, seu pertencimento ao lugar era direto. Sua cidadania africana poderia ser reclamada pelo critério comum do pertencimento territorial, do nascimento no chão natal, não ficando dependente de um vínculo estabelecido *a posteriori* – a descendência, e, conseqüentemente, o critério da cor, como no caso de Garvey.

Portanto, em *Africa Must Unite!*, a forma como definia os significantes “África” e “africano” era dessemelhante de Garvey tanto por uma questão pragmática – estabelecer e reforçar estrategicamente o apoio dos Estados árabes, cujos líderes também falavam em união africana – como também por uma questão sentimental condizente à sua trajetória de vida, em muito diferente daquela de seu professor jamaicano. Entretanto, essa posição não o blindava de contradições ideológicas. A recusa da “raça” como fator de coesão coletiva não foi uma constante absoluta em sua obra, caso seja vista em conjunto.

Hamlet e o espectro do pai

Em outros momentos de sua trajetória, Nkrumah falou sobre o poder negro e a necessidade de colaboração e união entre os negros africanos e os da diáspora. Nesse caso, o que imprime diferença entre o “poder negro” de Nkrumah e o “nacionalismo negro” de Garvey não é o apelo à população negra e a conclamação a rebelar-se, mas os meandros da argumentação de cada um. Para Nkrumah, a libertação negra deveria estar interligada com o socialismo e com o fim da opressão do homem pelo homem, fosse essa opressão posta em termos raciais ou não. Do mesmo modo, ainda que eventualmente se refira à África como o lar do homem negro, ele não leva adiante o argumento até chegar à mesma conclusão de Garvey: a de que haveria uma nação para cada raça humana.

Em 1968 – quando já se encontrava destituído da presidência, após o golpe militar ocorrido em Gana em 1966 – Nkrumah publica o panfleto *The spectre of Black Power*. Nesse manifesto, ele argumenta que a luta dos negros da diáspora e dos africanos é “essencialmente a mesma, uma luta de morte contra a opressão, o racismo e a exploração”. O poder negro seria parte “da rebelião mundial do oprimido contra o opressor, do explorado contra o explorador... Este é o elo entre a luta pan-africana para a unidade no continente africano com todos que se esforçam para estabelecer uma sociedade socialista”. O poder negro seria, em suma, “o movimento de vanguarda do povo negro, mas abre o caminho para todas as massas oprimidas” (NKRUMAH 1968, p. 10-12). Ao contrário de seu antecessor, Garvey, Nkrumah coloca a questão em termos explicitamente socialistas e marxistas. Não só isso, o poder negro ganha contornos de movimento de vanguarda, em um tom claramente leninista.³

Igualmente relevante e reveladora é a dedicatória deste escrito: “Para Ernesto Che Guevara, Ben Barka e Malcolm X”. Abaixo da dedicatória, estão os seguintes versos: “Não podemos lamentá-los/Eles não querem nossas lágrimas/Nós desprezamos a morte/Sabemos que não podemos ser derrotados” (NKRUMAH 1968, p. 10-12). Nkrumah não só coloca a questão racial em termos socialistas marxistas, mas expressa sua dívida com políticos conhecidos por sua filiação a essa tradição de pensamento, reforçando, assim, o vínculo ideológico com essa escola.

É preciso sublinhar que tal dedicatória e os versos que a acompanham, por mais que sirvam como elo e como conclamação à luta, são partes do seu canto do cisne. Um cisne de asas cortadas, como veremos adiante. A dedicatória de Nkrumah é aos tombados, assassinados pelo colonialismo europeu (Ben Barka); pelo imperialismo estadunidense (Che) e pelo racismo deste mesmo país (Malcolm X). Nkrumah estava cômico que também para ele a barca de Caronte não tardaria a chegar. Ainda que, ao contrário dos outros três, ele tenha entrado na embarcação por causas naturais.

3 - Nkrumah sempre explicitou sua dívida para com Lênin. Para mais informações a respeito das relações entre Lênin e Nkrumah, ver: (PAIVA 2017, p. 166-178). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/33251/pdf>.

Desse modo, seu vocabulário, seu tom e suas novas influências apontam para uma ruptura com o ideário de Garvey, que nunca reclamou para si as insígnias do socialismo ou do marxismo. Todavia, essa ruptura está longe de ser absoluta. Se, em 1957, em sua autobiografia, ele diferencia o nacionalismo africano do nacionalismo negro e, em 1963, ele acusa esse último de ser um movimento “nebuloso”, em 1968 escreve com todas as letras que a África é “o lar do homem negro e dos descendentes de africanos ao redor do mundo” (NKRUMAH 2010, p. 14). Repetindo, pois, as mesmas palavras outrora pronunciadas por Garvey, que como visto, afirmara ser a África a “Terra Mãe de todos os Negros”.

Nkrumah, assim como Garvey, torna a definir o continente africano em termos raciais, ainda que seu léxico esteja preenchido por conceitos inteiramente ausentes do seu mestre jamaicano, como socialismo, vanguarda e exploração do homem pelo homem- e por novos parceiros dialéticos: Che, Barka e Malcolm X. Esse descompasso leva a crer que, para Nkrumah, em sua intimidade, a questão sempre esteve irresoluta, e também que a ruptura com o seu mestre havia sido menos radical do que ele próprio supôs em momentos anteriores de sua obra. Alguns fatores históricos ajudam a explicar essa aparente contradição, bem como o malogro do parricídio intentado por Nkrumah.

A partir de 1957, quando alcança a independência de Gana e publica sua autobiografia, toda esperança estava voltada para dentro da África. A independência de Gana inaugura a chamada *década africana*, curtíssimo período de tempo em que um futuro emancipado e plenamente independente parecia ao alcance das mãos. Esse sentimento ainda estava na atmosfera em 1963, quando *Africa Must Unite!* é publicado. O continente parecia ter alçado seu voo rumo à libertação. Mas suas asas eram de cera.

No final da década de 1960, a situação já estava completamente transformada. Especialmente a partir do segundo quartel dos anos de 1960, muitos dos principais líderes independentistas africanos haviam sido assassinados

(como o queniano Tom Mboya, morto em 1969; o marroquino Medi Ben Barka, desaparecido em 1965 ou o congolês Patrice Lumumba, assassinado ainda em 1961); depostos (como o próprio Nkrumah em 1966; o argelino Ahmed Ben Bella em 1965 e o nigeriano Nnamdi Azikiwe também em 1966); ou se encontravam desnorteados, colecionando derrotas tanto na política interna quanto na externa (a exemplo do egípcio Gamal Abdel Nasser). Em suma, em fins de 1960, Nkrumah estava deposto e amargava um exílio que o condenava a cumprir o papel de leão sem dentes, guardião de lápides.

A queda da revolução africana talvez tenha feito Nkrumah se voltar mais para a diáspora. Ainda que a dimensão diaspórica nunca tenha sido completamente olvidada por Nkrumah – ele sempre a colocou em relevo, fosse em sua obra, fosse em sua prática política, pois inúmeros combatentes dos direitos civis norte-americanos foram entusiasticamente apoiados por ele enquanto foi chefe de Estado. Nomes como Martin Luther King Jr., Malcolm X e Stokely Carmichael estiveram em Gana a convite do então presidente (BIRMINGHAM 1998, p. 95). Além disso, diversos afro-americanos e afro-caribenhos cumpriram funções regulares em seu governo.

Todavia, se anos antes era o continente que parecia ter a vitória ao alcance das mãos, a partir do segundo quartel da década de 1960 era a causa negra estadunidense que ganhava corpo, assumindo um novo léxico e novos métodos, fosse através da luta pelos direitos civis capitaneada por Luther King, ou por organizações mais próximas ao marxismo, tradição à qual Nkrumah se alinhava, como o Partido dos Panteras Negras.

É possível, senão provável, que o malogro da revolução africana e a agudização da luta afro-americana o tenha levado a pôr mais ênfase teórica na causa dos negros e negras algures, contribuindo para uma mudança de contornos na definição da identidade africana. Culminando, ao fim e ao cabo, em um retorno a Garvey. Retorno esse mediado por novos conceitos e novas influências intelectuais.

Reencontro

Garvey aparece em *Africa Must Unite!* como o mestre subterrâneo, o elemento subtextual mais importante a ser considerado. Ao leitor já iniciado na obra nkrumaniana, será bastante evidente a dívida; ao não iniciado, isso talvez escape. Há uma semelhança de ambições em termos gerais – uma África unida, liberta. Aquilo que de Garvey permaneceu em Nkrumah foi a insurgência anticolonial, aquilo que pereceu (ao menos parcialmente) foi a ênfase em um certo racialismo negro na definição do significante *África*. Ainda que ulteriormente esse mesmo racialismo tenha retornado para sua obra, com novas nuances, é bem verdade.

Em sua caminhada, Nkrumah se esforçou por se desvencilhar do seu mestre subterrâneo. Em alguns momentos apertou o passo e foi, mesmo descalço, abrir sua própria senda. Parecia andar em linha reta para o amanhecer; enquanto na verdade entrava em um desvio fatal, pois, em que pese seu esforço, a trilha se mostrou elíptica. No crepúsculo dos seus dias, reencontrou seu antigo professor. Garvey ainda estava lá. Um sorriso irônico desenhado em sua boca, um olhar compreensivo estampado em sua íris.

Ao discípulo restou voltar a caminhar com o mestre, ainda que ambos estivessem agora muito transformados. Nkrumah trazia consigo tudo o que aprendera em sua caminhada solitária, a memória dos tombados e as novas palavras que bebera das nascentes que encontrou. Garvey, por seu turno, continuava marchando pela mesma causa, mas agora sua obra seria inseparável da de seu aluno. Passaria a habitar inadvertidamente a casa alheia. Ora recôndito, ora revelado. O Mestre Subterrâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOOM, Harold. **La angustia de las influencias**. Caracas: Monte Avila, 1973.

BIRMINGHAM, David. **Kwame Nkrumah: The father of African Nation**. Athens: Ohio University Press, 1998.

GARVEY, Marcus. **A estrela preta**. S.l: Eu&Eu Realidade Rasta, 2013.

GERSHENHORN, Jerry. **Melville J. Herskovits and the racial politics of knowledge**. Lincoln/Nova York: University of Nebraska Press, 2004.

LÊNIN, V. I. Que fazer? Problemas cadentes do nosso movimento. *In*: LÊNIN, V. I. **Obras Escolhidas**. Vol. – I. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LINEBAUGH, Pete; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**. Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NKRUMAH, Kwame. **Un líder y un Pueblo**. Autobiografía. México-D.F: Fondo de Cultura Economica, 1962.

_____. **África debe unirse**. Barcelona: Bellaterra, 2010.

_____. **Africa must unite!** Nova York: Praeger, 1963.

_____. **The spectre of Black Power**. Londres: Panaf, 1968.

PAIVA, Felipe. Ecos africanos de outubro: Kwame Nkrumah e a sombra de Lênin. **Lutas Sociais**. São Paulo: PUC-SP, 2017, vol. 21, n. 37, p. 166 – 178. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/33251/pdf>.

SHERWOOD, Marika. **Nkrumah: The years abroad (1935 - 1947)**. Acra: Freedom, 1996.

STEINER, George. **Gramáticas da criação**. São Paulo: Globo, 2003.

TÓLSTOI, Liev. **Obra completa** – Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2010.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Felipe Paiva

paiva.his@gmail.com

Doutorando em História - Bolsista Capes-Proex

Universidade Federal Fluminense

RECEBIDO EM: 1/6/2018 | APROVADO EM: 20/7/2018

Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia

The sounds of silence: decolonial feminist inquiries to History of historiography

Maria da Glória de Oliveira

RESUMO

Neste artigo proponho uma reflexão acerca da invisibilidade das produções de autoria feminina na história intelectual, tendo por horizonte alguns desafios postos pela perspectiva feminista decolonial. Como ponto de partida, abordo a separação paradigmática que se manifesta nas variadas formas de silenciamento acerca das contribuições intelectuais das mulheres por conta da persistência de um modelo de pesquisa com foco predominante no estudo dos repertórios canônicos de obras de autoria masculina, branca e europeia. O argumento a ser explorado é o de que a produção de autoria feminina não se configurou como tema privilegiado e frequente da história da historiografia, mantendo-se, em larga medida, como o “outro” silenciado, marginal e periférico nos cânones historiográficos e na memória disciplinar. Por fim, defendo a efetividade da categoria de gênero como aparato conceitual crítico dos fundamentos epistêmicos da disciplina e da escrita da história, tais como a “irrelevância” dos marcadores de sexo, de raça e de classe social do sujeito da operação historiográfica, implícito nos critérios supostamente neutros, objetivos e universais de racionalidade.

PALAVRAS-CHAVE

História intelectual; Produção intelectual feminina; Gênero.

ABSTRACT

The article aims to reflect upon the invisibility of the productions of female authorship in intellectual history, based on some of the challenges posed by the decolonial feminist perspective. As a starting point, I approach the paradigmatic separation manifested in the various forms of silence regarding the intellectual contributions of women, due to the persistence of a research model with a predominant focus on the study of the canonical repertoire of works by male, white and European authors. The argument to be explored is that female intellectual production has not been configured as a privileged and frequent theme of intellectual history, remaining largely as the silent, marginal and peripheral ‘other’ in the historiographic canons and the disciplinary memory. Finally, I point to the effectiveness of the gender category as a critical conceptual apparatus of the epistemic foundations of the discipline and of the writing of History, such as the “irrelevance” of sex, race and social class makers of the subject of the historiographical operation, implicit in the supposedly neutral, objective and universal criteria of rationality.

KEYWORDS

Intellectual history; Female intellectual production; Gender.

Não é fácil escrever esta carta. Começou como um poema, um longo poema. Tentei transformá-la em um ensaio, mas o resultado ficou áspero, frio. Ainda não desaprendi as tolices esotéricas e pseudo-intelectualizadas que a lavagem cerebral da escola forçou em minha escrita. [...]

As escolas que frequentamos, ou não frequentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia (ANZALDÚA 2000).

Maria-Nova olhou novamente a professora e a turma. Era uma História muito grande! Uma história viva que nascia das pessoas, do hoje, do agora. Era diferente de ler aquele texto. Assentou-se e, pela primeira vez, veio-lhe um pensamento: quem sabe escreveria esta história um dia? Quem sabe passaria para o papel o que estava escrito, cravado e gravado no seu corpo, na sua alma, na sua mente (EVARISTO 2017).

As palavras acima são de autoras com obras e trajetórias de vida bastante distintas. A primeira, de ascendência mexicana, natural da fronteira do sul do Texas, viveu entre 1941 e 2004 e tornou-se referência no debate sobre a diferença interseccional no feminismo desde os anos 1980 no contexto norte-americano (KEATING 2009, p. 8). A segunda, brasileira, nascida em uma favela da zona sul de Belo Horizonte, trabalhou como empregada doméstica até concluir o curso normal, tornou-se mestre e doutora em Literatura e, recentemente, disputou uma vaga na Academia Brasileira de Letras (BETIM 2018).

Detenho-me inicialmente na citação de Conceição Evaristo, extraída do romance autobiográfico *Becos da memória*, publicado em 2006, em que a narradora-personagem Maria-Nova, menina negra, moradora da favela, busca o sentido para uma aula de História. O texto que a professora a faz ler sobre o passado do Brasil escravocrata lhe parece distante e abstrato demais porque difere daquilo que estava “escrito, cravado e gravado no seu corpo, na sua alma, na sua mente”. A cena expressa, com muita clareza, uma relação de diferença: a história ensinada a Maria-Nova não é a mesma história que ela vive. Por isso, a menina imagina que, um dia, colocará no

papel “uma história viva” e, neste caso, não se trata apenas de reescrever aquela história ensinada. A proposta de uma “escrevivência”, tal como definida por Evaristo, tenta romper com a quebra entre o tempo da narrativa e o tempo da vivência, o que implica a ressignificação da própria noção de escrita (EVARISTO 2017, p. 9-11).

Poucas autoras transgrediram tanto na prática de gêneros textuais híbridos e indisciplinados quanto Gloria Anzaldúa. O trecho da epígrafe é uma passagem da “Carta às mulheres escritoras do terceiro mundo”, publicada originalmente em 1981, na qual ela se dirige às “queridas mulheres de cor”, explorando os desafios e os riscos que a escrita representa, porque, em suas palavras, “os olhos brancos não querem nos conhecer”. Pela mesma razão, era “preciso uma enorme energia e coragem” para resistir a uma concepção de feminismo que, paradoxalmente, ainda tornava a maioria das mulheres invisíveis (ANZALDÚA 2000, p. 229). Sendo também a estratégia de sua obra mais célebre, *Borderlands/La frontera: the new mestiza* (1987), a forma mista do texto, que inicia como carta, mas se desdobra, por vezes, como autobiografia, poesia, diário e relato confessional, funciona como “mediação tradutória” de um complexo identitário em que se entrecruzam a condição de mulher, chicana, mexicana, lésbica, americana, escritora, militante e acadêmica da autora (BUTLER 2008, p. 228).

1 - Refiro-me ao artigo “Pode o subalterno falar?”, publicado inicialmente no periódico *Wedge*, em 1985, e com edição posterior em 1988, na coletânea *Marxism and the interpretation of culture*, organizada por Cary Nelson e Larry Grossberg (SPIVAK 2014, p. 12).

Com a leitura de Anzaldúa e de Evaristo é impossível não lembrar a paradigmática interrogação sobre a possibilidade da fala – e da escrita – dos sujeitos periféricos, lançada por Gayatri Spivak em 1985.¹ Recentemente, o escritor Júlian Fúks evocou essa indagação no prólogo do livro *Jamais o fogo nunca*, da chilena Diamela Eltit, do qual também foi tradutor:

[...] esse sujeito tantas vezes silenciado não pode senão falar. A voz que fala para preencher o silêncio, a voz que outros quiseram silenciar, não poderia ser diferente, é a voz de uma mulher. A narradora inominável não pôde falar durante décadas – durante séculos, durante milênios, o tempo aqui se alonga sem limite discernível – ou ao menos não pôde ser ouvida, ninguém a quis ouvir. Não surpreende que seu tom esteja agora carregado,

de uma só vez, paradoxalmente, de dor e de indolência. [...] Seu corpo foi tomado de assalto pelo conjunto da sociedade, suas células já não lhe pertencem [...]. O próprio tempo não lhe pertence – tudo o que lhe resta é a voz, a possibilidade de indagar o passado com obstinação e de ocupar com palavras o presente (FÚKS 2016).

A despeito de expressarem certo otimismo próprio de alguém que seguramente nunca experimentou a condição de “sujeito subalterno historicamente emudecido” (SPIVAK 2014), as contundentes palavras de Fúks também parecem ser feitas sob medida para descrever o que fazem outras tantas narradoras quando deixam de ser “inomináveis”, a exemplo de Evaristo na escrevivência de suas histórias e da chicana Anzaldúa com a sua consciência mestiça, seu hibridismo textual e identitário.

As vozes dessas autoras condensam as interpelações às quais que se refere o título deste artigo. São interrogações que emergem na confluência de debates que, desde meados dos anos 1980, aproximam o pensamento feminista, as questões de gênero e a crítica pós-colonial.² Tributária dessas inflexões, a proposta de um feminismo decolonial baseia-se na vinculação categórica entre raça e gênero, pressupondo “uma forma de compreender a opressão das mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista e heterossexualismo” (LUGONES 2014, p. 940-941).³

Nas reflexões que desenvolvo a seguir, a teoria feminista decolonial não estará propriamente no centro da análise, mas servirá como uma espécie de moldura e horizonte crítico para a compreensão da invisibilidade das mulheres como intelectuais. A constatação que tomo como ponto de partida é a de que, em suas diferentes abordagens, a história intelectual, incluindo a história da historiografia,⁴ não fala sobre gênero, mantendo-se alheia ao que, nos termos propostos por Joan W. Scott há mais de 30 anos, deveria ser uma categoria útil para a análise histórica. Esse silêncio talvez contribua, de modo persistente, para reforçar a pouca centralidade das obras de autoria feminina (ou de autores “outros”) como objetos potenciais

2 - *Sobre as articulações entre teorias críticas feministas e pós-colonialismo*, ver BAHRI 2013; ALMEIDA 2013; BALLESTRIN 2017 e WALSH 2018.

3 - *Em diálogo com a noção de colonialidade do poder* (QUIJANO 2000), para a pensadora argentina Maria Lugones, o sistema de colonialidade, construído historicamente a partir da colonização europeia, não se refere apenas a um domínio sobre uma suposta classificação racial, mas permeia todo o controle imposto sobre o sexo, as subjetividades, a autoridade e o conhecimento.

4 - Ao longo do artigo, usarei a expressão “história intelectual” em sua acepção mais ampla para designar o campo de estudos cuja pretensão é “interpretar e situar as obras intelectuais no tempo e inscrevê-las no cruzamento de duas linhas de força: uma vertical, diacrônica, por meio da qual se relaciona um texto ou um sistema de pensamento a atividades culturais precedentes [...] e a outra, horizontal, sincrônica, por meio da qual se estabelecem relações entre o conteúdo da produção intelectual e os outros domínios em uma mesma época” (SCHORSKE apud DOSSE 2010,

desses estudos (SMITH 2007). O argumento que pretendo explorar é o de que as produções intelectuais femininas não se configuraram como tema privilegiado da chamada história das mulheres, nem da história intelectual, mantendo-se, em larga medida, como o “outro” silenciado pelos cânones e pela memória disciplinar.⁵

A separação paradigmática

Em artigo instigante, intitulado “Women intellectuals and Intellectual history: their paradigmatic separation”, a historiadora norte-americana Hilda Smith (2014) chamou a atenção para as variadas formas de exclusão que explicariam o silenciamento acerca das contribuições específicas das mulheres, derivadas de um modelo de história intelectual com foco predominante no estudo dos repertórios canônicos de obras de autoria masculina e de instituições acadêmicas que, tradicionalmente, vetaram a participação feminina em seus quadros. A partir desta constatação, talvez não seja exagerado falar em uma condição historicamente marginal e periférica das mulheres no campo da história intelectual.

Um olhar mais focado na história da historiografia evidencia que, a despeito de certa expressividade mais recente, não faltam evidências da escassez e da pouca centralidade dos estudos sobre as historiadoras, a começar por obras de síntese importantes que propõem balanços bibliográficos sobre a vida e obra de nomes canônicos, predominantemente homens. Entre alguns exemplos conhecidos, estão as coletâneas organizadas por Michel Vovelle (2005) e por Véronique Sales (2011). No Brasil, com proposta editorial similar, chama a atenção o projeto monumental, coordenado por Maurício Parada, intitulado *Os historiadores* e que, até o momento, já disponibilizou quatro volumes de ensaios, somando cerca de 60 capítulos, dedicados a autores “clássicos” da historiografia, desde a Antiguidade até o contexto atual, nos quais nenhuma autora/historiadora foi incluída. O mesmo acontece com a coletânea *Grandes*

p. 379-380). A partir dessa concepção, a história da historiografia pode ser compreendida como uma modalidade específica de história intelectual que abarca a “investigação acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado”, pressupondo a historicidade das práticas de pesquisa e de escrita da história, além de tomar essas práticas como efeito de disputas entre memórias coletivas e formas de atribuição de sentido à experiência do tempo (GUIMARÃES 2003, p. 23-24). Para uma discussão sobre história da historiografia como campo de pesquisa e gênero de escrita da história, ver TURIN 2013.

5 - Aplicada à história, a noção de cânone pode ser compreendida como a configuração de uma grande narrativa sobre o campo disciplinar que consiste na seleção de eventos, personagens, ideias, valores, autores e obras e que funciona como relato identitário e fundacional (GREVER; STUURMAN 2007, p. 3).

nomes da história intelectual, organizada por Marco Antônio Lopes (2003). Da mesma editora, outra coletânea intitulada *50 grandes pensadores da História*, curiosamente, desponta como exceção entre as demais publicações, por incluir em seu sumário, capítulos dedicados a três autoras: as norteamericanas Natalie Zamon Davis e Joan W. Scott e a inglesa Sheila Rowbotham.⁶

Recentemente, Daniel Woolf (2014) propôs uma história do pensamento histórico e da escrita da história a partir de uma perspectiva global e transnacional capaz de dar conta de “modos alternativos de historicidade” para além dos modelos dominantes ocidentais. É curioso observar que, a despeito de todas as inegáveis virtudes do projeto quanto a se mostrar explicitamente “inclusivo” em seu esforço por abordar as historiografias indiana, chinesa, mongol e islâmica, a história global da historiografia de Woolf reproduza o silêncio tradicional quanto às contribuições outras que não sejam as dos nomes e obras de autoria masculina. Ao longo de mais de 600 páginas, em *Uma História global da história* encontramos uma “caixa” à margem do corpo do texto principal sobre “as mulheres e a história na Europa renascentista” e três páginas apenas dedicadas à “História das mulheres e gênero, do século XIX ao presente”, no capítulo final do livro.

No contexto acadêmico brasileiro, é possível atribuir a proliferação de projetos editoriais centrados nas obras dos historiadores à expansão renovada da produção na área da história intelectual, da história da historiografia e da teoria da história nos últimos 20 anos.⁷ Portanto, seria oportuno indagar se a consolidação desse campo de estudos representou algum avanço quanto à revisão crítica dos padrões predominantes de exclusão das contribuições intelectuais das historiadoras e de sujeitos “outros” que, tradicionalmente, permanecem invisíveis e marginalizados nos processos de construção dos cânones historiográficos.

Um levantamento rápido na revista *História da Historiografia*, observatório privilegiado das pesquisas recentes da área, aponta para um desequilíbrio de gênero quanto às autorias

6 - Ana Carolina Barbosa Pereira (2018) também apresenta balanço semelhante para as obras e autores da área da teoria da história que configurariam as narrativas fundacionais de institucionalização da disciplina.

7 - Indicadores importantes dessa renovação estão na realização do Seminário Brasileiro de História da Historiografia, que, neste ano de 2018, completa a sua décima edição; na fundação da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), em 2009, e na criação das revistas *História da Historiografia*, *Teoria da História*, *Expedições*, *Intelligere – Revista de História intelectual*, entre outras; além da constituição de diversos núcleos de pesquisa e linhas de investigação vinculadas a Programas de Pós-graduação espalhados pelo Brasil. Para um balanço crítico recente, ver ARAÚJO 2017.

de trabalhos. Em seus 26 números, apenas 124 textos são assinados por mulheres, o que corresponde a 29% do total de 422 artigos e resenhas publicadas ao longo dos 10 anos de existência da revista (2008 a 2018). Quando consideramos os títulos e temas dos artigos, chama a atenção que, desse total de publicações, apenas cinco artigos contemplam estudos sobre a obra e a trajetória de autoras e/ou historiadoras, sendo predominantes os estudos em torno de nomes masculinos canônicos da historiografia geral, como Michel de Certeau, Lucien Febvre, F. Braudel, e da historiografia brasileira, como Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu e José Honório Rodrigues.⁸

A hipótese mais imediata para esse quadro poderia ser a de que as discrepâncias de gênero, tanto no indicador de autoria, quanto no de temas e objetos indicados nos títulos, talvez correspondessem a um número desigual de pesquisadores homens e mulheres na área de história da historiografia. De fato, considerando os dados referentes ao total de membros cadastrados na Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), observa-se que dos 614 associados efetivos até maio de 2018, 39% são mulheres frente a 61% de homens, o que, a princípio, demonstra certo desequilíbrio de gênero na composição da área de pesquisa em teoria e história da historiografia.⁹ Os dados sugerem que essa desproporcionalidade não acompanha a distribuição equilibrada entre homens e mulheres com titulação de mestrado e doutorado na grande área da história no Brasil, conforme apontam levantamentos mais recentes.¹⁰ O relativo equilíbrio no acesso à formação acadêmica não deve mascarar, contudo, as desigualdades de gênero estruturais que estão na base do que Pierre Bourdieu (2017) chamou de “coeficiente simbólico negativo” das mulheres. Tais assimetrias escapam, em geral, a uma apreensão quantitativa na medida em que podem se manifestar na distribuição tácita de “tarefas” dentro de uma mesma área disciplinar, segundo princípios historicamente discriminatórios, e ainda vigentes, que costumam conceder “aos homens o mais nobre, o mais sintético, o mais teórico e às

8 - O levantamento considerou os 26 números da revista, publicados entre 2009 e 2018 e disponíveis no site <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/issue/archive>.

9 - Dados fornecidos pela secretaria da SBTHH. Evidentemente, trata-se de indicadores iniciais e, portanto, ainda insuficientes para uma radiografia fidedigna, o que demandaria levantamentos semelhantes em outros periódicos e a busca ampliada pela produção na área em bancos de teses e sites de programas de pós-graduação.

10 - Baseio-me nos dados recentes, divulgados em: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-genero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil>. Acesso em: out. 2018.

mulheres o mais analítico, o mais prático, o menos prestigioso” (BOURDIEU 2017, p. 127). A força e o peso dessas injunções acrescentam variáveis nada desprezíveis ao problema da pouca visibilidade da produção intelectual feminina.

Escrita “feminina”?

O uso da expressão “escrita feminina” conduz inevitavelmente a um território de ambiguidades e imprecisões nebulosas (BRANCO 1991, p. 12). Por um lado, não é difícil admitir que toda experiência histórica pode ser perpassada por clivagens de gênero, o que, recentemente, permitiu à vencedora do prêmio Nobel de Literatura, Svetlana Aleksievitch (2016), escrever uma outra história da Segunda Guerra Mundial tomando por fio condutor os relatos de memória das mulheres que lutaram na linha de frente do exército russo. Por outro, torna-se cada vez mais difícil não admitir que a lógica binária de feminino/masculino, homem/mulher, perdeu toda a sua estabilidade e autoevidência. A concepção unitária e genérica da categoria “mulheres” já foi alvo de desnaturalizações incontornáveis, como a do estudo célebre de Denise Riley sobre a sua construção ambígua pela própria história do feminismo (RILEY 1995).

É importante notar que, interrogadas sobre seus escritos, não são poucas as autoras que preferem desqualificar a questão, compartilhando a postura de negação da diferença quanto a uma modalidade de “literatura feminina” (RICHARD 2002, p. 131). Entre essas autoras está uma das figuras cuja obra costuma ser eleita como “fundadora” da história do feminismo, a inglesa Virginia Woolf. A autora de *Um teto todo seu* não negava que a escrita literária de uma mulher fosse feminina, mas tampouco perdia a oportunidade de fazer uma observação sarcástica sobre o assunto: “não pode deixar de ser feminina; nos melhores casos, é extremamente feminina; o único problema é [seria] definir o que se entende por ‘feminina’” (WOOLF 2012, p. 29). A essa observação se poderia acrescentar

o argumento de Hélène Cixous de que a impossibilidade de delimitação de uma prática de escrita feminina não implica sua inexistência (CIXOUS apud SHOWALTER 1994, p. 29). A diferença estaria no estilo? No gênero textual? Na experiência? Ou seria efeito da recepção das obras, pelo processo de leitura? A recusa dessa pretensa especificidade, baseada, em geral, no argumento óbvio de que “a escrita não tem sexo”, conviveu, no entanto, com a constatação de que os cânones literários sempre omitiram ou subestimaram o valor das obras de autoria feminina. A condição secundária e marginal desses escritos usualmente se reverteu sob duas condições: nos casos em que se promovem “resgates” de algumas autoras sob o pretexto paternalista de um falso reconhecimento; e também quando o próprio mercado editorial vislumbra o potencial diferenciado de consumo desse segmento da produção literária (RICHARD 2002, p. 128).

Não obstante os seus efeitos positivos para a superação do esquecimento e da invisibilidade frente aos cânones dominantes, a expressão “literatura de mulheres” baseia-se no recorte essencialista que conecta sexo e identidade, o que inevitavelmente conduz à indagação acerca dos critérios possíveis para tipificar uma textualidade “feminina” de modo a sustentar o suposto vínculo diferencial entre condição sexual, gênero e escrita (RICHARD 2002, p. 138). Por outro lado, uma questão não menos relevante também estaria na própria concepção representacional da obra literária conforme a qual os textos espelhariam condições socioculturais, incluindo os atributos de sexo e gênero, de seus autores. Assim, por uma espécie de determinação anterior e externa às obras, a autoria feminina implicaria a expressão das singularidades do “ser mulher” como referentes naturais de uma essência identitária estável e passível de ser apreendida nos textos, assegurando a equivalência simplória entre “mulheres que escrevem” e “o escrever como mulher” (RICHARD 2002, p. 130).¹¹

Em que medida é possível estender tais discussões, oriundas do campo da crítica literária feminista, e convertê-las

11 - Dados fornecidos pela secretaria da SB-THH. Evidentemente, trata-se de indicadores iniciais e, portanto, ainda insuficientes para uma radiografia fidedigna, o que demandaria levantamentos semelhantes em outros periódicos e a busca ampliada pela produção na área em bancos de teses e sites de programas de pós-graduação.

em indagações sobre os modos como as mulheres escrevem ou praticam a história? Não se trata, neste caso, de adentrar na agenda de preocupações específicas dos estudos que alçaram as mulheres à condição de objeto de pesquisa e agentes históricos, mas de explorar a questão que não passou despercebida a Michel de Certeau quando refletia sobre o historiador e as suas relações com os outros sujeitos sobre os quais escreve: “[...] em decorrência da diferenciação entre os sexos, deve-se concluir que uma mulher produz uma outra historiografia que aquela do homem?” (CERTEAU 1987, p. 79). Lamentavelmente, o autor de *A escrita da História* nos deixará sem a resposta, sugerindo, contudo, que a pergunta lança luz sobre os padrões epistemológicos e disciplinares que delimitam a “verdade” de um saber baseando-se na suposta irrelevância do lugar de seu autor.¹²

No Brasil, a incorporação da categoria de gênero nas disciplinas acadêmicas que compõem as ciências humanas e sociais ocorreu de modo desigual (HEILBORN; SORJ 1999) e, de acordo com balanços mais recentes, manteve-se como “mero complemento de temas e objetos tradicionais de estudo” (KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA 2015, p. 79).¹³ O que interessa destacar aqui são os trabalhos nesse campo que contribuíram para reverter, ainda que timidamente, a invisibilidade da atividade intelectual feminina. É o caso do estudo inspirador de Marisa Corrêa, *Antropólogas e antropologia* (2003), cujo primeiro capítulo aborda o esquecimento da figura de Dina Lévi-Strauss, antropóloga, autora de *Instruções práticas para pesquisas de antropologia física e cultural* (1936), professora agregée da Universidade de Paris, que acompanhou o marido Claude Lévi-Strauss, em sua estadia no Brasil como professor contratado da Universidade de São Paulo. Na antropologia, salvo raras exceções, sobram exemplos de esposas antropólogas que, como Madame Lévi-Strauss, adotaram o sobrenome do marido. Dois exemplos conhecidos: Edith Turner, casada com Victor Turner, e Helen Pierson, esposa de Donald Pierson. Todas cumpriram um papel considerável de auxiliares de pesquisa de campo, segundo o relato de seus próprios parceiros, mas

12 - Baseio-me nos dados recentes, divulgados em: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-gênero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil>. Acesso em: out. 2018.

13 - Uma parcela da crítica feminista, sobretudo nos anos 1970 e 1980, tendeu a atribuir um papel transgressor e um potencial crítico à escrita feminina, justamente por ser uma prática situada às margens do controle simbólico masculino. No entanto, como observa a chilena Nelly Richard, a relação entre mulher e transgressão nunca pode ser estabelecida a priori, pois, para um texto ser portador de potencialidade transgressora, não basta ter sido “escrito por uma mulher”. Ademais, “o ‘ser homem’ tampouco condena o sujeito-autor a ser fatalmente partidário das codificações de poder da cultura oficial [...]” (RICHARD 2002, p. 134-135).

permaneceram à sombra, como personagens secundárias, se não inexistentes, na história da antropologia.

A relevância do trabalho de Correa reside justamente na reconstituição das trajetórias de três personagens femininas que não se enquadraram na categoria de “esposas de”, papel supostamente “aceitável” das mulheres que cumpriam carreiras semelhantes às suas: a naturalista Emília Snethlage, a sertanista Leolinda Daltro e a pesquisadora Heloisa Alberto Torres, que seriam “exemplos quase do avesso do que era uma carreira bem-sucedida de suas contrapartidas masculinas” dentro do campo da antropologia nos anos 1940 e 1950 (CORREA 2003, p. 31). Na área da geografia, na sua tese, Patrícia Aranha (2017) problematizou igualmente o apagamento das mulheres da historiografia hegemônica da constituição da disciplina no Brasil, a despeito de as mulheres se constituírem como maioria nos cursos de graduação da área.

Em se tratando da história da historiografia, o sinal perceptível da separação paradigmática assinalada por Hilda Smith está no número ainda restrito de trabalhos que abordam as historiadoras e as suas produções historiográficas, comparativamente àqueles que tematizam historiadores. A notícia alentadora é a de que algumas boas exceções já aparecem no horizonte. Refiro-me às teses recentes de Carmem Liblik (2017), *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*, Octavio Erberle Junior (2016), *A trajetória intelectual de Alice P. Canabrava (1935-1997)* e Daiane Vaiz Machado (2016), *Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998*, que merecem destaque não somente pela qualidade e originalidade, mas por despontarem em um campo de investigação cuja renovação nas últimas décadas se evidenciou em pesquisas com foco predominante em trajetórias de historiadores e em produções intelectuais de autoria masculina.¹⁴

Por outro lado, o campo fértil da história social das mulheres e estudos de gênero, constituído no contexto dos movimentos feministas desde os anos 1970, conquistou a sua robustez

14 - No campo de pesquisas sobre a história do feminismo, destacam-se os estudos das trajetórias de militantes feministas brasileiras. Entre os mais recentes, cabe mencionar a pesquisa de Natalia Pietra Mendez (2018), *Intelectuais feministas no Brasil dos anos 1960: Carmen da Silva, Heleieth Saffioti e Rose Marie Muraro*.

institucional com uma produção acadêmica hoje consolidada.¹⁵ Ninguém mais duvida de que as mulheres possuem a sua própria história e de que a escrita dessa história seja capaz de “iluminar e sofisticar a História dita geral”, como afirmam Carla Pinsky e Joana Pedro na apresentação da obra coletiva *Nova História das mulheres*, publicada em 2013 (PINSKY; PEDRO 2013, p. 10). Nesse conjunto vasto de estudos, observa-se, contudo, que o “feminino” aparece vinculado, de modo majoritário, às temáticas do corpo, da sexualidade, da maternidade, da família e do cotidiano e, raramente, às atividades letradas e intelectuais.¹⁶

Coube, em grande parte, aos estudos literários retirarem do esquecimento a produção intelectual e letrada de autoria feminina, especialmente a do Brasil do século XIX, por meio de dissertações, teses, artigos e da elaboração de antologias e dicionários biográficos. Neste caso, foram duas referências obrigatórias que inauguraram esses estudos nos anos 1980: a tese de Norma Telles (2012), sobre escritoras e imaginação literária no Brasil, de 1987, e a de Maria Thereza Caiubi Bernardes, de 1988, centrada nas mulheres de letras no Rio de Janeiro, no século XIX.¹⁷

Nos anos 1990, destacam-se os projetos de Heloísa Buarque de Hollanda e Lúcia Nascimento Araújo (1993), *Ensaístas brasileiras*, com o levantamento das mulheres que escreveram sobre literatura e artes entre 1860 e 1991. Entre as antologias, a referência principal está na obra em três volumes, resultado de um trabalho de pesquisa coletiva, realizada entre 1999 e 2004, coordenado por Zahidé Muzart e que tirou do esquecimento os nomes de 104 escritoras brasileiras do século XIX. Ainda para esse contexto, na publicação recente do dicionário da imprensa feminina e feminista no Brasil, de Constância Lima Duarte (2017), são listados 143 títulos de revistas e jornais femininos e feministas que circularam no Brasil no século XIX.

Em suma, poderia elencar aqui os centros e núcleos de pesquisa vinculados a departamentos e programas de pós-graduação como evidências da fecundidade e de uma bem-sucedida institucionalização dos estudos feministas em literatura

15 - Entre os indicadores mais evidentes da sua institucionalização, encontram-se as duas revistas acadêmicas, ambas vinculadas a programas de pós-graduação, *Estudos Feministas*, que circula desde 1992, e *Cadernos Pagu*, com publicação desde 1993.

16 - É o que demonstram os sumários e índices temáticos dos cinco volumes de DUBY; PERROT (1991-92) e PRIORE (2004).

17 - Ainda nesse contexto, é importante considerar a criação do grupo de trabalho (GT) “Mulher na literatura” na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), que, a partir de 1986, aglutinou um número expressivo de pesquisadore(a)s na área.

no Brasil. O que talvez ainda mereça uma avaliação mais detida seria o uso transversal e interdisciplinar da categoria de gênero (PEDRO 2011), que comprometeria o alcance efetivo da sua potência crítica dentro do campo historiográfico. Ou, ainda, retomando a formulação de Heloísa Buarque de Hollanda para a crítica literária, caberia indagarmos acerca da “legitimidade ou da capacidade dos estudos feministas para oferecerem um novo *corpus* teórico e metodológico” (HOLLANDA; ARAÚJO 1993, p. 29). E, neste caso, a observação também valeria caso existisse algo como uma crítica historiográfica como gênero similar ao do campo literário.

A separação paradigmática que circunscreve, de um lado, a história das mulheres e, de outro, a história intelectual e a história dos intelectuais, ultrapassa a questão das respectivas especificidades das agendas de pesquisa dessas áreas.¹⁸ Há 14 anos, na apresentação de uma obra coletiva sobre intelectuais francesas, Nicole Racine e Michel Trebitsch (2004) assinalavam que a introdução da perspectiva de gênero no campo da história intelectual significava um “elemento perturbador das classificações tradicionais”, do foco e do ângulo de visão. A história intelectual, até então, era sobretudo uma história de intelectuais do sexo masculino e, por conta disso, o estudo das intelectuais sempre se constituiu, nas ciências humanas, em objeto e tema para especialistas em mulheres, gênero e feminismo. Por sua vez, em uma coletânea dedicada à história das historiadoras francesas, Nicole Pelegrin acrescentaria que o silêncio acerca da produção historiográfica de autoria feminina tem consequências teóricas consideráveis quanto à compreensão do próprio trabalho historiográfico, argumentando que “escolhas temáticas, opções metodológicas, formas narrativas, lugares de produção e de recepção dependem em grande parte do pertencimento social (de sexo e de classe) dos adeptos de Clio, assim como das conjunturas sociais mais amplas” (PELEGRIN 2006, p. 13).

Assim, o argumento mais imediato a ser destacado é o de que a ausência do uso da categoria de gênero nos estudos

18 - Para uma discussão sobre os campos da história intelectual e história dos intelectuais, sobretudo em sua configuração no contexto francês, ver DOSSE 2010.

de história intelectual vincula-se, em grande medida, a certa partilha de temas, objetos e competências de pesquisa que tende a reproduzir interdições, vetos e constrangimentos que regem a dinâmica da produção do conhecimento disciplinado nas humanidades em geral. E, neste caso, não basta considerar as relações de gênero como elementos estruturantes das relações de poder, dos modos de funcionamento dos campos acadêmico e intelectual. Caberia avançar, de forma mais específica, na avaliação da efetividade da noção de gênero como aparato conceitual crítico dos fundamentos epistêmicos da disciplina e da própria escrita da história, a começar pela “irrelevância” dos marcadores de sexo, de raça e de classe social do narrador, ou seja, do sujeito da operação historiográfica, em nome de critérios supostamente neutros, objetivos e universais de racionalidade.¹⁹ Embora não seja novo, tal questionamento talvez mereça ser retomado, mesmo com todas as implicações advindas da recente problematização da categoria de gênero. Para tanto, uma opção seria tomar o conceito fora de qualquer presunção identitária essencialista ou, para usar os termos de Butler (2016), como uma espécie de dispositivo regulador histórica e temporalmente construído por meio de performances sociais repetidas que, de modo contínuo, tendem a constituir e a naturalizar um esquema binário sobre o que é ser feminino e o que é ser masculino.

Os processos de constituição disciplinar da história no século XIX foram notoriamente excludentes em relação à participação de historiadoras nos círculos historiográficos “profissionais”. Ademais, até meados do século XX, essa construção “masculina” da disciplina reforçou a própria invisibilidade da dimensão de gênero dos fenômenos estudados (CHARPENEL 2018). O que talvez fosse importante explorar, considerando a história da historiografia, seriam os limites de certa constatação resignada, sobretudo para aqueles que estudam a cultura historiográfica brasileira no século XIX, de que não existiram mulheres historiadoras por conta da própria condição feminina na sociedade patriarcal, marcada pela falta de acesso amplo à educação, à cultura letrada e à formação

19 - Evidentemente, tal questão não se restringe ao âmbito da disciplina histórica, como fica demonstrado nos debates em torno do problema do eurocentrismo e da colonialidade do saber nas ciências sociais, pelo menos desde os anos 1990 (LANDER 2005).

profissional e, por conseguinte, pelas limitadas, se não nulas, possibilidades de inserção e atuação em agremiações, instituições e redes de sociabilidade acadêmicas (TELLES 2012, p. 75-83). Se, por um lado, o caráter excludente desse contexto não pode ser menosprezado, por outro, tampouco seria irrelevante lembrar que, no processo específico de disciplinarização do conhecimento histórico, o que era então reconhecido como “historiográfico” pressupunha uma circunscrição de gênero de escrita menos baseada em critérios vinculados a uma modalidade textual de contornos bem definidos e mais na autoridade daquele que a praticava, em grande parte, baseada no sexo, raça e classe social.

Como já demonstrado em estudos sobre as biografias de homens de letras publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, as tarefas do historiador no Brasil imperial foram delimitadas a partir de um repertório de virtudes epistêmicas, cujas evidências seriam: (a) os usos das tópicas do amor à verdade, da abnegação e da imparcialidade, assinaladas nos elogios biográficos, designando virtudes inatas em certos homens de letras que funcionavam como índices reguladores no processo de institucionalização e profissionalização da pesquisa e da escrita da história no Oitocentos; (b) o louvor dessas virtudes – identificadas em outros tipos de discursos –, circunscrevendo parâmetros e padrões ideais de conduta baseados em qualidades e traços de caráter dos sujeitos letrados; (c) na constituição da historiografia dita “científica”, as garantias de credibilidade das obras historiográficas estariam, portanto, na adequação desses sujeitos aos ideais de uma performance virtuosa do historiador. A ambicionada imparcialidade, para citar um exemplo de virtude epistêmica central para a história disciplinada, corresponderia mais a um conjunto de traços relacionados a competências intelectuais e atributos morais inatos a certos homens de letras do que aos efeitos da prática de um procedimento de investigação específico (OLIVEIRA 2010).

Em suma, ser historiador no século XIX era mais uma questão de índole cívica e disposição moral do que de método.

Naquele contexto, para usarmos a chave explicativa historicista, ser historiadora implicaria uma flexão de gênero impossível, pois, excluídas do exercício da cidadania e do corpo político da nação, as mulheres estariam destituídas do próprio *ethos* que definia o historiador oitocentista (TURIN 2009), ou seja, dos atributos mínimos para a escrita da história. Acrescente-se a isso o fato de que a produção letrada de autoria feminina, mesmo aquela dotada de relativo reconhecimento entre os pares masculinos, era previamente demarcada por um tipo de recepção que a situava às margens dos cânones literário e historiográfico. Estariam lançadas aí, portanto, as bases de um apagamento duradouro que contribuiu para a naturalização da ideia de que as mulheres não produziam historiografia “profissional” ou qualquer outro gênero similar que pudesse ser reconhecido como relevante (SMITH 2003, p. 23-25).

Até mesmo quando se empenhavam na prática de um gênero socialmente recomendável para o sexo feminino como a poesia, as mulheres letradas não estavam de todo livres dos padrões de enquadramento crítico e estético que lhes circunscrevia os limites e o próprio conteúdo da escrita. Foi assim com Narcisa Amália, a poetisa nascida no Rio de Janeiro na segunda metade do XIX, que ousou saudar os ideais libertários da Revolução Francesa em seu livro de poemas, intitulado *Nebulosas*, publicado em 1872. Naquele mesmo ano, a recepção favorável à autora não deixaria de vir acompanhada de objeções ao explícito engajamento de sua obra: “[...] perante a política, cantando as revoluções, endeusando as turbas, acho-a simplesmente fora de lugar”; estas foram as palavras da resenha assinada por Carlos Ferreira, no *Correio do Brasil*, recomendando que o “talento da ilustre dama” permanecesse “na esfera perfumada do sentimento e da singeleza”, por ela não possuir “a virilidade necessária” para cultivar a poesia de cunho social (FERREIRA *apud* TELLES 2012, p. 422).²⁰

Não foi muito diferente o argumento que justificou, em dezembro de 1850, o veto à primeira e única proposta de admissão de uma mulher no Instituto Histórico e Geográfico

20 - É irrelevante, neste caso, avaliar o quanto foram consensuais ou não objeções como essas à obra da poetisa. Nas palavras de Telles, os comentários de Ferreira são suficientemente emblemáticos quanto ao “duplo padrão da crítica, isto é, critérios diferenciados para julgar ou comentar obras de homens e de mulheres” (TELLES 2012, p. 422).

Brasileiro (IHGB), tornando evidente que, naquele que era o lugar da memória e da história nacional, não havia espaço para representantes do sexo feminino, mesmo com virtudes letradas notórias, e menos ainda para a poesia.

A comissão encarregada de dar um parecer sobre a proposta, que apresenta, para ser admitida na classe dos membros honorários do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a Ilma. Sra. D. Beatriz Francisca de Assis Brandão, compreendendo também que muito se faz criar [sic] incentivos às nossas patricias, receosas de se dar ao cultivo das letras, muito aplaudiu o generoso pensamento dos ilustres signatários da proposta, e examinando maduramente os estatutos e neles não encontrando disposição alguma relativa à matéria da proposta, tendo em devida atenção o princípio de que a lei tolera pelo menos aquilo que não proíbe, com a mais viva satisfação declara, que **não se pode legalmente disputar às senhoras o direito de fazer parte desta importante associação** [...] (SILVA 2005, p. 349, grifos meus).

A indicação do nome da poetisa nascida em Ouro Preto, que se tornara conhecida por seus versos impressos em jornais e no *Parnaso Brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, havia sido uma iniciativa dos sócios Joaquim Norberto de Sousa Silva, seu irmão, João José de Sousa Silva Rio, e Luis Antônio de Castro. Autor da biografia de Beatriz Brandão, incluída na antologia *Brasileiras célebres* (1862), Norberto de Sousa Silva destacava que “a chama do amor à pátria” resplandecia em seus versos de “estilo brando e suave” (SILVA 2005, p. 346-347). O argumento da proposta baseava-se na recomendação de que o IHGB, na condição de “ilustre representante do movimento e do progresso das letras no Novo Mundo”, honrasse “o talento e o mérito das senhoras brasileiras” acolhendo a “distinta poetisa, já reconhecida e estimada nos circuitos literários por suas composições”, o que serviria de incentivo e estímulo a outras “patricias receosas de se darem à cultura das letras e afrontar os preconceitos da nossa velha educação” (SILVA 2005, p. 349).²¹

Curiosamente, a comissão encarregada de avaliar a proposta era formada pelos literatos e poetas Joaquim Manoel de Macedo e Gonçalves Dias. Como se sabe, a instituição já

21 - É possível identificar nesta proposição o eco de vozes dissonantes que, naquele contexto, se não desafiavam mais incisivamente as constantes interdições institucionais, marcavam alguma posição na defesa da inserção das mulheres na “república das letras”, a exemplo do próprio Norberto de Sousa Silva com o seu projeto de escrita de biografias de escritoras (SILVA 2005, p. 307-358).

agregava, em seus quadros, homens de letras com produção intelectual marcada por uma indisfarçável veia poética, a exemplo dos trabalhos da dupla mencionada. Isso se explica porque, de acordo com os Estatutos de 1851, o critério para ingresso no quadro de sócios efetivos do IHGB, assim como para o de correspondentes, consistia na comprovação da produção letrada, o que, naquele contexto, possibilitava a apresentação de obras de gêneros variados (incluindo memórias, crônicas, corografias, tratados, dissertações, biografias, elogios históricos, etc.), como fica demonstrado no material estampado nas páginas da revista da agremiação ao longo do século XIX.

Ora, o caso da poetisa mineira deixa muito evidente que o mencionado critério da produção comprovada poderia não ser tão decisivo assim para a admissão de novos sócios. Basta lembrar que uma exceção anterior havia permitido, por exemplo, que Pedro Affonso de Figueiredo, barão de Wildik e cônsul-geral de Portugal no Rio de Janeiro, fosse admitido como sócio mediante a apresentação de um “Guia do cidadão português no Império do Brasil” como único comprovante de suas virtudes intelectuais (GUIMARÃES 1996, p. 487-488).

O que prevaleceu no argumento para a recusa do ingresso de Beatriz Brandão no IHGB, portanto, foi a orientação marcadamente androcêntrica da agremiação. Passados alguns anos do episódio, é o próprio Norberto de Sousa Silva quem reconhece que, se o Instituto não a havia admitido entre seus membros, não havia sido por falta de reconhecimento de seus méritos poético-literários (SILVA 2005, p. 349). É o que também fica explicitado no parecer de Macedo e Gonçalves Dias, quando alegam que o Instituto não era lugar para a “respeitável patricia” e “distinta poetisa”, recomendando, por fim, que ela fosse recebida “como ornamento de uma sociedade literária, cujos fins não estivessem limitados à história e à geografia” (REVISTA DO IHGB 1892, p. 71). Mais desfavorecida por pertencer ao gênero feminino e menos pelo gênero literário que praticava, talvez tenha faltado à poetisa, como bem notou Lúcia Guimarães, a intervenção de uma

“força moral” para o ingresso na agremiação, expediente usado por Varnhagen quando apelou diretamente à recomendação pessoal do imperador para agilizar a admissão de Cândido Mendes de Almeida, “acolhido como sócio em um passe de mágica” (GUIMARÃES 1996, p. 489).²²

Cerca de 60 anos após a criação do IHGB, no contexto da Primeira República, a criação da Academia Brasileira de Letras (ABL) pouco contribuiu para quebrar a tradição sexista e androcêntrica que orientava as instituições acadêmicas no Brasil. Na instituição literária fundada, entre outros, por Machado de Assis e Lúcio Mendonça, a elegibilidade feminina, embora tenha sido pauta de debates acalorados em inúmeras sessões, manteve-se vetada nos primeiros 80 anos de sua existência.²³ Até 1951, o Estatuto da Academia previa que apenas “brasileiros” que tivessem, “em qualquer dos gêneros de literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário” poderiam concorrer a uma de suas cadeiras (FANINI 2010, p. 149). Quando da primeira candidatura feminina, em 1930, Amélia Beviláqua foi rejeitada sob a justificativa de que o vocábulo “brasileiros” restringiria as vagas apenas ao sexo masculino, o que deixou bastante explícito que a Academia relacionava valor literário a gênero.

Por fim, caberia ainda uma observação sobre o caso Beatriz Brandão: o episódio ficou relegado às notas de rodapé dos estudos mais recentes de historiografia brasileira do século XIX (OLIVEIRA 2011), com exceção da menção feita no corpo do texto na tese de Lúcia Guimarães (1996, p. 489). A meu ver, isso comprova, em primeiro lugar, a eficácia e a infalibilidade do trabalho de esquecimento e de apagamento disciplinar na naturalização dessa e de outras formas de exclusão. Além disso, penso que, se o caso sempre foi tratado como uma curiosidade pouco relevante, isso decorre, em grande parte, da já mencionada ausência da perspectiva de gênero como ferramenta de análise e de problematização nesses estudos.

22 - A exclusão de gênero no lugar da pesquisa e da escrita da história no Brasil do século XIX se manteve por mais de 120 anos. Somente em 1965, o IHGB admitiu a primeira sócia, a historiadora Virginia Rau, inicialmente no quadro de correspondentes portugueses, e, em 1968, entre os sócios efetivos, admitiu a geógrafa Isa Adonias (WEHLING 2010, p. 179).

23 - Caso emblemático durante o período de criação da Academia Brasileira de Letras (ABL), o nome da escritora Júlia Lopes de Almeida foi indicado por Lúcio Mendonça para integrar o quadro de fundadores. O veto à sua elegibilidade se deu sob a alegação de que a agremiação, ainda embrionária, seguiria o modelo de sua congênera francesa, cujo regulamento restringia a candidatura aos indivíduos do sexo masculino. Em 1911, a filóloga de origem alemã radicada em Portugal, Carolina Michaëlis, seria indicada para uma vaga de correspondente, tendo seu nome vetado sob o pretexto pouco convincente de que, naquele momento, encontrava-se preenchida a cota de membros correspondentes portugueses (FANINI 2010).

Gênero, memória e esquecimento disciplinar

Não foram poucas as advertências de Joan W. Scott (1992, 2008, 2011) quanto à condição ambígua da história das mulheres como espécie de suplemento inócuo à história geral, assinalando que o potencial crítico e desestabilizador do feminismo seria desperdiçado caso não encontrássemos um caminho para pensar teoricamente sobre as relações dos estudos de gênero com a disciplina histórica.²⁴ Há mais de 30 anos, a historiadora entendia que, mais do que explicar a expansão dos chamados *women's studies* como mero reflexo da chamada segunda onda feminista, era fundamental considerar o seu impacto na própria política de produção do conhecimento histórico, o que implicava uma crítica mais radical das suas bases conceituais e premissas epistemológicas (SCOTT 1992, p. 66 e 94). Ora, a história ascendeu ao estatuto de prática profissional especializada sob o preceito de se oferecer como “investigação desinteressada, imparcial e universalmente disponível” para todos os que comprovassem domínio de seus protocolos de pesquisa (SCOTT 1992, p. 71). Alinhados a essa ambição, os critérios de inclusão e exclusão da corporação dos historiadores assentam-se em processos de avaliação de competências nos quais os marcadores identitários sociais como gênero, raça e classe seriam, aparentemente, irrelevantes.

No entanto, a presença das mulheres na academia e, por conseguinte, de praticantes do ofício do sexo feminino, não deixaria de evidenciar uma experiência compartilhada de discriminação baseada em diferenças de gênero. Mesmo submetidas a padrões comuns de avaliação da “excelência” e do desempenho, as historiadoras passariam a formular demandas particulares que não poderiam ser subordinadas àquelas da categoria geral, e supostamente “universal”, dos historiadores (SCOTT 1992, p. 69).

Evidentemente, as observações de Scott estiveram baseadas, em grande parte, no cenário universitário norte-americano posterior aos anos 1970, marcado pela presença

24 - É importante lembrar que o artigo seminal de Scott, "Gender: a useful category of historical analysis", foi publicado originalmente na American Historical Review, em dezembro de 1986, e reimpresso no livro da historiadora, Gender and the politics of History, de 1988.

das historiadoras feministas que passaram a contestar os padrões profissionais dominantes que se consubstanciavam na figura universal do historiador como indivíduo branco do sexo masculino (SCOTT 1992, p. 74).²⁵ Naquele contexto, as praticantes dos chamados *women's studies* estariam à frente da crítica ao campo acadêmico profissional dominante, a suas divisões e hierarquias disciplinares, a seus critérios de autoridade científica e fundamentos epistêmicos (HEILBORN; SORJ 1999, p. 185). A historiografia feminista tenderia a tornar menos delimitada a oposição entre “prática profissional” e “militância política” na medida em que colocaria em questão as relações de poder sobre as quais as normas e protocolos disciplinares da história estão edificados.

No entanto, como destacou Scott, a oposição entre política e profissionalismo conseguiu pouco a pouco obscurecer as implicações epistemológicas mais radicais da perspectiva feminista, implicações essas nas quais residiria uma das principais contribuições da historiografia feminista (SCOTT 1992, p. 72). É possível perceber como o impacto epistêmico da teoria feminista foi rapidamente amortecido na recepção à história escrita pelas historiadoras feministas. Neste caso, os historiadores “tradicionais” não deixaram de exercer o seu poder de guardiões da disciplina, aplicando o rótulo de “ideologia” ao que consideraram a produção distorcida por considerações de gênero dessas historiadoras, em contraponto ao que eles defendiam como sendo o conhecimento histórico obtido por meio de uma investigação neutra e isenta (SCOTT 1992, p. 79). Argumento similar serviu de base, por exemplo, para os comentários críticos que Robert Finlay dirigiu a Natalie Zemon Davis em um artigo publicado na *American Historical Review*, de 1988, acusando-a de desprezar a “soberania das fontes” e transgredir “o tribunal da documentação”, por meio de uma leitura excessivamente “imaginativa” e com viés “feminista” da vida de Martin Guerre (FINLAY *apud* SCOTT 1992, p. 80).

Não por acaso, oito anos antes do célebre estudo sobre o retorno de Martin Guerre, Davis (1980) publicara um texto

25 - Como destacam Heilborn e Sorj (1999), a diferença fundamental entre a institucionalização dos estudos feministas nos Estados Unidos e no Brasil estaria no fato de que, aqui, as acadêmicas optaram pela estratégia de inserção na dinâmica da comunidade científica nacional mediante a obtenção do reconhecimento do valor e da credibilidade de suas contribuições intelectuais pelos profissionais das ciências sociais.

seminal sobre gênero feminino, gênero literário e a escrita da história por mulheres intitulado "Gender and genre: women as historical writers, 1400-1820". Oito anos depois, no ensaio denso intitulado "History's two bodies" (1988), inspirado no célebre livro de Ernst Kantorowicz, Davis aborda, a partir de três contextos temporais distintos, os modos como historiadores construíram linhagens de filiação, transmissão e sucessão intelectual. Antes de analisar as relações de colaboração entre Marc Bloch e a medievalista inglesa Eillen Power, nos anos 1920, Davis assinala que o time interdisciplinar da primeira geração dos *Annales* era uma "confraria de irmãos franceses" composta por editores homens. A principal exceção no grupo dos fundadores era Simone Vidal Bloch, esposa de Bloch, que atuava como secretária assistente e revisora de todos os seus manuscritos e cujo trabalho nunca foi reconhecido ou sequer mencionado pelo autor de *Apologia à História* (DAVIS 1988, p. 23). A biógrafa de Bloch, Carole Fink, chega a mencionar uma quantidade abundante de notas de pesquisa, todas manuscritas por Simone Bloch (DAVIS 1988).

Apesar das numerosas resenhas dedicadas a obras de autoria feminina, entre 1929 e 1944, apenas duas historiadoras tiveram trabalhos publicados na revista dos *Annales*, o que, no entanto, não lhes garantiu nenhuma visibilidade póstuma. A primeira, Thérèse Sclafert, francesa, concluiu o doutorado na Universidade de Paris em 1926, publicou um artigo sobre rotas de comércio medieval no número inaugural da revista. A outra, retirada do esquecimento graças ao estudo de Peter Schöttler (1992 e 2000), ao artigo mencionado de Natalie Davis (1992) e, mais recentemente, a uma página na Wikipedia francesa e ao breve texto em português de Joui Guimarães para o *site* do Café História, chamava-se Lucie Varga (1904-1941); três artigos e seis resenhas suas foram publicadas na revista entre 1936 e 1937.

Considerada por Schöttler como "a face oculta dos *Annales*", com um papel mediador decisivo na construção da rede intelectual dos fundadores do movimento com a produção

historiográfica alemã, Varga faleceu prematuramente após uma vida marcada pelo exílio e pela luta contra o nazismo. Austríaca de família judia e formada na Universidade de Viena, Varga chegou a Paris em 1933, trabalhou como secretária e tradutora assistente para Febvre e foi sua colaboradora intelectual, fazendo anotações a partir da bibliografia em língua alemã para a pesquisa do historiador sobre a heresia. A edição mais politicamente engajada da revista – a de 1937, dedicada a estudos sobre a Alemanha – contou com uma importante participação da historiadora, que assinou a apresentação do dossiê e dois artigos, um sobre a gênese do nacional-socialismo e outro sobre a juventude hitlerista. A anexação da Áustria à Alemanha, em 1938, obrigou-a a prover o seu sustento e o de sua filha sem o apoio da família austríaca. Varga tentou seguir a carreira acadêmica, além de outras atividades, trabalhando como representante comercial e operária de fábrica. Em meio a tantas dificuldades, publicou um romance, em formato de folhetim, no periódico socialista *L'Oeuvre*. Em 1939, casou-se pela terceira vez, motivo pelo qual garantiu a naturalização francesa que a salvaria da deportação quando a França foi derrotada na guerra em 1940. Trabalhou como tradutora até estourar o conflito mundial e, depois da desastrosa campanha francesa, viu-se obrigada a migrar com a filha para Toulouse, no sul da França. Lá, buscou a sobrevivência dando aulas de alemão e fazendo trabalhos agrícolas. Por toda essa instabilidade vivida em seus últimos anos pagou um preço alto com sua saúde física, vindo a falecer em abril de 1941, aos trinta e seis anos de idade.

A biografia trágica de Lucie Varga, que resultou em uma carreira intelectual precocemente interrompida, não deveria obscurecer o fato de que ela foi a única mulher a publicar trabalhos expressivos nos primeiros números dos *Annales*. Até se tornar objeto do estudo de Schöttler, e conforme ele mesmo destaca, ninguém havia visto, lido ou sequer indagado acerca do papel de Varga na fase inicial do movimento (SCHÖTTLER 1992, p. 101).

Trata-se, portanto, de um caso exemplar de esquecimento e apagamento da produção intelectual feminina da memória

disciplinar, ou seja, do próprio ordenamento narrativo em que se baseia a identidade da disciplina histórica, constituída através de um corpo canônico de textos de autoria masculina cuja autoridade é assegurada não apenas por mecanismos de reconhecimento e consagração entre os próprios historiadores profissionais, mas também por meio do ensino e da difusão pública. Afinal, quantos estudantes de graduação em História ousariam duvidar do que seus professores convictamente lhes ensinaram sobre o papel “revolucionário” da confraria masculina da historiografia francesa que se consolidou na linhagem que inclui desde Bloch, Febvre, Braudel a Le Goff? Não são esses historiadores comumente apresentados como os verdadeiros “heróis” e pais fundadores de uma forma “nova” de se fazer a história – mesmo que algumas dessas “novidades” já acumulem boas décadas de existência (YAMASHITA 2017) e impliquem certos ocultamentos?

Escrita de autoria feminina e gêneros de história

Como já destaquei, fora da história da historiografia, os estudos literários, sob o impacto das teorias feministas, a partir dos anos 1970, cumpriram papel decisivo para a visibilidade da produção letrada e intelectual de autoria feminina. Um dos efeitos importantes da crítica literária feminista, especialmente em sua vertente anglo-americana, foi o questionamento da legitimidade do cânone que define o que é ou pode ser considerado literário ou não, bem como a problematização dos paradigmas e estratégias interpretativas da crítica literária tradicional (HOLLANDA 1994, p. 11-12). Esse questionamento se fez acompanhar de um trabalho de arqueologia literária que promoveu o resgate da produção letrada feminina que, sob diversas formas, foi silenciada e excluída das histórias da literatura.

No Brasil, foram os estudos literários que tornaram conhecidas escritoras, poetisas e jornalistas brasileiras do século XIX.²⁶ O corpo canônico historiográfico que se constitui

26 - Entre outros, ver HOLLANDA; ARAÚJO 1993; MUZART 2000 e 2003; TELLES 2012; e DUARTE 1995 e 2003.

a partir desse período, no entanto, não inclui nomes femininos porque, a rigor, as mulheres não produziam a modalidade de textos reconhecidos ou enquadráveis como “históricos” naquele momento. Assim, por uma dupla determinação de gênero, a constituição da história como disciplina e prática científica na modernidade seria efeito do processo que, na medida em que delimitou os protocolos da historiografia e da pesquisa profissionais, também deixou nas margens, não apenas outras formas de escrita histórica, mas também outros sujeitos possíveis da operação historiográfica (EPPLÉ; SCHASER 2009).

Em *Gender of History*, Bonnie Smith definiu como “amadora” a escrita da história praticada por mulheres (que incluía gêneros textuais como ensaios e biografias, romances, memórias e crônicas históricas) desde, pelo menos, o século XVIII (SMITH 2003, p. 95). A francesa Germaine de Staël seria o grande modelo inspirador para a linhagem das escritoras amadoras da história, da qual fariam parte as inglesas Margaret Fuller, Lydia Maria Child, as norte-americanas Mercy Otis Warren, Hannah Adams, entre outras. Nesse contexto, a crítica literária sempre abordou os escritos de autoria feminina, de modo geral, como exemplos de “inspiração virtuosa, patriótica e moral” afinados ao republicanismo e ao civismo (SMITH 2003, p. 88). Também é possível identificar, nesse período, entre os séculos XVIII e XIX, uma “historiografia sentimental”, nos termos de Angelika Schaser (2007), fortemente marcada por interpretações moralizantes do passado e da vida social. Essa forma de historiografia, praticada por escritoras como Sophie Mereau e Johanna Schopenhauer, foi imediatamente rotulada de ingênua e diletante.

No Brasil dos anos finais do século XIX, não por acaso, foi com o adjetivo de “amadora” que a escritora baiana Ignez Sabino (1853-1911) definiu a sua escrita no prefácio do livro *Contos e lapidações*, de 1891:

Não escrevo para matar o tempo: não escrevo para traduzir pensamentos ligeiros e fúteis, não. Eu escrevo por necessidade moral, física, psicológica e intelectual. Não tenho a pretensão de ser impecável, não tenho a veleidade de julgar-me talento

quando estou abaixo da mediocridade. Eu escrevo como uma obscuríssima amadora, por isso sejam benévolos para comigo [...] (SABINO 1891, p. 309).

Por trás da explícita tópica da modéstia, estava uma mulher branca, da elite letrada, que, no conturbado contexto da Primeira República, publicou contos, poesias, romances, artigos e ensaios para jornais, além de um volume de breves biografias intitulado *Mulheres ilustres do Brasil*, que, em suas palavras, pretendia tirar as mulheres de letras brasileiras da “barbárie do esquecimento”. Em vida, Sabino não deixaria de ser reconhecida por sua “vasta ilustração”, “educação esmerada” e pela “máscula energia de sua ativa pena” (ORLANDO 1996 [1899]). Talvez por conta de suas incursões na prática de gêneros considerados “menores”, como a biografia histórica, não conseguiu escapar do contumaz apagamento da memória contra o qual tanto se empenhou: seu nome talvez seja apenas mais um dos listados no rol de mulheres (um pouco mais de uma centena) que escreveram e publicaram textos de modalidades variadas no Brasil do século XIX (MUZART 2003).

Considerações finais: paradoxos e interpelações

Procurei demonstrar como, a despeito de certa visibilidade advinda de algumas pesquisas recentes, a tradição do silêncio dos sujeitos subalternos se estendeu para o campo de pesquisas da história intelectual, promovendo a marginalização e o ocultamento da produção letrada de autoria feminina, baseados na naturalização dos pressupostos e das determinações de valor implicados na construção dos cânones literários e historiográficos. Neste sentido, identifica-se nos estudos de literatura o impacto mais expressivo das teorias feministas para reverter o quadro, ainda que o trabalho crítico tenha se concentrado, em grande parte, na denúncia da ideologia patriarcal e nas leituras revisionistas dos cânones. Em suma, subjacente a esses estudos, persiste uma lógica de complementação, na medida em que concentrando-se no

trabalho de resgate e de memória, continuam tributários dos mesmos pressupostos da tradição androcêntrica que pretendem denunciar (RICHARD 2002).

Na área da História, os limites da efetividade crítica e subversiva da teoria feminista remetem ao impasse apontado por Joan W. Scott quando argumentou que a potência desestabilizadora da categoria de gênero deveria ser usada para se questionar teoricamente as bases epistêmicas da própria disciplina. No caso específico dos estudos de história intelectual, os silêncios em relação às determinações de gênero podem ser explicados por suas conexões diretas com as assimetrias advindas das diferenças de sexo, raça e classe social que estruturam a divisão geopolítica do trabalho intelectual no campo da produção do conhecimento e que, por conseguinte, incidem na demarcação de todos os *a priori* epistêmicos. Nunca será excessivo assinalar que a pesquisa histórica, como as demais pesquisas nas ciências humanas, é um espaço constituído por hierarquias de poder, de prestígio e de influência que conformam disputas nem sempre explícitas entre modelos teóricos e agendas de investigação que, de modo predominante, são oriundos dos centros metropolitanos do chamado Norte global e difundidos por autores europeus e estadunidenses, o que, nos espaços periféricos, configura a chamada “dependência acadêmica” (CONNELL 2016, p. 18). Ora, como bem observou Ana Carolina Pereira, o desafio maior que se apresenta, especialmente para a teoria da história e – caberia acrescentar – para a história intelectual praticadas no Sul global, estaria em uma tarefa anterior à própria possibilidade de superação, demandando o próprio reconhecimento e o exame crítico dessa tendência à extroversão acadêmica como um problema (PEREIRA 2018, p. 109).

Assim, no horizonte mais imediato, os debates em torno da opção decolonial (MIGNOLO; WALSH 2018) e das noções de colonialidade de gênero e de feminismo decolonial (LUGONES 2008; 2015) despontam como interpelações dirigidas aos silêncios e apagamentos na história intelectual para as quais todas as tentativas de resposta ainda parecem provisórias e imprevisíveis.²⁷

27 - Sob o impacto dos estudos pós-coloniais, merece destaque a abordagem recente da história da historiografia em perspectiva global/transnacional, com ênfase na problematização dos condicionamentos eurocêntricos e etnocêntricos das representações do passado e nas dinâmicas das relações de centro e periferia na produção do conhecimento histórico. Para uma discussão importante, ver SANTOS; NICODEMO; PEREIRA 2017.

Como primeiro movimento nesse sentido, as questões de raça, gênero e sexualidade, mais do que temas de estudo a serem sumariamente “domesticados” como tópicos suplementares pelas disciplinas instituídas, de modo a não ameaçarem as suas certezas epistêmicas, demandam um enfrentamento efetivo em sua dimensão propriamente política (VARIKAS 2016, p. 42).

Permanece paradoxal, contudo, que a crescente incorporação da perspectiva de gênero nas ciências humanas ainda seja acompanhada de uma resistência difusa, difícil de ser identificada, que se manifesta como a falta do uso mais radical dessa categoria para se repensar a validade pretensamente universal dos pressupostos epistêmicos das disciplinas. Ademais, como uma das evidências mais imediatas da “guetização” desses estudos, observa-se que, nos cursos de História, a problemática das relações de gênero mantém-se como tema de disciplinas eletivas ou complementares, o que, por um lado, corrobora o interesse crescente nessa área de pesquisa (com profusão quantitativa e qualitativa de produção historiográfica, de periódicos especializados, grupos de pesquisa, eventos, etc.), mas, por outro, demonstra certa “particularidade” de seu conteúdo, ainda tido como “específico” demais para ser plenamente integrado aos currículos oficiais ou dotado de centralidade no plano institucional (VARIKAS 1994; 2016).²⁸ Assim, embora ninguém mais duvide de que as mulheres possuem a sua própria história, esses estudos se mantêm, em grande parte, como conteúdos transversais e suplementares, submetidos à ordem narrativa do que Eleni Varikas chamou de “território acolhedor e profundamente androcêntrico” da história social (VARIKAS 1994, p. 72). Assim, há a “História” e, paralelamente, a “história das mulheres” e os “estudos de gênero”, que permanecem localizados naquela região que Simone de Beauvoir chamou de o “Outro”, porque carregam a marca da diferença e o estigma da particularidade (BORDO 2000, p. 11).

Para concluir, retomo a cena da aula de História em *Becos da memória*, de Conceição Evaristo, destacada na epígrafe, que

28 - Neste sentido, uma pesquisa recente apontou para a invisibilidade das mulheres brasileiras nos livros didáticos de História para o ensino médio avaliados pelo Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação (PNLD/MEC) 2015, constatando que o tema aparece nessas obras, de modo geral, relegado a um domínio separado da narrativa e de seus conteúdos principais (MONTEIRO 2016). Para além do sistema educacional, cabe destacar a avaliação recente de Küchemann, Bandeira e Almeida de que “boa parte das políticas públicas não considera a condição de gênero como estruturadora do campo das relações sociais e dos comportamentos humanos, mas como um acessório opcional das ações dos indivíduos, portanto um aspecto particular, um adesivo que pode ou não ser incorporado à análise geral” (KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA 2015, p. 78).

me remeteu à questão sobre as possibilidades de romper com a condição de “sujeito historicamente emudecido da mulher subalterna”. Na literatura feita não somente pela escrita, mas pela escrevivência, a história da personagem-narradora, a menina negra nascida e criada na favela, pode se (con)fundir com a história de vida da autora. Aqui, a questão de gênero torna-se mais problemática porque permanece inevitavelmente cruzada com os marcadores de raça e de classe social. A mulher de cor, nas palavras de Gloria Anzaldúa, “é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas” (ANZALDÚA 2000, p. 229). Ou, ainda, a interseção entre raça, classe e gênero cria “seres impossíveis”, na expressão de Maria Lugones: “mulheres não brancas, negras, mestiças, indígenas ou asiáticas são impossíveis porque não são nem mulheres burguesas europeias, nem machos negros ou indígenas” (LUGONES 2014, p. 942). Portanto, nestes casos, as histórias escritas precisam mudar de figura, de forma e de gênero radicalmente, para romper silêncios e apagamentos duradouros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Traduzido por Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALMEIDA, Sandra R. Goulart. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(2):336, p. 689-700, maio-ago. 2013.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, ano 8, p. 229-236, 2000 [1981].

ARANHA, Patrícia. **Geografia como profissão: campo, auto-representação e historiografia (1934-1955)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ, 2017.

ARAÚJO, Valdeir L. de. O Direito à História: O(A) Historiador(a) como Curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Gêssica; BRUNO; PEREZ, Rodrigo. **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, pp. 191-216.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, maio-ago. 2013.

BALLESTRIN, Luciana M. Aragão. Feminismos subalternos. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, set.-dez. 2017.

BERNARDES, Maria Thereza C. C. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz editor, 1988.

BETIM, Felipe. ABL frustra expectativas de campanha por Conceição Evaristo e elege Cacá Diegues. **El País**, 31 de ago. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/30/cultura/1535658767_015684.html Acesso em: agosto 2018.

BORDO, Susan. A feminista como o outro. **Estudos Feministas**, ano 8, p. 10-29, 1º. semestre de 2000.

BRANCO, Lucia Castello. **O que é escrita feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5ª ed. Traduzido por Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10ª ed. Traduzido por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Undoing gender**. N. York: Routledge, 2004.

CERTEAU, Michel de. **L'histoire, science et fiction**. Paris: Gallimard, 1987.

CHARPENEL, Marion. Les enjeux de la mémoire chez les historiennes des femmes, 1970-2001. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 223, p. 12-25, 2018.

CONNEL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Traduzido por Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.

CORREA, Marisa. **Antropólogas e antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DAVIS, Natalie Z. History's Two Bodies. **The American Historical Review**, v. 93, n. 1, p. 1-30, 1988.

_____. Women and the World of the "Annales". **History Workshop**, n. 33, p. 121-137, 1992.

DOSSE, François. Histoire intellectuelle. In: DELACROIX, C. et. all. (dir.) **Historiographies I: concepts et débats**. Paris: Gallimard, 2010, p. 378-390.

DUARTE, Constância L. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

EPPLE, Angelika; SCHASER, Angelika. **Gendering historiography: beyond national canons**. Frankfurt/N. York: Campus Verlag, 2009.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANINI, Michele Asmar. A (in)elegibilidade feminina na Academia Brasileira de Letras. **Tempo Social**, v. 22, n. 1, p. 149-177, jun. 2010.

FÚKS, Julian. Prefácio. In: ELTIT, Diamela. **Jamais o fogo nunca**. Traduzido por Julián Fúks. Belo Horizonte: Editora Relicário, 2017. Disponível em: <https://medium.com/@>

relicarioedicoes/prólogo-de-julián-fuks-para-jamais-o-fogo-nunca-de-diamela-eltit-b69b38ca3c48). Acesso em: agosto 2018.

GREVER, Maria; STUURMAN, Siep (ed.). **Beyond the canon: History for the twenty-first century**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, p. 459-613, jul.-set., 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. *In*: PESAVENTO, Sandra J. **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003, p. 9-24.

HEILBORN, M. Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. *In*: MICELI, Sergio (org.) **O que ler na Ciência Social brasileira** (1970-1995). São Paulo: Ed. Sumaré; ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999, p. 183-221.

HOLLANDA, Heloisa B.; ARAÚJO, Lucia N. **Ensaístas brasileiras**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

HOLLANDA, Heloisa B. (org.) **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KEATING, Ana Louise (ed.). Introduction. *In*: **Gloria Anzaldua reader**. Durham and London: Duke University Press, 2009, pp. 1-15.

KÜCHEMANN, Berlindes; BANDEIRA, Lourdes M.; ALMEIDA, Tânia Mara C. A categoria de gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do Ceam**, v. 3, n. 1, p. 63-81, jan.-jun. 2015.

LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-**

americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LUGONES, Maria. Colonialidad y gênero. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, jul.-dic., 2008.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez., 2014 [2010].

MENDEZ, Natalia P. **Intelectuais feministas no Brasil dos anos 1960**: Carmen da Silva, Heleieth Saffioti e Rose Marie Muraro. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine E. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Durham and London: Duke University, 2018, p. 33-56.

MONTEIRO, Paolla Ungaretti. **(In)visibilidade das mulheres brasileiras nos livros didáticos de História do Ensino Médio** (PNLD, 2015). Porto Alegre: PUC-RS – Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

MUZART, Zahidé L. **Escritoras Brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

OLIVEIRA, M. da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010.

OLIVEIRA, M. da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

ORLANDO, Arthur. Carta à leitora. *In*: SABINO, Ignez. **Mulheres ilustres do Brasil**. Edição fac-similar. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1996 [1899], p. xi-xviii.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12,

n. 22, p. 270-283, jan.-jun. 2011.

PELEGRIN, Nicole. **Histoires d'historiennes**. Saint Étienne: Publications l'Université de S. Étienne, 2006.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 24, p. 88-114, abr.-jun., 2018.

PRIORE, Mary del (org.) **História das mulheres do Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

RACINE, Nicole; TREBITSCH, Michel (dir.) **Intellectuelles**: du genre em histoire des intellectuels. Bruxelles: Éditions Complexe, 2004.

RICHARD, Nelly. A escrita tem sexo? *In*: RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas**. Traduzido por Romulo Montes Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RILEY, Denise. **"Am I that name?"** Feminism and the category of "women" in History. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

SABINO, Igeez. **Contos e lapidações**. Rio de Janeiro: Laemmert Editores, 1891.

SABINO, Igeez. **Mulheres ilustres do Brasil**. Edição fac-similar. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1996 [1899].

SALES, Véronique (org.). **Os historiadores**. Traduzido por Christiane G. Colas. São Paulo: Unesp, 2011.

SANTOS, Pedro A. C. dos; NICODEMO, Thiago L.; PEREIRA, Mateus H. de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em

questão. **Estudos Históricos**, v. 30, n. 60, p. 161-186, jan.-abr., 2017.

SCHASER, Angelika. The challenge of gender: national historiography, nationalism and national identities. *In*: QUATAERT, Jean H.; HAGEMANN, Karen (ed.) **Gendering modern German History: rewriting historiography**. New York: Berghan Books, 2007.

SCHÖTTLER, Peter. **Lucie Varga: les autorités invisibles**. Une historienne autrichienne aux Annales dans les années trente. Paris: Le Cerf, 1991.

SCHÖTTLER, Peter. Lucie Varga: a central European refugee in the circle of French Annales, 1934-1941. **History Workshop Journal**, Issue 33, p. 100-120, 1992. Disponível em: <http://smjegupr.net/wp-content/uploads/2012/05/Schöttler-Peter.-Lucie-Varga-A-Central-European-Refugee-in-the-Circle-of-the-French-Annales-1934-1941.pdf> Acesso em: agosto 2018.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. *In*: BURKE, P. (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

SCOTT, Joan W. Unanswered questions. AHR Forum: revisiting "Gender: a useful category of historical analysis". **American Historical Review**, v. 113, Issue 5, dec. 2008.

SCOTT, Joan W. **The fantasy of feminist history**. Durham and London: Duke University, 2011.

SEGATO, Rita L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos ces**, 2012. Disponível em: <http://eces.revues.org/1533> Acesso: ago. 2018.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. *In*: HOLLANDA, Heloisa B. (org.) **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de

Janeiro: Rocco, 1994, p. 23-57.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **Crítica reunida: 1850-1892**. Porto Alegre: Nova Prova Editora, 2005.

SMITH, Bonnie C. **Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru/SP: EDUSC, 2003 [1998].

SMITH, Hilda L. Women Intellectuals and Intellectual History: their paradigmatic separation. **Women's History Review**, v. 16, n. 3, p. 353-368, 2007.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Traduzido por Sandra Regina G. Almeida; Marcos P. Feitosa e André P. Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Tomo LV, 1892.

TELLES, Norma. **Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX**. São Paulo: Intermeios, 2012.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, n. 2, p. 12-28, mar. 2009.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia**, n. 13, p. 78-95, dez. 2013.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 63-84, 1994.

VARIKAS, Eleni. **Pensar o sexo e o gênero**. Traduzido por Paulo Sérgio de Souza Jr. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

VOVELLE, Michel (org.). **Os historiadores**. Lisboa: Editorial Teorema, 2005.

YAMASHITA, Jougi G. **Lucie Varga**: a “desconhecida” historiadora dos Annales. 3 de jul. 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/lucie-varga-e-os-annales/> Acesso em: maio 2018.

WALSH, Catherine E. Insurgency and the decolonial prospect, praxis and project. In: MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine E. **On decoloniality**: concepts, analytics, praxis. Durham and London: Duke University, 2018, p. 33-56.

WEHLING, Arno. **De formigas, aranhas e abelhas**. Reflexões sobre o IHGB. Rio de Janeiro: IHGB, 2010.

WOOLF, Daniel. **Uma História global da história**. Petrópolis: Vozes, 2014.

WOOLF, Virgínia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Traduzido por Denise Bottmann. Porto Alegre: LPM Editora, 2012.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Maria da Glória de Oliveira

E-mail: mgloriaprof@gmail.com
Doutorado em História Social/UFRJ
UFRRJ

A primeira versão deste texto foi apresentada no encontro *A História (in) disciplinada – teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*, Porto Alegre/UFRGS. Os ajustes posteriores incorporaram os comentários valiosos de Rebeca Gontijo, Ana Carolina Barbosa Pereira, Benito Schmidt, Flávia Varella, Rodrigo Turin e Pedro Caldas.

RECEBIDO EM: 01/11/2018 | APROVADO EM: 03/12/2018

For a historiography of the “absences”: the lived experience and the historical present as fundamental categories for the study of Latin American peasant subalternity

Para una historiografía de las “ausencias”: la experiencia vivida y el presente histórico como categorías fundamentales para el estudio de la subalternidad campesina latinoamericana

Pablo Francisco Alderete

ABSTRACT

During long passages in the history of Latin American historiography, a rather narrow conception of historical time, whose attributes of linearity, homogeneity and monoculturality are a direct derivation of the European Philosophy of History, has remained intact. With the exception of reflections from other fields of research (mainly sociology, philosophy and anthropology), historiography has eluded a positioning —from its own epistemic and methodological needs— that could virtually contribute to the recovery of the experiential diversity of the subalternized sectors (peasants): experiences that the Gordian knot of the modern Creole time has permanently condemned to the dark room of the traditional, the aftertaste and historical burden. In this article we aim to outline an alternative historical and methodological framework that, from a phenomenological, anthropological and present time foundation, allows a re-reading of the “historical event” and the “defiant anomaly” as central categories for overcoming this inheritance.

KEYWORDS

Experience; Event; Methodology.

RESUMEN

Durante largos pasajes de la historia de la historiografía latinoamericana, se ha mantenido incólume una concepción bastante estrecha sobre el tiempo histórico, cuyos atributos de linealidad, homogeneidad y monoculturalidad son derivación directa de la filosofía de la historia europea. Con la excepción de reflexiones procedentes de otros campos de investigación (sociología, filosofía y antropología, principalmente), la historiografía ha eludido un posicionamiento, desde sus propias necesidades epistémicas y metodológicas, que virtualmente pudiese aportar a la recuperación de la diversidad experiential de los sectores subalternizados (campesinos), experiencias que el nudo gordiano del tiempo moderno criollo permanentemente ha condenado al cuarto oscuro de lo tradicional, del resabio y del lastre histórico. En este artículo nos proponemos esbozar una propuesta histórico-metodológica alternativa que, desde una fundamentación del tiempo fenomenológico, antropológico, y el presente vivido, permita una relectura del “acontecimiento histórico” y la “anomalía desafiante” como categorías centrales para la superación de esa herencia.

PALABRAS CLAVE

Experiencia; Acontecimiento; Metodología.

Reflecting on time for the understanding and explanation of social phenomenon is not a trivial exercise. Conversely, time and the wide range of topics, concepts and categories transversely associated are the backbone of what is usually identified as the historical and social reality (CASTORIADIS 2004). Certainly, the totality of the social dynamics, of the structural as well as conjunctural processes and the material/objective or symbolic/subjective configurations of the social world are *situated* and anchored in a temporal scope (singular or heterogeneous) that is not always an easily defined –or even, at a primary level, recognized. Although this may be paradoxical, it has a quasi-dramatic manifestation in the field of historiography. Thus, not trying to justify or excuse faults, the problem of time has such a magnitude that even for the philosophical speculation it has involved a long passage from its condition of mechanical, reversible and universal externality to its phenomenological formulation as an intrinsic and immanent property of the Being, of the subject and of the experience. Precisely, this has led Paul Ricoeur to characterize the philosophical, historiographical and existential problem about *time* as one of the most aporetic thoughts against which Western philosophy has had to face; aporias that, briefly, can be expressed in the virtually unsolvable coexistence between *the subjective, psychic and lived time, and the cosmic, chronic, biological and calendrical time* (RICOEUR 2009). As we shall see, the configurations or theoretical and interpretative schemes that have been instituted by part of the historians in order to address their specific research topics have not always been fruitful in this regard; on the contrary, their temporal equations, actively committed to hegemonic temporalities, have influenced the invisibilization, undervaluation and the “oblivion” of countless experiences and historical actors confined to the corner of absences and strangeness. That is why the criticism of this time and its consequences must give rise to a *historiography of the absences*, of the diverse experiences of time that culturally live in the multiple social ecosystems.

In fact, in this brief essay, we will try to sketch an adequate path for the study of the absences of conventional

historiography through a reflection that will have the following order: the phenomenological affirmation of time (in relation to the works of Julio Aróstegui and Paul Ricoeur); the historical present and the lived experience. More than a philosophical analysis, this article will be constantly inclined towards the historical-methodological dilemmas that are associated with a problem such as this one in order to pragmatically contribute to the development of research in the popular sectors and, specifically, in the rural areas.¹ Hence, we will exercise an operation of methodological translation of certain concepts: present as an event, and experience as an attribute of the anomaly. Based on this, we will end with a brief reflection on the consequences of the traditional historical methodology — linked to deeply monolithic temporal conceptions— on the study of agrarian sectors. Our presumption is that a large part of the theoretical and empirical inadequacies of the historiography on peasantry (probably one of the great *absences* still active in the historiography of countries such as Chile) is due to the weight that modern time or, more appropriately, the time of development has had. The fact that the reality of the Latin American countryside has constantly gravitated around the problem of the lack of capitalist modernization led, *ipso facto*, to the constriction of peasant experience and, therefore, to the suppression of its social and cultural variegation.

1 - A topic that has been my favorite in my historical research and my current doctoral thesis.

The need to recover these absent experiences in *social science* stories has been an imperative raised by the Portuguese sociologist Boaventura de Sousa Santos, who has formulated and delimited, in contrast to modern scientific and humanist reason, a sociology of the ecologies: productive, epistemological and, above all, temporary. For this author, one of the basic epistemological assumptions is that the understanding of the world and the way it creates and legitimizes social power is imbricated, directly, with the conceptions of time and temporality. On this basis, it can be verified that one of the fundamental characteristics of the "western" conception of rationality is, on the one hand, to contract the present and, on the other hand, to expand the future. The contracted present of western

modernity transmutes into an “elusive moment, entrenched between the past and the future” (SOUSA 2009, p. 100). A linear view of time and the valuation of history as a planned entity or susceptible to it accompanies this conception in such a way that the upward projection of historical time sponsors the other archetypal image of this modernity: the unstoppable, inexhaustible and secular progress.² This abbreviated version of the present historical redounds, in turn, in the reduction of the simultaneous and the contemporary, overshadowing the experiences that can cohabit in the same space and that determine a certain level of coetaneity. In this way, as Sousa Santos affirms, the contraction of the present hides most of the wealth of the social experiences in the world.³

On the other hand, some precursors of what in Latin America has been called the *decolonial turn* have paid attention (as Sousa Santos has done) to the relation between time/modernity/coloniality as interdependent variables in the modeling of a intersubjectivity according to the principles of modernity/coloniality of power. In this sense, modernity, for the whole world, involves a constituent process “of a new perspective on time and history”, turning the future into the only temporary locus capable of satisfying the irrepressible need for change. Definitely, as Aníbal Quijano points out, modernity implies, from a subjective point of view, an unprecedented perception of historical change, which is accompanied by a colonialist evolutionism that typologizes past cultures (non-European colonized) as backward, inferior cultures: undoubtedly, societal burdens (QUIJANO 2000, p. 216-222; MIGNOLO 2010, p. 61-64).

A historiography of absences — paraphrasing Sousa Santos — should confront this notion, demonstrating that linear time is one among many conceptions of time and, empirically and historically, it has never achieved a ubiquitous deployment that would allow it to ensure, without further ado, its current hegemonic status. In fact, as noted by prominent figures in European and Latin American thought, the secularization of Judeo-Christian eschatology, from which emerged the

2 - It is the conception of time refigured in Goethe's *Faust*. Hence, Marshall Berman correctly nominated her as Faustian time (BERMAN 2006).

3 - One of the privileged locus of critical reflection against this “jibarizado” present has been the literary poesis, in which it has been claimed for an opening and expansion of the world through the diversification of the present (See, for example, FUENTES 1992; BRAVO 1991; RAMÍREZ 1978).

homogeneous, linear and progressive properties of modern time (GUREVITCH 1979), failed to suppress other conceptions such as the cyclic time, the doctrine of the eternal return (ELIADE 2000), etc. Even in the West itself, where, according to Ernst Bloch, one of the general features of modernity has been the survival of *super structural* elements belonging to past and remote economic systems (BLOCH 1971, p. 109). This determines an "effective non-coetaneity" of attributes that can be described as the resistance condition of certain diachronic inertias that the emergent and dominant movement has not been able to abolish. This has led authors such as Bolívar Echeverría to pluralize the same modern condition in order to de-essentialize its real historical concretion, identifying diverse *ethos* within it. Following this logic, Latin American modernity would correspond to a *baroque ethos*, according to the formulation made by the Cuban novelist José Lezama Lima (LEZAMA 1957; ECHEVERRÍA 1997), rather than a properly *capitalist ethos*. The variegation that gives rise to this heterogeneous network has marked the historical development of many Latin American societies, if not all of them,⁴ which is easily illustrated in the recurrent anathemas that Creole elites directed and direct against these cultural entities (SALINAS 2015).

4 - For example, for the Bolivian case, the interesting thesis of the sociologist René Zavaleta (1986), Luis Tapia (2002) and Silvia Rivera Cusicanqui (2010) can be reviewed.

In a suggestive article, Elías Palti gives an account of how different conceptions of temporality were debated in the same European space/ time, all inserted, of course, within the modern civilizational project itself. The interesting thing of what was demonstrated by Palti is the contemporary definition (generally intellectual and epistemological) of multiple temporalities, reason why, in the author's opinion, it would be inappropriate to try to link the modernity with a single temporary statute. It seems to us, however, that Bolívar Echeverría's proposal is much more appropriate for the Latin American context since he is not interested only in intellectual production, but, rather, in the reception and process in which the ideas, visions and projects are acquiring social concretion. Hence, some of these forms are more dominant and hegemonic than others, as Koselleck reveals in his study of the time of modernity (PALTÍ 2001; KOSELLECK 1993).

Beyond homogeneous and linear time: the phenomenological experience of time

If we look at the two global forms that have governed the historiographical work in the West in relation to the problem of time, it is plausible to identify one that attributes to time the property of linear structure, with an open future, and another that conceives it as a recurrent and circular movement (LÖWITH 1968). But, beyond these conventional images, there are other options that allow us to better clarify the time's *aporia*. One of them is what we will call "anthropological alternative", which basically consists of capturing time as a social and symbolic dimension inherent in the various civilizational systems that have existed in history. Therefore, time is susceptible to becoming an "object" of cultural history, emphasizing perceptions and cultural forms that *historicize* a tangible and specific temporal regime (ARÓSTEGUI 2004, p. 67).⁵ Another option refers to the fully subjective field of experimentation or experience of time which, in Aróstegui's opinion, facilitates the understanding of this within the field that delimits the theory of history and historiographical practice, approaching matters such as historical consciousness, historicity, the perception of expectations, the mnemonic experience, etc. (ARÓSTEGUI 2004, p. 68). At first, an opening of the problem in these terms would allow to intertwine different levels of the temporal in its social and cultural significance: the cosmogonic, biological and human level, avoiding incurring in the serious error of separating or fragmenting the diverse planes of time, especially those that concern its social and physical record.

Even if it starts from a specific scientific interest that forgets that the temporality is a *unique and global* dimension —as it is also space— in which the cosmic, the biological and the specifically human are integrated, any approach to the meaning of time will be condemned to a sterile unilateralism (ARÓSTEGUI 2004, p. 69).

After all, the phenomenal representation of the temporal object does not imply, equivalently, the proliferation of independent temporal realities. Although the multiple

5 - About historicization and its transformation into an organizing regime of time, see François Hartog (2007; 2014).

consideration of the temporal dimension is convenient for its cognitive appropriation, it does not inevitably lead to the establishment of divergent dichotomies between, for example, human, psychic and existential time, and physical, biological and cosmic time. On the contrary, and considering what has been said about linear time, it is necessary to persevere in a dialectic that combines the innumerable appearances acquired by the real and the *worldly* unfolding of time.

"Human actions are *historical*, in their most primary foundation, because they necessarily belong to a time, a time series, to weave or contain time and, what is more, to "configure" themselves" (ARÓSTEGUI 2004, p. 73). This quality affects one of the most important characteristics of historical time: being a *multiple time* with different strata and durations. The diverse structuring that the past, present and future may have determines a series of possibilities that make the historiographical elucidation of the problem much more complex; although, on the other hand, it enriches the social-historical world to the point that, as Ricoeur observes, the mere reference to the past does not automatically involve the awareness of a "homogeneous, objective, one time" (RICOEUR 2009, p. 688). And, as argued by the hermeneutic phenomenology of time, the string of aspects that disintegrate with linear time —product of the prevalence of a single dimension of it and its constant hierarchy— must be rearticulated so that the past, present and future emerge as imbricated rather than antagonic. This reminds us of Walter Benjamin's figurative meditations relating to the time of history, in which the future or the utopic present preserve phantasmagorical forces that beat and persist in their action (ŽIŽEK 2013, p. 197). Indeed, it is the breach of the promises contained in those historical pasts that determines its spectral projection. The repetition of these acts "thus it opens in the past unnoticed, aborted or repressed potentialities. Open the past again towards the future" (RICOEUR 2009, p. 774).⁶

6 - In another part, Ricoeur affirms that "Historiography also understands the past as 'return' of hidden possibilities" (RICOEUR 2010, p. 493).

But along with the multiple relationship that can arise

regarding the configuration of the three variables that constitute the historical time, phenomenology also accounts for a longer time, an *intratemporality* which is capable of regulating the time of societies —and of humans who live in society— concerning cosmic time. Precisely, according to Ricoeur, it is the mythical time that “establishes a unique and global time’s *scansion*, ordering, in reciprocal relation, the cycles of different duration, the great celestial cycles, the biological recurrences and the rhythms of social life” (RICOEUR 2009, p. 786). Hence, that cosmological time cannot be grasped without “retaking” the phenomenological time, i.e. the own social and human *experience* that overturns the subject’s consciousness and definitely recreates it through its own sociability and ritualized social practice (as E. P. Thompson will say). Only then can we understand that time, in all its multiple appearances, constitutes a cultural phenomenon and, therefore, eminently anthropological.

This anthropology of historical time, which, as we will see later, marks the preponderance of experience and perception as constitutive and constituent factors of temporal reality (that is why it is acceptable to refer to a *constructivist* perspective of time), has the time *present* as the effective dimension in which subjects record their experiences. “Humans imagine History as past, but necessarily live it as present”: the real time of all history is the present, since social and individual action can only be contained in it. “Present is *presence*, is the time of action” (ARÓSTEGUI 2004, p. 63). Now, from a historical point of view, and according to what has been pointed out above, this present is not separable from the other natures of time, since the present in itself collects, implies and is affected by past actions and by the expectations that circulate in the social environment. There is rupture, of course, but, above all, there is continuity and accumulation of historical time (ARÓSTEGUI 2004, p. 80-90). This forges the intrinsic link between the present and the past; it traces the natural transit from presence to the past. Or, in the words of Paul Ricoeur, “The present is both what we live and what makes the anticipations of a remembered past” (RICOEUR 2009, p. 683).

Event and experience of abnormality as historical-methodological alternatives

Duration and event, as can be appreciated, are two humanly perceptible magnitudes that determine the constitutive dialectic of the present and, therefore, of historical time. In general, historiography has prioritized the study of the duration of culturally and socially created structures in a continuous evolution, while the event has remained relegated to its condition of "instant without thickness". But, according to what Aróstegui affirmed, the event stands, "metaphorically speaking", in "the *articulating factor of the historical*" (ARÓSTEGUI 2004, p. 94) which delineates the historical change movement, that is, the processes of disruption and continuity of the social. Therefore, it has tended to acquire greater notoriety in recent decades, mainly due to the virtue of unifying the cultural, agential and projectual aspects of human action, as well as its propensity to find temporary "chains" (RICOEUR 2009, p. 683).⁸ The micro history of Ginzburg and other references, for example, opted for the restitution of the event as dimension, scale and privileged subject for the study of culture (since the new political history the virtues of the event began to be apologized in order to legitimize its future rescue) (JULLIARD 1985). This tendency to the *evenemential* (i.e., event-based), according to Dosse's expression, is installed in a larger context of criticism of the stiffening experienced by structural analysis, in which the broad and complex field of subjectivity was relegated to a merely incidental plane of historiographical inquiry. In response to that, the potentialities of the event will be revalued, especially those that reaffirm an overcoming of the materialistic mechanism, allowing the identification of the cracks of the normative systems from which the subjects can show themselves as effective actors of the historical dynamics. In the same measure, another possible reading of the structures, which transcends its immobile and self-contained logic, is foreseen, allowing weighing the effects of actions and social practices on its constant process of structuring and reproduction (BOURDIEU 2007).

7 - The Chilean sociologist, Hugo Zemelman (2012), for his part, has observed that the event or the conjuncture articulates the power of the present time (oriented according to an [in]determined horizon of expectations) with praxis and social experience (that, necessarily, are rooted in the border that delimits the space of presence and the past).

For his part, Paul Ricoeur enhances the virtues of the event through a tripartite division of its scientific potentialities: firstly, the event can acquire an infrasignificant character, reconstructing itself descriptively as an atypical event; secondly, the event is discovered in the “order and realm of meaning, in the limit of the non-*evenemential*”, incorporating itself into explanatory schemes in which it is articulated with socio-structural conditions and regularities; and thirdly and finally, the event is inserted in a suprasignificant plane, which is capable of configuring its own order of meaning, emancipated from its anomalous character and also from the constrictions derived from the non-*evenemential* (DOSSE 2013, p. 32-33). For these reasons, the event constitutes an opportunity to integrate various methodological procedures, either for describing, explaining or interpreting a phenomenon. In the second level of the explanatory and causal, the event may be the starting point to approach generalizations that surpass the circumscribed scope to the episode itself; but at the third level, the level of the understanding, the event “begets in itself” all the power of the significance of the concrete phenomenon —it is the starting and the ending point.

The operability achieved by the *present time*, thanks to the connotations attributed to the *event*, can be complemented by another notion that, in similar terms, captures time in its pluralism and in its objective and subjective enchainment, but which also enhances the anthropological, constructed and perceptive nature of time: here, we refer to *experience*, a nuclear concept in phenomenological disquisitions about temporality and historicity, as well as in the Thompsonian social history. For the genetic phenomenology of Husserl, and as for the intersubjectivity of Alfred Schütz, the experience refers inextricably to the everyday social world, or “Life-World” (SCHÜTZ; LUCKMANN 2001). The experience, therefore, institutes a “space”, an instance of anonymous sociality that goes from a “we, directly experienced, to the anonymous that largely escapes our vigilance”. In this sense, the *lived experience* contemplates a progressive extension of the social environment

that circumscribes the individual life of the subjects, determining, with this, "all the temporal relations between past, present and future". Indeed, direct or indirect interpersonal relationships — the expanded universe of intersubjectivity with an I, a you and a we— are temporarily structured: "we are oriented, as agents and patients of action, towards the remembered past, the lived present and the anticipated future of the behavior of another one" (RICOEUR 2009, p. 796). Thus, the "Life-World", as a result of the experiences, learning and awareness that arise within it, organizes a community of reciprocal and comprehensive time and space (LEÓN 1999, p. 68).

E.P. Thompson displaces the neatly intersubjective character of the term in favor of its more cognitive range, in order to relieve mental and emotional responses, whether from an individual or a social group, to an interrelated plurality of events or many repetitions of the same type of event (by any means, it seems to us that Husserl's notions of "retention" and "protention" could be similar to some of the questions posed by Thompson).⁸ Referring to the Marxist canonical aphorism concerning the determination of consciousness by the social being, Thompson invokes the action of experience as a mediating human property between being and consciousness. In this regard, it is said that experience arises spontaneously within the social being, but irreducibly attached to thought:

Certainly, we should not suppose that on one side is "being", as enough materiality from which all ideality has been separated, and that "consciousness" (as abstract ideality) is on the other side. Because it is not possible to imagine any type of social being regardless of their organizing concepts and their expectations, nor could the social being reproduce itself even a single day without a thought. What is meant is that within the social being there are changes that give rise to transformed *experience*; and this experience is *determinant*, in the sense in which it exerts pressures on the existing social conscience, raises new questions and provides a large part of the basic material for the more elaborate intellectual exercises (THOMPSON 1981, p. 19-20).

8 - Reinhart Koselleck has rehearsed a definition of experience that manages to adequately dialogue with the phenomenological, hermeneutical and historiographical traditions, emphasizing the intersubjective nature of the same. But also —and this is closer to the Thompsonian definition of the concept—, the experience constitutes the indissoluble link between the subject and the reality that is perceived (KOSELLECK, p. 338-340).

In this way, Thompson's emphasis on experience overcomes the fragmentation of the social process. The contribution of his work is that, despite formulating a general interpretation of the processes of class formation, he took this interest to pre-industrial societies, where the figure of the salaried worker and the factory environment had not yet emerged as the preponderant actor and context. Thus, by observing the traditional peasant and artisanal societies of the eighteenth-century, he was able to recognize the cultural device that interceded between the objective conditions of existence and the discursive universe. The relationship with time, in this context, operates as a ritualization and routinization that, in its frequent collective practice, recreates and updates the social-historical time in the daily life form. "Task-orientation", for example, which for Thompson is the typical time of traditional societies, in which the chronometric separation between work and social life is not yet normatively introjected into the "Life-World", obtains its reality from the cultural codification (traditional and customary) that these societies institute (THOMPSON 1995, p. 401-402). Certainly, from a methodological perspective, it is not easy to discover these discrete logics of social configuration of time and its unexpressed norms. Thompson points out that a valid strategy is to examine an atypical or abnormal situation or episode, since these allow shedding some light on the norms of the quiet years. However, it is convenient to make a parenthesis to investigate on this point more deeply, returning to Thompson's ideas.

Microhistory is the line in historiography that has emphasized the relevance of identifying the atypicality of certain phenomena (attribute of the evenemential) in order to have a clearer picture of historical realities that did not have a record. For this historiographical approach, the anomaly, as an expression of an action, a fact or a simple data, embodies the "exceptional normal". There is a power that Ginzburg intends to unravel within the anomaly (Perry Anderson [2014] will speak of the "power of anomaly"): the atypical, in the case of subaltern culture, is usually related to the violation

of a norm, so the *anomaly* that triggers or summarizes the social transgression presupposes the *norm* in itself. There is, of course, a question of scales, ranging from reduced observation to the extended plane. However, when it comes to the reverse case, what is normal is immanently invalidated to account for atypical situations. Hence, for Ginzburg, the anomalous is methodologically superior to regularities, inertias and "analogies" that only manage to remain in the superficiality of the concrete phenomenon. The abnormal-normal, on the other hand, turns out to be an effective oxymoron to penetrate the depths of the event, but also the unconscious structures that surround the series of individual actions, considering the intensive study provided by the microscale.

Natalie Zemon Davis' microhistorical research *The Return of Martin Guerre* stands out for the exceptionality of its object of study (ZEMON DAVIS 2013). Here, the author, altering all the rules regarding the representativeness of the cases examined, chooses a unique event as a strategy to elucidate normal aspects of peasant life in the sixteenth-century, which, in other documentary sources, were completely elusive. But, not limiting herself to the methodological potential of the anomaly, Zemon Davis also recomposes the gaps of the documents "imaginatively" through an analogical operation thanks to which she can link the normal experience of groups and comparable individuals. The result of this exercise enables the historical narrative to be nourished not only by the proofs and evidences concerning the case studied, but also by making the rules of verification and testing more flexible to encompass the greater field of *possible* actions, reactions, feelings, thoughts, etc. that are present in other sources with analogical potential (basically, the deep meaning that historical time has as present time is restored, in which the indetermination of the possible plays an active role). As Ginzburg observes, "the biography of Davis' characters at times becomes the biography of other 'men and women of the same time and place', reconstructed with sagacity and patience through notarial, judicial and literary sources" (GINZBURG 2010, p. 439). In his article *Folklore, anthropology and social*

history (1989), outlines some ideas about the anomaly that coincide with those of the microhistory and Perry Anderson's reflections in this regard. In this text, Thompson observes that the rules, which contemporaries perceive as "absolutely natural" and normal, are the elements that frequently leave the most imperfect historical traces. In this sense, an effective heuristic exercise is to discover "unexpressed norms" in atypical moments, such as riots, conflicts, transgressions and ruptures; that is, in moments in which politics or the *infrapolitics* acquire a transparent aspect.

Definitely, it could be noted that the importance of the anomaly does not lie so much in its ability to alter the rule, but in correcting and challenging "macrohistorical common places" that thoughtlessly installed biased images about certain phenomena and collectives. Undoubtedly, the linear and homogeneous time constitutes one of these unaltered common places that have managed to remain undaunted in the face of the constant underestimation of the other multiple *experiences* of time. The opening to the event, as to the *defiant* abnormality, may be a valid strategy, as seen in the work of E. P. Thompson, to situate the real experience of the subjects in their endogenous, intersocial or intersubjectively constructed time.

Final considerations: agrarian history and linear time

At this point, we can conclude with a brief critical reference *on the two great theses*, which, in our opinion, have structured the debate on agrarian studies in Latin America, and reflect the negative consequences of avoiding the central reflection on the relationship between methodology/epistemology and historical time.

Emerging as coherent theoretical models from the 1960s onwards, they were directly linked to the analysis of socio-labor identities (such as the proletarian), which initially had a more obvious theoretical and empirical structural support,

added to the emergence of partisan organizations directly derived from the political action of these sectors. Hence, since its beginnings, it has exerted an enormous influence within agrarian history, with a narrow modern conception of politics, from which derived, in the last instance, an equally limited and restricted⁹ epistemology. In the case of Latin America, this has been truly tragic because it has meant nullifying the political capacity —among other dimensions— of subjects and social actors that, according to the economy and political theory, could hardly have played a decisive role in the social transformation of the continent. Even though there are famous exceptions, starting with the recognition of José Carlos Mariátegui, the traditional and heterodox thought was stubbornly committed during much of the second half of the twentieth-century to relegate both indigenous peoples and peasant communities, as social marginals of all kinds in the dark room of "the traditional", "aftertaste" and "historical ballast". Thus, what was the point of including these groups within a revolutionary or reformist political program if they were destined to disappear, according to the neat and reasoned European theory? Because, although the theory of dependence served to demonstrate that Marx's political economy was necessary, but insufficient to explain the specifics of Third World capitalism, the truth is that its theoretical renovation did not allow, as well, the organizations of the moment to erect as preeminent actors of change classes and subjects different from the workers' vanguard. Cutting the Gordian knot of modernity and the European theory was only possible after the irreverent and concrete historical experience of the subalterns.

But, beyond these elements, we can start observing that the historical study of the agrarian space has not been easy both in Latin America and in other historiographical contexts. This is well illustrated by Josep Fontana in the figure of the sociologist Teodor Shanin, who proposed an early definition of peasant (definition elaborated by other authors with the pretension of constituting an ideal-type) in 1965, but ends up dismissing it when he realizes, in 1980, that "Peasants

9 - On some criticisms that have been made to this conception, we can mention Florencia Mallon (2003); Ranahit Guha (2002); James Scott (2000); E. P. Thompson (1989). All these works result in a much broader notion of subaltern politics, and that is not reduced to institutional or state margins or repertoires of action structurally related to the State and to a modern economy.

are a mystification. To begin with, there is no 'peasant' in any immediate and specific sense" (FONTANA 1997, p. 9). Armando Bartra has also debated in terms that are not identical, but that refer to the impossibility of giving an "objective" definition of the peasant based on structural, teleological and economical notions of social classes. In one of his last theoretical works on peasantry, Armando Bartra has debated and stated that "The peasants are not born peasants, they become peasants: they invent themselves as collective actors in the course of their work, in the movement that brings them together and in the action that ratifies a peasantry always in a black work"; concluding that "to be a peasant in a classist sense is not an economic fatality, but a political choice, a common will, a commitment to the future" (BARTRA 2008, p. 11).

Precisely, it can be noticed that the singularity of the agrarian issue in capitalism has been traditionally analyzed through two divergent and opposed approaches, where one privileges a totalizing point of view, locating the agricultural sector as a part of the "mode of global production"; while the second opts for a particular perspective, dealing with some modalities of the rural world regardless of its context. As Bartra points out, the globalizing vision is marked by a typically nineteenth-century optimism that, overestimating the modernizing effects of industrial development, glimpses in the near horizon a homogeneous society in which the hegemonic relations of capital will have generalized to the rural area: "a world without territorial rents, without peasants or communities, without an ethnic problem" (BARTRA 2006, p. 179). In this sense, this perspective constitutes the most radical expression of the *monoculture of linear and homogeneous time*, which denies the variegation of Latin American societies in order to subsume in the logic of capital, all the realities qualified as burdens of past eras. The rural is analogous to pre-capitalist and pre-modern: remnants or surviving residues that have not disappeared only because of insufficient Latin American capitalist development. What is relevant for this approach "is not to give a reason for the survival of the territorial rent or to explain the reproduction of the

peasantry and the ethnic groups, but to announce that they are on the way to extinction and, in the best of cases, to describe the inevitable course of this process" (BARTRA 2006, p. 180).

For its part, the second approach seeks to discover a transhistorical reality in peasant communities, obliterating their insertion in the global society and the consequences that these social interrelationships can produce in the development of rural populations. Highly descriptive, this approach seeks to avoid modernity in order to announce its immutable and traditionalist nature, or its immanent logic. Therefore, unlike the previous perspective, it is essentially *peasantist*. However, they agree as to underestimate the lived experience of the peasantry, setting *a priori* its characteristics to emphasize its future (agonizing) or its past (immobilizer).

Strongly imbricated with the sociology of modernity own notions (with the intention of either testing or refusing it from a nostalgic romanticism), both models are unable to refer to the time (productive and social) of peasant spaces according to their own experiential and everyday world. As John Tutino has pointed out:

Agrarian history must not only analyze the reciprocal influence between production, power and culture, it must also recognize that most members of agrarian societies live as peasants; therefore, life, social relations and beliefs of peasants should become one of their primary concerns [...]. We must explore the way in which the peasants help to make their own history and, thus, the history of the agrarian societies they support. Since agrarian societies are defined by their peasant majorities, agrarian history should focus on peasant life and culture (TUTINO 1992, p. 181).

And, as we have seen, this implies having a special consideration for the historical and experiential time of the peasantry that —paradoxically, and in a similar way to what happens with capitalism (CHATTERJEE 2008) — is conceived and defined in the productive moment. Indeed, due to the dependent condition on this production of "nature's time", agrarian societies are organized around a "type of seasonal

temporality" (TAPIA 2002, p. 305), totally different from the time that is valued by capital: time as "exchange value", homogenous, empty, marked by the simultaneity measured by the clock and the calendar (ANDERSON 1993, p. 46). This determines, as René Zavaleta has observed, that *agricultural time* is linked to a multiplicity of other phenomena. For example, for Andean societies, a structure of spatial unity is derived from this notion of historical time as the local form of seasonal agricultural time: "political unity derives from the needs of subsistence and cannot be considered by itself as a collective time. First consequence, intersubjectivity is a precocious and violent fact" (TAPIA 2002, p. 306). The fact that the peasant, in many cases, continues to be a direct or semi-direct agricultural producer, determines that the cultural, social and economic life is regulated according to the orientations of seasonal weather. The persistence of associative practices of agricultural production, especially in times of harvests and sowings, reflects this "violent intersubjectivity", quasi-imposing within the reciprocal relations of production.¹⁰ This is how the triple interrelation between nature, agricultural production and seasonal time, allows to reveal a really complex *world*, deep in resistances, adaptations and functional resignifications.

If we apply these observations to the specific case of Chilean rural historiography, we can reach quite similar conclusions regarding the neglect and undervaluing of the cultural, political and social life of the peasantry: an issue that is undoubtedly mixed with the relegation of experience and the present lived of the rural sectors, product of the powerful influence that the modernity and the development has had. For the specific case of social history, the reasons for this neglect, as the historian Jorge Rojas Flores observes, are due to the preponderance that the *proletariat* initially had. Quoting Hernán Ramírez Necochea, it is pointed out that "the remaining social sectors, handicraft, peasants and middle sectors were in *deconstitution* [our italics] or were dragged by the growing processes of awareness", therefore, falling on "the modern working class" "the real protagonism" (ROJAS 2000, p. 53). The subsequent

10 - This is highlighted in the remarkable study by Henri Lefebvre (1978) on the rural community, in which he affirms that even when there are no coercive mechanisms within the communities to make their members meet these productive needs, it is not convenient to their members to subtract themselves from this "moral", precisely because agricultural production depends on associativity.

trajectory of social history (in its newest version), even when it denied orthodox materialism to accommodate the eminently political and cultural forms of organic, identity and discursive construction, did not change the effective experience of the peasant sectors for that reason. Conversely, he replied, in his political version, the dispeasantist thesis mentioned above in relation to the absence of convulsions in the Chilean countryside in both nineteenth and twentieth centuries. Julio Pinto and Gabriel Salazar, for example, in their *Historia contemporánea de Chile*, suggest that the ability of the bosses to keep the "hacendal community" isolated (BAUER 1994; BENGGOA 1988; 2015) prevented the politicizing discourse of the urban sectors from permeating peasant consciousness. And, from the 60s on, when this environment began to receive the lucid signals of the organized world of the city, it not only depended on the State and urban movements, but ended up ceasing "the demand for land as first vindication" (PINTO; SALAZAR 2012, p. 55-56). The process of cultural and social deconstitution was, therefore, absolutely consolidated, with a few peasant groups remaining as unarmed social remnants against the disruptive time of the State, capital and modernity.

However, a valuable exception to these interpretations is the work of Brian Loveman, who through exhaustive research concerning the struggles of rural workers (mainly wage earners), from 1919 to land reform, reaches the undeniable conclusion that the peasantry was neither marginal nor its exclusion an ineluctable force that sealed its lack of participation in the "centers of decision": what happened was a constant repression against the active presence of the peasantry and their struggle. For Loveman, the *developmental* thesis on the peasantry at the same time supports two additional hypotheses: the existence of a political patron that encourages and stimulates the integration of the peasantry and, secondly, the discontinuity of the peasant struggle in its fight against the structure of domination. However, the twentieth-century reveals the peasants struggling on various fronts and resorting to diverse "repertoires of collective action", some more formal and legal

than others: the petitions, the unionization, the organization of strikes, the sabotage, the takings, robberies, indiscipline and unproductivity (LOVEMAN 1971). In this perspective, peasant's politics is understood as a multifaceted instance of social and cultural experience confronted with rural domination and power. The proper time for this experience, therefore, did not run solely through the channels of state and party politics, but also established and constituted its own times.

And that is because seasonal time (the agricultural time par excellence of the sowing and the harvest) imposed its rhythms and a singular historical conscience. The power of the peasantry, precisely, fell on the possibilities that opened this seasonal time: using it in their favor was one of the most effective means of its practice and political projection. In short, time and politics, more than in any other social context, are presented here as two entities involved reciprocally.

REFERENCES

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: FCE., 1993.

ANDERSON, Perry. El poder de la anomalía. **Prismas**. Revista de Historia Intelectual, n. 18, p. 245-260, 2014.

ARÓSTEGUI, Julio. **La historia vivida**. Sobre la historia del presente. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

BARTRA, Armando. Campesindios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. **Boletín de Antropología Americana**, n. 44, p. 5-24, 2008.

_____. **El capital en su laberinto**. De la renta de la tierra a la renta de la vida. México: UACM, CEDRSSA, Itaca, 2006.

BAUER, Arnold. **La sociedad rural chilena**: desde la

conquista a nuestros días. Santiago: Ed. Andrés Bello, 1994.

BENGOA, José. **Historia social de la agricultura chilena.** El poder y la subordinación. Santiago: Ediciones SUR, 1988.

_____. **Historia rural de Chile Central.** Crisis y ruptura del poder hacendal. Santiago: LOM Ediciones, 2015.

BERMAN, Marshall. **Todo lo sólido se desvanece en el aire.** La experiencia de la modernidad. México: FCE., 2006.

BLOCH, Ernst. Efectos políticos del desarrollo desigual. *In:* LENK, Kurt, **El concepto de ideología:** comentario crítico y selección sistemática de textos. Buenos Aires: Amorrortu Ed., 1971, p. 109-118.

BRAVO, María Eugenia. **La primera ordenación del universo americano.** Mito, historia e identidad en el *Canto General* de Pablo Neruda. Chile: Ediciones Documentas, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **El sentido práctico.** Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeto y verdad en el mundo histórico-social.** Buenos Aires: FCE, 2004.

CHATTERJEE, Partha. **La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos.** Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2008.

DOSSE, François. El acontecimiento histórico entre Esfinge y Fénix. **Historia y Grafía**, n. 41, p. 13-42, 2013.

EAGLETON, Terry. **Una introducción a la teoría literaria.** México: FCE, 2007.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **Las ilusiones de la modernidad.** México: UNAM, El Equilibrista, 1997.

ELIADE, Mircea. **El mito del eterno retorno.** Madrid: Alianza Editorial, 2000.

FONTANA, Josep. Los campesinos en la historia: reflexiones sobre un concepto y unos prejuicios. **Historia Social**, n. 28, p. 3-11, 1997.

FUENTES, Carlos. **Tiempo mexicano**. México: Editorial Joaquín Mortiz, 1992.

GINZBURG, Carlo. Pruebas y posibilidades. *In: El hilo y las huellas*. Lo verdadero, lo falso y lo ficticio. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 433-465.

GUHA, Ranahit. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos**. Barcelona: Crítica, 2002.

GUREVITCH, Arón Y. El tiempo como problema de historia cultural. *In: RICOEUR, Paul; LARRE, C.; PANIKKAR, R.; KAGAME, A.; LLOYD, G.; NEHER, A.; PÁTTARO, G.; GARDET, L.; GUREVITCH, A. Las culturas y el tiempo*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1979, p. 260-281.

HARTOG, François. **Regímenes de historicidad**. Presentismo y experiencias del tiempo. México: Universidad Iberoamericana, 2007.

_____. **Crear en la historia**. Santiago: Universidad Finis Terrae, 2014.

JAY, Martin. **Cantos de experiencia**. Variaciones modernas sobre un tema universal. Buenos Aires: Paidós, 2009.

JULLIARD, Jacques. La política. *In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. Hacer la Historia*. Nuevos enfoques. Vol. II. Barcelona: Ed. Laia, 1985, p. 237-252.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado**. Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Ed. Paidós, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ed. Península, 1978.

LEÓN, Emma. **Usos y discursos teóricos sobre la vida cotidiana**. México: Anthropos, 1999.

LEZAMA LIMA, José. **La expresión americana**. Cuba: Instituto Nacional de Cultura, 1957.

LOVEMAN, Brian. **El mito de la marginalidad**: participación y represión del campesinado chileno. Santiago: ICIRA, 1971.

LÖWITH, Karl. **El sentido de la historia**. Implicaciones teológicas de la filosofía de la historia. Madrid: Aguilar, 1968.

MALLON, Florencia. **Campesino y nación**. México: CIESAS, El Colegio de San Luis, El Colegio de Michoacán, 2003.

MIDDLETON, Stuart. The concept of "experience" and The Making of the English Class. **Modern Intellectual History**, v. 13, n. 1, p. 179-208, 2016.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

PALTI, José Elías. **Aporías**: tiempo, modernidad, historia, sujeto, nación ley. Buenos Aires: Alianza, 2001.

PINTO, Julio; SALAZAR, Gabriel. **Historia contemporánea de Chile**. Actores, identidad y movimiento. Santiago: LOM Ediciones, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (editor). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 201-246.

RAMÍREZ MOLAS, Pedro. **Tiempo y narración**. Enfoques de la temporalidad en Borges, Carpentier, Cortázar y García Márquez. Madrid: Editorial Gredos, 1978.

RICOEUR, Paul. **Tiempo y narración**. El tiempo narrado III. México: Siglo XXI Editores, 2009.

_____. **La memoria, la historia, el olvido**. Buenos Aires: FCE, 2010.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Violencias (re) encubiertas en Bolivia**. La Paz: Ed. Piedra Rota, 2010.

ROJAS, Jorge. Los trabajadores en la historiografía chilena: balance y proyecciones. **Revista de Economía y Trabajo**, n. 10, p. 47-117, 2000.

SALINAS, Maximiliano. El secuestro de las historias indígenas: itinerario y limitaciones del tiempo lineal en Chile. **Tabula Rasa**, n. 22, p. 209-226, 2015.

SCHÜTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. **Las estructuras del mundo de la vida**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2001.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Ediciones Era, 2000.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Una epistemología del Sur**. México: Siglo XXI Editores, CLACSO, 2009.

TAPIA, Luis. **La producción del conocimiento local: historia y política en la obra de René Zavaleta**. La Paz: CIDES-UMSA, Muela del Diablo Editores, 2002.

THOMPSON, E. P. **Miseria de la teoría**. Barcelona: Editorial Crítica, 1981.

_____. **Tradición, revuelta y conciencia de clase**. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Ed. Crítica, 1989.

_____. Folklore, antropología e historia social. **Historia Social**, n. 3, p. 81-102, 1989.



_____. **Costumbres en común.** Barcelona: Ed. Crítica, 1995.

TUTINO, John. Historias del México agrario. **Historia Mexicana**, v. 42, n. 2, 1992, p. 177-220.

ZAVALETA, René. **Lo nacional-popular en Bolivia.** México: Siglo XXI Editores, 1986.

ZEMELMAN, Hugo. **Los horizontes de la razón.** Dialéctica y apropiación del presente. Vol. I. Barcelona: Anthropos, 2012.

ZEMON DAVIS, Natalie. **El regreso de Martin Guerre.** Madrid: Akal, 2013.

ŽIZEK, Slavoj. **El más sublime de los histéricos.** Buenos Aires: Paidós, 2013.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Pablo Francisco Alderete

p.alderete.soto@gmail.com

Doctorando em História

Becario CONICYT-PCCHA/Doctorado Nacional

Universidad de Santiago de Chile

RECEBIDO EM: 11/05/2017 | APROVADO EM: 02/11/2018

Persistent pasts in Peruvian Amazon: temporal clashes and justice among the Ashaninka of the Ene river (1980-2017)

Passados que persistem na Amazônia peruana: disputas temporais e justiça entre os Ashaninka do rio Ene (1980-2017)

Guilherme Bianchi

ABSTRACT

The main purpose of this text is to understand how the Amerindian insistence on the persistence of the past is part of a political strategy of non-repetition. For this, based on ethnographical research and bibliographic review, I propose to address the historical experience of the Ashaninka that inhabit the basin of the river Ene, in the central Peruvian Amazon rainforest. I believe that the disagreements over the time framing of the “internal armed conflict” between Ashaninka discourses and the Peruvian state can help us to legitimize and take seriously non-Western perceptions of time and justice. By discussing the limits and potentials derived from indigenous cosmology as a legitimate way of being and relating with time and politics, I claim that it is possible and necessary to produce ontological and epistemological value for differentiated experiences of time, in order to address history as an ethical tool in order to think about epistemic justice.

KEYWORDS

Ashaninka; Memory, Indigenous history

RESUMO

O objetivo principal deste texto é entender de que maneira a insistência ameríndia na persistência do passado é parte de uma estratégia política de não repetição. Para tanto, com base em pesquisa etnográfica e revisão bibliográfica, proponho abordar a experiência histórica dos Ashaninka que habitam a bacia do rio Ene, na Amazônia central peruana. Acredito que as discordâncias em relação ao entendimento dos marcos temporais do “conflito armado interno” entre o discurso dos Ashaninkas e o discurso do Estado peruano pode nos ajudar a tensionar e, assim, levar a sério as percepções não-Ocidentais de tempo e de justiça. Ao discutir os limites e potenciais derivados da cosmologia indígena como um modo legítimo de ser e de se relacionar com o tempo e a política, creio que seja possível e necessário produzir valor ontológico e epistemológico para experiências diferenciadas de tempo, a fim de conceber a história como uma ferramenta ética que permita um espaço de reflexão para a justiça epistêmica.

PALAVRAS-CHAVE

Ashaninka, Memória, História indígena

Back then I was afraid that the terrorists would kill me, nowadays I fear the oil company. Ashaninka woman, Cutivireni Native Community (CARE 2012, p. 21)

Words like the above present the intense feeling of persistence regarding the conflicts that marks the indigenous place in the national history of Peru. As the largest indigenous group in country, the Indigenous Peoples Database of the Peruvian government estimates the current population of Ashaninkas to be about 114 thousand people.¹ Settled in territorial areas of several provinces of the country (Junín, Ucayali, Huánuco, Cusco, Pasco and Ayacucho) and reaching part of the Upper Juruá basin in the Brazilian state of Acre, all of these communities cannot be reduced into fixed cultural coordinates (SANTOS; BARCLAY 2005, p. xxi). My own study focused on the communities that inhabit the Ene river basin. In order to compare and re-evaluate the impressions of the particularities of these communities I make use of a series of anthropological and historical works that have taken as their axis of analysis communities from other regions inhabited by Ashaninkas, with a special focus on the recent investigations of Oscar Espinosa and Juan Pablo Sarmiento Barletti.

1 - Information available at: <http://bdpi.cultura.gob.pe/pueblo/ashaninka>. Accessed April 13, 2017.

Firstly, I will outline the historical pathway of the conflicts that these communities have been involved with since their first experiences of Spanish colonization. Secondly, I will reflect on the contemporary relationship between the Ashaninka people and the Peruvian State through the examination of the Ashaninka discourse and politics that I had the opportunity to witness in Peru during the first half of 2017. I try to explore how this relationship is presented and interpreted by the Ashaninka, focusing mainly on the issue of the temporal frameworks that defined the internal armed conflict and the indigenous perception of the persistence of the past in the present. I will then sketch a hypothesis: that there are radical gaps between national and indigenous conceptions of justice and time.

My intention is to outline the production of a symbolic discourse by this indigenous group and how this works, in day-

to-day practice, as a tool of political mobilization for them. By intimately relating the violence of the past with the continuous conflicts of the present (and even of a relative suspension of the stability of the predicates "past", "present" and "future"), the Ashaninka cosmology, like much of Amazonian indigenous cosmology, creates and reproduces *new* subjectivities to think about the phenomenon of the presence of the past. I use the word 'new' not to denote some kind of innovation, but to indicate the way that in which these subjectivities are being actively inserted into contemporary political and academic debates.

My conclusion will be based on the critical potential of such conceptions, emphasizing how they can open an intellectual space in which become possible to rethink hegemonic antagonisms of Western thought, and with it, modern historical discourse itself. Investigating the practical and political function of the *kametsa asaiki* philosophy as a tool for picturing the continuities between past and present and to guarantee the non-repetition of past violence, I propose to utilize the Ashaninka perspective as a differentiated and productive way to conceive and experience temporality.

Historical experience and Ashaninka resistance

The Peruvian central jungle (*selva*) region was not of immediate interest to early European invaders. It was not until the middle of the sixteenth century, with the growth of the gold rush and the evangelizing interests on the part of missionaries, that contact began to be built (whilst other things began to be destroyed). Until the twentieth century, many other events altered the structure of violence against the Amerindian people of the Peruvian Amazon. For example, the contact with Franciscans and Dominicans between the seventeenth and eighteenth centuries,² the rebellion of Juan Santos Atahualpa in 1742,³ the so-called rubber boom and the resulting rubber extraction in the region, are the most striking examples of the logics of exploitation and violence in post-conquest Ashaninka world. (ESPINOSA 2016).

2 - Between this period the Ashaninka population was substantially reduced, in a ratio of 3.5 to 1, due mainly to the epidemics that arrived along with the missionaries (ROJAS ZOLEZZI 1994; ESPINOSA 2016, p. 141).

3 - Cf. BROWN; FERNÁNDEZ 1991; ESPINOSA 1993.

More recently, Ashaninkas participated in another bloody chapter of Peruvian national history: the so-called internal armed conflict. One of the roots of this conflict can be traced back to March 17, 1980, when the Maoist-inspired guerilla Sendero Luminoso, officially named *Partido Comunista del Perú - Sendero Luminoso* (PCP-SL), declared armed struggle against the Peruvian government just as the country was getting out of twelve years of military rule and free elections were finally being held. The PCP-SL instigated violence by burning ballot boxes in the district of Chuschi, in the province of Ayacucho and the next two decades were the scene of brutal conflict between left-wing guerrillas, Peruvian State forces and autonomous peasant and indigenous militias.

The violence from the conflict has affected Peruvian society in unequal ways. The poorest part of the population, those excluded and ethnically marginalized suffered with much more intensity. The final report of the Truth and Reconciliation Commission (*Comisión de la Verdad y Reconciliación* - CVR) in 2003 concluded that the number of fatalities from the conflict reached almost 70,000. In addition to the number of deaths, it is also noted that 79% of the victims lived in rural Peru, and 75% of them had Quechua or other native languages as their mother language.⁴ Ashaninkas participated on different sides of the Peruvian armed conflict throughout the 1980s and 1990s, sometimes supporting the guerrillas, sometimes serving as support for the Peruvian army, sometimes forming their own self-defense armies. This led to the death and disappearance of about 8,000 Ashaninkas, almost 12% of the total number of victims throughout the conflict.

A tributary of the river Ene called the Apurímac river provided to the guerrilla groups an entrance and exit zone between the central jungle and the mountainous region of Ayacucho (see map 1). The Ene river, the Apurímac river and the surrounding regions became important strategic locations for guerrilla groups in the area. Sendero Luminoso also used the region to gather followers for their “popular war” and to

4 - *Final Report of Comisión de la Verdad y Reconciliación, Tomo VIII, 2003. In: <https://www.cverdad.org.pe/ifinal/index.php>. Accessed September 21, 2017.*

The actions of the PCP-SL in the zone followed a similar pattern in almost all communities [...]. Initially, the *senderistas* commands of Ayacucho clandestinely convoked some Ashaninka teachers. The latter were characterized by having a higher level of education, contact with the city and mobility around the area. Because of these characteristics, they were more inclined to learn the process of *senderista* indoctrination. (CVR - Tomo V 2003, p. 248).

The most common explanation the Ashaninkas gave me when asked what convinced them to fight alongside the Shining Path was their belief in the guerrilla's promise of social justice. Valter, a 35-year-old man, resident of the Centro Caparocía community, told me that many of his Ashaninka fellows (*hermanos*) were sympathetic with Sendero and trusted in their assurance of greater distribution of national wealth to the poor, while others, such as his own family, preferred to flee once they faced the extreme violent sanctions which the guerrillas imposed upon those who disagreed with their rule. He told me, while we were walking a long distance trying to reach a motor boat that would take us back to Satipo, that following the murder of his father by the guerrilla his family fled of their old community, Potsoteni, and settled in Centro Caparocía. In fact, as the CVR notes, most of the Ashaninka who fled from Sendero Luminoso preferred to seek refuge in the forest than to live in the nearest cities, such as Satipo or Pichanaki (CVR - Tomo V 2003, p. 271).

With the division between those who chose to fight alongside Shining Path and those who preferred to flee or to resist, distrust among indigenous began to intensify. In 2010, the educational researcher Sofia Huerta collected an important testimony from an 18-year-old Ashaninka girl which demonstrates the upheaval of community relations at that time: "My parents told me that [in that time] no one was brother (*hermano*) anymore, distrust had arrived. One Ashaninka kills another. My uncle killed my cousin. But not because he wanted to, but because he was obliged by the commanders [...] That is why there's no trust between Ashaninkas anymore [...]" (*apud*. ESPINOSA 2012, p. 297).

Known henceforth as “Popular Committees” by the *senderistas*, the communities dominated by the armed group became, in practice, concentration camps, as CVR described. Forced labour, chronic malnutrition, daily killings, repression and torture were part of daily life in these communities. As noted by Mariella Vilassante (2014, p. 10): “Although some mass graves have been discovered in the Ene river region, not all burial areas have been identified. Most of the Ashaninkas deaths had take place in the *senderistas* camps, that is to say that they died a slow death, consequence of the hunger, the terrible conditions of life, the illnesses and the executions”. These dynamics of terror, in turn, increased the indigenous rejection and fear of the guerrilla and, by the late 1980s, there were considerable increases in escapes and plans for armed resistance. Rapidly the first proposals for the creation of an “Ashaninka Army” was put forward, one army that could protect the Ashaninka territory without dependence on state actors. After the disappearance of the Ashaninka chief Alejandro Calderón in 1989, a strategy for fighting the guerrilla began to be drawn. In September 1990, the *Comité Central de Autodefensa y Desarrollo Ashaninka* (Central Committee of Self-Defense and Ashaninka Development) was formally established (CVR - Tomo V 2003, p. 252).

At that time, also the peak of the Shining Path’s territorial power throughout Amazonia, Peruvian Army attacks on the jungle bases led to the destruction of 14 out of 35 of the Ashaninka communities situated on the banks of the Tambo River and all of the 30 communities that existed on the banks of the river Ene. This extreme violence forced entire populations to flee to other valleys, far from their ancestral territory (CVR - Tomo V 2003, p. 253). Between 1991 and 1994, the committees of self-defence, together with Peruvian armed forces, were able to gain valuable victories against the *senderistas*. These victories still remain in the Ashaninka imaginary and in the popular memory of the conflict in Peru. The report also stated that, in the late 1980’s, about 10,000 ashaninkas were under the control of Sendero Luminoso. By 1991 more than 3,000

Ashaninkas had been rescued only in the Ene river basin. However, a problem arose with the rescue and subsequent relocation of the Ashaninkas in new communities. After being rescued, former inhabitants of different communities, without a well-defined kinship relationship, which is a central characteristic of Ashaninka cosmology, were transferred to nucleated communities, where often ex-enemies began to live side by side (FABÍAN 1995).

With the passing of the years and the end of the conflict in 2000 (as officially conceived) it is certain that guerrilla violence has diminished and, in most cases, ceased to exist. But wounds have remained open, and the perception of the continuity of conflicts, or even of their never-ending interruption, remains alive in Ashaninka consciousness. In what follows, I try to approach more closely the meanings of persistence and continuity that are at stake in the Ashaninka narratives of the “past-present violence”. With this, I propose that this kind of narrative should be understood within a more elaborate framework of conjunctural-historical circumstances which, in turn, are always organized by certain cultural perspectives that are very specific to the Ashaninka and Amazonian cosmology, as is the case of the centrality of the body as a producer of temporality and Ashaninka identity (*Ashaninkasanori*).

5 - Recorded interview in Potsoteni Community, April 2, 2017.

Temporalities in conflict

Most of the Ashaninkas with whom I spoke disagree with the historical framework of the conflict defined by the CVR, *i.e.* that it started in 1980 and, particularly, that it ended in 2000. In Potsoteni, a local chief who was a member of the self-defence Ashaninka committees at the time of the conflict told me his opinion regarding the official date of the end of the conflict: “they say we are pacified, but unfortunately, we are not. What happened between 1981 [sic] and 2000 is still happening”.⁵ While I speak with the chief, in the middle of the

community, members of the Peruvian armed forces patrolled the area of Potsoteni. The presence of the Army in the communities is part of an attempt by the Peruvian State to combat drug trafficking since the region (the VRAEM,⁶ as it is called) is also the place where most of the plantations that supply the narcotraffic on a continental scale are concentrated. Until today it is also usual to observe the members of the self-defence committees, wielding their weapons in the communities, not without a certain pride and symbolism. The indigenous armed groups continue to exist legally as a guarantee of territorial vigilance (see figures 1, 2 and 3).



6 - Valle de los Ríos Apurímac, Ene y Mantaro (Valley of the Apurímac, Ene and Mantaro rivers).

Figure 1 - members of the Self-Defense Committee of the Potsoteni community carrying their weapons, 2017 (personal archive).



Figure 2 - Ashaninka ronderos in the community of Cutivireni, 1995 (Photo by Alejandro Balaguer).



Figure 3 - Military of the Peruvian army patrolling the Potsoteni area, 2017 (personal archive).

The Ashaninka perception that the internal armed conflict does not arise as an unique event, completely authentic and new in relation to other events of past violence (the colonization or the rubber boom, for example) seems widespread. In his recent work, the anthropologist Juan Pablo Barletti (2011) showed how the past is comprehended as different "*tiempos*" (times) in an Ashaninka village in *Bajo Urubamba* region: "time of the ancestors", "time of slavery", "time of the missionaries", "time of the subversion", which leads to today's "time of civilization". Barletti's conclusion is based on the remark that this "separation" is an active/political way of organizing time in the specific context of the Ashaninka life: "specific instances of the past are remembered and forgotten not only for an understanding of the past but also to reflect on their lives today" (BARLETTI 2011, p.54). From my observations this is also the case in the Ene communities, however the difference is that in many cases, as the elder ex-local chief told me, the "time of the subversion" (*el tiempo de los subversivos*) connects with the recent struggles against "new" sources of violence.

During the last two decades, with the so-called "commodities boom" during the 2000's, the energy policies of the Peruvian government, coupled with the dynamics of large construction companies and contractors of South America, presented another threat to the day-to-day life of Ashaninka communities in Peru (CYPHER 2010). The government agenda concentrated its efforts on the extraction of natural resources such as oil, gas and wood and the construction of large energy projects including motorways and hydroelectric reserves. Both of which continually encroach upon ancestral territories and, unsurprisingly, the recent fear of the guerrillas and the open wounds that the conflict inflicted upon Ashaninka people's trust in civic institutions is felt again, only the enemy has changed. The threats of deterritorialization that came from the war are still present but in a different form; Now due the unpredictability created by the governments plans of development, and due to the little commitment given by continental politics to the rights of the Amazonian people. The threats of deterritorializations that outcome from the war are still present, but now by different means.

In an article published in 2012, Oscar Espinosa explored the implications of the Ashaninka sentiment that “the war has not ended” (ESPINOSA 2012, p. 297). For Espinosa, the traumas arising from the conflict embodied in the continuity of fear and distrust between Ashaninkas, the State and other armed actors, characterized the feeling of persistence. On other hand, the very uncertain nature of the surrender and end of the Sendero Luminoso fed such feeling of persistence and continuity. In August 2015, confirming that this perceptions was far from unfounded, the Peruvian army announced the rescue of 54 people who in some cases had been held hostage by Sendero Luminoso since the late 1980s at the VRAEM in San Martín de Pangoa.⁷ At a news conference held at the time of the rescue, the deputy defence minister Ivan Veja explained that the rescued group comprised 20 adults and 34 children up to the age of 14 whose mothers were mostly Ashaninka women, and that the children were born, in the majority of the cases, as result of sexual violations (BARLETTI 2015; VILLASANTE 2016). It is not difficult to understand then why the perception of continuity, coupled with the distrust of the time frames established by the CVR, are feelings so usually present in the discourse of Peruvian Amazonian groups. The number of Ashaninkas that are still under the armed power of the *senderistas* remains uncertain, but by the time of the 2015 liberations the government had suggested that between 170 and 200 Ashaninkas were still living under the command of the guerrilla (TAYLOR 2017).

My argument is that the existence, in the Peruvian context, of other symbolic perceptions of the temporal frameworks of conflict, perceptions that emphasize its character of continuity, challenges the hegemony of the juridical conception of time present in the CVR, a conception based on the unceasing need to transform present in past, strengthening the barriers between past, present and future, and presenting these barriers as self-evident ones. What changes if we understand that these barriers are not self-evident? If we take seriously the Ashaninkas’ view that “the conflict is not over”? In that note, and affirming the

7 - To see notes from the Peruvian and international press on the Ashaninka rescue in 2015, see: <https://goo.gl/jgGFFG> and <https://goo.gl/Au4i9u> & <https://goo.gl/wduVmJ>

need to denature such conceptions, to understand them as situational, Chris Lorenz and Berber Bevernage (2013, p. 9) recently drew attention to the little attention given to this phenomenon in modern historical thought:

Although since the birth of modernity history presupposes the existence of 'the past' as its object, 'the past' and the nature of the borders that separate 'the past', 'the present' and 'the future' until very recently have attracted little reflection within the discipline of history. This 'omission' is remarkable because cultures and societies have fixed, and still do fix, the boundaries between past, present and future in quite different ways.

This different ways in which the borders between past, present, and future are negotiated are very clearly illustrated through the observation of how indigenous peoples in South America organize their temporality (FAUSTO; HECKENBERGER 2007). In Ashaninka daily life I was able to observe the denaturalization of the Western barriers of past, present and future in an intense way. Towards the end of my short fieldwork, in the community Centro Caparocía, I was talking with members of the main Ashaninka organization in the region, the *Central Ashaninka del Río Ene* (CARE), when they received by radio the information that an ancestral territory in the Meantari community, which had recently been recovered by Ashaninkas after the conflict, had just been invaded again by about 50 settlers. In the tense atmosphere that arose amongst our group and upon hearing this news some Ashaninkas were quick to say: "they are *terrucos*".⁸ Although this was highly unlikely as according to CARE colonists had invaded the territory to engage in illegal logging, the strong sense of connection between this event and the recent past of the guerrilla invasion illuminated the visibility of the threats to their territories as a fundamental part of their identity as Ashaninka.

8 - A colloquial term that is used as a substitute of "terrorist".

Back in the 1990s, amid the internal armed conflict, the Ashaninka leader Micah Mishari Mofat spoke about how the conflict against the guerrillas was no longer an entirely new event

Violence in the Amazon is not new, it comes from the first contact with the Western world. What is happening now is only a new phase of this violence, which for us is a historical, genocidal

violence that has been seeking, through any pretext and any flag, the extermination of the indigenous population (MISHARI 1990).

Many commentators already noted that over the last twenty years the indigenous peoples of South America engaged in projects of a cultural and political resurgence that had different effects in each particular national context. For a long time, the Western faith in the inevitable advance of globalization pointed to the supposedly predictable fact that the indigenous societies were doomed to disappear. The more industrial capitalism advanced, the nearer to extinction "traditional communities" would become. It was not only their symbolism which seemed about to disappear due the integration of all peoples in the global consumer market, but also their physical presence and their territorial existence, who was directly threatened since they occupied extremely attractive lands in the eyes of private producers and developmental governments. Despite these very real threats to indigenous populations there are also other simultaneous movements. The process of incorporating indigenous societies into State-nations, which for a time seemed inevitably destined to transform "savages" into "citizen-consumers", have shown, against all expectations, that these societies have been able to maintain their cultural identity and ethnic diversity while at the same time sharply increasing their demographical rates (PAGLIARO; AZEVEDO; VENTURA 2005, p. 12).

This new space for strengthening "ethnic and cultural self-consciousness", to use Terence Turner's term (1993, p. 44), seems to be made possible by the very dialectical dynamics between the indigenous incorporation into national cultures (access to language, discursive spaces, technology and medicine, for example) and the effective resistance of these groups in a scenario where more and more indigenous peoples of Amazon see the affirmation of their cultures and the maintenance of rituals and traditional social institutions as an integral part of their political resistance to the loss of lands, resources and conditions of self-determination. It is through understanding this process of dialectical incorporation and resistance through cultural affirmation that it is possible to gain insight into the

political agency of the Ashaninka in their own terms. For this, it is necessary to examine how the Ashaninka promote other politics of knowledge capable of shaping not only their own indigeneity but also other worlds, non-indigenous ones.

The Ashaninka *kametsa asaiki* as a political and epistemological alternative to persistent pasts

In this sense, it is interesting to perceive how the Ashaninka people have pursued the recovery of traditional community senses while looking for an earlier past (earlier both of the conflict years and the more recent environmental threats). This can be observed in the reaffirmation of the Ashaninka spirit of *kametsa asaiki* ("the good life"), an *ethos* of living together referred to the creation and maintenance of social relations between human and non-humans; between beings involved in the *aipatsite* ("our land"). These beings include both physically visible beings (plants and animals), but also those who can only be seen under the trained eyes of the shaman, who can view the spirits of the forest. The term *kametsa asaiki* is used extensively by Ashaninkas of the most varied regions in Peruvian Amazon when they are questioned about their life's philosophy. The translations of the term vary between "well living" or "living well together". After consultation in 12 communities in the Ene river region, CARE organization defined *kametsa asaiki* through 8 points: 1) to live as a *Ashaninkasanori* (an authentic Ashaninka person); 2) to live eating what we know; 3) to live safe and quiet in our ancestral territory; 4) to live in peace without threats from the terrorism; 5) to produce better to buy what we need; 6) to live healthy with our knowledge and well attended by health posts and the military; 7) to live with an education that enhances and empowers us as Ashaninka; 8) to live well with an organization that listens to us and defends our rights.

In the case of some specific communities, the perception is that, as Barlleti noted, that the beings inhabitants of the *aipatsite* were not able to rest, since the internal armed conflict

was immediately followed by the violence that resulted from the developmentalist policies. In the way they observe, this incessant repetition of violence has led to the shortage of hunting and fishing in their settlements, and a consequent decrease in productivity in their crops. Some communities understand this as a result of the wrath of *aipatsite* during the years of conflict (BARLETTI 2015). In order to retake *kametsa asaiki*, Ashaninkas and their representative organizations have been mobilized in political struggles against governmental economical plans, achieving considerable successes, such as the withdrawal of the project from the Brazilian construction company Odebrecht, which aimed to build a hydroelectric plant on the upper part of the Ene river,⁹ which would flood most of the territory of 10 native communities. The same struggle for the protection of the territories also activated dangerous reactions from illegal loggers, as was the case with the killing of four Ashaninkas, victims of loggers in 2014.¹⁰

Thus, while speaking about justice, the Ashaninka communities do not necessarily imagine a justice orientated to the past because, as we have seen, this past remains materially alive in the present. Justice is thus understood less as a tool for the conveyance of truth and more as a strategy of social survival in the present. The “political uses” of *kametsa asaiki*, for example, also aim to make visible the persistent continuities between past and present. In this case, the social struggle that accompanies “memory work” (the struggle against the exploitation of natural resources, or the struggle for a possible coexistence among peers) appears as the proper effects of a remembrance that is intended to be active and future-oriented. In a social context in which “past” violence has not been overcome, where it is still present, elaborating the past also means the composition of a politically oriented remembrance. This remembrance is often seen in Ashaninkas references to certain ancestral past, “*el tiempo de los abuelos*” (the time of the grandparents), a time when certain guarantees of community coexistence allowed the fulfilment of vital desires and needs without big external threats.

9 - For a more detailed analysis on the resistance to the project of the Brazilian government, Peruvian government and Odebrecht in the river Ene see CRUZ 2012.

10 - Cf. <https://goo.gl/2QLFfZ> Accessed September 13, 2018.

In that same consultation work about what communities understood as a “good living”, the *Central Ashaninka del Río Ene* (CARE) compiled a series of reports that demonstrate this somewhat “nostalgic” dimension of Ashaninkas. One parent in the Boca Anapate community said that “the ancestors did not have the problems we have now. They were happy, if they visited each other, when someone came to his house they invited him to eat. They lived happily with their children and their sons-in-law”. One woman, a resident of the Tsomabeni community, said in a similar way: “I want to live in peace like our ancestors, no one harmed our territory, neither loggers nor oil tankers” (CARE 2012). Such testimonies require some interpretive care to avoid reducing them to a mere “desire for the past” operation. It seems clear that in referring to “grandparents” they aim to identify both a factual pre-colonial past, and also to mobilize an image of the past laden with an ideal and mythical ancestry, populated by significant folds between past and present, with a very open conception about what is inside the “past” dimension. But these folds are not subject to temporal hierarchies - a refusal which, as we shall see, reappears constantly in assertions of Amazonian cosmologies. The Ashaninka experience of the past, surpassing the identification of it as something completely absent or completely present, mobilizes time in diffuse senses of belonging and overcoming, and thus seems to be able to also say something about the symbolic inversions operated in practice by its particular politics of time.

This “shuffling” is understood by Marisol de la Cadena (2012, p. 5) as radical “since it emerges from circumstances that are not situated within the divisions that separate humanity from what it’s the ‘other’ (nature/culture, animate/inanimate, material/spiritual)”. Regarding the concepts of “time” and “history”, the Amerindian perspective are affected by those assumptions. In the Amerindian world, time, liberated from the radical separation between nature and culture, appears mainly through the sign of *instability*. It is important to note that there is no easy approach, nor any singular perspective that can address the issue in some form of “Amerindian total

theory". Each group, with its own dynamics of historicity, retains its undeniable particularities in terms of cultural form and social identity, which I will try to emphasize. However, I agree with Viveiros de Castro's (1996, p. 347) argument that the innumerable references found in indigenous South American ethnography about worlds inhabited "by different species of subjects or persons, human and nonhuman, who apprehend it from different points of view" may be useful in the exercise to take seriously other forms of ontology and epistemology, at a time when the booms and crises of neo-developmentalism so strongly threaten these other(s) ways of life.

An important angle to understand how such visions, inversions and images find barriers and limits in state recognition is the work of indigenous organizations, such as CARE, that work to fill a void very difficult to overcome: the "translation" of Ashaninka cosmology in political projects that can be legitimized by modern and Western law. Thus, the claim of the ancestry of territory that is normally treated by governments as a non-constitutional claim may, through certain legal and political mechanisms, adapt in different ways to the legal expectations of state power. In a meeting between two members of CARE and residents of the community of Centro Caparocia in April 2017, I followed the dynamics of this work.

Along with leaders from various communities, CARE had recently finalized a statute for each community to legally standardize local practices and customs, and they used the occasion to socialize among Ashaninka residents some central aspects of this statute. At the end of the meeting, an indigenous member of CARE's technical staff told the community that the importance of "putting on paper" the goals and rules of a community was simply "to prevent some things from happening again", referring to the idea that formalizing certain community practices could work as a guarantee of non-repetition of the recent past, of the "time of terrorism", in its own terms.

To further understand the contextual difficulties that indigenous people face in Peru it could be useful to observe,

for example, the words of Alan García in an interview for a Peruvian television channel seven years ago, when he was the president of the country:

[it is necessary] to defeat these absurd, pantheistic ideologies, which believe that walls are gods, that air is god. We return to these primitive forms of religiosity where it is said "do not touch that hill because it is an Apu and it is full of millennial spirit and I do not know what thing"? Well, if we get to that then we do not do any mining, we do not touch these fish because they are creatures of God and are the expression of the god Poseidon. Do we return to this primitivist animism?¹¹

Against all attempts to erase the cosmopolitical legitimacy of the indigenous peoples, ensuring and positivizing their worldview makes sense as part of a calculated strategy of resistance, both to resistance against the power of state developmentalism and the Western hegemonic thinking. It is what Ashaninkas are trying to do. It is possible to imagine critics that would say that such "adaptation" to the legal discourse could represent the subjugation of the indigenous cosmologies to the Western spectrum of the law, but in my understanding this activity must be understood considering the possible strategies of survival and guarantee of territorial security. These claims and strategies seem to have an emergency character, a necessary contingency in the face of the existing institutionality (GREENE 2006; BROWN 1993). Finally, it is noteworthy how the *kametsa asaiki* also functions as a conception capable of elaborating and re-meaning the traumatic experience of the recent past of internal armed conflict.

Before I arrived to Amazonia, I had just read Juan Barletti's ethnography, and he noted, at some point of the text, that when Ashaninkas seek to explain why many of their *members* (*guerreros/warriors*) fought alongside with the left-armed guerrillas (and therefore usually against Ashaninka communities themselves), they usually say that the indigenous body was no longer the same previously body. The Ashaninkas that decided to fight alongside with Sendero Luminoso did that "because their body changed", they were transformed, accordingly to

11 - Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=2Vf4WfS5t08>. Accessed 16 oct. 2018.

Ashaninka narratives, “into a red demon (*kityoncari kamaari*) causing them to see their families and their friends as enemies or as prey” (BARLETTI 2014).

Impressed as I was with this information, I asked one my interlocutors if, for him and the people in his community, that was the case too. He laughed, and a few seconds later told me that it was true, that many people had been *demonized* at that time. The philosophy behind this attitude it’s pretty clear: the sensible perception of the world changes if the body changes (VIVEIROS DE CASTRO 2012). The man, Valter, resident of Centro Caparocia community, told me also that after the end of the conflict, with the need to reintroduce ancient “demonized” Ashaninkas into the villages again, a work of reconciliation, reincorporation (but sometimes of punishment too, even death) thus meant the production of a mutation in the way the community perceived and interpreted the body of those ashaninkas. In a way, he told me, what had to change was the body of those individuals itself.

But how can one change a body and, with that, change the perception of the world around him/her? As so many Amerindian groups, the body is the place where Ashaninkas think about the past and the future (or even the place where they denied those categories); the body as the place in which time is put into perspective. This, of course, is not new. In a bulletin in the Brazilian National Museum in the late 1970s, three authors pointed to this dimension:

the originality of [...] South American tribal societies resides in a particularly rich elaboration of the notion of person, with particular reference to corporality as a focal symbolic idiom. Or, to put it another way, we suggest that the notion of person and a consideration of the place of the human body in the image that indigenous societies make of themselves are basic paths to an adequate understanding of the social organization and cosmology of these societies (SEEGER; DA MATTA; VIVEIROS DE CASTRO 1979)

Recalling present-pasts and stories of violence, it seems to me that there is something to be learned from the confrontation

of our modern epistemologies of the world, which fully trust the body/spirit division, and the particular way in which the Ashaninka insert corporality as the foundational moment of their temporality experience. I'm afraid that I will not have space to further develop this issue in this text. Meanwhile, I want to finish with a reflection about what I think historians could learn from Ashaninka and Amerindian politics of time.

Amerindian heterotemporalities and the situatedness of historical thinking

Throughout this text I attempted to highlight the problem of how Ashaninka communities in Peru perceives general lines of persistence between past violence and present violence, and how they sketch active conceptions of the past that function as productive horizons of socialization and resistance. Thus, while *kametsa asaiki* appears as an everyday practice capable of recognizing the right and the indigenous capacity of living in the present and in the future (with health, education, territorial security, etc.), it potentializes a specific "politics of memory" mainly because this "well living" cannot be guaranteed without the safeguarding of non-repetition: to forgive those who repent, to reincorporate them in the communities, or to change the perspective between the demonized body (*kamaari*) to a legitimately Ashaninka body (*Ashaninkasanori*), it is always necessary to rethink the temporal experience.

The difficulty in making such practices legally recognized is partially addressed by indigenous organizations, as I have tried to demonstrate with the example of CARE. The need for recognition of the Ashaninka cosmology legitimacy by the Peruvian state does not aim to merely "integrating" indigenous into the established order, but simply strengthening indigenous claims as legitimate political forms. The potentiality of such strategy can be observed, for example, in the Ecuadorian context with the inclusion of nature as a subject of constitutional law in 2008, inclusion based on the strengthening of the

political legitimacy of indigenous groups, the political claim for *Pachamama's* rights and, also in this case, the well-living (*Sumak Kawsay*).¹² It is clear that the formal inclusion of rights "on paper" does not guarantee by itself any progress in everyday life, as the own example of Ecuador is able to demonstrate (with the recent allotments of indigenous lands for the ore industry).¹³ A concern that the Ashaninka, with their little faith in the institutional law, informed me so well. Still, within the legal framework, the legitimation of non-Western views on nature of politics and on politics of nature can provide an important assumption of ethical resistance and claim of ancestral rights, with or against the State.

I believe, however, that the pathway to legitimize indigenous practices also requires the implementation of an inverse route. While the promotion and protection of indigenous people rights and conceptions retain a real political power, it cannot be fully established without exercising the opposite: a relative "indigenization" of the Western thought itself, at least in the possibility of integrating difference as a horizontal multiplicity of forms to conceive life, time, and justice. In this sense, Miranda Fricker (2007), accepting the challenge of thinking about radical possibilities for an opening of Western thought, stated that the problem would be presented on two fronts to be confronted: testimonial injustice and hermeneutical injustice. While the former would be characterized by the lack of credibility we give to certain discourses, the latter would be marked by a gap in the interpretive level that places one subject at a disadvantage to another. All this range of problems to be faced must be thought in relation to certain geopolitics of thought which continue to obscure the critical possibilities of taking non-Western epistemologies seriously. Another fruitful exercise seems to be Walter Mignolo's (2009) proposal about how to situate our own thoughts geographically (and thus understand them as localized and non-universal) could open space for other processes of understanding, meaning and action in the world. The idea is that if locality and situatedness do not determine beforehand the value of a discourse, self-awareness about its

12 - Cf. RADICLIFFE 2012; ACOSTA 2012.

13 - Cf. MARTÍNEZ NOVO 2017.

limits may offer the possibility of constructing differentiated partial perspectives of knowledge (HARAWAY 2009).

For the Ashaninka, this range of problems are addressed through the emphasis on the differentiated political nature of their collective governability (the senses of justice, reparation, and reincorporation produced on the daily life). Such a contribution matters to the perception of how this knowledge is constructed and represented, activated and reactivated in the contemporary struggles for historical justice. However, one question seems to remain open: in what ways the “creation” of “epistemological value” would be possible for such types of narratives about time and politics, narratives that seem to walk in the opposite direction of the established field of academic historiography?

Committed to specific methods and localized conceptions of knowledge, the “historical past” rarely had analytical tools capable of interact with the multiplicity of ways of knowing the past that does not necessarily ascribe hegemonies to the same forms as we do (writing and discourse, for example). Through the pursuit to make nonmodern past experiences into commensurable and intelligible realities for us, the historical past had to rely on limited models and limited categories of analysis. If the tools of historical past presuppose a localized knowledge, how can it be required that this device translate experiences of all worlds in a satisfactory way?

Sanjay Seth (2013, p. 175) recently wrote that, if history-writing is a code which constructs/represents the past, this code is incapable of codify non-Western pasts. However, beyond represent the past, recent historical thinking is rich in examples that try to describe the temporal hegemonic conceptions of the present: “shrinkage”, “enlargement”, “intensification”, and so on. Valid diagnoses (although without great consensus) to explain the phenomena that have been developed in post-industrialized western modernity, they do not seem to be able to go any further, either to take seriously the critical possibility of other conceptions of time or to illustrate the real potency

of these relationships as other legitimate ways of being in the world. Of course, we shouldn't blindly positivize these other modes as "pure" places of the subject-world relationship, but maybe there's an emergence to critically consider them as real epistemological, ethical and aesthetic possibilities of inhabiting the contemporary. Although most of the temporal diagnoses of scholars acknowledge the bias of their perspective, we need approaches that directly address concerns about the cultural specificity of modern historical discourse and, above all, about what kinds of impasses the epistemic authority of this discourse throw toward the consideration of alternative temporalities, counter-discourses, creative experiments, embodied memories, etc.

This self-referential disciplinary ethos was defined by Pierre Clastres almost half a century ago as the assertion of Western thought as a constant, centripetal movement in which other systems of knowing always gravitate around a definite and modeled system, at the same time denying the centrifugal power that would be able to coexist (contemporaneously) these multiple systems of thought and these infinite forms of existence. For Clastres, only a "heliocentric conversion" could liberate a "better understanding of the world of others and, consequently, of ours" (CLASTRES 2013 [1969], p. 44). I believe, therefore, that such critical investments can only be realized if accompanied by a counter position of the epistemic presuppositions that reduce the experience of the "others" to a lower ontological status than of scientifically oriented discourses. For historians, the situations pointed out here may also indicate questions that would allow the development of a reflection on the role of historiography in the production of a knowledge capable of understanding the multiple possible forms of interaction between individuals and historical time. The understanding of this relation would, in turn, allow the development of a concept of history capable of recognizing the past not as a close category but rather as an open one.

REFERENCES

ACOSTA, A. **Buen Vivir Sumak Kawsay**: una oportunidad para imaginar otros mundos. Quito: Abya Yala, 2012.

BARCLAY, Federica; SANTOS GRANERO, Fernando. **Ordenes y desórdenes en la selva central**: Historia y economía de un espacio regional. Lima: IFEA/IEP/FLACSO-Ecuador, 1995.

BARLETTI, Juan Pablo Sarmiento. **The Pursuit of the "good life" in an Ashaninka Village (Peruvian Amazonia)**. PhD Thesis: University of St. Andrews, 2011.

_____. **The Ashaninka of Peru**: rescued from Shining Path militants, but still at risk. 2015. In: <https://bit.ly/2DRgYwe>. Access: 13 apr. 2017.

_____. Questões sobre a política do "Vivir Bien" na Amazônia indígena. **Revista de estudos em relações interétnicas**, v. 18, n. 1, 2014.

_____. Of smoking and well-being in indigenous Amazonia, in A. Russell and E. Rahman (eds.). **The Master Plant**: Tobacco in Lowland South America. London: Bloomsbury, 2015.

BROWN, Michael; FERNÁNDEZ, Eduardo. **War of Shadows**. The Struggle for Utopia in the Peruvian Amazon, Berkeley: University of California Press, 1991.

BROWN, Michael. Facing the State, Facing the World: Amazonia's Native Leaders and the New Politics of Identity. **L'Homme**, v. 33, p. 307-326, 1993

CARE (Central Ashaninka del Río Ene), **Kametsa Asaike**: el vivir bien de los Ashaninka del Río Ene, Lima, 2012.

CHAKRABATH, Dipesh. **Provincializing Europe**: Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton,

NJ: Princeton University Press, 2008.

COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. **Informe Final**. Lima, 2003.

CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CRUZ, Lia Mendes. **Territórios indígenas e desenvolvimento na Amazônia Central peruana: um olhar sobre a organização política dos Ashaninka do Rio Ene**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CYPHER, J. M. South America's commodities boom: developmental opportunity or path dependent reversion?. **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**, v. 30, n. 3-4, p. 635-662, 2010.

DE LACADENA, Marisol; LEGOAS, Jorge P. Cosmopolitiques dans les Andes et en Amazonie: Comment l'Autochtone politique influence-t-il la Politique?. **Recherches amérindiennes au Québec**, p. 5-12, 2010.

ESPINOSA, Oscar, Los Ashaninka y la violencia de las correrías durante y después de la época del caucho. **Bulletin de l'Institut français d'études andines**, v. 45, n. 1, p. 137-155, 2016.

_____. La violencia y la historia Ashaninka: De Juan Santos Atahualpa a Sendero Luminoso. *In*: CHAUMEIL, J-P; CORREA, F; PINEDA, R. **El aliento de la memoria: Antropología e Historia en la Amazonía Andina**, Bogotá: IFEA, Universidad Nacional de Colombia, 2012, p.284-301.

_____. Los Ashaninka: Guerreros en una Historia de Violencia. **América Indígena**, p. 45-60, v. 53, n. 4.

DOMANSKA, Ewa. The Material Presence of the Past.

History and Theory, v. 45, p. 337-48, 2006.

FABÍAN, Beatriz. Cambios culturales en los Ashaninka desplazados. **Amazonia Peruana**. v. 13, n. 25, p. 159-76, 1995.

FABIAN, Johannes. **The Time and the Other**: how anthropology makes its object. New York: Columbia University Press, 2002.

FAUSTO, Carlos; HECKENBERGER, Michael. **Time and memory in indigenous Amazonia**: Anthropological perspectives. University Press of Florida, 2007.

FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice**: Power and the Ethics of Knowing. Oxford University Press, 2007.

GORRITI, Gustavo. **Sendero**: Historia de la guerra milenaria en el Perú. Lima: Planeta, 2008.

GREENE, Shane. Getting over the Andes: The Geo-Eco-Politics of Indigenous Movements in Peru's Twenty-First Century Inca Empire. **Journal of Latin American Studies**, v. 38, n. 2, p. 327-354, 2006.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Our Broad Present**: Time and Contemporary Culture. New York: Columbia University Press, 2014.

GUSTAFSON, Bret. **New Languages of the State**: Indigenous Resurgence and the Politics of Knowledge in Bolivia. Duke University Press, 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**: Présentisme et expérience du temps. Paris: Le Seuil, 2003.

LÜBBE, Herman. **Im Zug der Zeit**: Verkürzter Aufenthalt in der Gegenwart. Heidelberg, 1992.

MARTÍNEZ NOVO, Carmen. **La minería amenaza a los indígenas shuar en Ecuador.** In: <https://nyti.ms/2ocHoOI>. Acesso em: 14 abr. 2017.

MIGNOLO, Walter D. Epistemic Disobedience, Independent Thought and De-Colonial Freedom. **Theory, Culture & Society**, SAGE: Los Angeles, London, New Delhi, and Singapore, vol. 26 (7-8), p.1-23, 2009.

PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. **Demografia dos povos indígenas no Brasil.** Editora Fiocruz, 2005.

RADICLIFFE, Sarah A. Development for a postneoliberal era? Sumak kawsay, living well and the limits to decolonisation in Ecuador. **Geoforum**, v. 43, n. 2, 2012.

ROJAS ZOLEZZI, Enrique. **Los Ashaninka, un pueblo tras el bosque.** Lima: PUCP. 1994.

SANTOS, Fernando; BARCLAY, Frederica. Introdução. In: _____ (ed). **Guía Etnográfica de la Alta Amazonía.** v. 5. Arequipa: IFEA; Balboa: Smithsonian Tropical Research Institute, p.xvi-xli, 2005.

SCHAVELZON, S. **Plurinacionalidad y vivir bien/buen vivir:** dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2015.

SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. **A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras.** In: Boletim do Museu Nacional, Antropologia, n. 32, 1979.

TAYLOR, Lewis. Sendero Luminoso in the New Millennium: Comrades, Cocaine and Counter Insurgency on the Peruvian Frontier. **Journal of Agrarian Change.** v. 17, v. 1, p. 106-121, 2017.

_____. **Shining Path. Guerrilla War in Peru's**



Northern Highlands, 1980-1997. Liverpool: Liverpool University Press, 2006.

THEIDON, Kimberly. **Entre prójimos.** El conflicto armado interno y la política de la reconciliación en el Perú. Lima: Instituto de Estudios Peruanos - IEP, 2004.

VILLASANTE, Mariella. Por el reconocimiento de las víctimas de los campos de internamiento senderistas. *In*: **Boletín del IDEHPUCP**, <https://bit.ly/2RkjfUq>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. La violencia senderista entre los Ashaninka de la selva central. **Boletín del IDEHPUCP**, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância da Alma Selvagem.** São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Guilherme Bianchi

guilhermebianchix@gmail.com.
Doutorando em História - Universidade Federal de Ouro Preto
Rua Abraão João 741, Jd. Bandeirantes.
São Carlos/SP

This text would not have been possible without the generosity and the work of the technical staff of the Central Ashaninka del Río Ene who accepted me as a visitor for a few weeks along the river Ene to follow their juridical work in a few Ashaninkas communities. Special thanks to Irupé Cañari Aragon, Ruth Buendía, Ángel Pedro Valerio, Martin Persch and Andrea Valverde. All this was also possible thanks to a CAPES scholarship and to my fellow researchers and teacher at Núcleo de Estudos em Historiografia e Modernidade (NEHM) at Universidade Federal de Ouro Preto. I'm also very grateful for the help of Red Latinoamericana de Justicia Transicional (RLAJT).

RECEBIDO: 01/10/2017 | APROVADO: 15/06/2018

Utopias and dystopias of our History: Historiographical approximation to “the Latin American” in the Mexican social thought of the 20th century (Edmundo O’Gorman, Guillermo Bonfil Batalla and Leopoldo Zea)

Utopías y distopías de nuestra historia: aproximación historiográfica a lo latinoamericano en el pensamiento social mexicano del siglo XX (Edmundo O’Gorman, Guillermo Bonfil Batalla y Leopoldo Zea)

Julimar del Carmen Mora Silva

ABSTRACT

The present work sought to analyze the ideas on “the Latin-American” —as historical ontologism— in the historiographical production of Edmundo O’Gorman, Guillermo Bonfil Batalla and Leopoldo Zea. In order to do so, I observed the meaning of utopia and dystopia that has been associated with the interpretation of the processes that have shaped Latin America into its present expression. The analysis of the works focused on the categories proposed by Hayden White (emplotment, argument and ideology), allowing the demonstration of ruptures and continuities in the formal attributes and intrinsic meanings of the historical discourses of the authors. The convergence of these elements consolidated an iconic conceptualization of “the Latin American” in Latin American social thought which has been valid in broad sectors of humanistic and social thinking in the present.

KEYWORDS

Utopia; Dystopia; Latin America;

RESUMEN

El presente trabajo buscó analizar las ideas sobre “lo latinoamericano” —como ontologismo histórico— en la producción historiográfica de Edmundo O’Gorman, Guillermo Bonfil Batalla y Leopoldo Zea. Para hacerlo, presté atención al sentido de utopía y distopía asociado a la interpretación de los procesos que han hecho de Latinoamérica su expresión en el presente. El análisis de las obras se centró en las categorías propuestas por Hayden White (trama, argumentación e ideología), las cuales permitieron establecer rupturas y continuidades en los atributos formales y sentidos intrínsecos de los discursos históricos de los autores. La convergencia de esos elementos consolidó una icónica conceptualización de “lo latinoamericano” en el pensamiento social latinoamericano que, con el pasar de los años, no ha dejado de tener vigencia en amplios sectores del pensamiento humanístico y social hasta el presente.

PALABRAS CLAVE

Utopía; Distopía; América Latina;

In the world of utopia, the differences of character that arise from the climate, the language, the traditions should not disappear... all these differences, instead of meaning division [...] should be combined as different nuances of human unity. Never the uniformity, ideal of sterile imperialism, but unity as a harmony of the many voices of the people (HENRÍQUEZ UREÑA 1985, p. 8).

“The Latin American” and the multiplicity of meanings through which the term can be understood, as any identity construct, is composed of an extensive network of meanings that is plotted in consciousness through experience and the influence of discourses promoted from multiple axes of power. The judgments on this issue brought about ambivalences that placed the term in a duel of ideologies where history, as an interpretation of the past, acted as a legitimating /challenging voice to the ideological projects to be built, since they demanded a distinction between what needed reformation or what should remain in relation to its ontologism. This type of discussion was intensified in political contexts, as was the case of the Latin American independences at the beginning of the 19th century and of the Mexican Revolution of 1910, as will be seen later. The focus of this work was the utopian and dystopian character assigned to the Latin American issue in the theoretical and historiographical production of three Mexican thinkers of the 20th century: Edmundo O’Gorman, Guillermo Bonfil Batalla and Leopoldo Zea. This choice was due to the role they played in the post-revolutionary Mexican intellectuality, as well as to the repertoire of ideas and subjectivities (philosophical, artistic, literary, etc.) that were framed in the criticism and complexity of their thoughts. Their concern was the consequence of the political and social movements that took place in the continent at the beginning of the 20th century. These authors became, subsequently, a reference for the conceptualization of “the Latin American” in multiple spheres of humanistic and social knowledge, starting with history, moving up through philosophy and, finally, the Latin Americanist sociology and anthropology. Nowadays, we can assert that these authors and their historiographical production forged the bases of a singular critique to coloniality that, far from losing validity, has changed in time, gaining force in an important sector of the contemporary social thought.

Where the waters run, "the Latin American" on the verge of the 20th century

If something defines Man, as it has been said, it is history. The history that gives meaning to what has been done, what is done and what can continue to be done. This is past, present, and future. Man is what he has been, what he is and what he can become (ZEA 1976, p. 17).

The reflections on "the Americas" as a political project arose from the first experiences of inter-ethnic contact in the continent, at which moment otherness shocked the foundations of everything known by the West. The first representations of "the Americas" were far from having a univocal character because the "encounter" resulted in ruptures of western knowledge which, after the contact, challenged a time and a space that did not have a category to define this new reality (AMODIO 1993). This fact was expressed in the denominations given to what we know today as "the Americas", a historically polysemic notion. The multiplicity of interests and subjectivities that served as a prelude to the attempts to define its reality explains the reason why the authors demanded the right to intervene on their object. In this framework, the historiographical discussion constituted a duel of ideas capable of explaining the present and channeling the future. Hence, the importance of the utopian and dystopian meaning assigned to the past and the events that could have arisen from the exercises of historical interpretation.

The periodization of the ideas on "the Americas" proposed by Ardao (1980) illustrates well the links that attached "American" denominations to the thought which,¹ regarding its concept was built in different historical moments. *The Indies*, as an inaccurate idea of what had been discovered, expressed the impossibility of defining "the American" without resorting to signifiers of the doctrines that led to the search of lands to be conquered at the end of the 15th century. The first concepts of "the American" were marked by the most immediate referent of otherness known to Europe: orientalism and, equally important, by the

1 - "America" / "American" / "the American" is understood as synonymous with "the Americas" in the period prior to contemporaneity, where "the American" (North America / USA) differs from "the Latin American".

previous conceptions of what was then expected to be found in the transatlantic voyage undertaken by Columbus in 1492. Continuously, the idea of a *New World* evidenced the originality of this context. Nevertheless, it would be a sort of transition to the emergence of *America* as a definitive enunciation of a novelty without a name, which was concealed in the two previous precepts. With "*the Americas*", the foundations of the colonial enterprise on the continent were laid, determining the beginning of its domination once the feeling of bewilderment caused by the "encounter" was overcome.

During the 20th century, there were many movements that tried to define "the Latin American" through prose, novel, essay, history, sociology, anthropology and philosophy. Such a situation demonstrated the great concern that the Latin American issue originated in the intellectual work of this period. Although the fact was not new, the political course of the century demanded a reconfiguration of the criteria that explained the intrinsic properties of "the Latin American" conceptualization. Regional events such as the Spanish-American War of 1898, the Mexican Revolution of 1910, the Brazilian Modernist Revolution of the 20s, the student insurrections of Venezuela in 1928, the Salvadoran peasant movement of the 1930s, the workers' fronts that emerged in the first half of the century, the Cuban revolution of 1959, the formation of guerrilla organizations in Colombia, the Sandinista revolution of 1979 and other events of this nature redirected attention to the role of Latin America in the world history and geopolitics. After these events, and in addition to the internal unrest after a century plagued by wars and conflicts, an anti-imperialist sentiment began to be expressed, in different levels and different nuances, in the works of connoted Latin American artists and intellectuals.

These events were related to the consolidation of an oligarchic project, as Carmagnani (1984) named it, which was generalized in the emerging Latin American nations and lasted until the 1930s, when actual demonstrations of its inexorable decadence intensified. This project highlights two aspects that,

on the one hand, justified the emergence of revolutionary outbreaks on almost the entire continent and, on the other hand, constituted the axis of gravitation of the enchantment and disenchantment of the Latin American intellectuality of the 20th century which were: the dispossession of the land owned by peasants and indigenous people and the submission of a continent serving the interests of great foreign powers.

Different kinds of literary productions revealed the need to redefine the national and regional character of their contexts, starting from the denial of a western heritage as represented in Europe and the United States. The denial of this pristine western ideal was based on resentments, longings and nostalgia for the past, present and future of the colonial period, an issue that was generally appreciated in modernist literature, essays, *indigenista anthropology* and Americanist philosophy of the period. Everyone, absolutely everyone, thought of Latin America as a distant West. For example, in *Páginas libres* (1894) and *Horas de lucha* (1908) by Manuel González Prada, it is possible to observe a Latin American modernism loaded with a particular disenchantment of reality and the style of a Peruvian writer, with an anarchism bent, quite critical of the indigenous situation in Peru (SÁNCHEZ 1976). In *Cantos de vida y esperanza* (1905) by Rubén Darío, the poems "A Roosevelt" and "Los Cisnes" condense a critique of the imperial policies of the United States and an ode to the Latin American resistance against the American advance (DARÍO 2005). Similarly, *La guerra gaucha* (1905) by Leopoldo Lugones is an example of modernist literature that at the beginning of the century addressed a critique of the Hispanic colonization, an issue that had been the domain of the 19th century romantic literature (CELLA 2009). Finally, *Los ríos profundos* (1958) by José María Arguedas became one of the most renowned modernist works of the 20th century with indigenous themes (ARGUEDAS 2006). In fact, together with the *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana* by José Carlos Mariátegui, it is considered one of the most notable references of the Peruvian intellectuality for the consolidation of Latin American "indigenismo". They

represented instances of a critical positioning to coloniality, but, above all, a need to reflect on the causes that until then had hindered the course of Latin American liberation.

Essays had similar characteristics. Works such as *Nuestra América* (1891) and *El presidio político de Cuba* (1871) by José Martí were, perhaps, the most concrete manifestations of militant essays at the beginning of the 20th century, they were a call to the Latin American civic union to respond to the emerging North American imperialism (MARTÍ 2002). Additionally, *Ariel* (1900) by José Enrique Rodó represented the beginning of Arielismo, a Latin American ideological chain that exacerbated the manichean representation of an Anglo-American culture, symbolized in the USA as a bastion of inert utilitarianism that lacked the nobility and moral embodied in cultural expressions developed in Latin America (NAVARRETE ORTA 1992). There are other works with a similar profile to be mentioned such as *Radiografía de la Pampa* (1933) by Ezequiel Martínez Estrada, *Casa Grande e Senzala* (1933) by Gilberto Freyre, *Insularismo* (1936) by Antonio Pedreira, *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar* (1940) by Fernando Ortiz and *Raíces do Brasil* (1955) by Sergio Buarque de Holanda. This sort of ontological distance, which is an inheritance of a differential historical development, found expression in the intellectual production forged in the tragic course of the 20th century. Latin America was conceived as the painful echo of a process that, as Martí (2002, p. 16) points out, was generated from the manifestation “[...] of Indians to the sound of the conflicts between the book and the cirial [and] on the bloody arms of a hundred apostles”. There was no doubt, this distant West was seen as a dystopia that threatened to perpetuate itself in time to what intellectuals gave different responses. The positivists and the rest of the intellectuals, who later called themselves Americanists, defended the thesis of *Latin America as an unrealized historical entity*, a situation that gave way to two antagonistic interpretations of the paths that should lead to the future destiny of the continent. The positivist interpretation bets on the acceleration of the civilization as a strategy of assimilation of the original western

canon,² while the Americanist bets on the consolidation of an independent project that still had promises to be fulfilled. The conceptualization of "the Latin American" as an unusual West overflowed the intellectual production and their abstractions soon found correspondence in reality.

The disenchantment with the Latin American reality served as background to the most diverse discourses and ideologies in the continent and the links that tied the ideas of political order to those of academic order were not an exception. It is important to point out the influence of intellectuals such as *Bartolomé Mitre*, who exalted chaos as a conceptualization of Latin America (HALPERIN DONGHI 1996, p. 57-69). In the Argentinean case, Domingo Faustino Sarmiento, whose work *Facundo o civilización y barbarie en las pampas argentinas* exalts the dilemmas of the fight against barbarism in Latin America, influencing educational policies during his presidential office in Argentina (JITRIK 1977). In Mexico, José Vasconcelos raises, with his thesis "the cosmic race", "the positive" aspect of miscegenation, influencing policies regarding the massification of education in indigenous and peasant populations (OCAMPO LÓPEZ 2005, p. 137-157). In Peru, José Carlos Mariátegui claimed the importance of the indigenous in the projects of the left-wing movements in that country. Finally, in Venezuela, there is Laureano Vallenilla Lanz, whose thesis justified the feasibility of the authoritarian governments that characterized the political reality of Venezuela and some Latin American countries at the end of the 19th century and the beginning of the 20th (BRACHO 2003; STRAKA 2010, p. 88-93; RODRÍGUEZ VELÁSQUEZ 2016, p. 11-31). Also, it is important to point out *Miguel Acosta Saignes*, whose works were a counterpart to the approaches outlined by positivism in Venezuela, helping organize many guilds, academies and national unions (STRAUSS 2008). Finally, Romulo Gallegos who through novels such as *Canaima* and *Doña Bárbara* forged an ambivalent ideal with respect to Venezuelan identity in a transition towards modernity and rooted in the tradition of barbarism (CONSALVI 2006). These intellectuals and others participated in the constitution

2 - The "critique of inherited reality" was a central element of positivist thought throughout the 19th and 20th centuries. His intellectuals defended the idea that the root of Latin American problems and its national states were a result of "characters" acquired in the conquest, highlighting aspects such as race and cultural inferiority.

of the political sphere in their respective national states and, equally important, in the formation of consciousness through their texts, expression of the thoughts of various powers and counter-power axes (MANSILLA 2003, p. 9-30).³

The painful situation of a continent which was economically dependent on deficient states, with an unequal distribution of resources, with many cases of political instability and repeated international attacks (ÁLVAREZ GARCÍA 2007) forced politicians and intellectuals to pay attention to history and rethink the course of the Latin American past. History was the source of the answers to the present, since a significant part of the aforementioned productions —inscribed in literature, sociology, anthropology or philosophy— resorted to the historical interpretation that, in addition to explaining, guided what should be done or avoided in “the political”. History represented the voice of old auspices and prohibitions that rested in a forgotten consciousness.

In the case of Mexico, the situation was not different, literary production also showed the bitterness left by the social costs of emancipation, the French intervention in 1862, the political imbalance at the end of the 19th century, the “latifundio”, the expropriation of the territory for the United States, the failure of the “Porfiriato” and the Mexican Revolution of 1910. Works like *Los de abajo* (1915) by Mariano Azuela evoked the meaning of the revolution from “the invisible” in the heroic epic represented by the official Mexican discourse (AZUELA 1996). In the same way, *Cartucho* (1931) by Nellie Campobello is about the disappointment of the exacerbated violence that hit Mexico at the beginning of the 20th century (CAMPOBELLO 2000). Later, *Apuntes de un lugareño* (1932) by José Rubén Romero shows the heterodoxy intrinsic to the Mexican revolution, that is, the diversity of desires and interests that drove the violence in the Mexican history of the early 20th century (ROMERO 1972). Other works such as *Llano en llamas* (1953) and *Pedro Páramo* (1955) by Juan Rulfo and, of course, *Balún-Canán* (1957) by Rosario Castellanos also were influenced by the Mexican Revolution in the Mexican social imaginary of the last century

3 - The article by Rodríguez (2018, p. 91-117) reflects on how the International Congresses of the History of America held in Buenos Aires between 1937 and 1966 contributed to the design of a cultural diplomacy. This investigation constitutes an example of the ties that linked the intellectuality with the management of official actions.

(MARTÍNEZ 1999, p. 9-27). In parallel, essays such as *Visión de Anáhuac* (1917) and *Última Tule* (1942) by Alfonso Reyes conceived democracy and integration as the right course of the Latin American future (REYES 1997); while *El laberinto de la soledad* (1950) by Octavio Paz showed a critique to the dictatorial regimes that aggravated the Latin American issue during all these years (PAZ 1994). All these works showed the encouragement and discouragement that housed the memory of a Mexico shaped by conflicts and inequalities.

This sentiment was manifested simultaneously in the Latin American intellectuality since their works were characterized by the disenchantments inherent in the formation processes of their respective States. However, it should be pointed out the influence of Mexican social thought on regional intellectual production, which coincided with the expansion of post-revolutionary institutions throughout the 20th century, among which: Fondo de Cultura Económica (FCE), Colegio of Mexico (CM),⁴ Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), the contemporary reforms carried out in the Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), etc. Part of this spirit forged its features in the doctrine of ateneism which, years later, nurtured the conceptualization of Latin American Social thought. Within this framework of conceptual redefinition and institutional renewal, Latin America continued to concern Mexican and Latin American thinkers. Therefore, it is not surprising that "the Latin American" has been a meeting point in the academic production of figures such as O'Gorman, Bonfil Batalla and Zea.

4 - As Alfonso García Morales points out, "the Ateneo de México was one of the most important intellectual media in its context", bastion of anti-positivism, an expression of the modernist movement which was present in the rest of the continent and, a sign of maturity / renewal of the historical, literary and philosophical Mexican and Americanist production in the world (GARCÍA MORALES 1992, p. 3).

Latin America and the birth of History, the new that has not just been born and the old that has not just died...

At each instant of time, moments of the more or less distant past, of the present and even of the future coexist ... the meaning of each text cannot be established, except in relation to its context (TODOROV 1990, p. 9-13).

The strengthening of Mexican social thought through figures such as O’Gorman, Bonfil Batalla and Zea happened along with important changes in the social function attributed to intellectuality during the second half of the 20th century. As Mansilla points out, before 1960, intellectuals “had a commitment to the truth [...] with which they were not contented] promulgating values of partial validity and limited relevance” (MANSILLA 2003, p. 13), in fact, in correspondence with power, intellectuals legitimized the right to intervene (in a theoretical and practical way) on its object: Latin America. Even though the production of these authors did not maintain ties with the power of the State, as those that characterized the intellectuality of earlier times,⁵ part of that spirit continued to be present in the contents expressed in its most famous works. The emergence of texts such as *En torno a una filosofía americana* (1942), *América como conciencia* (1953), *América en la historia* (1957), *El pensamiento latinoamericano* (1965), *La filosofía americana como filosofía sin más* ([1969] 2005), *Colonización y descolonización de la cultura latinoamericana* (1970), *La esencia de lo americano* (1971), *Latinoamérica: emancipación y neocolonialismo* (1971), *Latinoamérica en la encrucijada de la historia* (1971) and many others written by Zea; *Fundamentos de la historia de América* (1951) and *La invención de América* (1958) by O’Gorman. Similarly, *México Profundo, una civilización negada* (1987) and *Utopía y revolución* (1981) by Bonfil Batalla maintained the idea of Latin America as a fertile soil eroded by the traces of its history and, further on, as the cosmos of a reachable project to which the intellectuality, in its exercise of thinking and dreaming, had much to contribute. History was more concerned with the future than with the events of the past (ZEA 1976).

In this sense, Zea’s perspectives on the “Latin American phenomenon” are similar to those that he exposes for the “Mexican phenomenon” in texts such as *El positivismo en México. Nacimiento, apogeo y decadencia* (1943), *Conciencia y posibilidad del mexicano* (1952) and *El occidente y la conciencia de México* (1953). Similarly, O’Gorman’s analysis of the Latin

5 - The publication context of these three authors coincided with the “deacralization of the intellectual and the disenchantment [in the traditional political sphere] of their functions” (MANSILLA 2003, p. 13).

American matter corresponds to many of his ideas proposed in works such as *Historia de las divisiones territoriales de México* (1937) or, more recently, *México el trauma de su historia* (1977). In the case of Bonfil Batalla, the issue is more evident because the ideas about Latin America had to be traced in the works on Mexico. The common denominator lies in the furtiveness of historical interpretation, that is, in its most intimate meaning; dystopia was the result of a tragic past, while utopia was presented as a promising possibility, always in the future.

The decomposition of the historical narrative in the works of these authors shows how the Latin American past, drawn as a negative causality of a devastated present, was engendered in the idea of the "contact" between indigenous originality and western tradition. That is why O'Gorman's history begins in 1492, questioning whether the arrival of Columbus was an act of discovery toward "the Americas" (1995). His research was based on texts written by visitors, expeditionaries and European chroniclers such as Gonzalo Fernández de Oviedo, Francisco López de Gomara, Fernando Colón, Bartolomé de las Casas, Antonio de Herrera y Tordesillas, Beaumont, William Robertson, Martín Fernández de Navarrete, Washington Irving, Alexander von Humboldt, Samuel Eliot Morison and others, considering the recent doctrines proposed by Latin American historians and philosophers. The development of his thesis was based on demystification of the "idea of discovery", reinforcing the disenchantment of common paradigms. O'Gorman affirmed that the "irrationality" intrinsic to Latin American history was due to the substantialism that conceived it as a "thing" in itself, an issue that fueled discussions about the existence of a Latin American ontologism.

The historical account in the texts of Bonfil Batalla began with considerations on the Mesoamerican pre-Hispanic past. However, the "disenchanted past" also began in 1492. His analysis questioned the conceptualization of "the Latin American" as a tropicalization of western identity, divorcing the sequence of its history from traditional historical narratives.

Bonfil Batalla proposed an anthropological reading of history because the past maintained a dialogue with the present and highlighted the struggles of *indianidad*, an issue less evident in the works of O’Gorman and Zea.

Unlike O’Gorman, in whose works an ethereal reading predominated; Bonfil Batalla denounces inequality, discrimination, dispossession and imposition explicitly as permanent social processes in the history of Latin America (BONFIL BATALLA 1988, p. 13-53). O’Gorman’s concern about the existence of the object called “the Americas” was also expressed in the texts of Bonfil Batalla, however, the first focused on the conceptual, whereas Batalla focused on “the identity”. “Mexico profundo...” was, in fact, an analogy of the deep Latin America, where discomfort could be explained through “the surreptitiousness” of constantly denied worldviews.⁶ Coloniality in Latin America expressed “its inconsistency, its partiality and its incapacity [...]” (ZEA 1972, p. 105) maintaining in latency the variety of cultural contents that today fight for their right to exist. The idea of a “the denied civilization” by Bonfil Batalla is congruent with the proposal developed by Zea. For this author, Latin America was understood as a historically unrealized entity, which denied itself in its history, a thesis that was attributed to the influence of the historical circumstantialism of Ortega and Gasset, who he assiduously read under the tutelage of Gaos during his training in Mexico (REZENDE DE CARVALHO 2010, p. 267-282).

6 - “Profundo” refers to the surreptitious nature of indigenous codes, habits, cosmovisions and subjectivities, although it also applies to other identity expressions concealed by westernism (BONFIL BATALLA 1989).

These ideas introduced the need to question the exclusivist universalism of the western philosophical matrix, especially applied to the understanding of Latin American historical processes. In this way, the historiographical tone in the works of Zea tried to avoid “infertile descriptivism and the sterile historical positivism”, which was strongly criticized by the circumstantialism, resorting to a broad understanding of the Latin American historical reality (HERNANDEZ FLORES 2004, p. 261). In order to do this, it started with the identification of the categorical nucleus of its history, that is, the historical constants that gave shape and meaning to its reality, concluding that the non-realization of its identity

gave way to disappointments that tattooed a dystopian seal whose continuity was put at risk with the imagination of better futures guided by utopia.

Zea's need to understand the historical Latin American constants in depth, transcending the mere compilation and organization of the data, but, without coming to a divorce with reality, guided him to approach the history of ideas with a proposal that allowed to "historicize" Latin American thought —previously dispersed in academic, artistic and literary productions— and thus, generate the basis of a Latin Americanist philosophy based on the historical circumstances of its formation (REZENDE DE CARVALHO 2010, p. 267-282). And, although, the productions of Bonfil Batalla did not display clear pretensions of penetrating in the philosophy of the history, they were participants of their enrichment, generating new debates, concepts and perspectives in the field of history of ideas. It is not surprising that, in theory and historiography, both fields of knowledge facilitated the dialogue of these three authors.

Gaos also influenced O'Gorman who, in his transit through the Faculty of Philosophy and Letters of the UNAM, received training in philosophy of history nurtured by the circumstantialism, very popular in Mexico, and the ideas of authors such as Descartes and Heidegger, appropriating some premises of existentialism and its questioning of the idea of "being". Either Zea or O'Gorman's interpretations had a dialectical logic where history was the result of ideas, while ideas were the result of history (MEYER 2006, p. 3-7). The "non-realization" of America, as a definitive historical product, was deciphered by these authors as a result of the coloniality of their thought at the same time that their cultural dependence was understood as the result of real and concrete actions of western domination.

O'Gorman and Zea were involved in disputes between Hispanics and "Indigenistas" during the second half of the 20th century, a context in which the ideas of Bonfil Batalla played a radical role. The inspiration of this last author was the result of the assiduous reading of intellectuals such as Eric Wolf, Manuel

Gamio, Gonzalo Aguirre Beltrán, Ricardo Pozas Arciniega and others, being more influenced by the North and Latin American anthropological tradition than by philosophy. His “theory of cultural control” and his critique of the concept of Indian as a colonial category highlighted interesting distinctions in relation to the boundaries between class domination and those that, transcending capitalism, originated from discriminations based on “race” and ethnicity.

The common features of his works focused on the denouncement of the domination over Latin America. However, O’Gorman and Zea did not stress *indianidad* as “the non-West”, which they alluded to in their texts and was different when compared with the political meaning foreseen in the works of Bonfil Batalla and the importance given to “the ethnic” in his interpretation of the social conflicts in Latin America. O’Gorman and Zea chose moderate criticism, with less sociological and anthropological precision than that observed in the works of Bonfil Batalla. The criticism was aligned with the field of philosophy of history and history of ideas. O’Gorman focused his attention on the thinkers who, from the independences onward, questioned “the Latin American character” such as Bello, Bolívar, Rosas, Sarmiento, Alberdi, Sierra, Lastarria and other icons of social thought associated with emancipation, positivism and anti-positivism in their respective contexts.⁷ And, although Zea, faithful to philosophy, had no problems with the category of identity; O’Gorman, militant of a radical historicism, considered that identity was an equivocal category that presupposed an essence, an Aristotelian concept, which he denied when he affirmed that “Man has no nature, but history”, confirming Ortega’s ideas. (O’GORMAN [1986], *apud* SORELA N.D).

7 - The synthesis of these characters can be seen in the first and second part of Leopoldo Zea’s text “El latinoamericano” (1976).

Despite these differences, there are also consistencies in their historical productions. The first is expressed in the conceptualization of the “encounter” as the cause of the impossibility of the self-realization of Latin America. The second is expressed in the inconclusiveness of the historical narrative and its expectation for the future. In all these authors, “the

Latin American" is presented as a continuous and tireless challenge that demands the overcoming of the colonial forces that, until then, had hindered its realization.

However, future prospects showed substantial differences. By understanding the indigenous identity and past as key to the interpretation of the present, Bonfil Batalla defended the denial of the colonial past (BONFIL BATALLA 1991, p. 71-88). In his writings, he defends "ethnic pluralism" as a political project, which was more than the right to suffrage, criticizing the simplistic interpretations that materialized it. Bonfil Batalla supported the thesis that the indigenous people of Mexico and Latin America were political entities recognized as active agents of the processes of change intrinsic to national states, an inevitable vindication for any democratic project within Mexico's borders. For Bonfil Batalla, the vindication of "the indigenous" did not mean the extermination of the institutions coming from the western modernity. However, he suggested creating conditions that would make their authentic participation possible and this participation should not turn its back to their own culture.... It aspired to "eliminate inequality, while defending the right to difference" (BONFIL BATALLA 2001, N.P).

For his part, O'Gorman highlights the challenges of understanding oneself as responsible for the present and future of Latin America (O'GORMAN 1995), subtracting protagonism from identity, and affirming that "the only way to assume [the past] was to overcome it, that is to say, proposing, within the current circumstances, a program of dignified life for the future" (O'GORMAN 2015 N.P). As he pointed out in his discourse "La marcha de las ideas liberales en México», O'Gorman chose the realization of the liberal project, which he defined as "one of the most delicate conquests of western culture, one of the most difficult flowers to cultivate and maintain, a conquest [still] precarious" (O'GORMAN 2001, p. 94). By distancing himself from the identity question —not as historicism, but as ontology— in O'Gorman's critique of the future, the colonial conservatism, and not the "West", was the main enemy of Latin American historical realization.

This paper will be concluded with a description of the ideas of these authors in relation to Latin America, with a brief dissection of their historical discourses, using the categories proposed by Hayden White in his *Metahistory*. These categories are: "emplotment", a subjective meaning promoted by the disposition of discourse; "argument", formality adopted by its interpretations and; "ideology", ethical position of the context they describe (WHITE 2010). These elements allowed the dialogue of the meaning of their narratives, giving way to the identification of common characteristics that transcend the convergence or divergence in the use of certain concepts.

For all cases, the "plot" [emplotment] of the historical narrative was governed by the principles of *tragic narrative*, a statement that arises from the following conclusions. The first is related to the disenchanted vision of the historical processes that shaped the Latin American reality of the present. The second is linked to the open character of the "end" of historical narratives, which, as stated above, was evident in future political possibilities... every tragedy suggests "the possibility of a liberation, at least partial, of the condition of falling and an escape, even provisional, from the divided state in which men find themselves in this world" (WHITE 2010, p. 20). This possibility was brought to life in the transcendence of the colonial condition that besieged the continent until contemporaneity. Finally, the third is connected with the meaning of discovery given to "colonial reason" as a revelation of the forces that opposed the realization of Latin American people.

The tragedy in the discourses of these authors resided in the phenomenon of coloniality. Therefore, it is not surprising that everyone stressed the importance of issues that had been discussed since the 19th century in the political discourses of emancipation and at the beginning of the 20th century in the ideas of positivism. The most important of these issues was related to the endowment of conscience and the aspiration to a "mental revolution" that, beyond ideology, had its emphasis on the coloniality intrinsic to the Latin American social order.

The zeal for the cultural aspect was related to the sources used for the elaboration of the historical discourses —diaries, proclamations and academic productions mostly— but above all, it was related to a tendency of the postwar period to conceive culture as a primary focus of domination.⁸

Another point of the analysis corresponds to the mode of argumentation [argument], that is, to the way in which the authors explained the emergence of their hypothesis. O'Gorman, Bonfil Batalla and Zea edified the argumentation of their stories according to certain criteria of *mechanicism* because, in all cases, "the acts of the agents that inhabit the historical field [presented themselves] as manifestations of extra-historical agencies that had their origin in the scenario where the action described by the narration was developed" (WHITE 2010, p. 27). This phenomenon is possible to appreciate in the relation of the object —the ideas, in the case of O'Gorman; the identity, in the case of Bonfil Batalla and the philosophy of history, in the case of Zea— with the criticisms directed towards the present. In most texts, these "forces" were the same that gave the historical narrative a tragic meaning: coloniality.

This logic is also expressed in the "laws of history". In the case of Zea, there was no place for deduction; the author asserted that his thesis was based on the elementary principles of the Hegelian dialectic...

The movement of history, its dialectic, was oriented towards the preservation of the past, towards expectant hope in the present or permanent change in the future. "The Americas" have not been able to avoid so much concern at this stage of their culture, a stage that has been defined by their ontological preoccupation [...] in this way, the following questions arise]. Where does Latin American place the "accent" in the triple dimension of history? Is it a conservative, an expectant or a permanent revolutionary? [...] to which he replies that] "the way of being" of Iberian America [it is] detained in an expectant present in which it had to face the past, its past, forcing itself to destroy it (ZEA 1976, p. 18-10).

Zea found in dialectics the answers to what he himself defined as a constant of Latin American thought: the "non-conformity of

8 - In Latin America, it is expressed in the theory of coloniality and in Europe in lines of thought such as that of the Frankfurt School, for example (MIGNOLO 2007).

the self” or, as O’Gorman would say, the desire to be like others (*apud* ZEA 1976). Although the productions of O’Gorman and Bonfil Batalla were not directly oriented to the field of philosophy, as in the case of Zea, they were not exempt from the use of “laws” that explained history. In both cases, the importance of material reality was promoted, expressed in colonization and understood as a structural determinant of ideas and culture.

In his analysis of America, O’Gorman uses a revision of the ideas about the world in the times of Columbus (the *orbis terrarum*, the *orbis alterius*, the *ecumene*, etc.) and, thus, is able to explain, through specific events such as —scientific advance, the power, the institutional reforms, the economic expansion of modernity, etc.— how the myth of discovery found a place in the social imaginary of the West, both in Europe and in America. Bonfil Batalla, in a review from pre-Hispanic times until the 20th century, attributed the problems of identity to the control mechanisms that were present in fields such as education, religion, politics, economics, etc. The determination was a common denominator in the works considered. However, the presence of a utopian thought with a perspective to the future nuanced the mechanicism and radical historicism because, in all cases, “the agency” of Mexicans and Latin Americans was conceived as capable of pursuing other directions, always positive in relation to the present.

The latter is related to the ideological implication [ideology], that is, with the set of prescriptions that allowed taking a position in social praxis (WHITE 2010). The production of these authors expressed a disenchanting subjectivity, tragically traced and akin to the thesis of colonial determination, promoting movements in favor of cultural transformation. This last aspect gave a “radical” meaning to their narrations because they expressed “the utopian condition as an imminent [need] that inspired their concern to promote the revolutionary means for the realization of their utopia” (WHITE 2010, p. 33).

The conjunction of these elements forged a conceptual stamp of “Latin Americanness” that transcended the boundaries

Final considerations

of the works of O'Gorman, Bonfil Batalla and Zea. In them, utopia and dystopia served as an opposition to the dialectical model that sustained their interpretation of history, matter which was expressed in the ambivalence given to this historical entity that struggles to change and not remain what it has been and what it is. These authors conceptualized coloniality as the center where the problems that made Latin America a project, something unrealized, gravitated. Their productions expressed the anxieties that found expression in social, artistic and intellectual movements (positivism, muralism, literary modernism, "indigenism", Latin American Marxism, etc.) that, at the beginning of the 20th century, constituted the referents of thought in the region. Today, it is possible to say that figures such as O'Gorman, Bonfil Batalla and Zea were emblems of Latin American social thought from the second half of the 20th century to the present.

ÁLVAREZ GARCÍA, Marcos. **Líderes políticos del siglo**

REFERENCES

XX en América Latina. Santiago: LOM Ediciones, 2007.

AMODIO, Emanuele. **Formas de la alteridad.** Construcción y difusión de la imagen del indio americano en Europa durante el primer siglo de la conquista de América. Quito: Editorial Abya Yala, 1993.

ARDAO, Arturo. **Génesis de la idea y nombre de América.** Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 1980.

ARGUEDAS, José Manuel. **Los ríos profundos.** Caracas: Fundación Editorial "El perro y la rana", 2006.

AZUELA, Mariano. **Los de abajo**. Madrid: ALLCA XX, 1996.

BONFIL BATALLA, Guillermo. La teoría del control cultural en el estudio de procesos étnicos. **Anuario Antropológico**, n. 86, p. 13-53, 1988.

_____. **México profundo, una civilización negada**. México D.F: Editorial Grijalbo, 1989.

_____. Las culturas indias como proyecto civilizatorio. **Pensar nuestra cultura**. Ensayos. México D.F: Alianza Editorial, 1991, p. 71-88.

_____. La pluralidad étnica. **Nexos**, 2001 [1988]. Available in: <https://www.nexos.com.mx/?p=9967>. Access in 5 Aug. 2018.

BRACHO, Jorge. Laureano Vallenilla Lanz, cultura y modernidad en Venezuela. **Mañongo**, n. 21, s.n., 2003.

CAMPOBELLO, Nelly. **Cartucho**. Relatos de la lucha en el norte de México. México D.F: Ediciones Era, 2000.

CARMAGNANI, Marcello. **Estado y sociedad en América Latina, 1850-1930**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

CELLA, Susana. Prólogo. *En*: LUGONES, Leopoldo. **La guerra gaucha**. Buenos Aires: Editorial Losada, 2009, p. 4-20.

CONSALVI, Simón Alberto. **Rómulo Gallegos**. Caracas: El Nacional – Fundación Bancaribe, 2006. [Biblioteca biográfica, vol. 41].

DARÍO, Rubén. **Cantos de vida y esperanza**. Los cisnes y otros poemas. Managua: Asamblea Nacional, 2005.

GARCÍA MORALES, Alfonso. **El ateneo de México (1906-1914)**. Orígenes de la cultura mexicana contemporánea. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos de Sevilla, 1992.

HALPERIN DONGHI, Tulio. Mitre y la formulación de una historia nacional para la Argentina. **Anuario del IEHS**, n. 11, p. 57-69, 1996.

HENRÍQUEZ UREÑA, Pedro. **La utopía de América**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985.

HERNANDEZ FLORES, Guillermo. **Del circunstancialismo filosófico de Ortega y Gasset a la filosofía mexicana de Leopoldo Zea**. México D.F: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

JITRIK, Noé. El Facundo: la gran riqueza de la pobreza. Domingo Faustino Sarmiento. **Facundo**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977, p. 9-52.

MANSILLA, Hugo Felipe. Intelectuales y política en América Latina. Breve aproximación a una ambivalencia fundamental. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**, n. 121, p. 9-30, 2003.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2002.

MARTÍNEZ, José Luis. Introducción a la literatura mexicana. **La palabra y el hombre**, n. 112, p. 9-27, 1999.

MEYER, Eugenia. Edmundo O'Gorman: La historia imprevisible. **La Gazeta**, n. 431, p. 3-7, 2006.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. *En*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (eds.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

NAVARRETE ORTA, Luis. **Literatura e ideas en la historia**

latinoamericana. Caracas: Lagoven, 1992.

O'GORMAN, Edmundo. **La invención de América.** Investigación acerca de la estructura histórica del nuevo mundo y el sentido de su devenir. México D.F: Fondo de Cultura Económica, 1995.

_____. Latinoamérica: Así no. **Nexos**, 2015 [1988]. Available in: <https://www.nexos.com.mx/?p=5076>. Access 1 Jun. 2018.

_____. La marcha de las ideas liberales en México. **Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México**, n. 21, p. 81-94, 2001.

OCAMPO LÓPEZ, Javier. José Vasconcelos y la educación mexicana. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, v. 7, p. 137-157, 2005.

PAZ, Octavio. **El laberinto de la soledad y otras obras.** Nueva York: Penguin Books, 1994.

REYES, Alfonso. Última Tule. *En: Obras completas de Alfonso Reyes.* México D.F: Fondo de Cultura Económica, 1997.

REZENDE DE CARVALHO, Eugênio. Leopoldo Zea e o movimento latino-americano de História das ideias. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 267-282, 2010.

RODRIGUEZ, Martha. De historiadores y de los posibles usos de su saber: la contribución de los Congresos Internacionales de Historia de América en la conformación de una identidad americana (décadas de 1930 a 1960). **História da Historiografia**, n. 27, p. 91-117, 2018.

RODRÍGUEZ VELÁSQUEZ, Fidel. Cine, poder e historia: la representación y construcción social del indígena en el cine ficción venezolano durante la década de los años 80. **Campos**, v. 4, n. 1, p. 11-31, 2016.

ROMERO, José Rubén. **Apuntes de un lugareño**. México: Editorial Porrúa, 1972.

SÁNCHEZ, Luis Alberto. La prosa de Manuel González Prada. *In*: GONZÁLEZ PRADA, Manuel. **Páginas libres**. Horas de Lucha. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.

SORELA, Pedro. Edmundo. El historiador que descubrió la 'invención' de América. Homenaje en tres universidades españolas a Edmundo O'Gorman. **Diario El País**, s.n. Available: https://elpais.com/diario/1986/10/30/cultura/531010806_850215.html. Access: 14 Aug. 2018.

STRAKA, Tomás. La república de dos siglos. **Debates IESA**, v. 15, n. 1, p. 88-93, 2010.

STRAUSS, Rafael. **Miguel Acosta Saignes**. Caracas: El Nacional – Fundación Bancaribe, 2008. [Biblioteca biográfica, vol. 90]

TODOROV, Tzvetan. **Crítica de la crítica**. Una novela de aprendizaje. Caracas: Monte Ávila Editores, 1990.

WHITE, Hayden. **Metahistoria**. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX. México D.F: Fondo de Cultura Económica, 2010.

ZEA, Leopoldo. **El pensamiento latinoamericano**: México D.F: Editorial Ariel, 1976.

_____. **América como conciencia**. México D.F: Universidad Nacional Autónoma de México, 1972.

_____. **Pensamiento positivista latinoamericano**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1980.

_____. **La filosofía americana como filosofía sin más**. México D.F: Siglo XXI Editores, 2005.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Julimar del Carmen Mora Silva

julimar.mora@gmail.com

Universidad Central de Venezuela

Professor in the Social Theory Department of the Sociology School

Many of the ideas in this work were nourished by the discussions given in the courses on “Latin American Historiography” and “History of Latin American Ideas” of the Master’s program in History of the Americas of the UCAB under the charge of Professors Tomás Straka and Jorge Bracho. I also thank the opportune discussions with the anthropologist Fidel Rodríguez Velásquez and the help of Victoria Mogollón Montagne and Daniela to the translation of the work.

RECEIVED IN: 07/05/2017 | APPROVED IN: 16/08/2018

Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista *História da Historiografia* (2008-2018)

Limits, challenges and perspectives: *História da Historiografia* journal during the first decade (2008-2018)

Flávia Florentino Varella

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo avaliar o perfil dos editores executivos e dos autores, e as características técnicas das publicações do periódico científico *História da Historiografia*, no período de 2008 a 2018, por meio de indicadores bibliométricos. Utilizando dados disponíveis nas edições completas da revista, observou-se que, o perfil principal dos autores de artigos é de homens (68%), professores do ensino superior (55%), professores adjuntos (41%), vinculados a instituições brasileiras (70%), situadas na região sudeste (67%), que publicaram uma única vez no periódico (87%). Os artigos são, em sua maioria, de autoria única (92%), realizados sem financiamento (67%), escritos em português (80%), pertencentes à história da historiografia e à teoria da história (67%), voltados ao estudo de autores ou aspectos do Brasil (25%), focados na idade contemporânea (77%). A maioria dos autores estudados nos artigos publicados na *História da Historiografia* são do sexo masculino (95%). No que tange à composição de seu Conselho Executivo, a maioria dos pesquisadores são homens (86%), brancos (72%), brasileiros (86%), lotados em instituições de ensino superior da região sudeste (75%).

ABSTRACT

This study aims to evaluate the profile of the executive editors and the authors, and the technical characteristics of the publications of the *História da Historiografia* journal, from 2008 to 2018, through bibliometric analysis. Using data available in the complete editions of the journal, it was observed that the main profile of the authors of articles was men (68%), higher education teachers (55%), adjunct professors (41%), from Brazilian institutions (70%), located in the southeast region (67%), who published only once in the journal (87%). The papers were mostly contributed in single author style (92%), carried out without funding (67%), written in Portuguese (80%), belonging to the history of historiography and to the theory of history (67%), of authors or aspects of Brazil (25%), focused on the contemporary age (77%). Most of the authors studied in the articles published in the *História da Historiografia* are male (95%). Regarding the composition of its Executive Board, the majority of the researchers are men (86%), whites (72%), Brazilians (86%), from institutions of higher education in the Southeast region (75%).

PALAVRAS-CHAVE

História da Historiografia; Revistas de História; Historiografia brasileira.

KEYWORDS

History of Historiography; History journals; Brazilian historiography.

A análise de revistas ligadas ao campo da história da historiografia e da teoria da história, como a *Revue Historique*, *Annales* e *Historische Zeitschrift*, mostra a importância desses *loci* editoriais na formação e consolidação de agendas e grupos de pesquisa em múltiplos contextos nacionais. Há algum tempo vem sendo salientado o grande potencial das revistas históricas na delimitação das tendências historiográficas (MELLO 2012a), na desmistificação de narrativas tradicionais (BENTIVOGLIO 2011) e na percepção dos interesses editoriais envolvidos (OSÉS 2017), dentre tantas outras possibilidades investigativas. A crescente atividade periódica em finais do século XIX (TESNIÈRE; BOUQUIN 2014, p. 189), contribuiu para que, no século seguinte, inúmeras revistas científicas existentes acabassem servindo de forma mais eficiente para a divulgação da avolumada pesquisa universitária, que não poderia mais esperar pela publicação do longo e demorado livro autoral. Os pesquisadores buscavam uma forma rápida de divulgação da pesquisa científica e encontraram nos periódicos o lugar ideal para isso. As revistas científicas foram, então, concentrando boa parte da produção historiográfica e tornaram-se espaços importantes para compreender os caminhos percorridos pela historiografia (BENTIVOGLIO 2017, p. 7-11).

Este artigo tem como principal objetivo promover um balanço editorial e de publicações dos dez anos de existência do periódico científico *História da Historiografia*, publicação quadrimestral da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

A *História da Historiografia* tem como principal missão “tornar-se um fórum de excelência no âmbito das subdisciplinas que constituem seu foco e que são sua razão de ser” (OS EDITORES 2010b, p. 10), quais sejam, a história da historiografia e a teoria da história. Iniciativas anteriores como a criação do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e

Modernidade (NEHM), do Departamento de História da UFOP, e o que viria a ser a primeira edição do Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia (SNHH), ambas em 2007, foram decisivas para a viabilização da revista. Em 2009, houve a criação da SBTHH, entidade representativa do setor de história da historiografia e teoria da história no Brasil. Índices do desenvolvimento do campo são também os periódicos *Revista de Teoria da História*, fundada em 2009, e *Expedições: Teoria da História e Historiografia*, fundado em 2010. Certamente a ampliação desses dois campos de pesquisa no Brasil não é um fenômeno do século XXI. Um pouco mais distante do contexto atual, mas não menos importante, foi o trabalho desenvolvido por José Honório Rodrigues entre as décadas de 1940 e 1960 (OLIVEIRA; GONTIJO 2016, p. 16). As pesquisas realizadas a partir da década de 1970 foram de extrema importância para o desenvolvimento da história da historiografia e da teoria da história na medida em que os pesquisadores atuantes ocuparam postos em diversas universidades brasileiras e, com suas pesquisas e orientações, ajudaram a formar o campo que viria a se consolidar posteriormente (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA 2018, p. 35-36). A fundação da *História da Historiografia*, como aconteceu com outros periódicos (ROCHA 2018, p. 39), parece marcar a consolidação de um campo de pesquisa, com pesquisadores dispostos a manter um espaço coletivo de diálogo disciplinar.

A revista *História da Historiografia* é talvez a primeira revista de história brasileira a adotar, desde seu surgimento, um perfil editorial de publicação altamente especializado, aspecto que vem sendo valorizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (SILVEIRA; BENEDET; SANTILLÁN-ALDANA 2018, p. 98), sendo uma das ações decisivas para a visibilidade das pesquisas produzidas dentro de suas principais temáticas: a história da historiografia e a teoria da história. O periódico lançou seu primeiro número no final de 2008, em uma época em que havia um constante questionamento sobre a viabilidade financeira e

visibilidade das revistas impressas. Utilizando o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) desde 2009, a revista nasceu exclusivamente eletrônica em um momento de expansão da plataforma. Segundo o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 2009, 800 periódicos científicos brasileiros usavam o SEER (FERREIRA; CAREGNATO 2008),¹ número que mais que dobrou nos últimos anos.

O surgimento da *História da Historiografia* está ligado ao desejo de um grupo de pesquisadores sediados em várias universidades brasileiras de consolidar o campo da história da historiografia e da teoria da história no Brasil. Na contramão de uma das características marcantes dos periódicos brasileiros, a revista sempre se apresentou como uma iniciativa interinstitucional. No início de sua existência, a pluralidade institucional do periódico era garantida pela variedade dos integrantes de seu Conselho Executivo e Editorial, situação que foi mudando, na medida em que a revista ganhou apoio direto de algumas instituições. Desde 2010, a *História da Historiografia* passou a ser oficialmente uma publicação da SBTHH, visando reforçar o modelo de gestão de periódico interinstitucional e altamente especializado adotado desde a sua fundação (OS EDITORES 2010c, p. 10).

É difícil precisar em que momento a revista viu-se vinculada também a dois programas de pós-graduação – UFOP e UNIRIO –, mas isso parece ter acontecido poucos anos após a sua fundação. Nos primeiros números da revista constam como patrocinadores o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o NEHM da UFOP e o Programa de Pós-graduação em História da UFOP. A primeira vez que os programas de pós-graduação, assim como a SBTHH, aparecem de forma oficial nos créditos da *História da Historiografia* é no número 6, de 2011. Na seção “Promoção”, nos créditos da revista, figuram os nomes da SBTHH e dos Programas de Pós-Graduação em História da UNIRIO, UFRGS e UFOP. No número seguinte, há nova configuração, adotada até hoje, na qual compõem a seção “Realização” a SBTHH e

1 - O SEER é uma customização feita pelo IBICT, em 2003, do Open Journal Systems (OJS), desenvolvido pelo Public Knowledge Project (PKP) desde a década de 1990. A primeira revista brasileira a utilizar o SEER foi a *Ciência da Informação*, do IBICT, em 2004. <http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/sistema-eletronico-de-editoracao-de-revistas-seer/historico> e <https://pkp.sfu.ca/ojs/ojs-usage/ojs-map/>.

os Programas de Pós-Graduação em História da UNIRIO e da UFOP.²

Em sua primeira avaliação no Qualis, em 2010, a *História da Historiografia* alcançou a nota B2 na área de História. Em 2012, foi avaliada como Qualis B1 (ASSIS; BENTIVOGLIO; GONTIJO 2012, p. 9) e no ano seguinte como Qualis A1 (ASSIS; BENTIVOGLIO; GONTIJO 2013, p. 8). A classificação dentro do Qualis Periódico, sistema de avaliação de periódicos que possuem artigos de pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação brasileiros, gerido pela CAPES, é um aspecto definidor de toda revista científica brasileira e motivo de grande preocupação de seus editores. Em apenas cinco anos de existência a *História da Historiografia* entrou para o seleto grupo de periódicos avaliados como de alto impacto pela CAPES, contribuindo para maior visibilidade das pesquisas desenvolvidas em história da historiografia e teoria da história.

Na avaliação das revistas mais antigas, um elemento central era o tamanho de sua tiragem, que indicava a circulação do periódico. Atualmente, em um contexto de abandono progressivo do meio impresso pelos editores científicos, surgiram novos mecanismos para avaliar o impacto das revistas, medido através de índices bibliométricos. Nas décadas de 1990 e 2000, surgiram mecanismos importantes de mensuração da qualidade dos periódicos científicos em âmbito internacional, tais como o Web of Science, da Clarivate Analytics, e o Scopus, da Elsevier. Em 2013, a revista *História da Historiografia* foi aceita na base de dados Scopus, sendo possível calcular desde essa data a influência do periódico através da média do número de citações obtidas. Seguindo as normativas internacionais de gestão de conteúdo eletrônico, em 2014, o periódico passou a adotar Digital Object Identifier (DOI), sequência numérica única de identificação de conteúdos digitais, em todas as suas publicações (OS EDITORES 2014, p. 8).

Aliado ao reconhecimento obtido pela qualidade dos artigos publicados e consistência do projeto editorial, a revista também recebeu diversos financiamentos oriundos de projetos de apoio

2 - Os números 25, 2017 e 26, 2018 não possuem edição completa para visualização na página da revista, sendo impossível conferir se as informações são mantidas conforme descrito também nesses números.

à editoração de periódicos do CNPq, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que contribuíram para a sua consolidação. No Brasil, a grande maioria das revistas da área de História é mantida com verba dos programas de pós-graduação às quais são vinculadas, por editais de fomento e, mais recentemente, por campanhas de financiamento coletivo. Tem sido um grande esforço das instituições científicas e universitárias brasileiras manter a política de acesso aberto a todo o conteúdo de seus periódicos, cancelada por diversos editais de financiamento federais e estaduais. Por outro lado, há uma pressão para que os periódicos sejam indexados nas bases de dados de grandes editoras comerciais reconhecidas mundialmente, como o Web of Science e Scopus, que se choca com o modelo de acesso livre e gratuito do conhecimento científico brasileiro (SILVEIRA; BENEDET; SANTILLÁN-ALDANA 2018, p. 93-94).

Os editores da *História da Historiografia*, não de hoje, enxergavam a potencialidade que a revista possuía como testemunha da expansão dos campos de pesquisa da história da historiografia e da teoria da história no Brasil (ASSIS; BENTIVOGLIO; GONTIJO 2011, p. 9). É esse potencial que gostaria de explorar ao longo deste artigo, no intuito de, através da análise de diversas variáveis, lançar o que pode ser tido como o primeiro esforço de análise da produção científica dentro do periódico. Foram reunidos e analisados 285 artigos enviados por 271 colaboradores, publicados durante os dez anos de existência do periódico, com o objetivo de conhecer melhor o campo da história da historiografia e da teoria da história no Brasil nas primeiras décadas do século XXI. Com esse intuito em vista, buscou-se identificar os principais autores, períodos, países e temas estudados; filiações institucionais, países, regiões e idiomas em evidência; percentagem de financiamento das pesquisas e órgãos de fomento, além de trazer à tona a questão de gênero e cor ou raça. O objetivo principal foi traçar uma radiografia do campo a partir de “[...]”

um dos mais significativos *loci* editoriais da discussão teórico-historiográfica no cenário brasileiro” (ASSIS; BENTIVOGLIO; GONTIJO 2011, p. 9).

Análise do perfil dos editores executivos da *História da Historiografia*

De forma geral, houve uma tendência das revistas científicas brasileiras em História de serem vinculadas a um programa de pós-graduação, principalmente as mais antigas, que foram criadas dentro do contexto de expansão da pós-graduação brasileira na década de 1980, com o intuito de dar visibilidade entre os pares para as pesquisas produzidas. Inspirada em periódicos profundamente especializados, tais como a *History and Theory* e a *Storia della Storiografia*, a *História da Historiografia* buscou, através da valorização da diversidade institucional de seu conselho dirigente, promover desde a sua fundação um novo modelo de gestão editorial que apostava na interinstitucionalidade (ASSIS; BENTIVOGLIO; GONTIJO 2011, p. 9).

A estrutura administrativa da revista variou pouquíssimo ao longo desses primeiros dez anos. Em um momento inicial, a revista contava com um Conselho Editorial enxuto: Helena Mollo, da UFOP, Pedro Spinola Pereira Caldas, então professor na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Sérgio da Mata, da UFOP, Temístocles Cezar, da UFRGS, e Valdei Lopes de Araujo, da UFOP. Logo em 2009, em seu terceiro número, aparece uma nova estrutura administrativa da revista, denominada Conselho Executivo, que abrigava Pedro Spinola Pereira Caldas, já professor na UNIRIO, Sérgio da Mata e Valdei Lopes de Araujo, membros do Conselho Editorial fundador. Aliado a isso, houve forte expansão do Conselho Editorial, que teve suas atividades circunscritas à manutenção do projeto editorial, permanência e qualidade da revista, enquanto que o Conselho Executivo ficou com a missão de cuidar dos aspectos administrativos diários do periódico. Ao término do mandato de dois anos, os editores

executivos passariam a integrar o Conselho Editorial como membros vitalícios.

O compromisso com um modelo de gestão de periódico interinstitucional foi sendo renovado a cada gestão. Entre 2011 e 2013, dividiram a editoria executiva da revista Arthur Alfaix Assis (Universidade de Brasília), Julio Bentivoglio (Universidade Federal do Espírito Santo) e Rebeca Gontijo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). No número 13, de dezembro de 2013, o Conselho Executivo incorpora o seu primeiro pesquisador externo à comunidade acadêmica brasileira, constando nesse Conselho, além de Arthur Alfaix Assis, Rebeca Gontijo e Rodrigo Turin (UNIRIO), o nome do argentino Fabio Wasserman (Universidad de Buenos Aires). No número seguinte, há nova mudança com a saída de Arthur Assis e a entrada de Fernando Nicolazzi (UFRGS) e Helena Mollo (UFOP). A transição entre os conselheiros é finalizada na edição de número 15, de agosto de 2014, com a saída de Rebeca Gontijo. Uma próxima mudança na direção da revista ocorre na edição 21, de agosto de 2016, onde assumem a editoria junto de Mollo, Alejandro Eujanian (Universidad Nacional de Rosario - Argentina), Arthur Lima de Ávila (UFRGS) e Fábio Franzini (Universidade Federal do Estado de São Paulo). O Conselho Executivo sofreu sua última reformulação na edição 25, de dezembro de 2017, com a saída de Mollo e a entrada de Mateus Henrique Faria Pereira (UFOP) e Valdei Lopes de Araujo.

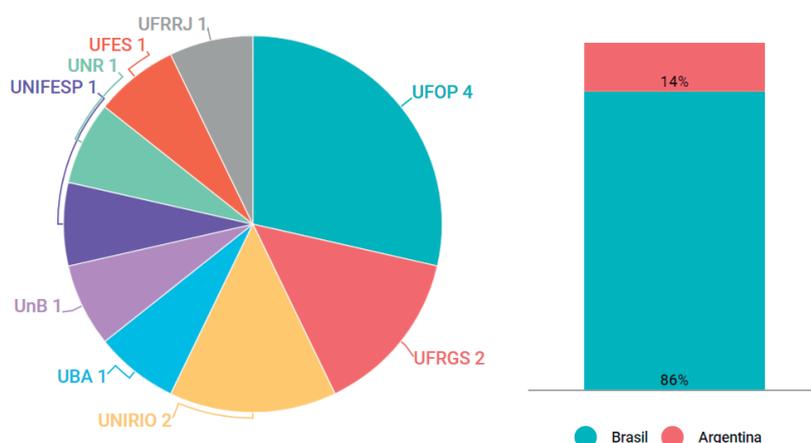


Gráfico 1 - Composição do Conselho Executivo, dividida por universidade e país

Asistematização dos dados referentes aos diversos conselhos executivos da revista permite confirmar a proposta inicial da *História da Historiografia* de se manter como um periódico interinstitucional, com tendência discreta à internacionalização de seu Conselho Executivo. Não obstante esse processo, analisando a diversidade regional dos pesquisadores brasileiros vinculados ao Conselho Executivo, obtém-se que 75% deles estão vinculados a instituições do sudeste, 17% do sul e 8% do centro-oeste do Brasil. Nesses dez anos de existência, a *História da Historiografia* nunca contou com nem um pesquisador do norte ou do nordeste em seu Conselho Executivo, mesmo tendo contado com pesquisadores dessas regiões como autores de artigos, conforme Gráfico 12.

A despeito da diversidade e variedade institucional dos membros do Conselho Executivo, chama atenção a presença mais forte de pesquisadores vinculados à UFOP, UNIRIO e UFRGS, conforme o Gráfico 1. Dentre os 14 editores do periódico, 4 são da UFOP (29%), 2 da UNIRIO (14%) e 2 da UFRGS (14%). Índice da centralidade da UFOP, instituição com maior número de pesquisadores no Conselho Executivo, na *História da Historiografia* é a permanência por quase quatro anos de Helena Mollo e a participação por duas vezes de Valdeci Araujo na gestão do periódico. Casos desse tipo só foram identificados em relação a essa Universidade. De qualquer forma, a importância dessas três instituições deve-se não só ao fato de que todos os membros do Conselho Editorial fundador são vinculados a elas, mas também ao atrelamento da revista a alguns de seus programas de pós-graduação existentes, que contribuíram financeiramente no pagamento de despesas corriqueiras do periódico, como diagramação e revisão.

Tendo em vista que, na atual conjuntura brasileira, a concorrência em editais de financiamento é impossível aos projetos editoriais iniciais, em que apenas revistas indexadas em bases de dados internacionais de difícil acesso podem concorrer, esses projetos precisam ser custeados de outra forma. A hospedagem do site da *História da Historiografia*,

por exemplo, essencial para uma revista que surgiu como exclusivamente eletrônica, até 2013, era feita no servidor da UFOP sob o domínio www.ichs.ufop.br/rhh, e o e-mail também era institucional da UFOP, o historiografia@ufop.br. Como salientado anteriormente, em vários números iniciais da *História da Historiografia*, tanto a UFOP quanto a UFRGS aparecem como contribuindo financeiramente em algum nível. Em fase posterior, os créditos da revista apontam que pesquisadores da UNIRIO coordenaram por duas vezes projetos de apoio à publicação de periódicos da FAPERJ, assim como pesquisadores da UFOP coordenaram por três vezes projetos de apoio à publicação de periódicos fomentados pela FAPEMIG. Não obstante a *História da Historiografia* certamente ser um projeto interinstitucional, sua formação parece estar ligada a um núcleo de pesquisadores situados na UFOP, UNIRIO e UFRGS.

Em um contexto em que a visibilidade e importância das questões ligadas ao gênero permitem repensar alguns pressupostos do próprio campo da história da historiografia e da teoria da história, não poderíamos deixar de quantificar a presença de pesquisadores e pesquisadoras no Conselho Executivo da *História da Historiografia*.



Gráfico 2 – Percentual de editores executivos segundo o sexo

Dentre os 14 pesquisadores que ocuparam o posto da editoria executiva do periódico, 12 deles são homens (86%) e 2 deles são mulheres (14%). É necessário frisar, contudo, que as editoras tiveram tendência a permanecer por mais tempo do que os dois anos de atuação corriqueiros. Helena Mollo, como colocado, foi editora da *História da Historiografia* por quase quatro anos, e Rebeca Gontijo por quase dois anos e meio.

A disparidade encontrada no Conselho Consultivo não é um

traço da área de História ou do campo da história da historiografia e teoria da história. Segundo a listagem de pesquisadores com Bolsa de Produtividade em Pesquisa – PQ disponibilizada no site do CNPq, dos 249 pesquisadores contemplados na área de História em alguma das modalidades, 138 (55%) são do sexo masculino e 111 (45%) do sexo feminino.³ Tendo em vista a razoável proporcionalidade de gênero entre pesquisadores que possuem produção de destaque em História, é notável o hiato de gênero no Conselho Executivo da *História da Historiografia*. A baixa participação feminina no Conselho Executivo da revista, contudo, não se deve à concentração de homens na área de especialização do periódico, visto que a totalidade dos sócios da SBTHH, em 2018, estava dividida entre 60% de homens e 40% de mulheres, número muito mais equilibrado do que o visto no periódico. Atualmente existem quatro tipos de categoria de filiação à SBTHH: graduandos, graduado, pós-graduandos e professores universitários. Restringindo os dados da pesquisa exclusivamente aos professores universitários, que estariam qualificados a assumir a editoria da revista, o percentual obtido é bastante próximo ao visto dentre todos os sócios: 62% são do sexo masculino e 38% são do sexo feminino.

Outro tema igualmente importante no ambiente científico brasileiro diz respeito à desigualdade racial entre o número de universitários, sejam discentes ou docentes. Reconhecendo a complexidade que envolve a identificação racial, optou-se por empregar o aprimorado sistema classificatório de “cor ou raça” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi enviado um questionário com uma única pergunta a todos os pesquisadores que fizeram parte do Conselho Executivo da *História da Historiografia*. Nele perguntava-se a mesma questão realizada no Censo 2016 pelo IBGE: a sua cor ou raça é? Utilizou-se como referência para a autotranscrição as cinco categorias empregadas pelo Instituto, nessa ordem: branca, preta, amarela, parda e indígena.

3 - http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.prc_comp_cmt_links?V_COD_DEMANDA=200310&V_TPO_RESULT=-CURSO&V_COD_AREA_CONHEC=70500002&V_COD_CMT_ASSESSOR=HF. Acesso em: 05 out. 2018.

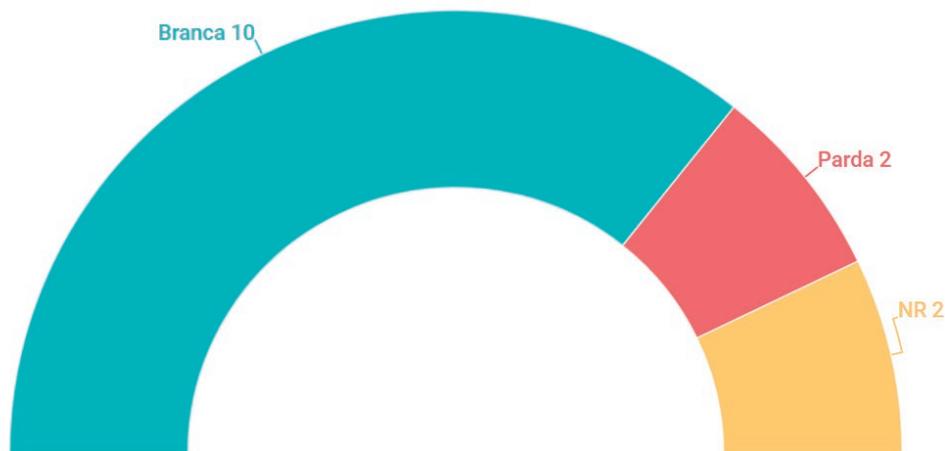


Gráfico 3 – Número de editores executivos segundo raça ou cor

Dos 14 editores executivos que atuaram na *História da Historiografia*, 10 deles se autotranscreveram como brancos (72%) e 2 como pardos (14%), sendo que dois editores (14%) não responderam a pergunta. De acordo com os microdados do Censo da Educação Superior de 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a porcentagem de professores do magistério superior que se autodeclararam brancos foi de 53,6%, negros de 16% – sendo 1,8% de negros e 14% de pardos – amarelos de 1% e indígenas de 0,1%. É importante salientar o alto nível de recusa à autotranscrição ao questionário do INEP. 29,4% do total de professores entrevistados se recusaram a declarar cor ou raça, provavelmente externando o desejo de não dar cor à ciência brasileira (MORENO 2018). A comparação dos dados disponibilizados pelo INEP, na ausência de bases de dados mais específicas de amplo acesso, nos permite concluir, mesmo que provisoriamente, que o percentual de editores executivos da *História da Historiografia* espelha as assimetrias do sistema universitário no que concerne à raça ou cor, sendo que, no que diz respeito ao gênero, a disparidade está muito mais acentuada, inclusive se comparada com o levantamento do INEP que também apresenta 45,5% dos docentes do magistério superior sendo do sexo feminino (MORENO 2018). Nota-se, contudo, que nem um pesquisador negro, amarelo ou indígena fez parte do Conselho Executivo do periódico.

Obviamente que decidir quem fará parte da editoria executiva de um periódico não é uma tarefa burocrática. Além do capital humano disponível, simples fatores como disponibilidade e interesse em assumir a função são centrais. O processo de escolha dos membros do Conselho Executivo é multifacetado e envolve a participação de seus integrantes, que podem ser reconduzidos, das redes imaginadas e a chancela do Conselho Editorial.

Análise do perfil dos artigos publicados na *História da Historiografia*

Originalmente lançada como uma revista semestral, a *História da Historiografia* alterou a sua periodicidade em 2012, passando a publicar três números por ano no intuito de abrigar a crescente produção na área (ASSIS; BENTIVOGLIO; GONTIJO 2012, p. 8). Conforme podemos ver no Gráfico 4, havia represamento de demanda, pois, nos anos subsequentes, a mudança de periodicidade o periódico continuou publicando um volume de textos muito próximo ou superior às edições anteriores:

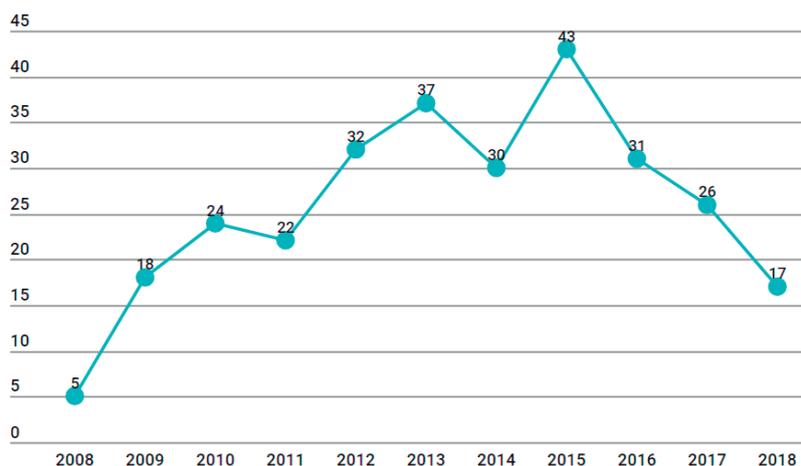


Gráfico 4 – Quantidade de artigos publicados

Verificou-se, pelo Gráfico 4, que, levando em consideração a mudança na periodicidade, o maior número de artigos publicados foi em 2015, puxado pelas edições 17 e 18, perfazendo um total

de 43 artigos, ou seja, 15% do total dos artigos analisados. A edição 17 foi a edição com maior número de artigos nos dez anos de publicação do periódico, contando com 15 artigos publicados na seção livre; e 4 no caderno especial. O menor número de artigos publicados por número, descartando-se o primeiro ano da revista e o último, que não tiveram séries completas, foi em 2017. Em 2008, a revista publicou 5 artigos por número; em 2009, publicou 9 artigos por número; em 2010, publicou 12 artigos por número; em 2011, publicou 11 artigos por número; em 2012, publicou 10,6 artigos por número; em 2013, publicou 12,3 artigos por número; em 2014, publicou 10 artigos por número; em 2015, publicou 14,3 artigos por número; em 2016, publicou 10,3 artigos por número; em 2017, publicou 8,66 artigos por número; e, em 2018, publicou 8,5 artigos por número. Observa-se que o número de artigos publicados na revista, desde a sua fundação, veio crescendo com certa estabilidade até 2015, com ligeira queda em 2014, mas que após esse ano ao periódico publicou menos artigos por número, chegando atualmente a um patamar muito próximo da quantidade de artigos que publicava por número em seu segundo ano de existência.

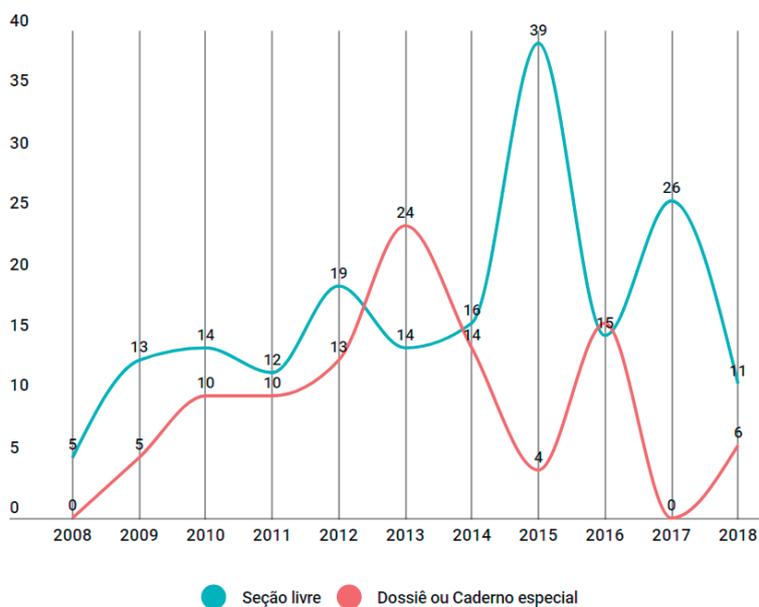


Gráfico 5 – Comparação entre o número de artigos publicados na seção livre e em dossiê ou caderno especial

“Da Monarquia à República: questões sobre a escrita da história” foi o primeiro dossiê, lançando no segundo número da *História da Historiografia*, de março de 2009, organizado pelo então professor do Departamento de História da UFOP, Fernando Nicolazzi. Em 2011, os editores passaram a adotar uma chamada aberta de artigos para essa seção e as publicações deixaram de ser estritamente compostas por convidados (ASSIS; BENTIVOGLIO; GONTIJO 2011, p. 9). Contudo, os organizadores dos dossiês continuaram sendo convidados pela equipe editorial, sendo que, em 2018, adotou-se a chamada aberta para proposição de dossiês. Ao longo dos seus dez anos de existência, o periódico publicou 14 dossiês sobre os mais variados temas e um caderno especial, que reuniu parte das conferências apresentadas no 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia (SNHH). Exceto pelos números lançados em 2015 e 2017, percebe-se que a quantidade de artigos publicadas na seção dossiê ou caderno especial configuraram parte significativa dos artigos presentes na *História da Historiografia*. Em 2013, o número de artigos publicados em dossiê chega mesmo a ultrapassar o número de artigos na seção livre do periódico, conforme o Gráfico 5.

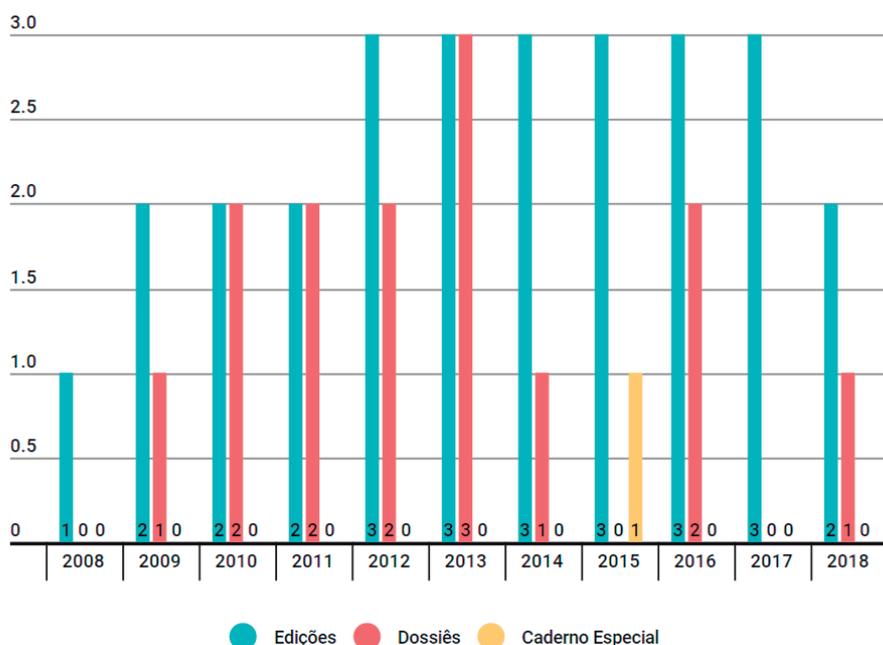


Gráfico 6 – Comparação entre o número de edições, dossiês e caderno especial

Com relação à regularidade dos dossiês e caderno especial, como demonstra o Gráfico 6, não é possível estabelecer nenhuma política editorial coerente em relação aos números temáticos da revista, não obstante ter sido almejado pelos editores publicar um dossiê no último número de cada ano, a partir de 2014 (MIRANDA 2013, p. 9). A proposta não foi concretizada, já que em 2015 nem um dossiê foi publicado pela revista – na primeira edição do ano houve a publicação de um Caderno Especial –, no ano seguinte foram publicados dois dossiês (edição 20 e 22); em 2017, nem um dossiê foi publicado e, em 2018, um dossiê foi publicado na segunda edição do ano. De qualquer forma, observa-se que o periódico abandonou a prática vigente entre os anos de 2010 e 2011 de ter em todos os seus números um dossiê temático, não deixando de lado o estímulo ao debate mais verticalizado e pautando as discussões no campo. É importante destacar o dossiê “Teoria da história da historiografia”, publicado na edição 12, de 2013, em que se buscou fomentar a discussão sobre o significado e abrangência da subdisciplina que dá nome ao periódico, formato parecido com o que foi feito nos números iniciais da *Storia della Storiografia* (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA 2018, p. 21).

Perfil dos autores

A *História da Historiografia* propôs desde a sua fundação construir-se como um “espaço democrático de discussão teórica e metodológica sobre a história, onde o que importa não é a idade ou a titulação dos autores, mas a qualidade do artigo, da resenha, do documento comentado” (CEZAR 2014, p. 8). Em sintonia com essa perspectiva, a revista nunca adotou nenhuma restrição em suas normas editoriais quanto à titulação de seus colaboradores. Não obstante o estímulo ao debate horizontal e aberto, observa-se pouca representatividade de alunos da graduação e de mestrado na seção artigo, conforme o Gráfico 7.

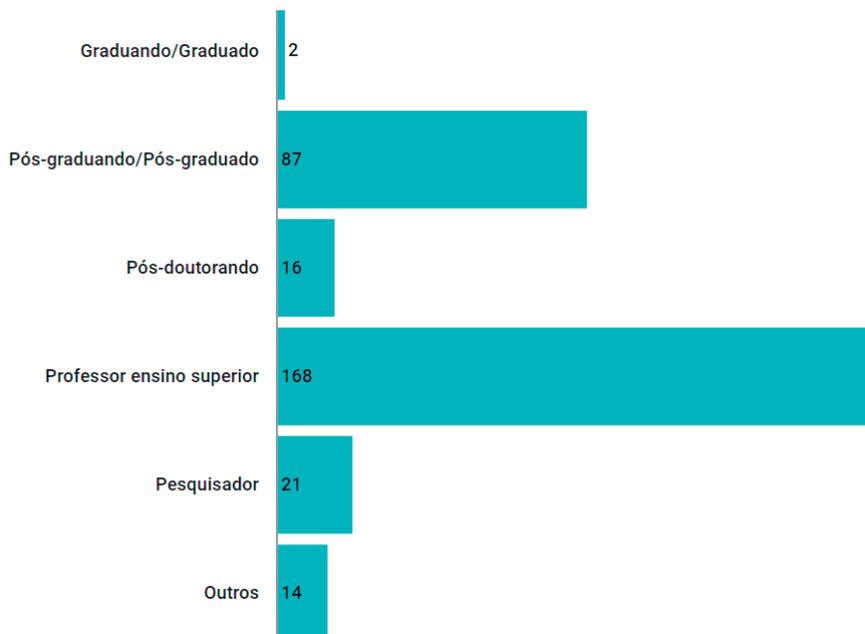


Gráfico 7 – Número de autores de artigos segundo a situação acadêmica

Em relação à graduação, dentre os 308 autores,⁴ um declarou-se graduado em História, na edição de 2009, e uma graduanda, em coautoria com o orientador, em 2011. Na pós-graduação, tem-se 10 mestrandos e 11 mestres como autores, ou seja, 7% do conteúdo publicado na seção artigo é oriundo de pesquisadores no primeiro estágio da especialização. É indiscutível, porém, que mesmo essa modesta representação, atualmente, é raríssimas vezes encontrada em revistas nacionais e internacionais em alto estrato, que tendem a descartar de antemão trabalhos de pesquisadores sem doutorado. Dividindo a situação acadêmica dos autores em grandes blocos, a maior quantidade de autores na *História da Historiografia* é de professores do ensino superior, 158 autores (55%); seguido de pós-graduandos ou pós-graduados, 87 autores (28%); e de pesquisadores, 21 autores (7%).

4 - Optou-se por não excluir da contagem a segunda, terceira ou quarta aparição do mesmo autor.

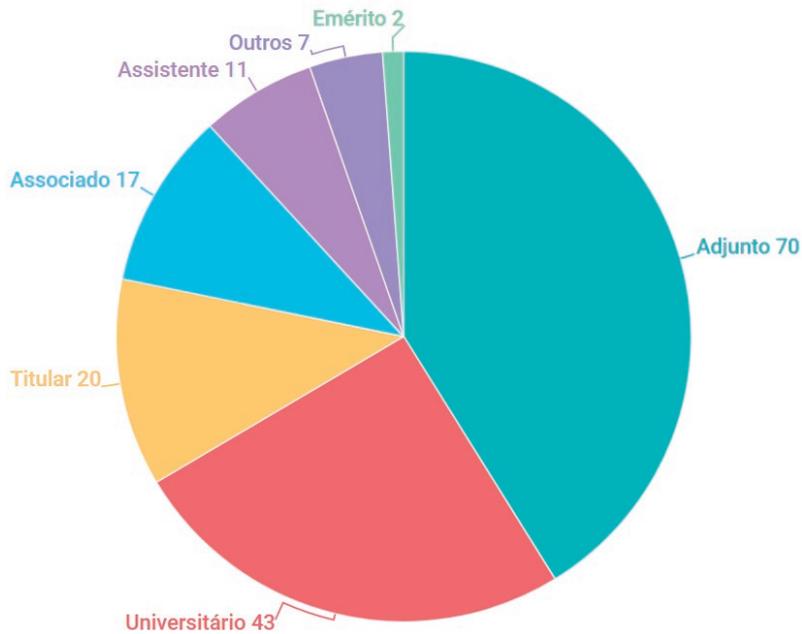


Gráfico 8 – Professores do ensino superior segundo as etapas da progressão da carreira

Dentre os professores do ensino superior, os que mais publicaram na revista foram professores adjuntos, com 70 publicações (41%), seguidos dos professores titulares, com 20 publicações (12%) e associados, com 17 publicações (10%). Houve um alto índice de pessoas que não especificaram a sua situação acadêmica dentro da universidade e que foram classificadas como professores universitários e somaram 43 autores (25%). No conjunto de seus autores, a revista reflete a novidade da própria área, ao ter como principais colaboradores professores universitários no estágio inicial da carreira.



Gráfico 9 – Percentual de autores segundo o sexo

Realizando a classificação dos autores de artigos segundo o sexo, observou-se menor discrepância do que o visto em relação ao Gráfico 2, que mostrava o percentual de editores executivos segundo o sexo, apesar de, mesmo assim, haver preponderância de pesquisas desenvolvidas por homens. No conjunto de todos os autores, 208 deles são do sexo masculino (68%) e 100 deles são do sexo feminino (32%). Os autores são um pouco mais do que o dobro das autoras de artigos, sintoma também da longa tradição brasileira de baixa representatividade feminina em periódicos. Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, um dos periódicos mais importantes na área de História durante muito tempo, não houve nem uma publicação de pena feminina durante todo o século XIX. Essa situação muda, ainda que discretamente, com a reforma universitária nas primeiras décadas do século XX (BENTIVOGLIO 2017, p. 13).

Perfil das instituições

Os periódicos científicos do século XXI são sensivelmente distintos de seus ancestrais, devido a mudanças tecnológicas e profissionais no campo da editoria científica. No que diz respeito ao contexto de desenvolvimento editorial em que os periódicos brasileiros estão inseridos, estaríamos em uma época em que a internacionalização apresenta-se como o grande desafio aos editores. Fazendo um rápido e esquemático retrospecto, entre as décadas de 1980 e 1990, os periódicos brasileiros estavam em fase de normalização, em que havia certa instabilidade no fluxo e nas práticas editoriais. As próximas décadas teriam visto um processo de consolidação dos periódicos, fruto do maior apoio governamental e da maior profissionalização de sua equipe de gerência. A partir dessas ondas que ajudaram a normatizar e consolidar a prática editorial científica brasileira, desde 2015 o grande desafio dos periódicos vem sendo a internacionalização da produção e colaboração científica, em

sintonia também com a expansão do acesso livre à informação como valor científico (ALPERIN; ROZEMBLUM 2017 *apud* SILVEIRA; BENEDET; SANTILLÁN-ALDANA 2018, p. 92-93).

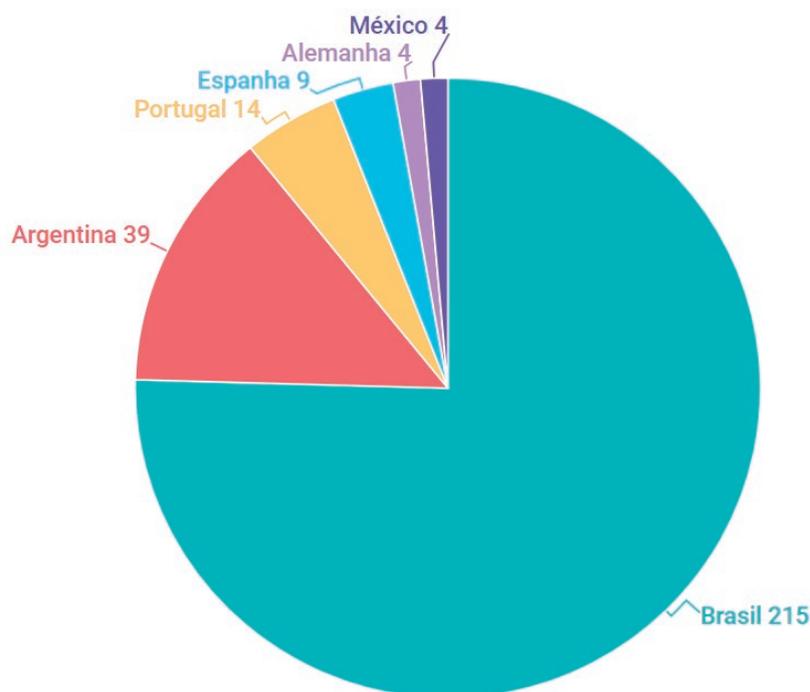


Gráfico 10 – Vinculação institucional dividida por países mais frequentes

Sem nenhuma surpresa, o Brasil aparece como o país mais frequente com 215 autores vinculados a instituições sediadas nesse país (70%); seguido da Argentina, com 39 autores (13%); e Portugal, com 14 autores (4%). Outros países como Chile, Estados Unidos, Finlândia, Holanda, Inglaterra, Japão, Rússia, Suécia, Uruguai e Venezuela não aparecem no mapa por terem menos de quatro autores. Ainda que bastante pulverizado, 30% de todos os artigos publicados ao longo dos dez anos na *História da Historiografia* são oriundos de autores vinculados a instituições estrangeiras. Há, portanto, significativa participação internacional na revista, em consonância com o esforço de internacionalização do periódico que busca firmar-se como referência no espaço de língua portuguesa e espanhola.

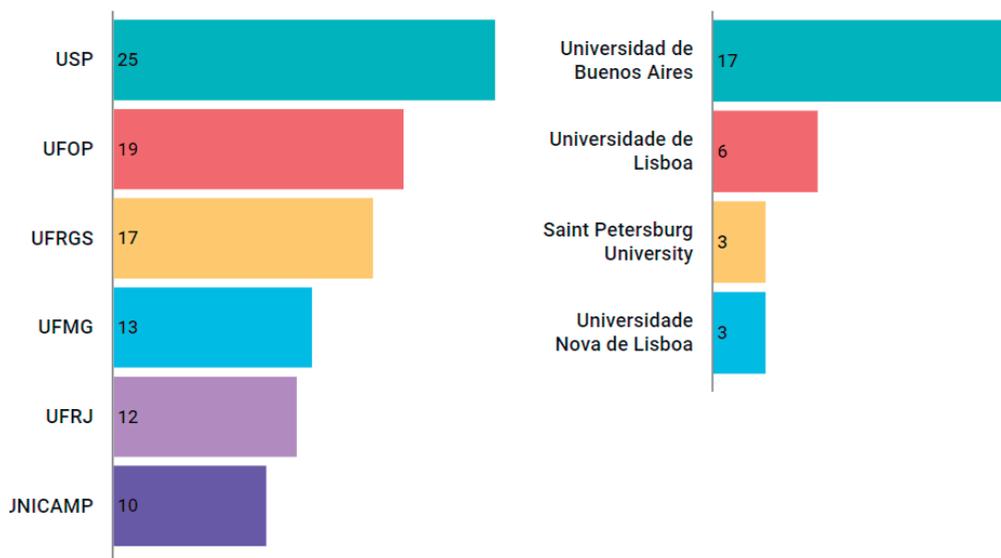


Gráfico 11 – Instituições mais frequentes brasileiras e internacionais

Dentre as 53 instituições brasileiras as quais os autores de artigos disseram-se vinculados, as três mais frequentes foram a Universidade de São Paulo, com 25 autores vinculados (8%); a Universidade Federal de Ouro Preto, com 19 autores vinculados (6%); e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com 17 autores vinculados (5%). Por meio da sistematização do número das instituições brasileiras, podemos atestar a grande diversidade institucional dos artigos publicados, boa prática editorial esperada de um periódico em alto estrato. Dentre as 60 instituições estrangeiras, considerou-se como as principais aquelas que tiveram três ou mais autores vinculados, despontando a Universidad de Buenos Aires, com 17 menções de filiação autoral (5%); seguida pela Universidade de Lisboa, com 6 menções (2%). A presença dessas instituições reflete a ênfase de pesquisadores sediados na Argentina e em Portugal como autores, já identificada no Gráfico 10.

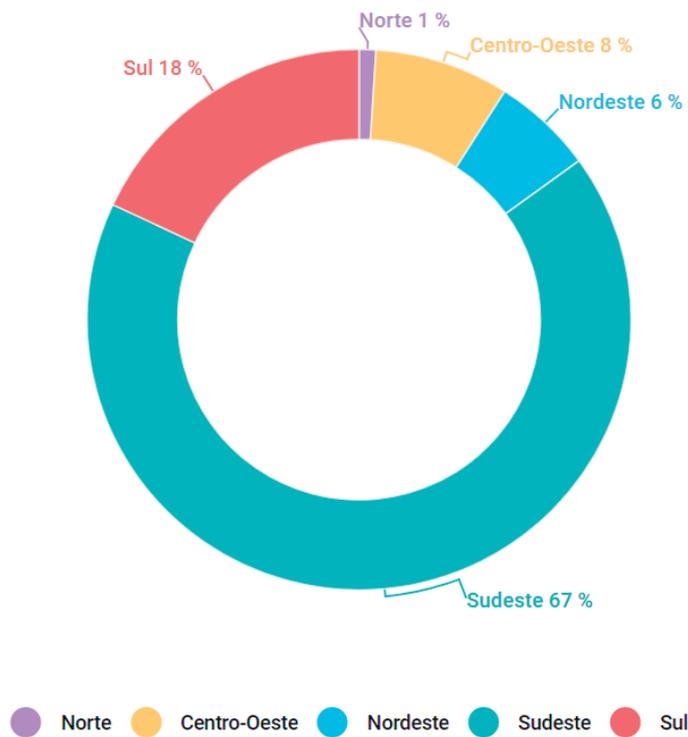


Gráfico 12 – Instituições brasileiras por região

Fazendo um recorte geográfico das instituições brasileiras às quais os autores de artigos estavam vinculados no momento da publicação, observou-se concentração nas sediadas no sudeste. De acordo com o Gráfico 12, 145 autores disseram estar vinculados a instituições dessa região (67%); 38, a instituições do sul (18%), 18, a instituições do centro-oeste (8%); 13, a instituições do nordeste (6%) e 2 autores a instituições do norte (1%).

Não obstante a concentração regional no sudeste, que deve ser ponderada levando em conta a dinâmica da ciência brasileira, pesquisas realizadas em todas as regiões geográficas do Brasil estão presentes na *História da Historiografia*. Utilizando o GEOCAPES, sistema de informações georreferenciadas da CAPES, para o ano de 2017, na área de História, observa-se que de um total de 2.084 docentes, 966 deles estão situados no sudeste (46%); 457 deles no sul (22%); 178 deles no centro-oeste (9%); 403 deles no nordeste (19%); e 80 deles no norte (4%). Entre os discentes da pós-graduação *stricto*

sensu matriculados, de um total de 5298 alunos, 2856 deles estão situados no sudeste (54%); 1145 deles no sul (21%); 429 deles no centro-oeste (8%); 727 deles no nordeste (14%); e 141 deles no norte (3%). Realizando-se a comparação com os dois setores de autores com maior impacto na revista, professores do ensino superior e pós-graduandos, observa-se uma diferença mais acentuada entre as taxas de filiação de instituições do sudeste – 67% autores da revista; 46% professores GEOCAPES; e 54% pós-graduandos GEOCAPES – e do nordeste – 6% autores da revista; 19% professores GEOCAPES; e 14% pós-graduandos GEOCAPES. De um ponto de vista numérico, o contingente de professores e pós-graduandos autores parece estar hiper-representado no sudeste e sub-representado no nordeste.

Perfil dos artigos

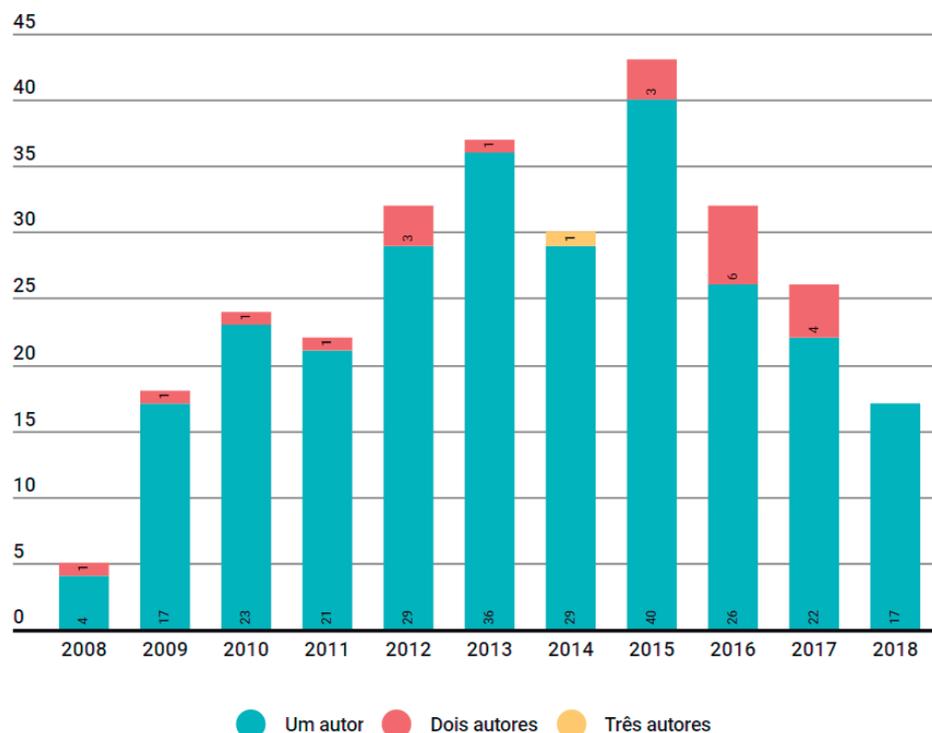


Gráfico 13 – Composição das autorias

Analisando-se todas as edições da revista, chegou-se à

conclusão de que 263 artigos publicados (92%) são de autoria única, sendo que 22 publicações (8%) foram desenvolvidas por grupos de 2 a 3 autores. O periódico parece refletir a política da área de História que tradicionalmente privilegia publicações de autoria única. Em relação à autoria dos artigos, observou-se, ainda, que 237 autores (87%) publicaram 1 artigo nas edições analisadas e 32 autores (12%) publicaram 2 artigos ao longo dos dez anos de existência da revista, número pouco expressivo. Destacam-se como os autores mais prolíficos da revista Francisco Murari Pires, com 4 artigos, e Nicolás Lavagnino, com 3 artigos.

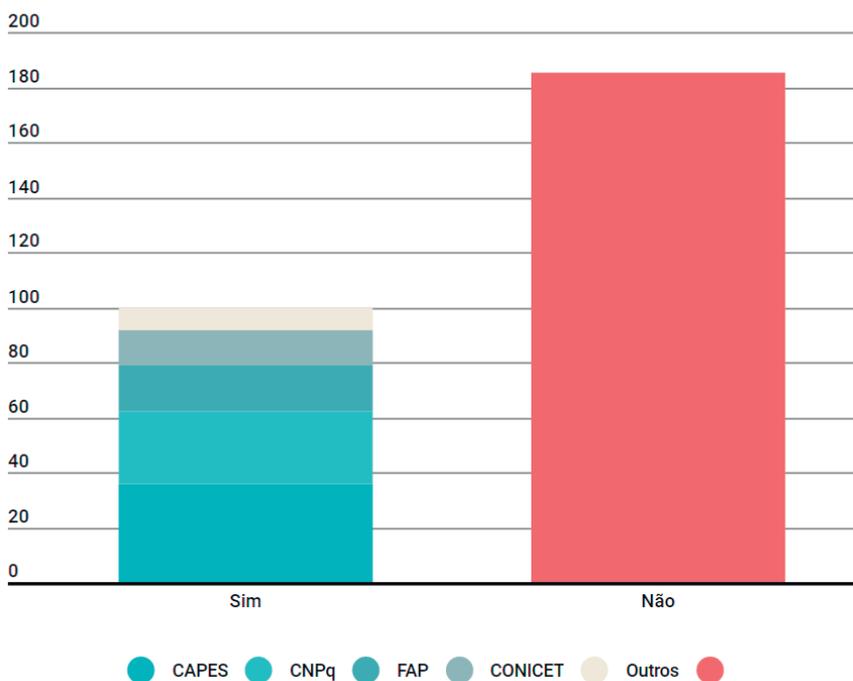


Gráfico 14 – Financiamento e fonte

No que diz respeito ao financiamento das pesquisas publicadas na *História da Historiografia*, observou-se que, dos 285 artigos publicados, 185 deles (65%) são resultado de pesquisa desenvolvida sem financiamento; e 100 deles (35%) com financiamento. Dentre as agências de financiamento, as mais frequentes foram a CAPES, financiando 36 artigos (36%); o CNPq, financiando 26 artigos (26%); fundações de amparo à pesquisa regionais, financiando 17 artigos (17%); e o Consejo

Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), financiando 13 artigos (13%). As fundações regionais citadas foram a Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), FAPEMIG, FAPERJ e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Não houve nem um artigo publicado com financiamento privado.

Desde o número 5, de 2010, consta nas normas de publicação do periódico que os autores, ao submeterem seus textos para análise, devem indicar a instituição financiadora da pesquisa. Nesse sentido, ou os autores vêm sistematicamente deixando de atribuir à agência financiadora os créditos em suas pesquisas ou a maioria das pesquisas publicadas na revista não obteve nem um tipo de financiamento. De qualquer forma, o baixo índice de autores pós-graduandos ou pós-graduados (28%), visto no Gráfico 7, também pode ter contribuído para o baixo número de artigos com financiamento.

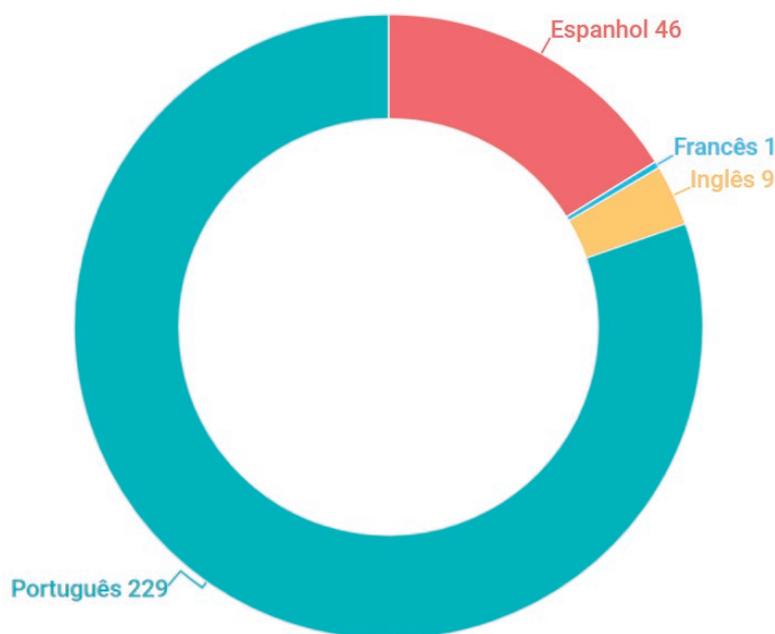


Gráfico 15 – Idioma de publicação

Devido à expressiva presença de autores vinculados a instituições brasileiras (70%), mostrada no Gráfico 10, não surpreende que o idioma mais frequente dos artigos publicados

na *História da Historiografia* seja a língua portuguesa, com 229 artigos (80%). O número é ligeiramente maior do que o do vínculo institucional, pois alguns artigos são de pesquisadores portugueses e outros são traduções de artigos para o português de pesquisadores sediados em universidades estrangeiras. O segundo idioma mais frequente é o espanhol, com 46 artigos (16%), em conformidade com a política editorial da revista de situar-se como um fórum de debate nas comunidades lusófona e hispanófono.

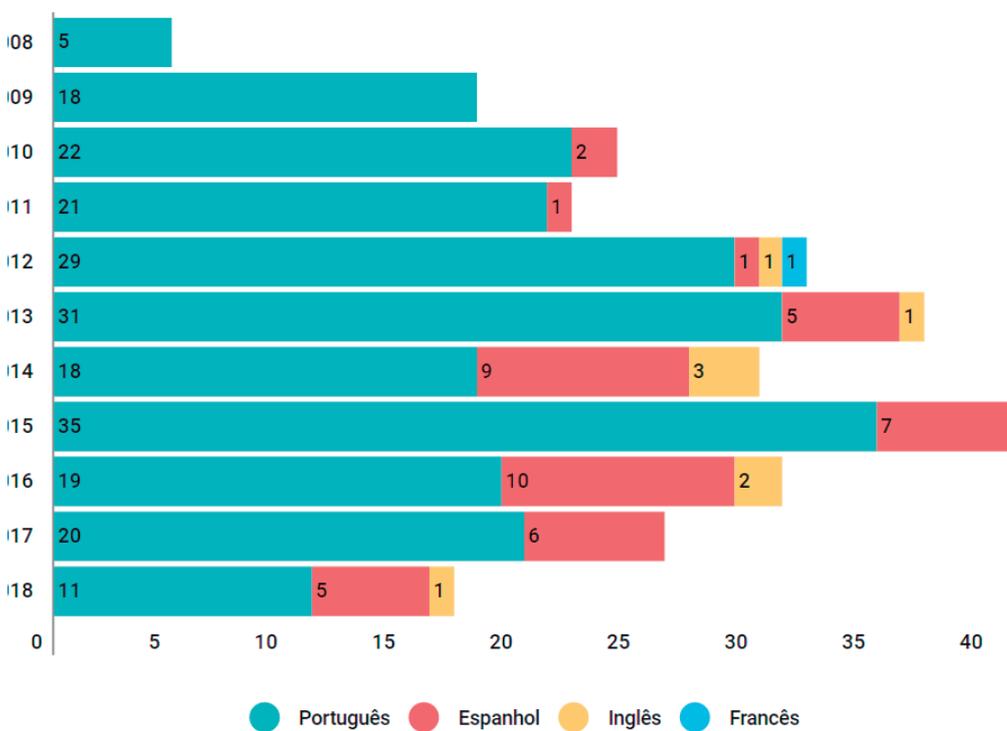


Gráfico 16 – Idioma de publicação por ano

Acompanhando a evolução do idioma dos artigos publicados na *História da Historiografia* ao longo desses dez anos de existência, percebe-se que, a partir de 2013, o número de artigos publicados em língua estrangeira começa a ser expressivo. Em 2010, são publicados 2 artigos em língua estrangeira (8%); em 2011, 1 artigo (4%); em 2012, 3 artigos (9%); em 2013, 6 artigos (16%); em 2014, 12 artigos (40%); em 2015, 8 artigos (18%); em 2016, 12 artigos (39%); em 2017, 6 artigos (23%); e, em 2018, 7 artigos (36%). Em 2008 e 2009, não houve publicação

em língua estrangeira. É importante notar que, desde 2013, a revista passou a contar com um pesquisador argentino em seu Conselho Executivo, o que deve ter contribuído para o aumento do interesse de pesquisadores falantes do espanhol no periódico, segunda língua mais frequente utilizada nos artigos (16%).

Conteúdo dos artigos

Desde a sua fundação, a *História da Historiografia* disponibilizou aos autores um banco de palavras-chave, que ajudou a normatizar e guiar o uso dos termos que servem para indexação de cada contribuição publicada. Os autores foram, portanto, estimulados a utilizar as palavras-chave sugeridas pelos editores, não obstante ser possível pedir a inclusão de alguma que julgassem pertinentes. Tendo isso em vista, as palavras-chave pareceram um índice confiável nesse primeiro esforço de mapear o conteúdo publicado ao longo dos dez anos do periódico. Analisando os artigos, a grande maioria apresenta um total de três palavras-chave, sendo que dois artigos possuem quatro palavras-chave.

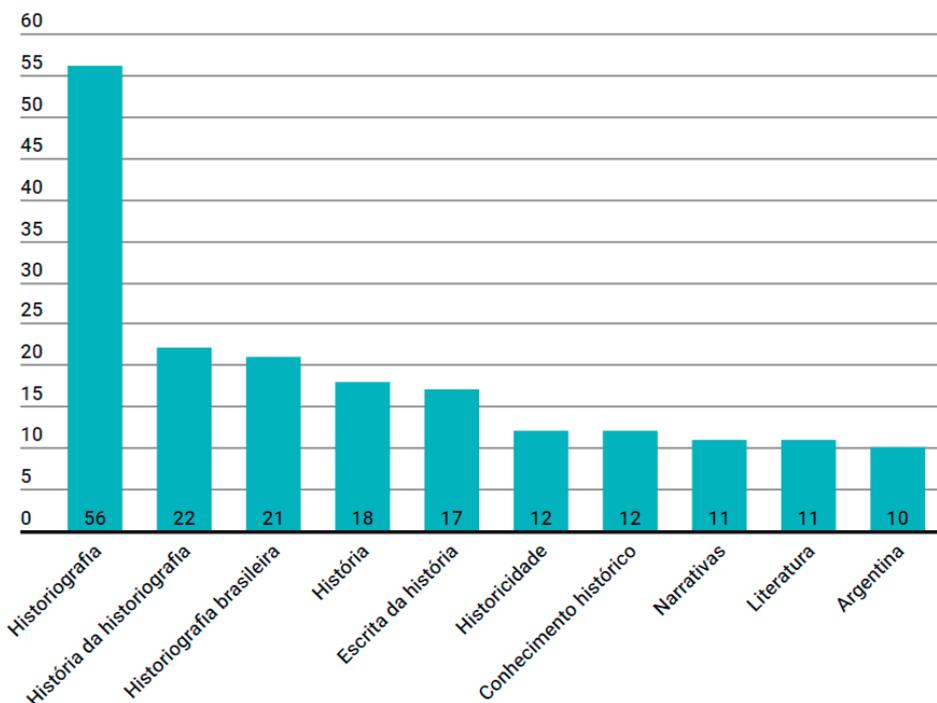


Gráfico 17 – Palavras-chave mais utilizadas

No conjunto das 355 palavras-chave únicas utilizadas pelos autores como representativas de seus artigos, verificou-se que historiografia foi a mais frequente dentre as palavras-chave, reivindicada 56 vezes e usada em 20% dos artigos, seguida de história da historiografia, com 22 utilizações e usada em 8% dos artigos.

O alto índice de entradas para historiografia talvez seja explicado pela polissemia da palavra que, muitas vezes, abarca o entendimento mais recente para história da historiografia. O uso de historiografia para designar algo muito parecido ou idêntico à história da historiografia já pode ser notado em obras como a de José Honório Rodrigues, em que situava historiografia como a história da história. No mesmo período, Francisco Iglésias separava a historiografia, como uma obra de História, da história da historiografia, o estudo da história desses livros (TORRES 2007).⁵ Portanto, desde os estudos seminais e iniciais sobre a história da escrita da história no Brasil, tanto historiografia quanto história da historiografia foram usadas para se referir à «história das formas de produção da verdade histórica» (ARAUJO 2006, p. 91). Possível índice da mescla dessas duas palavras-chave é o fato de que nem um autor que escolheu usar a palavra historiografia utilizou também história da historiografia como palavra-chave. Por outro lado, parece claro que, muitas vezes, a palavra-chave historiografia é usada para definir o objeto de investigação do artigo. Diversos autores que optaram por essa palavra-chave realizaram uma investigação da produção histórica em épocas as mais variadas através da historiografia.

Entre os artigos publicados nas edições da *História da Historiografia*, 78 deles (27%) possuem como palavra-chave historiografia ou história da historiografia.

5 - Para o uso difundido da palavra historiografia a partir da década de 1930 e 1950 para designar aquilo que os historiadores fazem, vide: NICODEMO; SANTOS; PEREIRA 2015.

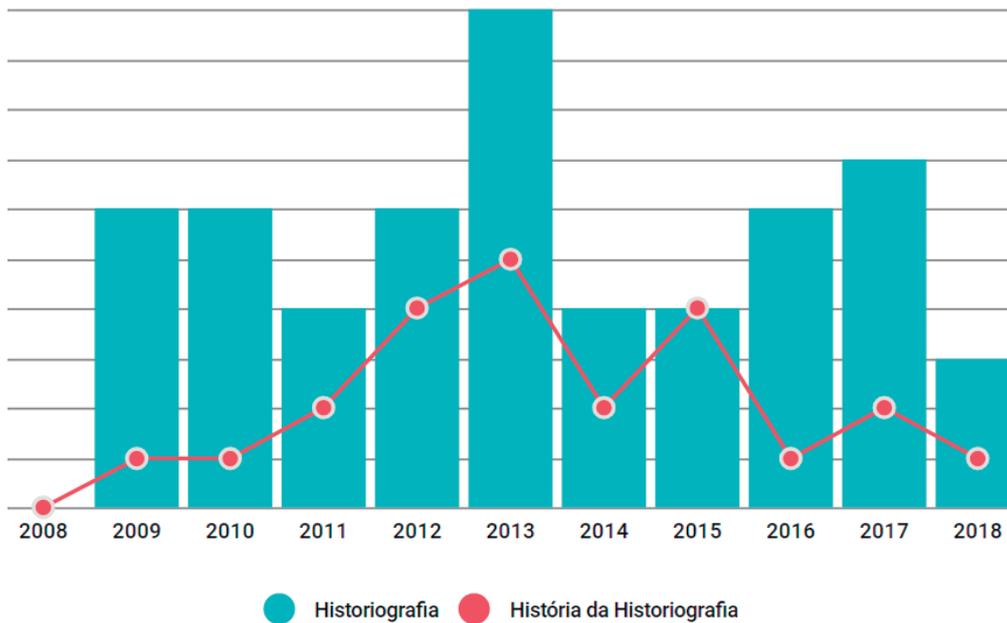


Gráfico 18 – Frequência das palavras-chave historiografia e história da historiografia

Comparando o ano com a quantidade de utilizações das palavras-chave historiografia e história da historiografia, percebe-se que há um leve crescimento na utilização de história da historiografia entre os anos 2011 e 2013. Porém, como são períodos muito específicos, pode-se dizer que ao longo desses dez anos a palavra história da historiografia não substituiu historiografia nos artigos publicados, mesmo com a maior visibilidade e definição teórica fomentada pela escolha do nome do periódico.

Ainda no universo das palavras-chave, verificou-se que houve a preferência de alguns autores por especificar o tipo de historiografia sobre a qual seus trabalhos se debruçavam.

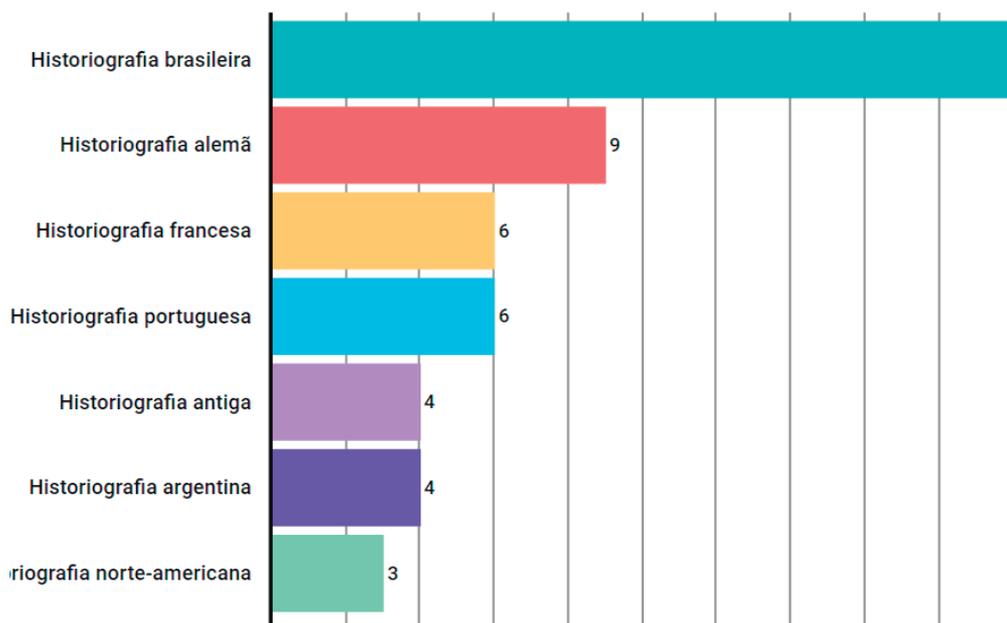


Gráfico 19 – Palavras-chave com historiografia

As palavras-chave mais frequentes que continham historiografia foram historiografia brasileira; historiografia alemã; historiografia francesa; historiografia portuguesa; historiografia antiga; historiografia argentina e historiografia norte-americana. Foram descartadas para a confecção desses dados as palavras-chave historiografia do século XIX e historiografia do século XX, cada uma com quatro utilizações, por abarcarem séculos, não configurando um recorte temático. A palavra-chave história da historiografia brasileira foi escolhida por apenas um autor e não existe nem uma outra entrada para história da historiografia adjetivada. Em análises futuras, é preciso levar em conta as induções provocadas pelos dossiês publicados no periódico, tais como o “Historiografia alemã: abordagens e desenvolvimentos”, uma vez que dos 4 artigos publicados 3 deles escolheram a palavra-chave historiografia alemã.

Abrindo um pouco mais o leque das palavras-chave presentes nos artigos, temos a representação gráfica, no Gráfico 20, dos dados bibliométricos colhidos.



Gráfico 20 – Palavras-chave

Nela, além das dez palavras-chave mais frequentes anteriormente analisadas, podemos ver também outras com menor utilização. É nesse conjunto mais alargado que surpreendentemente encontramos teoria da história, área central de temática do periódico, mas pouco reivindicada pelos autores como palavra-chave, figurando em apenas 8 artigos (3%) em um total de 285. Mostra-se, importante, apesar de espinhosa, a tarefa de distinguir não apenas quais artigos publicados podem ser categorizados dentro da teoria da história, mas também identificar quais poderiam ser concebidos como realizando uma história da historiografia. De imediato, a pluralidade semântica desses dois campos investigativos e a própria possibilidade de a história da historiografia ser um campo de investigação autônomo tornam uma definição do que seja a teoria da história e a história da historiografia necessária. Dessa forma, utilizou-se na categorização dos artigos o entendimento de teoria da história como sinônimo para epistemologia da história, como “um movimento de reflexão sobre o *métier* dos historiadores [ou seja], um campo metateórico” (MELLO 2012b, p. 377). Por outro lado, aqueles artigos que se propunham a efetuar um estudo crítico da escrita da história foram classificados como pertencentes

à história da historiografia (ARAUJO 2013, p. 35). A história da escrita da história não deve ser confundida com a história da disciplina História, visto que a história da historiografia não busca investigar sob um ponto de vista evolutivo e teleológico o fazer histórico, mas desvelar a sua historicidade (ARAUJO 2006, p. 91). História da historiografia, portanto, não se confunde com um encômio da ciência histórica, com a historiografia ou com os famosos balanços historiográficos, que aparecem no conteúdo da revista e, por isso, tiveram uma entrada própria.

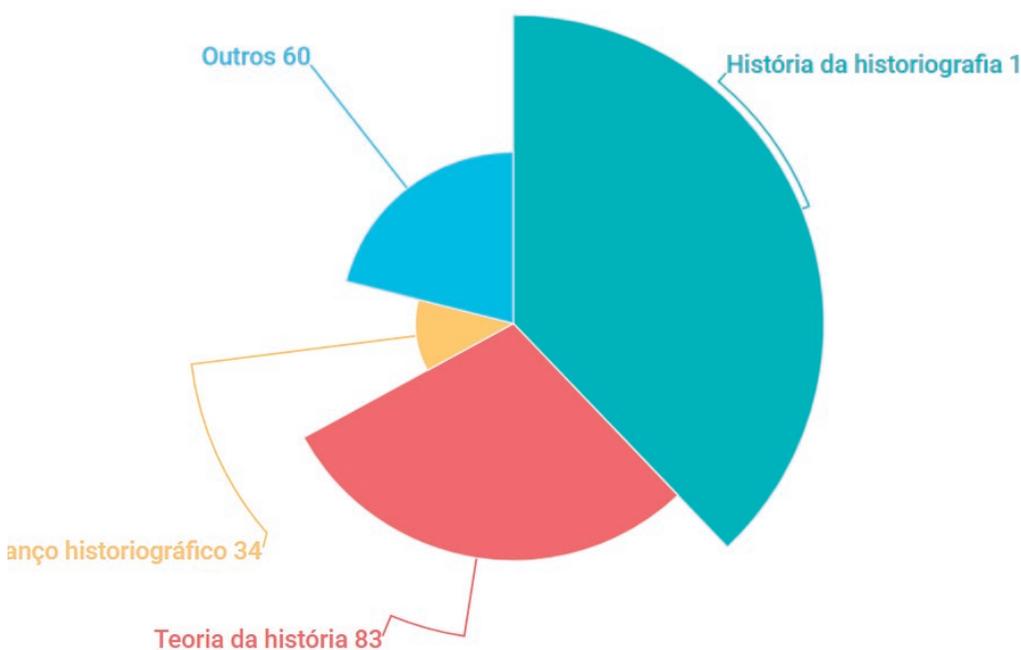


Gráfico 21 – Áreas temáticas

Categorizando, portanto, os artigos em teoria da história, história da historiografia e balanço historiográfico, obteve-se que, entre os 285 artigos publicados no periódico, 108 deles (38%) são de história da historiografia, 83 deles (29%) são de teoria da história e 34 deles (12%) são de balanço historiográfico. A partir do Gráfico 21, percebe-se uma paridade maior entre as pesquisas em história da historiografia e teoria da história, ausente no Gráfico 20. Também é possível afirmar que essas duas áreas juntas englobam 67% de todos os artigos publicados. Concentração esperada e até mesmo desejada, já que a revista

foi “criada com o propósito de reunir pesquisadores da área de teoria da história e história da historiografia” (CALDAS; MATA; ARAUJO 2011, p. 10).

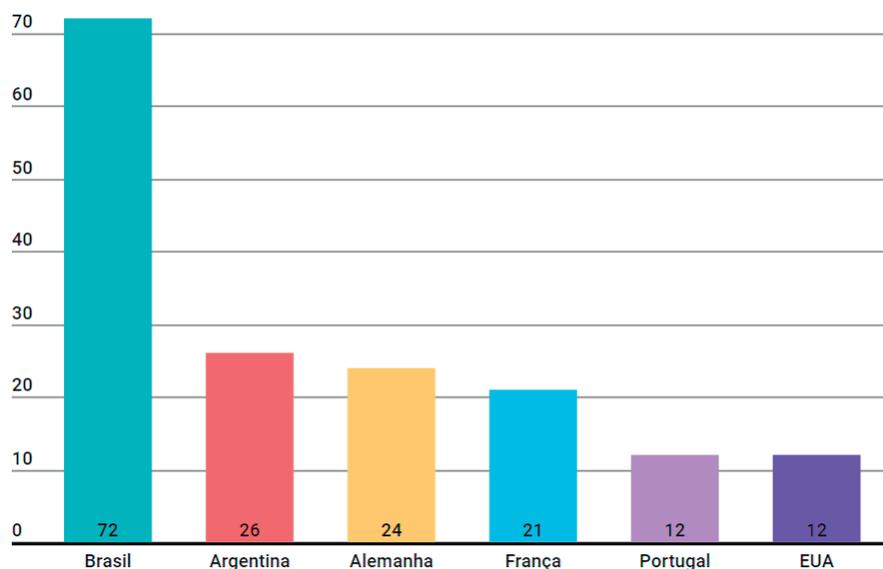


Gráfico 22 – Países mais estudados

Os países mais estudados pelos artigos publicados na *História da Historiografia* foram Brasil, com 72 artigos (25%); Argentina, com 26 artigos (9%); Alemanha, com 24 artigos (8%); França, com 21 artigos (7%); Portugal, com 12 artigos (4%); e Estados Unidos, com 12 artigos (4%). Esses dados dizem respeito aos artigos que tiveram exclusivamente esses países – muitas vezes via autores estudados – como objeto de análise. Alguns artigos abarcaram dois ou mais países (24%), outros múltiplos países ou foi impossível identificar qualquer traço de nação (19%). A centralidade nos estudos brasileiros, argentinos, alemães, franceses, portugueses e estadunidenses, já presente no Gráfico 19, é novamente vista no Gráfico 22, porém em ordem diferente.

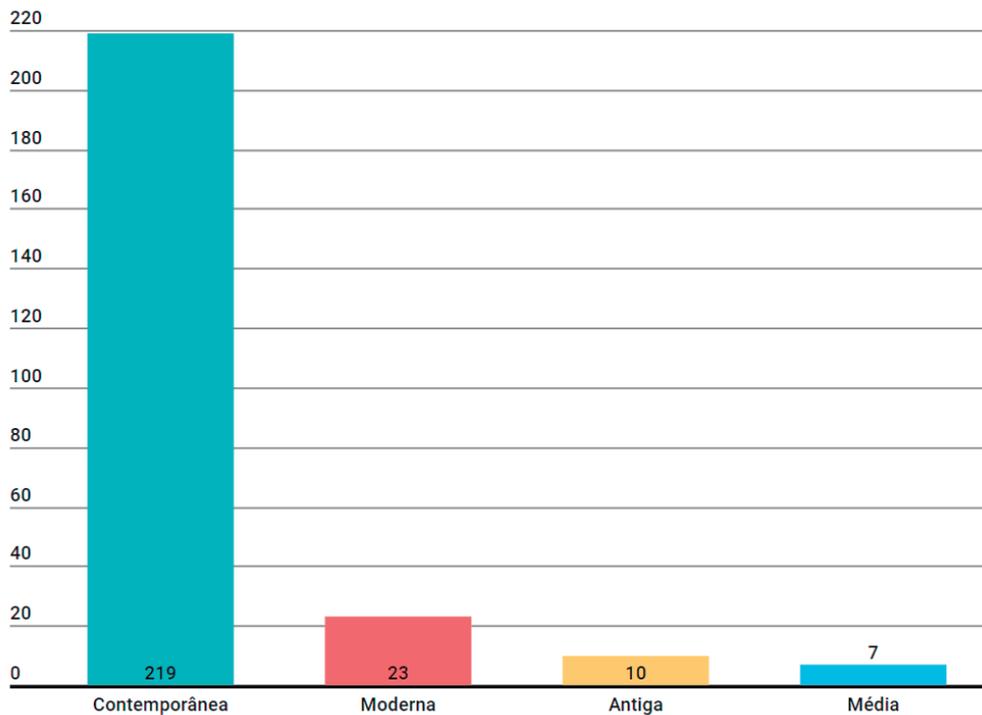


Gráfico 23 – Épocas mais abordadas

O período histórico mais estudado pelos artigos, acentuadamente, é o contemporâneo, com 219 artigos (77%); seguido pelo moderno, com 23 artigos (8%); antigo, com 10 artigos (4%); e médio, com 7 artigos (2%). Não foi possível classificar temporalmente 22 artigos (8%) e outros 4 artigos (1%) os quais abordavam tanto a idade moderna quanto a contemporânea. Observa-se, portanto, que a maioria dos artigos publicados na *História da Historiografia* versa sobre autores ou problemas situados na contemporaneidade.



Gráfico 24 – Percentual de autores estudados segundo o sexo

Os autores estudados nos artigos, que aparecem no título ou resumo, somaram 195, sendo 186 deles do sexo masculino (95%) e 9 deles do sexo feminino (5%). Nota-se que não obstante a importância, desde a década de 1980, dos estudos de gênero na reavaliação das práticas históricas e historiográficas, não houve impacto significativo dessas questões nas pesquisas publicadas na revista. As únicas nove mulheres que tiveram suas obras analisadas foram: Alice Piffer Canabrava, Cecília Westphalen, Dorothea Lange, Hannah Arendt, Laura de Mello e Souza, Maria de Fátima Bonifácio, Maria Yedda Linhares, Teresa Piossek Prebisch e Wlamyra R. Albuquerque. Tendo em vista a centralidade da idade contemporânea demonstrada no Gráfico 23, não é de se estranhar que todas as autoras analisadas em artigos situem-se nessa faixa cronológica, em especial nos séculos XX e XXI. A exceção de Arendt, que figurou em dois artigos, as demais autoras foram alvo de investigação em um artigo.



Gráfico 25 – Autores mais estudados

Dentre os 186 autores estudados, destacam-se entre eles: Francisco Adolfo de Varnhagen, com 7 artigos; e Hayden White, com 6 artigos. Foram alvo de investigação em quatro artigos: Domingo Faustino Sarmiento; Fernand Braudel; Lucien Febvre; Paul Ricoeur; Reinhart Koselleck; e Sérgio Buarque de Holanda. Foram alvo de investigação em três artigos: Alexandre Herculano; Johann Gustav Droysen; Manoel Luiz Salgado Guimarães; Michel de Certeau; Thomas Hobbes e Tucídides. Nem uma mulher encontra-se entre os autores que obtiveram três ou mais estudos, não estando no mapa dos autores mais estudados. Dentre os autores mais pesquisados, há preferência por autores franceses (4), seguidos por brasileiros (3).

Outras seções e os novos rumos do periódico

A natureza das contribuições presentes na *História da Historiografia* foi sendo delimitada com o passar do tempo. Em sua fundação, a revista publicava artigos inéditos, resenhas críticas de livros e traduções de textos. Como se pode ver na tabela 1, além das seções artigo e resenha, foram incluídas as seções texto e documento historiográfico (TDH) – textos clássicos traduzidos ou transcritos e comentados – e, logo em seguida, a entrevista, em 2009.

Edição	Artigo	Resenha	TDH	Entrevista
n. 1	5	2	0	0
n. 2	10	4	1	0
n. 3	8	8	1	1
n. 4	12	10	1	1
n. 5	12	7	1	1
n. 6	9	9	1	0
n. 7	13	10	0	2
n. 8	8	9	0	1
n. 9	11	9	0	1
n. 10	13	6	1	1
n. 11	13	7	1	1
n. 12	11	7	1	1
n. 13	13	8	0	0
n. 14	7	8	1	0
n. 15	9	6	0	0
n. 16	14	7	0	0
n. 17	19	2	1	1
n. 18	15	5	1	1
n. 19	9	4	0	1
n. 20	9	2	0	1
n. 21	7	3	0	0
n.22	15	3	0	1
n. 23	7	1	1	0

n. 24	10	1	0	0
n. 25	9	1	1	1
n. 26	9	3	0	0
n. 27	8	0	0	0

Quadro 1 – Número de artigos, resenhas, TDH e entrevistas publicados

Além dessas seções, em 2016, foi inaugurada a em pauta com a conferência de abertura de Rodrigo Patto Sá Motta, à época presidente da Associação Nacional de História (ANPUH), no XXVIII Simpósio Nacional de História, ocorrido em 2015 em Florianópolis. Além desse texto, a seção só abrigou mais um, na edição seguinte, e, por isso, essa característica não consta no levantamento efetuado. Outra peculiaridade importante aconteceu no número 26, em que uma tradução de artigo recente foi publicada na seção texto e documento historiográfico, prática incomum. Porém, como não consta a edição completa, não foi possível conferir a informação. De qualquer forma, os números levantados permitem-nos afirmar que, desde a fundação da *História da Historiografia*, houve uma preocupação evidente em valorizar a seção resenha expressa nos números abaixo do Gráfico 26.

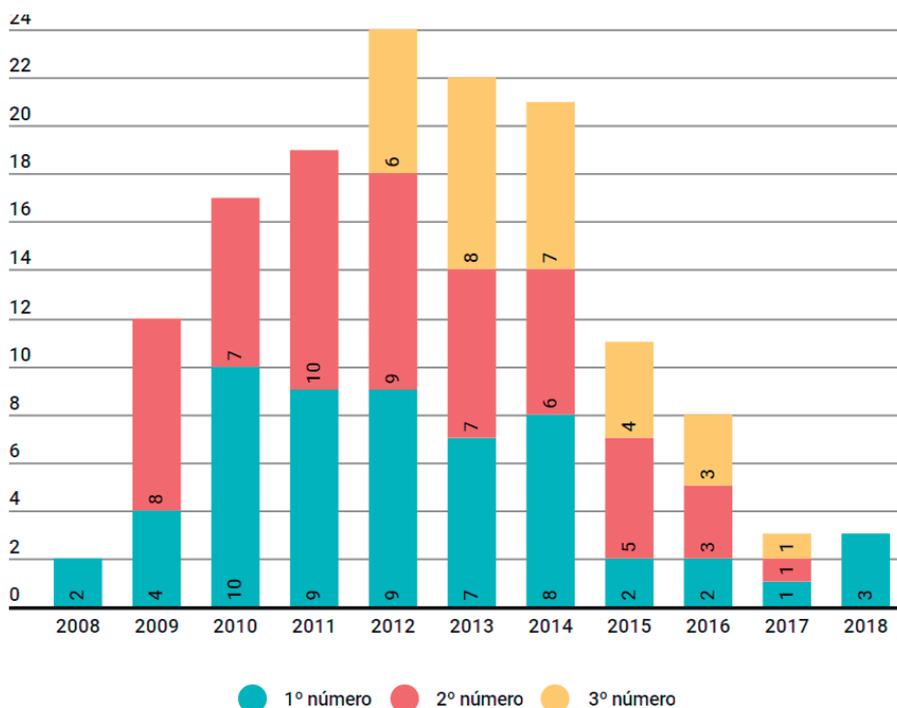


Gráfico 26 – Quantidade de resenhas publicadas por número/ano

Em 2010, os editores da revista reforçavam a importância das resenhas como “um veículo de discussão e reflexão cada vez mais requisitado”, que ajudava na promoção de “um debate efetivo no campo” (OS EDITORES 2010a, p. 8). Esse esforço de manter os leitores atualizados sobre as principais obras publicadas no campo da história da historiografia e da teoria da história, sem esquecer a manutenção do debate qualificado em relação a essas obras, contribuiu para que o número de resenhas publicado crescesse com a consolidação da revista. Em 2013 e 2014, observamos uma leve queda na quantidade de resenhas publicadas, que se aprofundou nas edições dos anos seguintes, chegando ao ponto do último número lançado não conter nem uma resenha publicada. A redução no número de resenhas a partir de 2015 pode ser atribuída à mudança na política editorial, que deixou de estimular o envio de contribuições para essa seção.

É uma constante preocupação no horizonte editorial a qualidade dos textos publicados, e, muitas vezes, as resenhas são acusadas de serem textos exclusivamente informativos, ou muito elogiosos ou simplesmente mal escritos. No esforço de dar maior qualidade para a seção, os editores reformularam, em 2011, as suas diretrizes, explicitando três tipos de resenha que a revista receberia: crítica, resumo e temática.

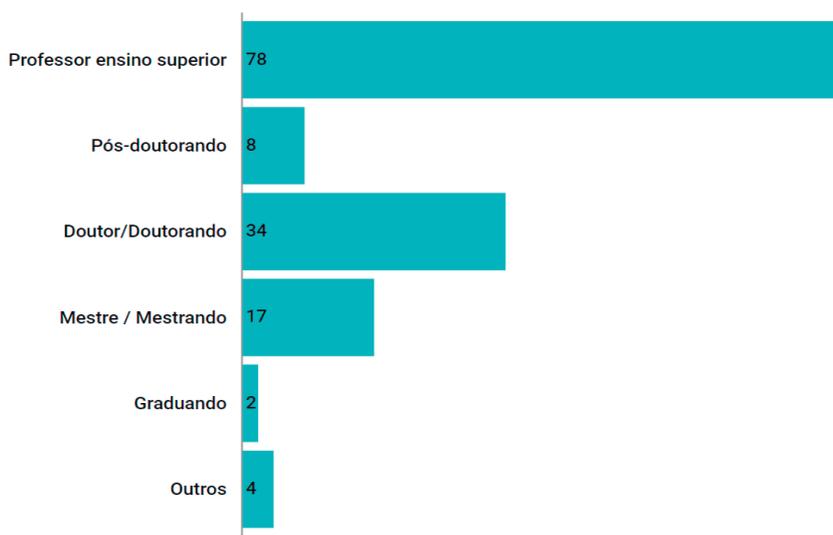


Gráfico 27 – Número de autores de resenhas segundo a situação acadêmica

A partir do levantamento da situação acadêmica dos 143 autores de resenha, descobriu-se que 78 deles (54%) são professores do ensino superior; 34 deles (24%) são doutores ou doutorandos; 17 deles (12%) são mestres ou mestrandos; 8 deles são pós-doutorandos (6%); e 2 deles (1%) são graduandos. Professores do ensino técnico-tecnológico e pesquisadores somaram 4 autores (3%). É tarefa bastante difícil a de interpretar dados quantitativos tomando-os como qualitativos, sendo importante frisar, contudo, que os dados sobre a situação acadêmica dos autores de resenha mostram-se muito próximos daqueles dos autores de artigos, conforme Gráfico 7. As duas seções, inclusive, apresentam autores em todas as faixas, com contribuições de graduandos até professores titulares, refletindo o desejo dos editores da revista de não pré-selecionar as contribuições recebidas segundo a titulação.

As resenhas não foram apenas essenciais na “política de redação dos principais periódicos de ciências humanas surgidos entre fins do século XIX e começo do século XX”, mas se constituíram como espaços “decisivos para fomentar o debate intelectual e contribuir para a organização do campo disciplinar” (ROCHA 2018, p. 20, p. 44). A resenha não é uma prática iniciada com os periódicos especializados ligados a instituições de ensino superior. Como gênero textual, compôs muitas das revistas que existiram antes do processo de disciplinarização da História. Seu remodelamento, para estar em sintonia com a prática científica, envolveu a padronização de alguns elementos, como o conhecimento especializado do resenhista no tema, composição de um texto analítico centrado em apenas uma obra, a avaliação crítica da obra para o campo, entre outros aspectos (ROCHA 2018, p. 20, 43-44).

As resenhas, em diversos contextos de publicação, foram espaços críticos cativos importantes que contribuíram para pautar as discussões historiográficas, que certamente não se resumem aos artigos. Importantes periódicos como o *Jahrbuch für Romanische und Englische Literatur* e a *Revue Critique d’Histoire et de Littérature* dedicavam-se a publicação exclusiva

de resenhas em seus números (ROCHA 2018, p. 20, 42). Ao longo dos dez anos de existência da *História da Historiografia*, a seção resenha passou de lugar de centralidade para o de inexistência. Desde o número 27, de 2018, a revista não conta mais com nem um outro tipo de material que não seja artigo. Apesar da tradição de publicação de resenhas dentro das humanidades, da importância reconhecida das resenhas como espaços de debate rápido em relação à produção recente e, talvez mais importante, da recomendação de publicação de resenhas críticas, dentre os critérios qualitativos, pela documentação da área de História sobre o Qualis Periódico (FICO; WASSERMAN; MAGALHÃES 2016) essa seção como as de texto e documento historiográfico, entrevista e em pauta, consideradas por seus editores como uma espécie de memória do campo da história da historiografia e da teoria da história no Brasil, foram transferidas para o portal *HHMagazine: humanidades em rede* (<https://hhmagazine.com.br>), lançado recentemente. Voltado para a divulgação científica e o debate público sobre as humanidades em diversos suportes, como *podcast* e vídeo, o portal permitirá maior flexibilidade na forma das contribuições. Aliado a isso, a migração dessas seções para o *HHMagazine: humanidades em rede* também tem como objetivo desafogar a vultuosa demanda comum em uma revista de alto estrato, contribuindo para que haja maior direcionamento das atividades e, não menos importante, dos recursos na contribuição de maior valor científico na atualidade: o artigo. Com essa mudança na política editorial da *História da Historiografia*, passou-se também a receber, além dos tradicionais artigos originais e inéditos, artigos de debate historiográfico, com tamanho e formato igual ao artigo inédito e original, mas que buscam resenhar criticamente publicações nas áreas temáticas e correlatas do periódico.

Em 2018, em consonância com a proposta de internacionalização da *História da Historiografia*, o subtítulo *International Journal of Theory and History of Historiography* também foi incorporado. Outro elemento importante nessa nova fase da revista é a atualização de seu projeto gráfico

ocorrido no número 26, de 2018, e realizado por Marianna Andrade Melo. Essa mudança, segundo os editores, objetiva não “[...] somente modernizar o aspecto visual da *História da Historiografia*, mas também tornar a leitura dos artigos mais prazerosa e eficaz para nossos leitores e leitoras” (OS EDITORES 2018, p. 11).

Considerações finais

Acompanhando o crescimento das universidades, a especialização e o desenvolvimento da disciplina História, muitos periódicos foram fundados desde meados do século XIX, passando por diversas demandas e respostas aos múltiplos contextos que estavam inseridos (ROCHA 2018, p. 39). O atual momento de busca pela internacionalização dos periódicos brasileiros e internacionais deixa entrever as dificuldades de se manterem diretrizes e agendas próprias de pesquisa e, ao mesmo tempo, adequar-se a normas que são supranacionais. A proposta de mensurar a produção científica brasileira para avaliar e sugerir boas práticas editoriais vem sendo adotada desde a década de 1990 pelas agências de fomento, acarretando na adoção de parâmetros avaliativos – bases de dados – geridas por organismos internacionais (SILVEIRA; BENEDET; SANTILLÁN-ALDANA 2018, p. 93-95), ficando de fora inclusive a avaliação do periódico no Qualis como forma de aferir sua internacionalização (BARATA 2016 *apud* SILVEIRA; BENEDET; SANTILLÁN-ALDANA 2018, p. 98). Não é demasiado lembrar que a busca pela internacionalização trouxe o paradoxo de julgar a produção acadêmica brasileira por parâmetros transnacionais e, muitas vezes, chegar à conclusão de sua invisibilidade baseada na ausência de indexadores controlados por grandes grupos comerciais (SILVEIRA; BENEDET; SANTILLÁN-ALDANA 2018, p. 94). A pressão, portanto, que os editores da *História da Historiografia* têm vivido pela internacionalização do periódico é elemento central nas diversas reformulações que a revista

passou, não sendo exagero dizer que esteve mesmo presente no horizonte de sua fundação. O novo formato adotado pela revista de publicar exclusivamente artigos parecer ser uma resposta a essas demandas, assim como a mudança na periodicidade e a incorporação de pesquisadores internacionais em seu Conselho Executivo.

Por fim, fica também o questionamento sobre o impacto dos artigos no debate acadêmico dentro da área. Apesar de bastante preliminares, pesquisas indicam que a centralidade atribuída à publicação em periódico pelo sistema de avaliação da CAPES não é a mesma atribuída pelos pesquisadores. Os artigos, mesmo aqueles publicados em revistas consideradas de alto impacto, são drasticamente menos citados do que os livros ou capítulos de livros (GINZBURG 2014). O alto ranqueamento de um periódico em sistemas de metrificação tem, portanto, pouco impacto para a contribuição efetiva de um artigo, tendo em vista que, mesmo sendo um parâmetro utilizado pelos autores na hora de submeter seus manuscritos para avaliação, ele não se coloca na hora da pesquisa e consulta (GINZBURG 2014). Além disso, deve-se também levar em consideração que a excessiva valoração da produção de artigos pode prejudicar a autonomia intelectual por meio de práticas que estimulam a quantidade em detrimento da qualidade e da inovação em detrimento da formação. Nesse movimento, outras importantes instâncias como a docência e a atuação pública do historiador possuem pouquíssima relevância dentro do sistema de pontuação da CAPES (ARAUJO 2016).

Ao logo deste artigo, fez-se um breve histórico da revista *História da Historiografia*, perscrutando a sua consolidação como periódico de referência na área de história da historiografia e teoria da história. Além disso, analisaram-se a formação e a composição do Conselho Executivo do periódico e do perfil dos artigos publicados, pincelando as novas mudanças que visam dar continuidade a esse recente e bem-sucedido projeto editorial brasileiro. Optou-se por analisar o perfil do Conselho Executivo, ao invés do Editorial, por acreditar que ele possui o

papel propriamente efetivo de direção do periódico, delineando suas estratégias de inserção editorial. Observou-se que, no que tange à composição de seu Conselho Executivo, a maioria dos pesquisadores são homens (86%); brancos (72%); brasileiros (86%); lotados em instituições da região sudeste (75%). O perfil principal dos autores de artigos é de homens (68%); professores do ensino superior (55%); adjuntos (41%); vinculados a instituições brasileiras (70%) situadas na região sudeste (67%), que publicaram uma única vez no periódico (87%). Os artigos são, em sua maioria, de autoria única (92%); realizados sem financiamento (67%); escritos em português (80%); pertencentes à história da historiografia e à teoria da história (67%); voltados ao estudo de autores ou aspectos do Brasil (25%); focados na idade contemporânea (77%). A maioria dos autores estudados nos artigos publicados na *História da Historiografia* são do sexo masculino (95%).

Após três anos de existência do periódico, seus editores viam o desenvolvimento da proposta inicial com entusiasmo, ao declarar que

a *HH* é, hoje, um dos mais significativos *loci* editoriais da discussão teórico-historiográfica no cenário brasileiro, devendo-se destacar o potencial de internacionalização do periódico, visto que sua especialidade ultrapassa questões locais, regionais ou nacionais” (ASSIS; BENTIVOGLIO; GONTIJO 2011, p. 9).

Apesar do visível otimismo, a avaliação feita ainda em 2011 parece certa. É inegável que a *História da Historiografia* vem cumprindo o seu papel de dar maior visibilidade à produção em história da historiografia e teoria da história e de se manter como centro de debate capaz de receber e concentrar os resultados dessas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Valdei. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus**: revista de história, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.

_____. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da historiografia**, n. 12, p. 34-44, 2013.

_____. O regime de autonomia avaliativo no Sistema Nacional de Pós-Graduação e o futuro das relações entre historiografia, ensino e experiência da história. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 85-110, 2016.

ASSIS, Arthur Alfaix; BENTIVOGLIO, Julio; GONTIJO, Rebeca. Editorial. **História da historiografia**, n. 7, 2011.

_____. Editorial. **História da historiografia**, n. 8, 2012.

_____. Editorial. **História da historiografia**, n. 11, 2013.

BENTIVOGLIO, Julio. A *Historische Zeitschrift* e a historiografia alemã no século XIX. **História da historiografia**, n. 6, p. 81-101, 2011.

_____. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia?. In: BENTIVOGLIO, Julio; ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 7-30.

CALDAS, Pedro; MATA, Sérgio da; ARAUJO, Valdei. Editorial. **História da historiografia**, n. 6, 2011.

CEZAR, Temístocles. Editorial. **História da historiografia**, n. 15, 2014.

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes; CAREGNATO, Sônia Elisa. A editoração eletrônica de revistas científicas brasileiras: o uso de SEER/OJS. **Transinformação**, v. 20, n. 2, p. 171-180, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862008000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862008000200005>.

FICO, Carlos; WASSERMAN, Claudia; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Considerações sobre Qualis Periódicos – História**. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Diretoria de Avaliação, 2016. Disponível em: http://capes.gov.br/images/documentos/Qualis_periodicos_2016/Consideracoes_Qualis_Periodicos_Area_40_2016_08_08_HIST%C3%93RIA.pdf. Acessado em: 21 nov. 2018.

GINZBURG, Jaime. Periódicos acadêmicos: antagonismo entre produção e leitura (notas sobre revistas da área de Letras publicadas em 2013). **Expedições: Teoria da História e Historiografia**, v. 5, n.1, 2014.

MELLO, Ricardo Marques de. **Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História, 1981-2000**. 125 f. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012a.

_____. O que é teoria da história? Três significados possíveis. **História e Perspectivas**, n. 46, p. 365-400, 2012b.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. Editorial. **História da historiografia**, n. 13, 2013.

MORENO, Ana Carolina. Negros representam apenas 16% dos professores universitários. **G1**, Rio de Janeiro. 20 nov. 2018. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghtml>. Acesso em 22 nov. 2018.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovãos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

_____. Brazilian historical writing in global perspective: on the emergence of the concept of "historiography". **History and Theory**, n. 53, p. 84-104, 2015. DOI: 10.1111/hith.10780

OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca. Sobre a história da historiografia brasileira: um breve panorama. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 177, n. 472: 13-38, 2016.

OS EDITORES. Editorial. **História da historiografia**, n. 3, 2010a.

_____, n. 4, 2010b.

_____, n. 5, 2010c.

_____, n. 16, 2014.

_____, n. 26, 2018.

OSÉS, Mariana Ladeira. O trabalho que se faz: a atividade diretorial nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929-1938). **História da historiografia**, n. 24, p. 60-76, 2017.

ROCHA, Sabrina Magalhães. **Os periódicos e a crítica da história: a recepção de Lucien Febvre e Marc Bloch por seus contemporâneos (1911-1942)**. 2018. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

SILVEIRA, Lúcia da; BENEDET, Lara; SANTILLÁN-ALDANA, Julio. Interpretando a internacionalização dos periódicos científicos brasileiros. **Motrivivência**, v. 30, n. 54, p. 90-110, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2018v30n54p90>. Acesso em: 07 set. 2018. doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n54p90>.

TESNIÈRE, V.; BOUQUIN, C. Une morphologie de la circulation des savoirs la revue depuis 1800. **Revue de Synthèse**, v. 135, n. 2-3, p. 175-202, 2014. <https://doi.org/10.1007/s11873-014-0251-1>

TORRES, Luiz Henrique. O conceito de história e historiografia. **BIBLOS**, v. 8, p. 53-59, 2007. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/443>. Acesso em: 24 set. 2018.

Sites

http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.prc_comp_cmt_links?V_COD_DEMANDA=200310&V_TPO_RESULT=CURSO&V_COD_AREA_CONHEC=70500002&V_COD_CMT_ASSESSOR=HF Acesso em: 05 out. 2018.

<http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/sistema-eletronico-de-editoracao-de-revistas-seer/historico> Acesso em: 10 out. 2018.

<https://pkp.sfu.ca/ojs/ojs-usage/ojs-map/>. Acesso em: 10 out. 2018.

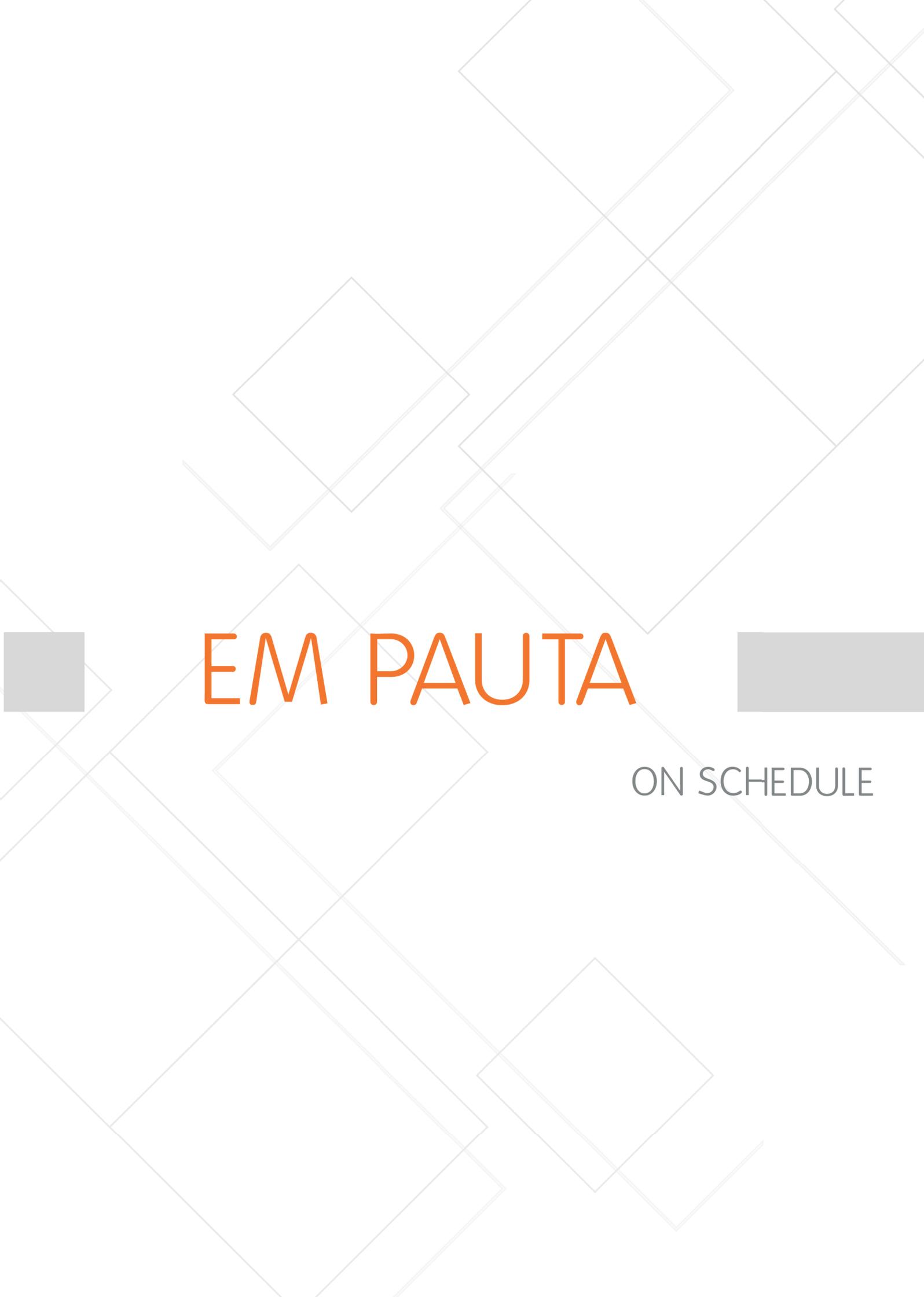
AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Flávia Florentino Varella

flavia_varella@hotmail.com
Doutora em História (UFRGS)
Professora adjunta
Universidade Federal de Santa Catarina

Agradeço à Danielly Campos Dias pela coleta dos dados.

RECEBIDO EM: 14/10/2018 | APROVADO EM: 06/12/2018



EM PAUTA

ON SCHEDULE

Expansão e avaliação da área de história: 2010-2016

Expansion and evaluation of the history area: 2010-2016

Carlos Fico, Claudia Wasserman & Marcelo de Souza Magalhães

RESUMO

Este artigo divulga dados sobre o crescimento e sobre a avaliação dos programas de pós-graduação em História durante os anos 2010-2016 e acerca do aprimoramento dos instrumentos de avaliação dos livros e periódicos. Apresenta, ainda, uma proposta de mudança da avaliação continuada dos programas de pós-graduação do Brasil.

ABSTRACT

This article publishes a report on the increase and evaluation of Brazilian graduate studies programs in History during the years 2010-2016 and the improvement of the instruments of evaluation of books and scientific journals. It also presents a proposal for a change in the continued assessment of the graduate programs of Brazil.

PALAVRAS-CHAVE

Pós-graduação, Historiografia, Brasil

KEYWORDS

Postgraduate, Historiography, Brazil

Alguns dados básicos

A pós-graduação no Brasil, como a conhecemos hoje, surgiu na década de 1970. À época, existiam onze mestrados e dois doutorados em História. Passados 48 anos, contamos com 62 mestrados, 38 doutorados e dez mestrados profissionais nessa área. Desconsiderando os mestrados profissionais (realidade muito recente na área de História), de 1971 até hoje tivemos um crescimento de 563% dos cursos de mestrado e de 1.900% dos cursos de doutorado, o que indica o enorme investimento dos pesquisadores, das universidades, dos institutos de pesquisa, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e das demais agências de fomento na construção da pós-graduação brasileira, em geral, e da pós-graduação em História, em particular.

De 1971 até hoje, em pouco tempo, saímos de uma realidade de concentração de formação de historiadores e de produção historiográfica em um número restrito de instituições de ensino superior e estados da federação para uma cobertura nacional, tanto no mestrado acadêmico como no doutorado. Em 2018, quando escrevemos, apenas cinco estados da federação ainda não possuem mestrado acadêmico em História, todos na região Norte (Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins). No caso da ausência de curso de doutorado em História, o número de estados sobe para doze: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins, todos nas regiões Norte e Nordeste. Ainda assim, temos cursos de doutorado em todas as regiões do país.

De 2000 a 2018, ao menos na área de História, o processo de criação de novos cursos em diferentes instituições e regiões do Brasil foi intensificado. Dos 62 cursos de mestrados acadêmicos existentes, 38 cursos, ou 61%, foram criados nos últimos dezoito anos. No caso dos doutorados, no mesmo

período foram criados 24 dos 38 cursos existentes, ou 63%. Tal intensificação fica mais evidente com os dados sobre os cursos de mestrado profissional: um dos cursos foi criado em 2003, ficando solitário por quase uma década, e os nove restantes entre 2012 e 2016. Ao considerar apenas o período de nossa gestão, foram criados 42% dos cursos de doutorado, 19% dos mestrados acadêmicos e 90% dos mestrados profissionais – dados que indicam expansão significativa e estratégica, sobretudo quando considerada a ampliação, que implementamos conscientemente, dos doutorados e dos mestrados profissionais.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)¹ teve um forte impacto no crescimento dos cursos de pós-graduação. A criação de novas universidades, novos *campi*, novos cursos de graduação, a contratação de docentes efetivos em diversas regiões do país, tudo isso permitiu a constituição de novos grupos de pesquisa capazes de organizar cursos de mestrado – acadêmico e profissional – e de doutorado. A área de História, assim como as demais, foi impactada por essas mudanças significativas ocorridas nos últimos dezessete anos. Hoje, a produção histórica brasileira é mais diversificada e menos concentrada em poucas instituições. Essa área, atualmente, abriga um número significativo de professores envolvidos nos cursos de pós-graduação. Em 2004, a pós-graduação em História possuía 589 docentes permanentes e 104 colaboradores. Passados onze anos, em 2015, eram 1.464 docentes permanentes e 290 colaboradores. Um crescimento de 253% no número de docentes envolvidos em programas de 63 instituições de ensino superior.

O crescimento significativo da pós-graduação em História nas duas últimas décadas implicou também o aporte de mais recursos financeiros por parte das agências de fomento. Os valores ainda são limitados e estão aquém das necessidades dos programas. Os recursos são fundamentais para sustentar os programas existentes e permitir a expansão em regiões do país ainda pouco cobertas pela pós-graduação em História.

1 - Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com previsão de término em 2012, ver mais detalhes in: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni> Acesso em: 1º nov. 2018.

Nem sempre percebido por todos, o vínculo entre fomento e avaliação foi grande motivador para buscarmos o aprimoramento dessa última, inclusive por meio de nossa atuação no Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES).

Acreditamos que, doravante, a expansão da área de História deva ser estrategicamente pensada. Como já temos razoável cobertura nacional de mestrados acadêmicos, deve-se avaliar bastante o possível impacto da criação de um novo curso nos demais existentes, principalmente no que tange à demanda. Quanto aos mestrados profissionais, experiência nova e bastante rica na área de História, há espaço para maior expansão. No caso dos doutorados, as possibilidades são maiores pelo fato de cursos de mestrado que entraram em funcionamento a partir dos anos 2000 estarem em franco processo de consolidação.

Após a Avaliação Quadrienal 2017,² a área de História conta com 72 programas de pós-graduação, sendo 62 cursos de mestrado acadêmico, dez cursos de mestrado profissional e 38 cursos de doutorado. Sobre as notas, os programas ficaram assim distribuídos: 23 programas nota 3 (31,5%), 26 programas notas 4 (36%), dezessete programas nota 5 (24%), quatro programas nota 6 (5,5%) e dois programas nota 7 (3%). Comparando-se com a distribuição antes da quadrienal, houve uma redução de 9,5% dos programas nota 3 e um aumento de 4% e de 6% dos programas nota 4 e 5, respectivamente. Os resultados indicam que a área de História tem caminhado para a consolidação de seus programas, registrando-se uma concentração de programas notas 4 e 5.

2 - Até 2012, a avaliação era realizada de três em três anos. A partir de 2013, passou a ser quadrienal.

No quadriênio 2017/2020, o desempenho dos programas aponta para a mesma tendência presente na Avaliação Quadrienal 2017: o aumento do número de programas com notas 4 e 5. Os programas nota 5 têm o desafio de ampliar sua internacionalização buscando ingressar no chamado “grupo de excelência”.

Sobre os programas acadêmicos que obtiveram nota 3 na quadrienal, para uma boa avaliação, é preciso considerar

há quanto tempo dado programa tem essa nota. Não basta considerar o total de programas nota 3, mas há quanto tempo eles existem. A área de História, tradicionalmente, “promove” com relativa rapidez os programas de nota 3 para nota 4. Por exemplo, dos dezessete programas criados entre 1998 e 2006, treze (76,4%) tiveram nota elevada e, dos onze criados entre 2007 e 2008, cinco (45,4%) tiveram nota elevada. O CTC-ES, após a Avaliação Quadrienal 2017, decidiu que os programas persistentemente nota 3 (os chamados “3x3” ou “4x3”) deveriam ter um acompanhamento especial da parte da coordenação da área que incluísse uma espécie de acordo, visando à realização de metas – algo que a área de História fez com relativo sucesso. Em nossa área, há apenas sete programas nessa situação. Na verdade, a existência de um bom número de programas nota 3, longe de significar que a área de História custa muito a elevar a nota dos programas, expressa a decisão efetiva de expandir a área, a partir, sempre, da aprovação de propostas de cursos novos que tenham qualidade – na medida em que os novos cursos costumam ser aprovados com a nota 3.

Instrumentos de avaliação

A avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) feita pela Capes implica a distribuição de recursos a serem aplicados na formação de mestres e doutores, a busca de aperfeiçoamento do sistema e a tentativa de assegurar a qualidade das pesquisas desenvolvidas em cada campo do conhecimento. Até meados dos anos 2000, a área de História realizou a avaliação com alguma dificuldade. As grandes áreas de Ciências Exatas, Tecnológicas e da Vida comumente deram protagonismo à mensuração de artigos acadêmicos por meio do fator de impacto. Os livros não eram seriamente considerados pela Capes, na medida em que não existia um instrumento objetivo de avaliação comparável ao Qualis Periódicos. Assim, a área de História e outras áreas da grande área de Humanidades eram vistas como problemáticas, pois, supostamente, estariam

conduzindo avaliações frágeis, não “objetivas”, diferentemente daquelas áreas que usavam os artigos publicados em periódicos “objetivamente” avaliados.

Todos os coordenadores que nos antecederam³ enfrentaram essa dificuldade e buscaram aprimorar os procedimentos de avaliação. Isso nem sempre foi fácil. O relatório da avaliação trienal 1998-2000 dizia que a comissão de avaliação da área de História considerava fundamental “uma avaliação ainda mais criteriosa da produção docente”:

Para tanto, é preciso, em primeiro lugar, aperfeiçoar o Qualis da área, a fim de melhor aquilatar a qualidade dos periódicos onde os artigos são publicados e, em segundo lugar, criar critérios mais eficientes de avaliação dos livros, os quais ocupam lugar central na produção historiográfica. Sugere-se à área refletir sobre a possibilidade de utilizar consultores *ad hoc* para avaliar, nos livros, características previamente selecionadas, tais como a contribuição deles para o conhecimento histórico, sua originalidade etc.⁴

Na avaliação seguinte (2001-2003), foi possível fazer uma quantificação mais precisa da produção de livros, mas não muito mais do que isso.⁵ No triênio posterior, foi elaborado um primeiro Qualis Livros, com auxílio do aplicativo Excel, mas o prazo foi muito curto para que a experiência fosse bem-sucedida.⁶ Como veremos mais adiante, foi somente na gestão de Raquel Glezer que se faria uma avaliação mais efetiva dos livros.

A natural dificuldade de se estabelecer critérios para a avaliação de livros se somava à resistência da agência em aceitar tal avaliação, na medida em que, diferentemente da avaliação dos periódicos, tratava-se da consideração individualizada, autoral, das obras, o que não ocorria com os artigos. Algumas áreas de Humanas defendiam a necessidade de avaliação preponderantemente qualitativa; outras supunham suficiente classificar os livros formalmente, conforme sua origem editorial, modalidade etc. A variedade de critérios discrepava da aparente homogeneidade do Qualis Periódicos. Havia, ademais, problemas logísticos sempre mencionados e a inexistência de aplicativo próprio.

3 - Francisco Falcon foi “Consultor para a Área de História” entre 1985 e 1989 e “Presidente do Comitê de História” entre 1991 e 1995. Maria Helena Capelato foi “Representante da Área de História” durante a Avaliação Trienal 1995-1997. Janaína Amado presidiu a Avaliação Trienal 1998-2000. O período 2001-2003 foi conduzido por Maria Stella Bresciani; e Guilherme Pereira das Neves presidiu a Avaliação Trienal 2004-2006. Raquel Glezer foi “Coordenadora da Área de História”, quando conduziu a Avaliação Trienal 2007-2009.

4 - CAPES. Relatório de avaliação, triênio 1998-2000, área de História. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/2000_040_Doc_Area.pdf. Acesso em: 3 nov. 2018.

5 - CAPES. Relatório de avaliação, triênio 2001-2003, área de História. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/2003_040_Doc_Area.pdf. Acesso em: 3 nov. 2018.

6 - CAPES. Relatório de avaliação, triênio 2004-2006, área de História. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao-trienal/doc_areas_trienal_2007/2007_Historia_Aval2004-2006.pdf. Acesso em: 3 nov. 2018.

Por outro lado, como os periódicos da área de História, na época, eram fragilmente indexados e não contavam com parâmetros bibliométricos que os hierarquizassem, também o nosso Qualis Periódicos era visto com desconfiança. Não surpreende, portanto, que a História tenha enfrentado muitas resistências sempre que buscou se afirmar. Em depoimento que gentilmente nos enviou, Maria Helena Capelato lembra que foi duramente interpelada por representantes da área de saúde pelo fato de a História ter “ousado” dar nota 7 a programas “irrelevantes”.⁷ Em artigo na *Folha de S. Paulo*, no qual reclamava do fato de a área de Economia não ter revistas A1 e A2, Bresser-Pereira acusou falsamente a História de ter muitas revistas com esses conceitos (BRESSER-PEREIRA 2011, p. A12).⁸ A História, na verdade, tinha poucas revistas nesse patamar (cerca de 7%), muito menos do que os 20% propostos pelo ex-ministro.

Nesse contexto de inexistência de instrumentos mais precisos de avaliação, é muito provável que a área, para se afirmar e se expandir, tenha se valido de outros recursos, como o prestígio das instituições renomadas e tradicionais. Isso não significa dizer que os programas sediados em tais instituições tenham sido injustamente privilegiados, mas que, na ausência de instrumentos precisos, o “peso” das grandes universidades serviu como proteção. Quando tais instrumentos se tornaram mais sofisticados, alguns ajustes puderam ser feitos – alguns dos quais, certamente, com grande impacto na comunidade, precisamente por atingirem essas instituições prestigiosas. Além disso, com a adoção desses instrumentos, programas vinculados a instituições mais novas – que, talvez, não tenham recebido muita atenção no passado – puderam ser avaliados com maior precisão e sobressair.

Em seguida, descreveremos como buscamos, durante nossa gestão, implementar critérios mais objetivos de avaliação que garantissem equanimidade e transparência. O próprio crescimento da área de História – que igualmente fomentamos – impunha tal coisa.

7 - Depoimento enviado por solicitação do coordenador da área, por e-mail, em março de 2017, a fim de reunir as experiências dos antigos coordenadores/representantes.

8 - Ver resposta de Carlos Fico (2011).

Os parâmetros tradicionais de comparação

Além da necessidade, por assim dizer “interna”, de instrumentos de avaliação mais refinados, o crescimento de programas em todas as áreas da Capes e a necessidade de assegurar maior justiça na distribuição dos recursos fez com que o SNPG, guardadas as especificidades de cada área do conhecimento, tivesse de utilizar instrumentos que permitissem alguma comparabilidade entre as áreas. Esse esforço de comparação se iniciou no período em que Raquel Glezer esteve à frente da coordenação da área de História e durante o qual foi feito o remanejamento que subsiste até hoje de três grandes “colégios” (Ciências da Vida; Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar; Humanidades), cada um subdividido em “grandes áreas” (no nosso caso, “Humanas”; “Sociais e Aplicadas”; “Letras, Linguísticas e Artes”) e “áreas”:

A finalidade do remanejamento foi o desenvolvimento de uma linguagem comum no CTC-ES, a definição dos princípios gerais dos Qualis e avaliação com critérios congruentes [...] A proposta geral era de discutir e reformular os critérios de avaliação dos cursos de pós-graduação, inserindo no programa de coleta de dados os itens necessários para a descrição/compreensão das diversas atividades dos programas.⁹

Nesse sentido, o crescimento quantitativo dos programas de todas as áreas e dos programas da área de História, em particular, tornou necessária a adoção de parâmetros de avaliação compartilháveis, ainda que não semelhantes – isto é, que fossem objetivos e compreendidos por todos.

Assim, em um primeiro momento, recuperamos e consolidamos todos os indicadores que já eram utilizados pela área de História nas gestões anteriores e que também eram usados pelas demais áreas: número de titulados, tempo de titulação, proporção entre docentes permanentes e colaboradores, quantidade de orientandos por orientador, capacidade de obtenção de financiamentos e assim por diante.

9 - Depoimento enviado por solicitação do coordenador da área, por e-mail, em maio de 2017, a fim de reunir as experiências dos antigos coordenadores/representantes.

Em nossa gestão, pela primeira vez, esses dados foram fornecidos em planilha Excel (outrora eram disponibilizados apenas em arquivos PDF, o que dificultava a promoção de correções e a elaboração de cálculos). Com isso, foi possível expurgá-los de eventuais erros, tornando-os mais precisos, bem como detectar problemas como tendências endógenas, ausência de renovação do corpo docente, capacidade ociosa de titulação e outros. Cada um desses números, se vistos isoladamente, nos fornece evidentemente uma visão fragmentada, mas, articulados entre si, nos informam sobre como o grupo de docentes se organiza para as atividades de ensino, formação de quadros e produção de conhecimento. Portanto, a consideração desses números nunca significou abandonar a avaliação holística dos programas de pós-graduação. Essa avaliação mais geral – resultado da leitura da proposta do programa e das diversas visitas realizadas durante a nossa gestão – passou a ser corroborada pela objetivação evidenciada por esses números, tal como já vinha sendo feito. Nesse particular conjunto de fatores, o que fizemos foi aprimorar os indicadores, orientar os coordenadores quanto à redação da proposta de programa e, sobretudo, fazer um intenso plano de visitas a praticamente todos os programas de História do país, realizado pelos próprios coordenadores da área – o que possibilitou que a coordenação tivesse, sem intermediação, uma percepção clara das dificuldades, potencialidades e realizações de cada um.

Tais aspectos, entretanto, não davam conta da avaliação da produção intelectual, nossa lacuna flagrante e que tanto nos prejudicava. Precisávamos enfrentar, sobretudo, a avaliação dos itens que a comunidade nacional de historiadores considerava mais importantes – os livros.

Consolidação da avaliação de livros

A avaliação de livros foi uma grande conquista da área de História que, como vimos, decorreu de um longo processo liderado pelo Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em História e pela atuação dos antigos coordenadores

da área de História junto à Capes, ademais da atuação da Anpuh, sem descurar do significativo papel que outras áreas, como a de Educação, também tiveram. A primeira avaliação efetiva se deu no último ano da gestão de Raquel Glezer, em 2009. Os livros foram enviados para São Paulo, classificados em um banco de dados do aplicativo Access e avaliados, em etapas, por comissões de historiadores. Os critérios de avaliação eram próximos aos atuais, com a valorização dos livros resultantes de pesquisa original ou das coletâneas com temática definida, heterogeneidade institucional etc. Entretanto, aquela primeira experiência, como não poderia deixar de ser, foi, na verdade, um ensaio: ainda não havia uma sistemática completa de avaliação, a comunidade não estava habituada com a logística do envio dos livros e os procedimentos de validação e recursos eram inexistentes.

Desde então, os critérios de avaliação vêm sendo discutidos pela comunidade e os procedimentos, como um todo, aprimorados pela coordenação. Durante nossa gestão, podemos afirmar, sem nenhuma dúvida, a avaliação de livros se consolidou e se tornou bem aceita pela comunidade.

Os indicadores de qualidade são fornecidos pelos seguintes parâmetros: a principal produção da área é a de natureza autoral que apresenta resultados originais decorrentes de pesquisa histórica. São valorizadas as obras que receberam prêmios, publicadas por editoras reconhecidas, as reedições, a avaliação por pares (teses e dissertações), os livros que tenham passado por análise de pares para a obtenção de recursos, entre outros aspectos. No caso das coletâneas, são bem consideradas as que abrangem historiadores de instituições variadas, com temática precisamente delimitada, evitando o caráter endógeno e a inconsistência temática.

No triênio 2010-2012, consolidamos a avaliação de livros por meio do envio anual de toda a produção, a verificação e a certificação do recebimento e a avaliação anual, presencial e qualitativa de todos os produtos encaminhados à coordenação. Os livros eram organizados por programa e registrados em um

aplicativo fornecido pela Capes. A avaliação presencial e anual foi realizada no Rio de Janeiro, nas dependências da UFRJ, e seguiu as diretrizes definidas pela área de História para a qualificação dessa produção, mantendo os conceitos definidos pela Capes (L4, L3, L2, L1 com valores respectivos de 100, 75, 50 e 25 pontos). A coordenação da área definiu um número aproximado de oito consultores, mantendo preferencialmente o grupo de um ano para outro, com algumas mudanças em função das agendas, para conseguir uma certa uniformidade no processo avaliativo dentro do mesmo triênio.

Reunida a comissão e com base nos critérios definidos pela comunidade no Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em História, os consultores foram distribuídos em duplas que faziam avaliação do produto (livro, coletânea e capítulo). Os consultores assim distribuídos examinavam o produto a partir da apreciação de alguns dados básicos, a saber: a presença de ficha catalográfica com ISBN e verificação da data; a leitura do sumário, do prefácio, da apresentação, das “orelhas” e informações sobre os autores (filiação institucional, titulação, área de especialidade). Verificava-se, na sequência, a dimensão dos capítulos, no caso das coletâneas (a dimensão de um capítulo em uma coletânea de altos estratos deve ser equivalente a de um artigo em periódico bem qualificado) e a análise das referências, notas de rodapé e bibliografia. Os conceitos eram emitidos após essas apreciações e depois de respondidas as perguntas (no caso de livros autorais): é resultado de tese ou dissertação? É resultado de pesquisa histórica com fontes? Teve avaliação de pares? Conquistou algum prêmio ou financiamento de agência de fomento? No caso de coletâneas, perguntava-se: tem heterogeneidade institucional? Os autores são todos titulados? Tem temática definida? Os capítulos têm referências, notas e bibliografia? É resultado de grupo de pesquisa que se dedica à temática com regularidade?

Pareceres divergentes recebiam uma terceira avaliação. Naquela primeira experiência completa, ainda mantínhamos o exame da avaliação dos livros, coletâneas e capítulos por

programa, temendo a dispersão do material, que sempre girou em cerca de oitocentos produtos por ano.

No quadriênio 2013-2016, aperfeiçoamos e consolidamos a avaliação de livros na nossa área. Adotamos, de acordo com a indicação do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em História, 250 pontos para livros L4. Ao mesmo tempo, introduzimos uma outra classificação para a publicação de dissertações de mestrado (L4+) com valor de 100 pontos (também de acordo com sugestão do Fórum). A mesma classificação L4+, com a mesma pontuação, também passou a ser aplicada às coletâneas consideradas excepcionais. Para eleger essas últimas, o grupo de avaliadores reexaminava as coletâneas L3 e procurava encontrar entre elas, por consenso, aquelas que mereciam destaque especial.

No quadriênio 2013-2016, os livros foram inseridos na Plataforma Sucupira pelos coordenadores dos programas, o que foi um grande ganho em termos operacionais, na medida em que trouxe maior consistência ao registro da informação, outrora feito pela coordenação da área. Por isso, pudemos prescindir do aplicativo usado na Avaliação Trienal 2013 e, pela primeira vez, a Capes admitia incorporar integralmente ao processo de avaliação a consideração dos livros integrando-os na Plataforma Sucupira. Os livros foram enviados para avaliação pelos coordenadores e mantivemos e aprimoramos a checagem e comunicação com os programas para garantir que todos os livros, coletâneas e capítulos chegassem à coordenação e fossem avaliados. Assim, frequentemente, a Plataforma Sucupira foi sendo paulatinamente “limpa”, conforme a coordenação da área enviava aos coordenadores de programas uma série de informações antes de proceder à avaliação. Por exemplo, o livro era enviado fisicamente, mas não estava registrado na Plataforma Sucupira (a Capes havia determinado que apenas os livros nela registrados seriam avaliados); o contrário também foi comum: livros registrados, mas não enviados; ou um livro autoral registrado como coletânea, e assim por diante. Essa sistemática de

correção detalhada, antes de se iniciar a avaliação, feita a partir da checagem do registro da informação na Sucupira e diante do material fisicamente enviado à coordenação da área, foi, seguramente, um dos maiores avanços do processo, na medida em que conferiu grande confiabilidade e consistência à avaliação: todos os programas tiveram oportunidade de corrigir eventuais erros antes da avaliação anual dos livros já que recebiam planilhas com observações, item por item, sobre cada caso. Além disso, como já dissemos, após a atribuição das notas, havia a possibilidade de interposição de recurso.¹⁰ O fato de que o número de pedidos de recursos sempre tenha sido baixo (oscilando entre 6 e 9% do total de itens avaliados) é indicador incontestável da ampla aceitação da sistemática de avaliação dos livros pela comunidade.

Nesses quatro anos, também modificamos a organização dos produtos recebidos: os livros não foram avaliados por programa, como no triênio 2010-2012. Eles foram divididos entre autorais e coletâneas por ordem alfabética de título. Assim, abandonando a lógica de avaliação por programa, pudemos reforçar a prevalência dos critérios qualitativos no exame de cada produto, sem a incidência do fator institucional de origem, ou seja, os avaliadores não sabiam, necessariamente, que tal livro provinha desse ou daquele programa, não obstante, frequentemente, isso seja óbvio. Do mesmo modo, também para ampliar a isenção do processo, aprimoramos a avaliação por duplas: no triênio 2010-2012, as duplas costumavam avaliar em conjunto, discutindo o livro em questão. No quadriênio 2013-2016, estabelecemos sistemática diferente: as duplas avaliavam o mesmo livro em separado. Um avaliador não sabia a nota que o segundo examinador atribuiu ou atribuiria ao mesmo livro. Quando da discussão por toda a comissão, a coincidência das notas era adotada e as discrepâncias passavam por debate por todos para uma decisão final. Persistindo o impasse, a coordenação da área decidia em última instância.

10 - Na avaliação dos livros de 2016, não foi possível manter a etapa dos recursos em função do calendário. O processamento dos livros de 2016 foi feito entre os dias 10 e 14 de abril de 2017. Sua avaliação aconteceu entre 17 e 20 de abril, apenas três meses antes da avaliação.

Segundo nossa avaliação mais geral, esse processo foi extremamente positivo e induziu a publicação de teses e dissertações. Sua manutenção permitirá que se visualize em série a produção dos pesquisadores em história em perspectiva, com apreciação de temas, cronologias, abordagens etc., contribuindo igualmente para análise e produção de conhecimento sobre a historiografia brasileira mais recente.

Critérios objetivos para avaliação de periódicos

O crescimento dos periódicos e a necessidade de avaliar um número muito expressivo a cada ano foram produzindo uma série de inconsistências, ao mesmo tempo em que os critérios adotados não permitiam a diferenciação dos periódicos. Por isso, a avaliação dos periódicos da área de História tornou-se outra preocupação de nossa gestão.

No triênio 2010-2012, uma comissão de docentes indicados pela coordenação da área responsabilizou-se pela aplicação dos critérios já existentes e produziu um documento com diagnóstico a ser considerado nas avaliações seguintes.¹¹ Entre os temas presentes nesse documento, estão a situação dos periódicos da área de História no Scielo, os indexadores e as bases de dados mais significativos para a área, a identificação de uma tendência de crescimento das revistas discentes e dos periódicos *on-line*, o surgimento de revistas especializadas e vinculadas a sociedades científicas ou a mais de um programa de pós-graduação, entre outros. Essa atualização do Qualis Periódicos da História apenas persistia no esforço, que já vinha sendo feito, de avaliar as revistas sem, entretanto, aprimorar os critérios e fazer uma ampla revisão das notas.

Por isso, em setembro de 2015, a coordenação da área convidou especialistas (editores e ex-editores de periódicos da área de História, avaliadores e ex-avaliadores de periódicos e colegas que já haviam participado da atualização do Qualis Periódicos) para debater os procedimentos até então adotados e elencar propostas para o aprimoramento da avaliação. Foram

11 - O documento se intitula "Comunicado 002/2012 - Área de História Atualização do WEBQUALIS da Área". Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Qualis_-_Historia.pdf. Acesso em: 3 nov. 2018.

enfrentados os seguintes temas: boas práticas editoriais, dossiês, coautoria com discentes, utilização de parâmetros bibliométricos, eficiência na avaliação duplo-cego, inserção dos periódicos em bases de dados relevantes, dificuldades de financiamento, valorização de resenhas, periódicos discentes, entre outros. Além disso, o grupo elencou aspectos formais ou quantitativos e aspectos qualitativos que considerava como os mais importantes para a avaliação dos periódicos. A responsabilidade pela definição final e pela redação dos novos critérios ficou a cargo da coordenação da área.¹²

Entre os aspectos obrigatórios estão listados o número de artigos por ano, resumo em duas línguas, data de recebimento e de aceitação dos artigos, dados dos conselhos editorial e consultivo, afiliação institucional dos autores, explicitação de linha editorial, das normas de publicação, do sistema de avaliação por pares e a periodicidade regular. A avaliação de cada periódico corresponde à combinação dos critérios obrigatórios e dos critérios qualitativos.

Os aspectos qualitativos a serem considerados na avaliação dos periódicos são, entre outros, publicação de informações esclarecedoras sobre os autores; existência de linha editorial e escopo definidos com precisão e densidade intelectual; pontualidade e regularidade; estímulo à internacionalização; baixa incidência de artigos resultantes de dissertações e teses em coautoria com orientadores; ampla divulgação de futuros dossiês (cuja temática deve ser relevante, definida com densidade intelectual, com utilização do sistema de avaliação por pares e avaliação equânime de todos os originais submetidos); publicação de resenhas críticas que estimulem o debate acadêmico; ingresso em bases relevantes; obtenção de financiamento das agências de fomento à pesquisa; disponibilização do conteúdo e das informações pertinentes na internet. Finalmente, ficou decidido que os periódicos claramente vinculados a outras áreas devem ser avaliados com os critérios da área de História, mas evitando maiores discrepâncias com a área de referência, procurando aproximação com a avaliação já realizada.

12 - O documento que consolida as normas se intitula "Considerações sobre Qualis Periódicos - 2016". Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/documentos/Qualis_periodicos_2016/Consideracoes_Qualis_Periodicos_Area_40_2016_08_08_HIST%C3%93RIA.pdf. Acesso em: 3 nov. 2018.

No início de 2016, último ano do quadriênio, decidimos reavaliar todos os periódicos existentes na base da área de História à luz dos novos critérios para diminuir as inconsistências. Na medida em que o trabalho de avaliação era de grande fôlego, a coordenação da área convidou 33 pesquisadores altamente qualificados na área que ficaram com a incumbência de analisar detidamente lotes de dez periódicos por mês e entregar pareceres aos três coordenadores da área que, assim, passaram a supervisionar os trabalhos desses avaliadores. Desse modo, foram entregues lotes de 330 avaliações em 22 de janeiro, 19 de fevereiro e 18 de março; e de 297 avaliações em 22 de abril de 2016, totalizando os 1.287 periódicos existentes.

Na sequência, os coordenadores glosaram os pareceres buscando reparar incongruências e, nessa etapa, contamos com as informações fornecidas pela Capes relativas a parâmetros bibliométricos, bases de dados, duplicidades de nomes e incorreções de ISSN. Foi produzida, desse modo, uma planilha Excel que contém o parecer do avaliador e, frequentemente, o comentário do coordenador do grupo. Essa planilha foi divulgada à comunidade nacional de historiadores para conhecimento.

Em julho de 2016, a Capes forneceu a “planilha oficial” para a atualização do Qualis Periódicos, incluindo os periódicos mobilizados no ano de 2015 e que, portanto, ainda não tinham sido avaliados. Detectou-se que ainda seria necessário avaliar cerca de quatrocentas revistas – o que foi feito pelos três coordenadores e por Luís Reznik, convidado a participar da etapa final de chancela dos estratos em reunião presencial na Capes nos dias 31 de agosto e 1 e 2 de setembro de 2016.

O novo processo de avaliação dos periódicos da área de História apresenta uma série de características que convém destacar: no caso da atribuição dos estratos A1, A2 e B1, foi considerada a inserção em bases de dados relevantes, notadamente Web of Science, Scopus e Scielo; a existência de fatores de impacto foi considerada após a análise feita pelos avaliadores. Tais parâmetros foram utilizados para detectar discrepâncias flagrantes. Por exemplo, periódicos de outras

áreas com JCR ou SJR elevados e que eram desqualificados pela História tiveram seus estratos elevados. Do mesmo modo, os fatores de impacto foram utilizados, secundariamente, para a atribuição dos estratos mais elevados sempre que possível. O índice h do Google Scholar – graças a sua universalidade – permitiu o escalonamento de todos os periódicos, desse modo possibilitando visualizar disparidades que puderam ser corrigidas, ainda que a grande maioria dos periódicos da área tradicionalmente classificados com A1, A2 e B1 já atendesse a esse requisito. Desse modo, a adoção de tais critérios apenas confirmou, de maneira mais objetiva, um padrão de qualidade detectado anteriormente de outras formas. O critério de inserção em bases de dados foi utilizado para diferenciar os periódicos dos estratos B2, B3, B4 e B5, ou seja, mesmo não se qualificando para os estratos mais elevados, o ingresso em alguma dessas bases os diferenciam. No caso de periódicos claramente identificados com alguma outra área, buscou-se a aproximação com o estrato atribuído pela área de referência. O processo de avaliação buscou evitar quedas e subidas abruptas de mais de um estrato, mas a identificação de inúmeras e evidentes assimetrias impôs a flexibilização dessa diretriz em algumas situações.

Todo esse movimento de avaliação, que envolveu dezenas de colegas, permitiu que chegássemos a um resultado satisfatório, com critérios mais objetivos e verificáveis, mas constatou-se igualmente que é indispensável que se faça uma revisão geral do Qualis Periódicos antes de cada avaliação periódica da Capes e que, anualmente, se faça um esforço para atribuir notas aos novos periódicos mobilizados pela área a partir dos critérios já elencados.

Em suma, diante da existência de 49 áreas distintas e devido ao crescimento expressivo da nossa área de História, tivemos de desenvolver estratégias de avaliação que permitissem a comparabilidade de nossas atividades (ensino, pesquisa e produção intelectual) com as demais áreas do conhecimento e que, ao mesmo tempo, pudessem afirmar nossas especificidades, como é o caso da avaliação de livros. Fizemos isso discutindo, elencando e aplicando critérios bem

delineados e verificáveis, envolvendo dezenas de colegas no processo de discussão, definição e aplicação desses critérios, dando conhecimento à comunidade de historiadores de cada passo do processo avaliativo, de forma a torná-lo o mais transparente possível, permitindo questionamentos por meio do instituto dos recursos (que também foi adotado para o Qualis Periódicos).¹³ O resultado, nos parece, foi o estímulo à produção mais qualificada da área de História, o profissionalismo no processo de avaliação e a conquista de grande respeitabilidade para a História diante das demais áreas e da própria Capes.

Impasses da produção e perspectivas da avaliação

O propósito da avaliação da pós-graduação é fazer um diagnóstico qualificado que permita aprimorar o próprio objetivo duplo da pós-graduação, isto é, a formação de mestres e doutores de alto nível e a produção de conhecimento relevante para a sociedade. Evidentemente, a pós-graduação tem como meta precípua a formação desses profissionais, mas, no Brasil, por uma série de razões que não vem ao caso discutirmos no presente artigo, o SNPG se tornou, também, o principal lugar da produção de conhecimento científico. Desse modo, em paralelo com a verificação do perfil dos egressos, devemos ter instrumentos adequados que nos permitam qualificar a produção historiográfica brasileira, bem como apontar caminhos para seu constante aperfeiçoamento. Isso se torna ainda mais premente na medida em que boa parte do SNPG é público ou financiado com recursos públicos, de modo que as demandas por conhecimento e por inserção social dos programas de pós-graduação se tornam ética e politicamente preponderantes.

Durante nossa gestão, a significativa expansão da área de História e a adoção de parâmetros objetivos de avaliação permitiram a elaboração de diagnósticos bastante precisos que podem ensejar, eventualmente, a implementação de estratégias, tendo em vista a qualificação continuada da produção intelectual, distinta, naturalmente, do simples aumento quantitativo de tal produção.

13 - Os editores de revistas, ou outros interessados, enviavam à coordenação da área seus argumentos em favor da melhor classificação do periódico. Esses arazoados eram levados à comissão de atualização do Qualis Periódicos e, com essa sistemática, muitos erros foram corrigidos.

Neste tópico, apontaremos apenas aspectos críticos, problemas que merecem a reflexão da comunidade. Isso, obviamente, não significa que não haja inumeráveis avanços e destacadas qualidades na comunidade brasileira de historiadores, em sua notável produção acadêmica e na elevada capacidade de formação dos programas de pós-graduação em História. Visando ao aprimoramento de tudo isso, parece-nos evidente, entretanto, a necessidade de superar alguns impasses.

Um aspecto que salta aos olhos é a grande quantidade de artigos acadêmicos publicados pela comunidade. Considerando-se o período da Avaliação Quadrienal 2017 (2013 a 2016), temos que os professores permanentes de todos os programas de pós-graduação brasileiros publicaram cerca de 4.779 artigos. Na medida em que todos os programas de pós-graduação em História brasileiros, nos quais atuavam os professores permanentes que publicaram esses artigos, contavam com aproximadamente 1.368 professores permanentes, podemos calcular o dado estatístico “artigos/docentes = 3,49” (nos quatro anos).

É uma média razoavelmente elevada. Qual seria o impacto historiográfico dessa grande produção de artigos? Podemos tentar verificar sua qualidade por meio do instrumento que construímos, o Qualis Periódicos: surpreendentemente, mais de 35% do total de artigos divulgados entre 2013 e 2016 foram publicados em periódicos de alto nível, isto é, em revista A1, A2 e B1. Isso equivale a 1.714 artigos que, em tese, deveriam ter grande significação acadêmica, vale dizer, historiográfica. Supõe-se, afinal, que as revistas A1, A2 e B1 publiquem apenas artigos de expressiva significação.

Uma maneira de considerar a qualidade dessa grande produção consistiria em buscar o impacto individualizado de tais artigos, mas os instrumentos de que dispomos para medir a repercussão de *papers* específicos, sobretudo publicados há pouco tempo, são frágeis. Temos, entretanto, alguns caminhos alternativos de diagnóstico. Um deles consiste em verificar se tais artigos são citados nas teses de doutorado que, por definição, devem dar conta de dialogar com a produção de

conhecimento correlato já existente. Na impossibilidade de fazer levantamentos totais e rigorosos, fizemos levantamentos aproximativos considerando teses de doutorado sobre temas recorrentes na historiografia brasileira. Verificamos que artigos de autores brasileiros, inquestionáveis referências em seus campos, publicados em 2013, não são citados em teses defendidas em 2016. Assim, teses sobre dado tema, defendidas em 2016, não mencionam artigos de especialistas no tema publicados em periódicos (A1, A2 ou B1) em 2013. Trata-se de intervalo temporal razoável: o autor da tese pôde saber do artigo, mas não o citou. Pode-se questionar o fato de que esse levantamento é parcial e precário: de fato ele o é. Entretanto, os professores que têm maior experiência no exame de teses de doutorado não necessitam fazer um levantamento exaustivo para saber que elas citam poucos artigos. Trata-se de tradição da área: as teses de doutorado recorrem aos livros e citam pouco os artigos de periódicos acadêmicos.

Seria preciso, portanto, refletir com maior cautela sobre o papel desempenhado por tais artigos, sobretudo tendo em vista que a comunidade os considera de alto nível de excelência (se considerarmos o Qualis Periódicos). Estariam eles sendo discutidos nos livros que são publicados? Isso também não parece acontecer, do mesmo modo em que não parece haver debate sobre os mesmos nos próprios periódicos – não obstante essas duas hipóteses mereçam confirmação empírica. Mas há outros indicadores que sustentam a impressão de alguma anomalia.

Um deles é o fato de que as disciplinas obrigatórias dos programas de pós-graduação de excelência – considerados os programas que obtiveram as notas 6 e 7 na Avaliação Trienal 2013 – não indicam, em sua bibliografia, quantidade expressiva de artigos, privilegiando livros, a maioria em língua portuguesa, publicados nos anos 1990. De fato, do total de 182 referências bibliográficas encontradas nos programas dessas disciplinas, 159 são livros e apenas 23 são artigos em periódicos. Os livros em língua estrangeira são 34. Os artigos

em língua estrangeira são sete (boa parte disso em espanhol). A maioria das referências bibliográficas data da década de 1990, vindo depois os anos 2000 e depois os anos 1980.

Outro indicador é o grande número de periódicos brasileiros de História. Prevalece a estratégia institucional de se criar a “revista do programa de pós-graduação”, muito embora o diagnóstico sobre a existência de um número excessivo de periódicos esteja consolidado, inclusive no Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em História que, em diversas circunstâncias, identificou o problema e fez recomendações para resolvê-lo. Novas revistas têm sido criadas, apesar desse diagnóstico. Poucas têm perfil especializado ou temático, que poderia talvez justificar sua criação, já que a maioria é generalista e adota a prática editorial dos dossiês – que não favorece a análise isenta. Costuma-se insinuar que, no passado, a Capes teria estimulado a criação de periódicos pelos programas. Por mais que tal diretriz seja negada, o número de periódicos continua crescendo.

Há expressiva concentração da publicação de artigos em número proporcionalmente pequeno de revistas: os quase 5 mil artigos mencionados foram publicados em aproximadamente 1.400 revistas (nacionais e estrangeiras). Entretanto, apenas 2% dessas revistas concentraram cerca de 30% de toda a produção. A concentração em si não é ruim, mas alguns desses periódicos publicam muitos artigos, frequentemente avaliados em tempo brevíssimo – o que dificulta a efetivação do processo de *peer review*, especialmente o retorno do original ao autor para revisão.

Em resumo, a área de História publica grande quantidade de artigos bem classificados que, entretanto, não parecem ter maior impacto historiográfico. Ademais, o número muito elevado de periódicos parece cumprir a função de “publicar por publicar”.

Poder-se-ia alegar que, na História, o artigo tem função distinta daquela que possui em outras áreas, seu estatuto seria diferente, não se caracterizando por apresentar resultados de pesquisa para divulgação imediata à comunidade científica

– como ocorre em geral. É comum que sejam publicados desdobramentos de teses de doutorado e dissertações de mestrado, discrepando da demanda por originalidade. Seja como for, se os periódicos da área pretendem ter outra configuração, seria preciso indicar isso nos respectivos escopos editoriais os quais, na verdade, se mantêm conforme a definição tradicional.

Problemas assemelhados também puderam ser detectados a partir da avaliação dos livros. Entre 2013 e 2016, foram publicados 5.774 itens referentes a livros (livros como um todo, designados como “autorais”, organizações de coletâneas e capítulos em coletâneas). Quase 70% dessa produção foi classificada nos estratos mais baixos (L1 e L2). Apenas 282 livros receberam o conceito mais elevado (L4), que contempla teses de doutorado publicadas e os livros resultantes de pesquisa original. Do mesmo modo, somente 129 livros receberam o conceito L4+, que abrange as dissertações de mestrado e as coletâneas que se destacam por sua excelência. Boa parte dos itens classificados com L1 e L2 é composta por coletâneas.

Há, portanto, grande investimento da área na publicação de coletâneas que, entretanto, não são bem avaliadas. Eventos acadêmicos são frequentemente utilizados como forma de reunir textos, não necessariamente densos, que, posteriormente, são reunidos em coletâneas. Não há, evidentemente, preconceito contra eventos acadêmicos e a decorrente publicação dos textos apresentados; ao contrário: algumas das coletâneas contempladas com o conceito L4+ se originaram, justamente, em eventos. Entretanto, tais coletâneas bem avaliadas obedeceram aos critérios definidos pela área e universalmente reconhecidos em termos editoriais: foram concebidas em torno de temática bem definida, com pluralidade de enfoques, inclusive com variedade institucional e organizadas por liderança(s) intelectual(ais) reconhecida(s). Esses critérios não são observados pela maior parte das coletâneas publicadas e isso, obviamente, é detectado pelas comissões avaliadoras dos livros.

Por outro lado, tendo em vista que a área considera os livros como sua produção típica, e na medida em que, entre 2013 e

2016, os 1.368 professores permanentes publicaram 1.856 itens classificados com os conceitos L3, L4+ e L4, verifica-se que a média de publicação efetivamente considerada de excelência por professor, no quadriênio, foi baixa (1,3), não sendo considerados os artigos, portanto. Evidentemente, tal média cairia muitíssimo, se considerássemos apenas os livros autorais (0,2), item visto como a mais nobre produção científica do historiador.

É certo que esses problemas inerentes à produção científica dos professores permanentes dos programas de pós-graduação afetam diretamente a formação dos mestres e doutores – nossa tarefa precípua. Nesse particular, é preciso reconhecer que algumas áreas da Capes têm responsabilidade – e vale destacar que as áreas de Humanas sempre lutaram contra a supervalorização de políticas quantitativistas, especialmente contra a “ilusão objetivista” segundo a qual certas métricas, qualificadoras sobretudo dos artigos, seriam capazes de dar conta da avaliação. Foi grande a luta das Humanas contra tal visão. Mas esse não é mais o problema, pois, até recentemente, prevaleceu na Capes o entendimento de respeito à “cultura das áreas”, isto é, a avaliação deve ser feita observando-se os critérios estabelecidos pela própria área. Esperamos que tal entendimento persista.

Seja como for, o que dizíamos é que os problemas da produção científica do corpo permanente afetam o desempenho do corpo discente. As circunstâncias anômalas que caracterizam a produção docente de artigos provavelmente explicam o fato de que as teses de doutorado os citam tão pouco. Ora, entendemos que a tese de doutorado deve, necessariamente, dialogar com a literatura científica internacional e está claro que o caminho mais adequado e até mesmo mais simples para isso é a utilização dos artigos. A área de História usa pouco o Portal de Periódicos da Capes, que é mantido com grande sacrifício orçamentário pela agência. Referimo-nos, portanto, não só aos artigos nacionais, mas também à produção estrangeira: esse seria um caminho necessário de qualificação das teses de doutorado. Um efetivo indicador

da sempre almejada internacionalização é, via de regra, a internacionalização das teses de doutorado.

Durante nossa gestão, buscamos dar grande protagonismo à área de História para fazer, justamente, prevalecer o entendimento de que a avaliação da pós-graduação não deve se pautar pela já mencionada “ilusão objetivista”, isto é, a ideia de que a atribuição das notas aos programas deve obedecer a uma escala rígida de “pontos” obtidos nesse ou naquele quesito, especialmente na produção intelectual aferida por meio dos artigos publicados em periódicos avaliados com base no fator de impacto. Em nossos anos de atuação no CTC-ES, presenciamos situações em outras áreas que, por exemplo, avaliaram como muito bom todos os quesitos da ficha de avaliação de um dado programa e quase todos os itens, menos um, digamos, o item 2.2, que considera a dedicação dos docentes às atividades do programa. E isso com base em escalas de pontuação estabelecidas em décimos ou centésimos. O fato é que essas áreas recusavam atribuir nota mais elevada a esses programas por causa desses centésimos, mesmo que todos – inclusive o próprio coordenador da área em pauta – reconhecessem a elevada qualidade do programa. A isso chamamos de “ilusão objetivista”.

O protagonismo que buscamos por meio de nossa presença no CTC-ES, ao longo dos sete anos, nos quatro últimos, o coordenador foi membro titular, e a crítica que fazíamos à “ilusão objetivista” não decorria de uma rejeição simplista de critérios quantitativos. Seu uso por algumas áreas, entretanto, sempre nos pareceu rígido demais, como nesse caso de pontos de corte que estabelecem a atribuição dessa ou daquela nota aos programas. Até porque, no caso da avaliação da produção intelectual, antes da implantação da Plataforma Sucupira, o registro dos artigos não permitia a eliminação de inúmeros erros – o que somente foi possível na Avaliação Quadrienal 2017. Portanto, o problema não estava na adoção do fator de impacto, mas em seu uso por vezes inflexível e numa base de dados muito “impura”.¹⁴

Note-se que esse uso rigoroso dos pontos de corte e a crença algo cega no Qualis Periódicos nunca foi adotada pela área de História (nem em nossa gestão, nem nas anteriores). Ela aqui é mencionada para se destacar o fato de que, no CTC-ES, a crítica à “ilusão objetivista”, feita pela coordenação da área de História, permitiu – queremos crer – alguns avanços em termos gerais.

Parece-nos que um deles resultou no modelo de avaliação dos mestrados profissionais em rede nacional, os chamados “Profs”, entre os quais o ProfHistória se destaca como um dos mais bem-sucedidos. De fato, como não havia um modelo de avaliação para tais redes, foi necessário criá-lo. No CTC-ES, com a participação da área de História, aprovamos modelo que valoriza a avaliação dos egressos, o produto final e a autoavaliação.

Foi também no CTC-ES que a coordenação da área de História consolidou quarenta respostas de coordenadores de áreas, das quarenta e nove áreas consultadas, tendo em vista a elaboração de documento de sugestões, o qual foi afinal encaminhado à Comissão Especial que acompanha a implantação do Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2011-2020.¹⁵ Nesse documento, adotou-se, em termos gerais, a proposta da coordenação da área de História de se dar maior proeminência à avaliação de mérito no lugar do manejo de normas, indicadores e métricas. Isso seria obtido por meio de duas etapas de avaliação, sendo a primeira não presencial, feita por consultores que teriam acesso a dados já bastante elaborados pela Diretoria de Avaliação da Capes. Numa segunda etapa, a tradicional comissão de avaliação se reuniria e trabalharia a partir dos pareceres dos primeiros consultores, referendando-os ou não. O abandono da atual ficha de avaliação em favor da emissão de pareceres consolidados tem o propósito de estabelecer um diálogo com a comunidade, baseado justamente na avaliação de mérito, e não na discussão de métricas e de indicadores. Ao lado disso, propôs-se a valorização dos melhores produtos, a avaliação dos egressos e a adoção da autoavaliação (o que seria, por certo, etapa

14 - Com a adoção da Plataforma Sucupira foi possível verificar inconsistências de preenchimento, repetições, erros de ISSN, duplicidades e outros erros que, no passado, contaminavam a base de dados de artigos. Tais correções foram feitas por todas as áreas antes da Avaliação Quadrienal 2017.

15 - A Comissão do PNPG solicitou ao CTC-ES essa colaboração. O CTC-ES pediu aos coordenadores que respondessem a um questionário. O conselho solicitou à área de História que consolidasse o material.

da escolha dos melhores produtos). Essas propostas, adotadas pelo CTC-ES em 2017, serão estudadas pela comissão do PNPG. Caberá à própria Capes, em algum momento, definir como será a Avaliação Quadrienal 2021.

A ideia de se avaliar a melhor produção indicada pelo próprio programa tem como objetivo coibir o chamado “produtivismo”. Essa tendência mundial de se publicar cada vez mais é muito difícil de ser superada, até porque muitos *rankings* internacionais articulam empresas multinacionais aferidoras de fator de impacto com listas de melhores universidades, financiamentos públicos etc. Isso afeta especialmente as Ciências da Vida, as Exatas e Tecnológicas. Devemos, portanto, buscar regras de avaliação e de fomento isentas, de modo que possamos persistir nos afastando do produtivismo. Daí a importância de mantermos o protagonismo da área.

Do mesmo modo, é muito importante que a História continue afirmando sua aposta na qualidade, aprimorando os critérios de avaliação das teses de doutorado, repensando o estatuto dos artigos acadêmicos e a oportunidade para a publicação de coletâneas. As teses, por exemplo, além da necessidade de diálogo internacional já mencionada, poderiam ser avaliadas somente por examinadores externos, sem a participação do orientador na banca; a avaliação dos periódicos deve continuar rigorosa e, paulatinamente, tornar-se ainda mais exigente, pois não é cabível que uma revista A1, A2 ou B1 não alcance maior impacto ou indexação; por fim, a criação, pela Associação Nacional de História (Anpuh), de um adequado repositório permitiria a divulgação de muitas coletâneas – talvez sem a necessidade de sua publicação sob a forma de livro – com mais eficácia (já que muitas coletâneas são precariamente distribuídas, sobretudo as que são pagas pelos programas ou pelos próprios autores e/ou publicadas em CDs).

Experiência dos mestrados profissionais

Se é impossível negar que nos últimos quinze anos ocorreu uma significativa expansão do SNPG, certamente, no período, a grande novidade foi a modalidade de curso profissional. O desenho dos mestrados profissionais que temos hoje foi criado somente na década de 1990, apesar de o termo *profissional* ser usado como possível modalidade de curso desde o parecer nº 977, de 3 de dezembro de 1965, da Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação, mais conhecido como "Parecer Sucupira". A Capes, por meio de duas portarias, a de nº 47, de 17 de outubro de 1995, e a de nº 80, de 16 de dezembro de 1998, definiu normas para recomendar, acompanhar e avaliar os mestrados profissionais com o objetivo de regular os cursos já existentes e promover novos. Entre 1993 e 1999, foram criados os primeiros 21 mestrados profissionais no Brasil, distribuídos nas seguintes áreas de avaliação definidas hoje pela Capes: 1) Odontologia; 2) Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; 3) Economia; 4) Engenharias III e IV; 5) Ciências Ambientais; e 6) Interdisciplinar.

Atualmente, após 25 anos de criação dos primeiros cursos, 769 dos 4.338 programas de pós-graduação existentes no Brasil são profissionais, o que equivale a 18% do total.¹⁶ Desse número, apenas na década de 2010, foram criados 591 mestrados profissionais, ou 76,9%. Logo, um pouco mais de $\frac{3}{4}$ dos cursos profissionais existentes foram constituídos na década que está para se encerrar.

Das 49 áreas de avaliação da Capes existentes hoje, apenas Serviço Social não possui curso de mestrado profissional. A relação programas acadêmicos/profissionais por áreas de avaliação é muito diferenciada: dezoito áreas possuem de 3 a 10% de mestrados profissionais, 16 áreas de 11 a 20%, doze áreas de 21 a 30% e três áreas têm mais de 30%.¹⁷

A grande área das Ciências Humanas, que pertence ao colégio de Humanidades, inicialmente, teve resistência à

16 - Informações retiradas da página da Capes em agosto de 2018.

17 - As áreas com mais de 30% de cursos de mestrado profissional são: Ensino, 52%; Saúde Coletiva, 44%; Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, 39%.

constituição de cursos de mestrado profissional. À exceção de três cursos, todos os demais foram criados a partir de 2010 (85 mestrados profissionais, ou 97%). Cinco das nove áreas de avaliação que compõem a grande área de Humanas têm apenas de um a três mestrados profissionais (Antropologia/Arqueologia; Ciências da Religião e Teologia; Filosofia; Geografia; Sociologia). Uma das discussões, nos anos 2000, era o quanto o mestrado profissional, à época, por vezes, denominado de profissionalizante, não poderia ser entendido como menor em comparação ao mestrado acadêmico. Apesar de essa crítica ter sido superada, percebe-se que nas Ciências Humanas muitas áreas de avaliação ainda não investem de forma significativa nessa modalidade de curso.

Estabelecer marcos, construir uma cronologia da década que se encerra, pode auxiliar na sustentação do argumento de serem os mestrados profissionais a grande novidade do SNPG. O crescimento significativo desses cursos tornou as demandas em torno dessa modalidade mais complexas, tanto quanto seu processo de avaliação. Isso pode ser percebido por algumas marcações. Em 2009, por meio de duas portarias normativas, a Capes dispôs sobre os mestrados profissionais.¹⁸ Em 2011, a agência regulamentou o Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica (PROEB).¹⁹ O PROFMAT - Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional foi, em 2011, o primeiro curso em rede, induzido pela Capes, voltado para a formação continuada de professores que atuam na educação básica. Em 2013, com o objetivo de auxiliar o trabalho dos coordenadores de área, a Capes criou a função de "coordenador adjunto de mestrado profissional". Na Avaliação Quadrienal 2017, foram criadas comissões específicas para avaliar os mestrados profissionais, com um calendário diferente do momento de avaliação dos programas acadêmicos. Esse esforço foi no intuito de respeitar as especificidades dos processos de avaliação estabelecidos para os programas acadêmicos e os profissionais. Em 2017, a Capes fez nova portaria dispondo sobre o mestrado e o doutorado profissionais.²⁰ Em apenas oito anos, de 2009 a 2017, além de

18 - Portaria normativa nº 7, de 22 de junho de 2009, e Portaria normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009.

19 - Portaria nº 209, de 21 de outubro de 2011.

20 - Portaria nº 131, de 28 de junho de 2017.

concluir que houve uma profusão de normativas emitidas pela Capes, percebem-se, claramente com a cronologia, os avanços ocorridos nos agora intitulados programas, e não apenas mestrados, profissionais, já que se autorizou a possibilidade de apresentação de propostas de curso de doutorado e o cargo anteriormente mencionado passou a ser chamado de “coordenador adjunto de programas profissionais”.

Na área de História, dez dos 72 programas de pós-graduação existentes hoje são cursos de mestrado profissional, nove isolados e um em rede nacional, o que totaliza 14%. Na grande área das Ciências Humanas, apenas Educação (46 cursos), Ciência Política e Relações Internacionais (onze cursos) e História (dez cursos) possuem dez ou mais mestrados profissionais. O mestrado em História, Política e Bens Culturais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), criado em 2003, foi pioneiro tanto na área de História, como na grande área das Ciências Humanas, ficando solitário na área de História por quase dez anos, como já assinalamos. Somente em 2012 um novo curso foi aprovado pela área, o mestrado profissional da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Logo, a modalidade é tão recente na área de História que 90% dos cursos existentes foram aprovados e entraram em funcionamento há menos de seis anos. A resistência sofrida pelo curso da FGV, no momento de sua proposição, certamente foi superada na área de História. Isso se deve, em grande parte, ao incentivo dado por nossa gestão à criação de programas profissionais. Houve, nos últimos anos, a apresentação crescente de propostas formuladas por grupos de pesquisadores de diversas instituições brasileiras. Isso vai ao encontro da expansão existente em outras áreas de avaliação da Capes.

Sete dos dez cursos de mestrado profissionais existentes na área de História possuem interesse de pesquisa no campo do ensino de História. Dois desses programas, com foco bem específico, o da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), em História Ibérica, e o da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Os cinco restantes, quatro cursos isolados e um

em rede nacional, apresentam interesses em diversas áreas da pesquisa sobre o ensino de História (Universidade Estadual do Maranhão, Universidade de Caxias do Sul, Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, Universidade Federal do Rio Grande e o ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede).

Além do ensino de História, temos dois cursos dedicados a questões do patrimônio, o da FGV e o da Universidade Federal de Viçosa (UFV), e um curso ligado à reflexão sobre história local, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Quais são os pontos positivos e negativos em relação aos mestrados profissionais isolados da área de História?

A falta de bolsas de pesquisa e verba de custeio por parte da Capes é um dos pontos negativos que dificultam o funcionamento dos programas e criam uma situação de desvantagem em comparação aos programas acadêmicos, que possuem linhas de financiamento próprias na agência: Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), Programa de Demanda Social (DS), Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) e Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP). Mas é importante lembrar que os mestrados profissionais, à exceção dos em rede, induzidos pela Capes e voltados à formação continuada de professores que atuam na educação básica, foram sempre pensados nas portarias emitidas pela agência como cursos que deviam buscar autofinanciamento. Os três cursos oferecidos por instituições privadas são pagos pelos alunos (FGV, UCS e UNICAP).

Com o início do funcionamento do ProfHistória, em 2014, e a expansão de sua rede de instituições associadas, em 2016, os mestrados profissionais isolados, com foco similar a ele, passaram a ter alguma duplicidade de ação, tendo a desvantagem de não contar com financiamento de bolsas e custeio através do PROEB. Isso não significa dizer que não haja espaço para a existência de novos programas com foco no ensino de História fora da rede. Deve-se apenas considerar,

no momento de avaliação de novas propostas, o quanto de específico e, por consequência, diferente, elas possuem em relação ao que já existe na área.

Um dos pontos positivos é a busca de autofinanciamento por parte dos mestrados profissionais isolados, procurando alternativas ao pagamento feito pelo próprio aluno. Algumas fundações de apoio à pesquisa estaduais têm aberto financiamento de bolsa e custeio a programas profissionais, buscando suprir a ausência de recursos por parte da Capes, como, por exemplo, a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Apenas como mais um exemplo, o mestrado profissional da UFV fez um acordo com os órgãos dirigentes da universidade para conseguir recursos em troca da abertura de vagas extras para funcionários da instituição que tenham sido aprovados pelo processo seletivo comum a todos os candidatos.

O segundo ponto positivo, de cunho acadêmico, diz respeito ao ambiente de trocas de experiências e alto grau de solidariedade entre os cursos de mestrados profissionais existentes na área de História. Isso talvez se deva ao fato de todos terem passado pelo processo de implantação dos cursos em suas instituições nos últimos anos, à exceção do mestrado profissional da FGV. Desde 2014, os cursos promovem um encontro anual, que reúne os coordenadores e alguns alunos desses mestrados. Uma das discussões constantes, fruto da preocupação com a qualidade dos cursos oferecidos, é a especificidade dos trabalhos finais em relação aos dos mestrados acadêmicos. Sempre se discutiu muito no que consiste o caráter prático do trabalho final em um curso profissional na área de História. Elaborar um produto de ensino-aprendizagem, por vezes, é um grande desafio, no caso dos cursos que se voltam para a reflexão sobre o ensino, que está sempre presente entre os docentes e discentes dos mestrados profissionais.

Como já dissemos, além dos mestrados profissionais isolados, existe o Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede – ProfHistória, que possui como instituição-âncora a

Universidade Federal do Rio de Janeiro e, após a sua expansão ocorrida em 2016, conta com 27 instituições associadas espalhadas por todas as regiões do país (oito do Sul, oito do Sudeste, três do Norte, cinco do Nordeste e três do Centro-Oeste).²¹ Atualmente, outras áreas responderam ao chamado feito pela Capes para a criação de mestrados profissionais em rede voltados para a formação continuada de professores que atuam na educação básica: Física, Letras, Artes, Sociologia, Biologia, Filosofia, Educação Física e Química. Após a reestruturação da Capes, com a incorporação da educação básica como uma de suas ações institucionais, que terminou por criar o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB), em 2007, os “Profs” constituem, sem dúvida, a forma mais conhecida da agência para colaborar com a melhoria da qualidade da educação básica brasileira, levando em consideração os anos de experiência acumulados em cursos de pós-graduação. Tais mestrados têm por objetivo alcançar escala, ou seja, atingir um número significativo de professores da educação básica que atuam, preferencialmente, nas redes públicas de ensino.

Uma das especificidades do ProfHistória, que o diferencia de alguns dos mestrados profissionais em rede de outras áreas, é não se constituir em um curso de atualização de conteúdos. Na verdade, o curso se organiza com o intuito de levar os professores de História que atuam nas escolas brasileiras a refletirem de forma significativa sobre as suas práticas, articulando Teoria da História e Ensino de História. Suas linhas de pesquisa são: Saberes históricos no espaço escolar; Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão; Saberes históricos em diferentes espaços de memória.

O trabalho em rede, das 27 instituições envolvidas no ProfHistória, é uma novidade na área de História e, ao mesmo tempo, inspirador e desafiante. Um dos desafios é a seleção de um número tão amplo de alunos distribuídos em diferentes instituições. O ingresso dos alunos se dá por meio de um exame nacional composto por prova objetiva e prova discursiva. Tal exame tem sido muito elogiado, no formato e na qualidade das

21 - As instituições são: UFRJ, UFT, UFRN, Unirio, UFRRJ, PUC-Rio, UDESC, UFSC, UFRGS, UFSM, UFF, UERJ, UNEMAT, UFPE, UNEB, UFPA, UFPR, UFS, Unespar, Unicamp, Urca, UEPG, Unifesp, UFMT, UEMS, UEM e Unifap.

questões, que levam o candidato a refletir sobre um problema. Até o momento, foram realizados três processos seletivos: para a turma de 2014, antes da expansão da rede, ainda com 12 instituições associadas, foram 1.667 inscritos para 152 vagas; para a turma de 2016, após a expansão, foram 3.284 inscritos para 423 vagas; por fim, para a turma de 2018, foram 3.324 inscritos para 467 vagas. Somadas as três turmas, sem ter preenchido sempre o número total de vagas oferecidas, temos 1.009 alunos matriculados. No caso da primeira turma, já concluída, foram titulados 128 mestres.

Em breve, teremos, no mínimo, mais 350 trabalhos defendidos da segunda turma. Isso significa dizer que o campo de pesquisa em ensino de História será uma das principais especialidades em termos de volume de produção de trabalhos de mestrado da área. Do mesmo modo, significa o deslocamento da produção desse campo de pesquisa do âmbito dos programas de pós-graduação em Educação para os de História. Precisaremos, em futuro próximo, avaliar o impacto desses trabalhos no campo de pesquisa em ensino de História e na melhoria da educação básica brasileira.

Várias formas de interação entre alunos e professores foram sendo construídas ao longo do tempo para, de fato, constituir uma rede. No caso dos professores, há reuniões periódicas entre a coordenação nacional e os coordenadores locais do ProfHistória. Os docentes que ministram as disciplinas obrigatórias do curso nas instituições associadas também compartilham experiências e buscam semelhanças e diferenças de tratamentos dos conteúdos por parte dos diferentes docentes. No caso dos alunos, tem sido recorrente a organização de eventos acadêmicos que reúnem diversas instituições associadas para que apresentem seus trabalhos e troquem experiências.

Há dois grandes desafios do ProfHistória: consolidar ainda mais as interações entre as instituições associadas, envolvendo os docentes e discentes, e encontrar canais eficientes de difusão dos trabalhos finais defendidos no programa. Atualmente, todos

os trabalhos finais estão guardados no repositório EduCapes e foi construído um banco de dados que reúne as informações de todos eles, que se encontra disponível na página nacional do ProfHistória na Internet.

Os trabalhos finais defendidos pelos alunos da primeira turma também foram desafiadores, à semelhança do ocorrido nos demais mestrados profissionais. Existem trabalhos de extrema qualidade que apresentam, além de uma reflexão teórica consistente, propostas de intervenção na escola e produtos de ensino e de aprendizagem formulados para o uso na escola. A formulação de propostas tem sido o desafio de todos, professores e alunos dos cursos de mestrados profissionais da área de História com ênfase em ensino.

De que maneira a experiência do ProfHistória pode contribuir para a área? O exame de entrada pode servir para uma reflexão sobre as vantagens e desvantagens de se construir uma política nacional de seleção para os programas de História, existente em algumas áreas de avaliação, como o Exame Unificado em Pós-Graduações em Física. A existência de um banco de dados sobre os trabalhos defendidos e a guarda no repositório EduCapes pode incentivar a construção de um instrumento de busca que unifique as informações de todas as dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação em História. Isso facilitaria muito o trabalho de levantamento e consulta e, sobretudo, daria visibilidade maior ao que os programas produzem. Por fim, para todas as áreas, e não apenas para a História, a experiência de avaliação dos mestrados profissionais em rede na Avaliação Quadrienal 2017, como já mencionamos, serviu para inspirar propostas de mudanças mais radicais na forma de avaliação implementada nos últimos treze anos pela Capes. Para além das métricas, buscou-se avaliar a qualidade e a consistência das redes, os trabalhos finais produzidos e a percepção dos egressos sobre os cursos.

Em relação aos programas profissionais, a área de História tem hoje um grande desafio a enfrentar. Muito recentemente, a Capes aprovou a possibilidade de apresentação de propostas de cursos de doutorado profissional. As últimas chamadas para a apresentação

de cursos novos por meio do APCN, Aplicativo de Propostas de Cursos Novos, já permitiam essa possibilidade. Existem mais de uma centena de propostas de cursos de doutorado profissional em avaliação pela Capes. É inevitável discutir o sentido dessa modalidade na área de História, de forma madura: se há algumas positivities evidentes, como a garantia de autonomia para programas profissionais que poderiam oferecer tanto o mestrado quanto o doutorado, bem como a possibilidade de aplicação prática, em função do maior tempo, de propostas experimentais; por outro lado, seria difícil estabelecer-se diferença significativa entre o trabalho de conclusão do mestrado e do doutorado profissionais.

A comunidade e a avaliação da avaliação

Parece-nos essencial que haja maior envolvimento de toda a comunidade no processo de avaliação. O Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em História tem desempenhado papel muito importante, mas o contínuo rodízio de coordenadores dificulta a clareza e a consolidação de posições. A proposta já mencionada, apresentada pela coordenação da área de História e aprovada pelo CTC-ES como sugestão à comissão de acompanhamento do PNPG 2011-2020, valoriza a avaliação dos egressos, a autoavaliação e a avaliação dos melhores produtos, escolhidos pelos próprios programas. Se vier a ser adotada, toda a comunidade acadêmica terá necessariamente de se envolver, não apenas os coordenadores, sobretudo em função da autoavaliação e da escolha dos melhores produtos.

A busca de uma avaliação objetiva e equânime não deve resultar no estabelecimento de normas, índices e métricas que estabeleçam parâmetros de desempenho para todos os aspectos que caracterizam a atuação do programa de pós-graduação. Fosse assim, bastaria termos um complexo algoritmo que, inclusive, poderia dispensar a figura do avaliador. Muito ao contrário: embora seja indispensável basear a avaliação em indicadores precisos, é fundamental que ela se realize em conformidade com a prática universalmente aceita de avaliação por pares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O colonialismo cultural. **Folha de S.Paulo**, 1º ago. 2011. p. A12.

FICO, Carlos. Colonialismo cultural e internacionalização do conhecimento. **Brasil Recente**, 1º ago. 2011. Disponível em: <http://www.brasilrecente.com/2011/08/colonialismo-cultural-e.html>. Acesso em: 3 nov. 2018.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Carlos Fico

carlos_fico@uol.com.br
Doutor em História (USP)
Professor titular
Coordenador da área de História junto à Capes (2011-2018)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Claudia Wasserman

claudia.wasserman@ufrgs.br
Doutora em História Social (UFRJ)
Professora titular
Coordenadora adjunta da área de História junto à Capes (2011-2018)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Marcelo de Souza Magalhães

msouzamagalhaes@gmail.com
Doutor em História (UFF)
Professor associado
Coordenador adjunto para programas profissionais da área de História junto à Capes (2013-2018)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RECEBIDO EM: 15/08/2018 | APROVADO EM: 18/10/2018



■ TEXTO E DOC. ■
HISTORIOGRÁFICO

TEXT AND HISTORIOGRAPHICAL DOCUMENT

Bolingbroke, a política, e os usos da história

Bolingbroke, Politics, and the Uses of History

Arthur Alfaix Assis

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia anglo-saxã; Iluminismo; *historia magistra vitae*

KEYWORDS

English historiography; Enlightenment; *historia magistra vitae*

Henry Saint John (1678-1751) foi um filósofo e político britânico.¹ Nasceu e cresceu numa família aristocrática: o seu pai, Henry St. John, era proprietário rural e possuía o título nobiliárquico de *Sir*; a mãe, Mary Rich, era filha do segundo conde de Warwick. Não se sabe exatamente onde o jovem St. John terá estudado, mas é provável que tenha frequentado escola mantida por protestantes dissidentes da Igreja Anglicana. Ingressou na política cedo, em 1701, quando estreou na Câmara dos Comuns. Posicionando-se ao lado dos *tories*, conquistaria rapidamente a reputação de grande orador e em 1704, bem antes de completar trinta anos, já era chamado a assumir o posto de secretário de guerra, por indicação do então secretário de estado Robert Harley.

Por algum tempo, a sorte política de St. John dependeria da de Harley. Quando este foi exonerado em 1708, aquele o acompanhou para fora do governo. Entretanto, em 1710, a insatisfação geral com o grande envolvimento do governo *whig* na prolongada Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1714) levaria ambos de volta ao poder. St. John assumiu então o

1 - As informações biográficas sobre Bolingbroke foram consultadas dos resumos publicados por DICKINSON 2018 e REILL; WILSON 2004. A biografia de referência é a de DICKINSON 1970.

posto de “secretário de estado para o departamento do Norte”, tornando-se assim responsável pela administração do Norte da Inglaterra e da Escócia, bem como pelas relações exteriores do governo britânico com os países protestantes do Norte da Europa.² Foi agraciado com o título de 1º Visconde de Bolingbroke em 1712, ganhando com isso acesso à Câmara dos Lordes. A grande realização do governo de que fez parte foi a assinatura do Tratado de Utrecht, em abril de 1713, que poria fim à guerra.

A paz com a França era uma matéria que dividia opiniões na Grã-Bretanha de então e Bolingbroke contava, nos seus esforços de propaganda, com o apoio de ninguém menos do que Jonathan Swift, com quem manteve uma longa amizade (KRAMNICK 1992, p. 11). Todavia, as suas relações com Harley – entrementes nobilitado como o 1º Conde de Oxford – seriam bem menos duradouras. Romperam-se definitivamente em 1714, quando, estando a rainha Ana já bastante enferma, divergiram quanto à melhor estratégia para a sucessão. O subsequente falecimento da rainha e a ascensão de Jorge I ao trono marcam o precoce fim da carreira de Bolingbroke como homem de estado. Ana não tinha herdeiros diretos e Jorge era o príncipe-eleitor de Hanover; um alemão, portanto, que pouco conhecia da língua inglesa e se situava em torno do quinquagésimo lugar na linha sucessória. A entronização de Jorge deveu-se a um ato do Parlamento de 1701 que estabelecia que as coroas inglesa e irlandesa deviam necessariamente ser ocupadas por protestantes. Tal lei contrapunha-se às pretensões dos descendentes de Jaime II, o rei católico da família Stuart que fora deposto pela Revolução Gloriosa em 1688. Bolingbroke conspirava para neutralizar as pretensões do príncipe alemão e para conduzir o filho de Jaime II ao poder, mas a tentativa malogrou. Diante disso, Bolingbroke exila-se na França, perde o seu título nobiliárquico e os seus direitos civis, e tem as propriedades confiscadas.

2 - Em 1713, passaria a “secretário de estado para o departamento do Sul”, com a incumbência de administrar o Sul Inglaterra, o País de Gales, a Irlanda e as colônias e de lidar com os parceiros e inimigos britânicos no Sul da Europa e no mundo muçulmano.

Na França, atuou por curto tempo como “secretário de estado” da corte Stuart no exílio, posto de que foi “demitido” pelo pretendente ao trono, após o retumbante insucesso da

Rebelião Jacobita de 1715. Bolingbroke passa então a dedicar-se sistematicamente aos estudos históricos, filosóficos e matemáticos. Conhece importantes nomes do cenário intelectual francês, como os filósofos Lévesque de Pouilly, Montesquieu e Voltaire, e os historiadores Joseph Alary e Henri de Boulainvilliers (KRAMNICK 1992, p. 15-16). Durante a década seguinte, Bolingbroke esforçar-se-ia por obter o perdão real que lhe facultaria o retorno à Inglaterra, mas nem por isso deixa de tirar proveito da vivência no estrangeiro. Com efeito, o impacto do exílio sobre Bolingbroke foi tamanho que, quando do seu regresso, o seu amigo Alexander Pope comentaria em carta a Swift que “desde a última vez que o viste, Bolingbroke obteve o mais alto grau de aperfeiçoamento mental que se pode atingir sem que se mude de corpo ou ser” (apud KRAMNICK 1992, p. 17).

De volta à Inglaterra em 1725, Bolingbroke readquiriu o direito de deter propriedade, mas foi mantido à distância da Câmara dos Lordes e do serviço público, por esforço do seu arquirrival, o primeiro-ministro *whig* Robert Walpole. Tentou, ainda assim, reintegrar-se como personagem principal do teatro político por meio do periódico oposicionista *The Craftsman*. Nas páginas do periódico, publica entre 1730 e 1731 os ensaios que mais tarde seriam editados com o título de *Comentários sobre a história da Inglaterra*, bem como, entre 1733-34, a sua *Dissertação sobre partidos*. As duas publicações são marcadas pela intenção pragmática de atacar o governo Walpole, e empregam para tanto a estratégia da minimização das diferenças entre *whigs* e *tories*. Denotam, assim, a tentativa (mais uma vez, no médio prazo, frustrada) de robustecer uma nova posição política – a do chamado *Country Party* – que combinava princípios caros a ambos os lados (ARMITAGE 1997a, p. xi-xvii).

Em 1735, após mais uma vitória eleitoral de Walpole, Bolingbroke retorna à França, passando a adotar a postura clássica do político aposentado que se volta, qual Cícero ou Sêneca, para os estudos filosóficos e históricos (ARMITAGE 1997a, p. xix). Não deixaria, contudo, de sucumbir à tentação de buscar influenciar o cenário político inglês, como o

demonstra a carta *Sobre o espírito do patriotismo*, de 1736, assim como o seu mais famoso trabalho, a *Ideia de um rei patriota* (1738).³ Um elemento central para a compreensão do pensamento e das atitudes políticas de Bolingbroke é, aliás, a noção de patriotismo, constante dos títulos dos dois textos. Na linguagem política da época, patriotismo evocava antes a ideia de defesa da ordem estabelecida e das liberdades políticas a ela associadas, além da devoção ao bem comum e da hostilidade a interesses sectários. Inexistia, portanto, a associação entre “patriotismo” e “nacionalismo” que, cerca de um século mais tarde, se tornaria típica na semântica de diversas línguas europeias (SKINNER 2004, p. 348).

Em ambos os textos, em todo o caso, Bolingbroke não mais se dirige ao público geral. No primeiro apela exclusivamente à aristocracia para que resista às transformações surgidas no bojo da revolução financeira de finais do século 17. Conclamava-a a rejeitar a ordem econômico-social gestada da esteira da Revolução Gloriosa, a qual se caracterizava pela crescente força do capital financeiro, pelo aumento da dívida pública, e pelo concomitante aumento da influência dos financistas sobre o cenário político, notadamente com a mediação do Partido *Whig* (KRAMNICK 1992, p. 10-11; 31).⁴ Na *Ideia de um rei patriota*, por sua vez, Bolingbroke dirige-se a um público ainda mais restrito: a própria monarquia. Com efeito, na esteira da tradição dos “espelhos dos príncipes”, o autor procura aqui apresentar os princípios que deveriam nortear a ação de um rei “patriota”, que se situasse para além das fronteiras partidárias de modo a governar em benefício do bem comum (ARMITAGE 1997b, p. 405). Lograr-se-ia, deste modo, garantir as liberdades dos cidadãos, dentro de uma constituição mista de governo, marcada pela coexistência de elementos monárquicos, aristocráticos e democráticos (ARMITAGE 1997a, p. xxi; LASHMORE-DAVIES 2008, p. 4).

A reputação póstuma das obras de Bolingbroke está longe de ser incontestável, o que se deve em grande parte à má reputação pessoal do autor, cuja vida foi marcada por

3 - *Sobre a truncada história da composição e publicação desta obra, bem como sobre a sua recepção ao longo dos séculos 18 e 19, ver ARMITAGE 1997b.*

4 - *Sobre o impacto da “revolução financeira” sobre a linguagem política nas primeiras décadas do séc. 18 britânico, ver POCO-CK 1975, p. 425-461.*

ambições desmedidas, oportunismo, irascibilidade, traições, irreligiosidade e libertinagem (DICKINSON 2018; KRAMNICK 1992, p. 1-2). Quase todos os autores que investigaram ou sumariaram a trajetória de Bolingbroke lembram a pergunta escarnecedora feita por Edmund Burke em 1790: “Quem hoje ainda lê Bolingbroke, e quem é que já o leu do começo ao fim?” (BURKE 1790, p. 133). Detrações como essa foram abundantes ao longo dos séculos 18, 19 e 20 e só há poucas décadas começaram a ser contrabalançadas por um novo interesse pela trajetória política e obra do controverso autor.

Todavia, por mais intrigantes que sejam a *persona* pública e o pensamento político de Bolingbroke, este último com a sua curiosa mistura de conservadorismo e radicalismo, cumpre dar destaque aqui a uma outra e mais específica faceta da sua obra, a saber, as suas reflexões sobre a natureza e a função da historiografia. E, obviamente, o texto de sua autoria em que tais reflexões se alçam ao palco principal são as *Cartas sobre o estudo e a utilidade da história*. Datadas de 1735-36, as *Cartas* foram escritas no começo do segundo exílio de Bolingbroke. Vieram a público pela primeira vez numa edição privada de baixa tiragem em 1738 e só um ano após a morte do autor, em 1752, surgiu uma primeira edição pública, organizada pelo escocês David Mallet, que não empreendeu alterações substantivas ao texto (NADEL 1962). Todas as muitas edições das *Cartas*, publicadas nos séculos 18 e 19, têm por fonte essa edição de 1752.

Diversos intérpretes sugeriram, ao longo do tempo, que a forma epistolar escolhida por Bolingbroke para expressar os seus argumentos acerca da importância do estudo da história seria um mero artifício retórico. Para essa interpretação, o caráter privado do texto seria o resultado de uma simulação empreendida com o fito de esconder os propósitos públicos do autor. Há, contudo, evidências de que Bolingbroke, de fato, enviou as *Cartas* ao seu destinatário, Henry Hyde, visconde de Cornbury (HICKS 1987, p. 451). Cornbury era bisneto do 1º duque de Clarendon, o qual, por sua vez, fora um importante político e historiador inglês do século 17. À época

da redação das *Cartas*, Cornbury era um jovem político *tory*, que participava do círculo de amigos de Bolingbroke. O público visado por Bolingbroke nas suas *Cartas* ia claramente além deste destinatário imediato. Era então comum o costume de se lerem missivas destinadas a outrem e é muito provável que as cartas em questão tenham circulado entre os amigos opositores de Cornbury – os chamados *boy patriots* – e mesmo que Bolingbroke tivesse em vista tal circulação potencial, quando da escrita dos textos.

Mas o fato é que Bolingbroke não escreveu as *Cartas* pensando no grande público. Pensava, sim, na posteridade, numa audiência futura, num contexto político e social ainda por vir e que estivesse mais ajustado aos valores por que se empenhava. E se endereçava as *Cartas* a uma pessoa ou grupo concreto do seu próprio presente, como Cornbury e os *boy patriots*, fazia-o na expectativa de, com a sua sabedoria prática, fortalecer tais aliados na luta pelo poder (HICKS 1987, p. 455-456). Ao fim e ao cabo, Bolingbroke apostava que o futuro lhe reservaria o prestígio que o presente lhe negava. Não se pode dizer que nisso tenha logrado pleno êxito, sobretudo à luz de declarações tais como a do biógrafo oitocentista John Morley, de que Bolingbroke seria, dentre todos os personagens da história britânica, “o maior charlatão” (*apud* KRAMNICK 1992, p. 1).

Acontece que, frequentemente, a reputação conquistada nem sempre equivale àquela que foi inicialmente almejada. Bolingbroke jamais entraria para o panteão dos grandes nomes da vida política britânica, mas, quase sem querer, ganharia centralidade dentro da tradição internacional de reflexão sobre a historiografia. É, pois, desde a perspectiva dessa tradição que as *Cartas sobre o estudo e a utilidade da história* exibem um significado singular. Trata-se, sem dúvida, de “um dos mais importantes textos sobre a ideia de história na Inglaterra” (NADEL 1962, p. 557).

De Bolingbroke pode-se dizer, aliás, que foi especialista em encerrar gêneros literários. A *Ideia de um rei patriota*, por exemplo, talvez seja o último grande exemplar do velho gênero

humanista dos espelhos dos príncipes (ARMITAGE 1997b, p. 401). Do mesmo modo, as *Cartas* são uma manifestação epigonal da tradição dos tratados sobre a “arte da história”, que haviam sido marcantes na segunda metade do século 16 e em princípios do século 17 (ver GRAFTON 2007; LANDFESTER 1972; REYNOLDS 1953). Esses tratados abrigam reflexões heterogêneas, mas um traço que lhes é comum é a recorrência do tema clássico da história como um repositório de exemplos de ações pretéritas, bem ou malsucedidas. O texto de Bolingbroke apresenta o que é talvez a mais elaborada articulação dessa justificativa exemplar para a escrita e o estudo da história.

Algumas décadas após a morte de Bolingbroke, a justificativa exemplar passaria a esbarrar com fortes críticas, lançadas por autores tão diversos como Schlözer, Burke, Hegel, Savigny e Ranke, entre muitos outros (ASSIS 2014, p. 41-49). Tal descrença na velha exemplaridade histórica foi frequentemente associada à percepção de que a radicalidade e velocidade das transformações políticas e tecnológicas vivenciadas a partir do final do século 18 estavam a corroer a eficácia da experiência pretérita como fator de orientação da vida presente. Reinhart Koselleck abordou esse processo no seu famoso texto sobre a “dissolução do *topos* [*‘historia magistra vitae’*] na história moderna em movimento” (KOSELLECK 2006). A ênfase de Koselleck na “dissolução do *topos*” é exagerada e tende a ofuscar a persistência da justificativa exemplar, sob novas e velhas roupagens, não só no âmbito mais alargado da cultura histórica, mas também na obra de importantes pensadores históricos dos séculos 19 e 20. Recentemente, Christophe Bouton propôs pertinentes correções à tese de Koselleck, argumentando que o mais apropriado seria falar numa transformação ou, quem sabe, erosão do *topos* ciceroniano (BOUTON 2018).

Seja como for, o texto de Bolingbroke fornece um testemunho único da tradição de justificação exemplar da historiografia, articulado de modo bastante expressivo, algumas décadas antes do início da sua fragilização. Em Bolingbroke, assim como em muitos outros autores anteriores, a defesa do caráter

exemplar da historiografia parte do reconhecimento de que as histórias são veículos de um conhecimento prático. Como tal, funcionam antes como meios para fins que lhes são externos do que como fins em si mesmas.

O fim maior para o qual tanto a erudição quanto a historiografia devem concorrer é, para Bolingbroke, “o exercício e o melhoramento da virtude pública e privada” (BOLINGBROKE 2018, Carta II). A história, para ele, torna disponível um repositório de exemplos que os homens de estado devem conhecer a fundo, caso queiram gerir os assuntos públicos de maneira apropriada. Representa, do mesmo modo, um manancial de experiências a serem assimiladas pelos leitores com a finalidade de alimentar o autodesenvolvimento moral. É fácil perceber que uma tal definição da natureza da historiografia subordina esta aos domínios da política e da moral. Orbita, portanto, em torno da definição clássica, atribuída erroneamente a Dionísio de Halicarnasso, e algumas vezes repetida por Bolingbroke, segundo a qual a histórica seria “a filosofia que ensina por meio de exemplos”.⁵

Dessa premissa decorre a irritação de Bolingbroke contra aqueles para quem o conhecimento histórico se faz por puro divertimento, ou pouco mais. Colocado hipoteticamente diante da necessidade de decidir se a historiografia deve entregar conhecimento puro do passado ou conhecimento prático para o presente, Bolingbroke não teria dúvidas, nem receio de cometer aquilo que dois séculos depois Lucien Febvre condenaria como o “pecado dos pecados – o pecado entre todos imperdoável”; isto é, o anacronismo (FEBVRE 2009, p. 33). Na conclusão da sua primeira *Carta*, Bolingbroke expressa-se da seguinte forma:

Eu preferiria continuar a pensar que o Dario derrotado por Alexandre era o filho de Histaspes; preferiria usar tantos anacronismos quanto um cronólogo judeu a sacrificar metade da minha vida colecionando a tralha erudita que enche a cabeça de um antiquário (BOLINGBROKE 2018, Carta I).

5 - Hoje se sabe que a citação em questão não provém de Dionísio de Halicarnasso (séc. 1 a.C.). O capítulo 9 da chamada Arte da Retórica, atribuída a Dionísio foi, muito provavelmente, escrito no séc. 2 d.C. Sobre o tema, ver HE-ATH 2003.

Para Bolingbroke o “verdadeira utilidade da história” repousa na capacidade desta de “nos tornar cidadãos mais sábios e úteis, assim como pessoas melhores”. Quando o estudo da história não conduz a essa elevação moral, tornamo-nos “meros antiquários e eruditos”, se é que escapamos do risco de nos transformarmos em pessoas arrogantes e pedantes (BOLINGBROKE 2018, Carta III). Grandes eruditos que buscaram simplesmente ampliar o nosso conhecimento sobre certos aspectos do passado humano sem a preocupação pragmática de elaborar lições exemplares para o presente ou desconhecem ou passam por cima do “verdadeiro impulso para o estudo história” (BOLINGBROKE 2018, Carta II):

A natureza deu-nos o dom da curiosidade a fim de que exercitemos e desenvolvamos nossas mentes, mas nunca pretendeu que esse exercício fosse a principal ou única forma de aplicação da mente. O verdadeiro e próprio objetivo do uso da mente é o melhoramento constante da virtude, pública e privada. A dedicação a um estudo que não tenda, direta ou indiretamente, a nos tornar melhores homens e cidadãos corresponde, na melhor das hipóteses, a uma forma inventiva e enganosa de indolência (BOLINGBROKE 2018, Carta II).

Esse tipo de crítica incisiva à historiografia factualista encontrará, diga-se de passagem, ecos ou paralelos muito significativos em épocas posteriores: nas invectivas de Droysen contra a “objetividade de eunuco”, que para ele caracterizaria a prática historiográfica de Ranke e seus discípulos (DROYSEN 1977, p. 236-237); na ofensiva de Collingwood contra o que chamava de “história de cola e tesoura” (COLLINGWOOD 1994, p. 311-346); nas restrições de Edward Carr ao “fetichismo dos fatos” que seria característico da historiografia do século 19 (CARR 1982, p. 15-18); e, entre diversos outros, até mesmo nas relativamente mais recentes críticas de Hayden White às “ficções da representação factual” (WHITE 2001).

Além disso, é provável que o texto de Bolingbroke tenha exercido especial influência sobre a concepção da *Segunda Consideração Extemporânea* de Nietzsche. Esse ensaio, lembre-se, parte do diagnóstico de que a Alemanha da segunda metade

do século 19 estava acometida de uma “febre histórica”, no transcurso da qual se sacrificava a “vida” em favor do ideal de verdade e da erudição pela erudição (NIETZSCHE 2005). É bem possível que o título do ensaio de Nietzsche tenha sido inspirado pelo das *Cartas* de Bolingbroke, e há em todo caso paralelos impressionantes entre muitos dos argumentos presentes em ambos os escritos (JENSEN 2016, p. 1; 36-37). Muito interessante seria o trabalho que comparasse sistematicamente os dois textos, procurando demarcar as continuidades e rupturas manifestas nos argumentos nietzscheanos em relação à tradicional teoria exemplar da história, exemplificada ela própria nas ideias de Bolingbroke.

Cada um dos autores oitocentistas e novecentistas acima lembrados possui, é claro, a sua própria agenda teórica e em cada um deles a resposta à questão “para que história, afinal?” ganha um direcionamento diferente. Mas não deixa de ser curioso que em todos eles seja perceptível um elevado nível de hostilidade à tese de que o trabalho dos historiadores se resumiria ao puro e simples estabelecimento de fatos. Bolingbroke, sob esse aspecto, pode ser tomado como um dos mais robustos precursores da moderna crítica historiográfica.

Os excertos das *Cartas sobre o estudo e a utilidade da história*, abaixo traduzidos, foram selecionados com o objetivo de dar a conhecer aspectos essenciais da justificação exemplar da história desenvolvida por Bolingbroke. Fornecem testemunho do quão, simultaneamente, moderno e não-moderno é o pensamento histórico do autor. Melhor dizendo: ilustram a habilidade com que este articulou um discurso reflexivo sobre a historiografia o qual, em larga medida, está em linha de continuidade com a tradição metahistórica que remonta a Isócrates, Políbio e Cícero, embora também instaure sobre essa mesma tradição certas rupturas que prefiguram a reflexão moderna.

As *Cartas* ainda podem ser lidas como o testemunho da concepção de historiografia elaborada por um intelectual que, como qualquer outro, era filho da sua época, lugar e posição social – no caso, a primeira metade do século 18, a Inglaterra e

a aristocracia. São também o registro especial de uma longa duração discursiva, articulado poucas décadas antes de a velha teoria exemplar esbarrar com as contestações que a deslocarão para fora do posto de justificativa principal para o estudo da história. Tal deslocamento produziu transformações que não são negligenciáveis, mas – hoje talvez possamos perceber isto mais claramente do que ontem – não extinguiu a função exemplar da historiografia; nem tampouco chegou perto de suprimir as inúmeras práticas de aprendizagem pelo exemplo que, no fundo, representam formas basilares de socialização, presentes onde e quando quer que haja agrupamentos humanos.

A exemplaridade é, portanto, um tipo transcultural de relação social, cujas ressonâncias sobre os fins da historiografia não são irrelevantes. Abordando esse tema geral nos termos da relação entre o mestre e o discípulo, René Girard chegou à conclusão de que a posição do discípulo seria a chave para definir a “situação humana fundamental”. Girard supõe aqui que a ação humana se ancora, em última análise, no desejo, e reafirma que o mesmo é essencialmente mimético, pois “imita exatamente um desejo modelo; elege o mesmo objeto que este modelo” (GIRARD 2008, p. 184-185). Sendo assim, a exemplaridade torna-se um dado antropológicamente incontornável, ainda quando tensionada pelo moderno sentido para a singularidade e a mutabilidade do mundo histórico. À luz dessas considerações, pode ganhar sentido a tentativa de encontrar nas *Cartas* de Bolingbroke mais do que simples relíquias discursivas de um passado do qual já nos teríamos desviado por completo. Quem quer que por essa via consiga perceber certa, relativa, atualidade no texto, terá simultânea e automaticamente compreendido um traço importante da complexidade da questão relativa aos modernos usos da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMITAGE, David. Introduction. *In*: Bolingbroke. **Political Writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997a, p. vi-xxiv.

ARMITAGE, David. A Patriot for Whom? The Afterlives of Bolingbroke's Patriot King. **Journal of British Studies**, Vol. 36, No. 4, p. 397-418, 1997b.

ASSIS, Arthur Alfaix. **What is History for?** Johann Gustav Droysen and the Functions of Historiography. New York: Berghahn, 2014.

BOLINGBROKE. Cartas sobre o estudo e a utilidade da história. **História da Historiografia**, n. 28, p. 319-334, 2018. [1752]

BOUTON, Christophe. Learning from history. The Transformations of the Topos "historia magistra vitae" in Modernity. **Journal of the Philosophy of History**, 2018, no prelo.

BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France, and on the Proceedings of certain Societies in London**. London: J. Dodsley, 1790.

CARR, Edward. **Que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [1961].

COLLINGWOOD, Robin. **A ideia de história**. Lisboa: Presença, 1994 [1946].

DICKINSON, Harry T. Henry Saint John, 1st Viscount Bolingbroke. *In*: **Encyclopædia Britannica**, 2018. Disponível em: [//academic-eb-britannica.ez54.periodicos.capes.gov.br/levels/collegiate/article/Henry-Saint-John-1st-Viscount-Bolingbroke/80486](https://academic-eb-britannica.ez54.periodicos.capes.gov.br/levels/collegiate/article/Henry-Saint-John-1st-Viscount-Bolingbroke/80486). Acesso em: 10 mar. 2018.

DICKINSON, Harry T. **Bolingbroke**. London: Constable, 1970.

DROYSEN, Johann Gustav. **Historik**, Band 1 (ed. Peter Leyh). Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1977 [1857].

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI** – A religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1942].

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008 [1972].

GRAFTON, Anthony. **What was History?** The Art of History in Early Modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HEATH, Malcolm. Pseudo-Dionysius Art of Rhetoric 8-11: Figured Speech, Declamation and Criticism. **American Journal of Philology**, Vol. 124, p. 81-105, 2003.

HICKS, Philip. Bolingbroke, Clarendon, and the Role of Classical Historian. **Eighteenth-Century Studies**, Vol. 20, No. 4, p. 445-471, 1987.

JENSEN, Anthony. **An Interpretation of Nietzsche's "On the Uses and Disadvantage of History for Life"**. New York: Routledge, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae* – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento [1967]. In: **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 41-60.

KRAMNICK, Isaac. **Bolingbroke and his Circle**. The Politics of Nostalgia in the Age of Walpole. Ithaca: Cornell University Press, 1992.

LANDFESTER, Rüdiger. **Historia Magistra Vitae**.

Untersuchungen zur humanistischen Geschichtstheorie des 14. bis 16. Jahrhunderts. Genève: Librairie Droz, 1972.

LASHMORE-DAVIES, Adrian. Introduction to the Correspondence of Henry St. John and Sir William Trumbull, 1698-1710. **Eighteenth-Century Life**, Vol. 32, No. 3, p. 1-19, 2008.

NADEL, George. Philosophy of History before Historicism. **History and Theory**, Vol. 3, No. 3, p. 291-315, 1964.

NADEL, George. New Lights on Bolingbroke's Letters on History. **Journal of the History of Ideas**, Vol. 23, No. 4, p. 550-557, 1962.

NIETZSCHE, Friedrich. Segunda consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida [1874], *In: Escritos sobre história* (org. Noéli Correia de Melo Sobrinho). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005, p. 67-178.

POCOCK, John. **The Machiavelian Moment**. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

REILL Peter Hanns; WILSON, Ellen Judy. **Encyclopedia of the Enlightenment**. New York: Facts on Files, 2004.

REYNOLDS, Beatrice. Shifting Currents in Historical Criticism. **Journal of the History of Ideas**, Vol. 14, No. 4, p. 471-492, 1953.

SKINNER, Quentin. **Visions of Politics**, Vol III: Renaissance Virtues. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

WHITE, Hayden. As ficções da representação factual [1976]. *In: Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001, p. 137-152.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Arthur Alfaix Assis

arthurassis@unb.br

Doutor pela Universidade de Witten/Herdecke, Alemanha
Professor associado da Universidade de Brasília

RECEBIDO EM: 10/03/2018 | APROVADO EM: 15/06/2018

Cartas sobre o estudo e a utilidade da história ¹

Letters on the Study and Use of History

Bolingbroke (Henry Saint John)

Carta I

Chantelou, Touraine, 6 de novembro de 1735

Caro Senhor,

Eu já havia, no passado, considerado com grande atenção o assunto acerca do qual me solicita a opinião. Pratiquei, na ocasião, na medida em que os negócios e os prazeres mo permitiram, as regras cuja observância me pareceu necessária ao estudo da história. São estas regras bem diferentes daquelas que têm sido recomendadas e praticadas por outros autores. Mas confesso-lhe que, hoje assim como outrora, tal diferença jamais me levou a ter por eles desconfiança. Eu não prezo a singularidade. Ao contrário, penso que se deve ter a devida consideração pelas opiniões e costumes herdados, ainda que os mesmos sejam absurdos ou ridículos – e frequentemente o são. Contudo, essa servidão é apenas exterior e não restringe a liberdade do juízo privado. A obrigação de se submeter a ela, outrossim, somente se estende àquelas opiniões e costumes cuja desobediência pode implicar em malefício à sociedade. Em todos os outros casos, temos liberdade para especular. É, portanto, sem me preocupar com as opiniões e práticas do mundo erudito que estou disposto a lhe falar das minhas próprias. Todavia, como é difícil recuperar um fio de pensamento há muito posto de lado, e como é impossível provar e explicar certas coisas sem a assistência de muitos livros que não tenho cá comigo, Vossa Senhoria há de se contentar com o esboço imperfeito que agora lhe envio nesta carta.

1 - Trechos selecionados e traduzidos por Arthur Alfaix Assis. Texto original em The Works of Lord Bolingbroke, Vol. II, Philadelphia: Carey and Hart, 1841, 173-334.

Os motivos que arrastam os homens para o estudo da história são muitos. Alguns desejam – se é que deles se pode dizer que estudem – nada mais que entretenimento; lêem sobre as vidas de Aristides ou de Fócio, de Epaminondas ou de Cipião, de Alexandre ou de César, da mesma maneira que jogam cartas ou que poderiam ler a história dos sete campeões.²

Há outros, cujo motivo para o estudo da história não é nada melhor, e que têm ainda desvantagem de trazer incômodos à sociedade à proporção que fazem progressos. Os primeiros não empenham a sua leitura a qualquer bom propósito; os segundos sacrificam-na a um mal propósito, tornando-se cada vez mais impertinentes à medida que aumenta a sua erudição. Acho que a maior parte das pessoas do primeiro tipo eu conheci na Inglaterra, enquanto que a maior parte das do segundo tipo conheci na França. Estas últimas são aquelas pessoas que lêem para falar, para brilhar na conversação, para impor-se na companhia de outrem. São pessoas que, tendo poucas idéias próprias para vender, armazenam nas suas cabeças fatos e frases brutas não ruminadas, na esperança de suprir simplesmente com a memória as necessidades da imaginação e do juízo.

2 - NT: referência à Famosa história dos sete campeões da Cristandade (1596), de autoria do inglês Richard Johnson.

Mas essas são as duas formas mais baixas. A próxima forma que devo mencionar é um tanto mais elevada. É praticada por aqueles que estudam não para se tornarem melhores ou mais sábios, mas para facilitar os estudos de outras pessoas – que preparam cópias claras de manuscritos velhos, descobrem os significados de palavras difíceis e submetem-se a diversas outras formas de tortura gramatical. Teríamos certamente uma grande dívida para com esses homens, caso eles fossem capazes de maiores realizações e se se tivessem submetido a essa trabalhadeira como um sacrifício em benefício do público; tal como alguns deles, é preciso lembrar com gratidão, até por volta da época do renascimento das letras, de fato o fizeram. Quando urgem os trabalhos importantes, os próprios generais podem pegar no machado e na espada, mas em regra, cessadas as necessidades urgentes, tais artefatos ficam nas mãos destinadas a empunhá-los, as dos soldados e camponeses

comuns. Portanto, eu aprovo muito a devoção de um estudioso que, ao rezar numa igreja, agradeça a Deus por, entre outras coisas, ter provido o mundo com fazedores de dicionário! Estes últimos, assim como os que lhes são superiores, cortejam a fama usando para tal os meios que lhes foram proporcionados por Deus. Littleton exercitou todo o gênio que tinha quando fez um dicionário, enquanto Stephens não o fez. Devem, todavia, ser encorajados, contanto que continuem a compilar sem exhibições de esperteza ou pretensões filosóficas.

Há um quarto tipo de estudiosos do passado, que embora nos dias de hoje não sejam muito comuns detêm grande reputação. São sábios de primeiro escalão diante dos quais toda a tribo dos eruditos se curva em reverência. Uma pessoa precisa ser indiferente à censura ou à aprovação públicas – e eu o sou – para confessar ter completo desdém pelas realizações desses eruditos; por todas as pesquisas acerca da antiguidade, pelos sistemas de cronologia e história de um Scaliger, um Bochart, um Petavius, um Usher, e mesmo um Marsham. Todos eles trabalham com os mesmos materiais escassos. Como há uma impossibilidade moral de obterem mais materiais, esses autores combinam os que têm à sua disposição de todas as formas possíveis: fazendo suposições, tentando adivinhar coisas, juntando passagens desarticuladas de autores diferentes e misturando, com base em originais incertos, tradições fraturadas de povos distintos e de séculos tão distantes uns dos outros quanto do nosso próprio. Em resumo: têm desfrutado de todo o tipo de liberdades e até mesmo uma mera similitude de sons já serviu para apoiar um de tais sistemas. Como, em geral, os materiais de que dispõem são poucos, as fontes realmente muito boas são muito precárias – e isso já foi confessado até mesmo por alguns desses eruditos.

Júlio Africano, Eusébio e Jorge Hamartolo lançaram as sementes de toda essa ciência, mas, ao mesmo tempo, estragaram a planta. O propósito deles era o de fazer coincidir a história e a cronologia sagradas com as profanas. Todavia, a cronologia do mundo profano ainda está longe da certeza e clareza que seriam necessárias para que se pudesse nela confiar. Por isso, as fontes

históricas (*monument*) que esses autores antigos legaram à posteridade foram por eles apreendidas em conformidade com o sistema que estes queriam sustentar. Além disso, nenhuma de tais fontes foi transmitida na sua forma original ou pureza genuína. As listas dinásticas de Maneto, por exemplo, foram estraçalhadas por Eusébio, que selecionou delas os fragmentos que se adequavam aos seus desígnios, enxertando-os no seu trabalho. Do próprio trabalho de Maneto não temos nem sabemos mais nada. Devemos o *Codex Alexandrinus* ao monge Jorge Hamartolo e, para o primeiro, não dispomos de nenhuma outra autoridade. É até divertido ver alguém como Sir John Marsham a desabonar, numa página, a autoridade do monge Jorge, para, na página seguinte, construir o seu sistema em cima dessa mesma autoridade. Dada a leveza da sua expressão, Marsham parece – se é que me lembro bem, pois faz tempo que consultei o seu *Canon* – não estar muito preocupado com a fundamentação do seu sistema. Destarte, exibiu a sua capacidade de montar um sistema em que fez caber a imensa antiguidade dos egípcios dentro dos limites mais restritos dos cálculos hebraicos. Em resumo, meu Senhor, todos esses sistemas são como castelos encantados. Parecem ser alguma coisa, mas não são senão aparências: dissolva-se-lhes o feitiço e eles desaparecem da vista. Para dissolver o feitiço, precisamos principiarmos pelo princípio desses sistemas – a frase soa estranha, mas significa algo importante. Temos de examinar, com cuidado e desapego, as fundações sobre as quais se sustentam. E quando descobrimos que estas são apenas ligeiramente prováveis ou grandemente improváveis seria tolice esperar algo melhor na superestrutura. A cronologia é uma daquelas ciências que são “a limine salutandae”.³ Foi necessário chegar até esta última consideração para evitar que graves autoridades nos imponham a ignorância. Porém, avançar para além daqui já equivaleria a ajudar essa mesma autoridade a impor sobre nós uma falsa ciência. Eu preferiria continuar a pensar que o Dario derrotado por Alexandre era o filho de Histaspes; preferiria usar tantos anacronismos quanto um cronólogo judeu a sacrificar metade da minha vida colecionando a tralha erudita que enche a cabeça de um antiquário.

3 - NT: Aceitáveis no limite.

Carta II

Permita-me dizer algumas coisas sobre a história em geral, antes que eu volte a considerar – como comecei a fazer na carta anterior – particularidades tais como os seus diferentes métodos de estudo e as diferentes visões daqueles que a ela se dedicam.

O amor à história parece ser inseparável da natureza humana, porque é inseparável do amor próprio. Nesse aspecto, o mesmo princípio leva-nos tanto para frente como para trás, tanto para o futuro quanto para o passado. Nós pensamos que as coisas que nos afetam também terão impacto sobre a posteridade. Esse sentimento é comum a toda a humanidade, desde Júlio César ao assistente de paróquia que aparece na *Miscelânea* de Pope. Gostamos de preservar, sempre que possível, a memória das nossas próprias aventuras, dos acontecimentos da nossa época e das que a precederam. Para tal, as nações que ainda não haviam desenvolvido as artes e as letras erigiram rústicos montes de pedra e compuseram hinos ainda mais rústicos. Os triunfos de Odin, para não ir muito longe, eram celebrados em canções rúnicas e os banquetes dos nossos ancestrais britânicos eram registrados nas canções compostas pelos bardos. Os selvagens da América mantêm até hoje o mesmo costume: em todos os seus festivais, cantam longas baladas históricas sobre as suas caçadas e guerras. Não é preciso mostrar como, entre as nações civilizadas, essa paixão cresce à mesma proporção que os meios que a podem satisfazer. Mas permita-me observar que o mesmo princípio natural nos torna propensos a buscar atender antes a nossa própria curiosidade que a dos outros. A criança escuta com atenção e deleite às histórias que a ama lhe conta. Aprende, então, a ler e passa a devorar entusiasticamente lendas e romances fabulosos. Chega à maturidade e passa a se dedicar à história, ou melhor, àquilo a que pensa ser a história, isto é, o romance autorizado. E mesmo na velhice, o desejo de saber o que aconteceu aos demais homens é mais fraco do que o desejo de relacionar conosco os acontecimentos do passado. Portanto, a história, verdadeira ou falsa, sempre fala

às nossas paixões. Não é uma pena, meu senhor, que mesmo as melhores histórias só tão raramente falem à nossa razão? Ninguém, senão nós mesmos, somos os culpados de as coisas serem assim. A natureza fez a sua parte: abriu a possibilidade do estudo da história a todo e qualquer homem que seja capaz de ler e pensar. E a razão pode dar a esse estudo a mais útil das aplicações. Porém, se consultarmos a nossa razão, não passaremos nem perto de seguir os exemplos daqueles nossos semelhantes que, neste como na maioria dos outros casos, têm tanto orgulho de se proclamarem racionais. Não devíamos ler nem para mitigar a nossa indolência, nem para presentear a nossa vaidade. Menos ainda devíamos nos contentar, à maneira dos gramáticos e dos críticos, em sermos burros de carga que se sacrificam em benefício de outros, filósofos e homens de estado, cuja atividade de estudo seria por nós tornada menos penosa. Outrossim, não devemos pretender ter o delgado mérito de sermos grandes eruditos à custa de passarmos a vida inteira perdidos nos labirintos escuros da antiguidade. Tudo isso confunde o verdadeiro impulso para o estudo e a verdadeira utilidade da história.

A natureza deu-nos o dom da curiosidade a fim de que exercitemos e desenvolvamos as nossas mentes, mas nunca pretendeu que esse exercício fosse a principal ou única forma de aplicação da mente. O verdadeiro e próprio objetivo do uso da mente é o melhoramento constante da virtude, pública e privada. A dedicação a um estudo que não tenda, direta ou indiretamente, a nos tornar melhores homens e cidadãos corresponde, na melhor das hipóteses, a uma forma inventiva e enganosa de indolência – para usar a expressão de Tillotson. E o conhecimento que obtivermos através dele será uma forma fidedigna de ignorância e nada mais. Na minha opinião, essa forma fidedigna de ignorância é o grande benefício que a grande maioria dos homens, e mesmo dos mais estudados entre eles, termina por extrair do estudo da história. Ainda assim, parece-me que o estudo da história, dentre todos os demais, é o mais apropriado para o exercício e melhoramento da virtude pública e privada.

Neste ponto, depois das muitas censuras que apresentei, Vossa Senhoria deve querer perguntar: qual seria, então, a verdadeira utilidade da história? Em que medida a história pode servir para nos tornar melhores e mais sábios? E a que método se deve recorrer para que o estudo da história conduza a tais grandes finalidades? Responder-lhe-ei com uma citação que li noutra lugar, em Dionísio de Halicarnasso. Acho que a história é a filosofia que ensina por meio de exemplos. Apenas precisamos dar uma rápida olhadela para o mundo à nossa volta para percebermos a força dos exemplos no cotidiano. E se voltarmos os olhos para dentro de nós próprios rapidamente descobriremos por que o exemplo possui tal força. “*Pauci prudentia*” – afirma Tácito – “*honesta ab deterioribus, utilia ab noxiis discernunt: plures aliorum eventis docentur*”.⁴ Tamanha é a imperfeição do entendimento humano, tão débil é a constituição da nossa mente, que proposições gerais e abstratas, mesmo que claramente verdadeiras, se nos parecem obscuras e duvidáveis, até que sejam explicadas por exemplos. E as mais sábias lições de virtude dificilmente convencem o juízo e determinam a vontade, a não ser que sejam executadas através daqueles meios que nos obrigam a aplicar a nós mesmos aquilo que vemos acontecer a outros. A instrução mediante preceitos traz a ainda as desvantagens adicionais de basear-se na autoridade de outrem e de frequentemente necessitar de longos raciocínios dedutivos. “*Homines amplius oculis, quam auribus, credunt: longum iter est per praecepta, breve et efficax per exempla*”.⁵ A razão para tal juízo, que cito de uma das epístolas de Sêneca para confirmar a minha própria opinião, repousa, penso eu, nisto: que os exemplos trazem consigo uma espécie de apelo que nos apraz, posto que incide tanto sobre o nosso entendimento quanto sobre os nossos sentidos. O exemplo proporciona-nos enquadrar o preceito na nossa própria experiência e nós tendemos, simultaneamente, a nos render ao fato e a resistir à especulação.

Essa, porém, não é a única vantagem do aprendizado através de exemplos, pois estes não apelam somente ao nosso entendimento, mas também, igualmente, às paixões.

4 - NT: “*Poucos estão qualificados por si mesmos para distinguir os limites entre o vício e a virtude. Separar o útil do que leva à destruição não é talento de qualquer um. O exemplo dos outros é a escola da sabedoria*”.

5 - NT: “*Os homens confiam mais nos olhos do que nos ouvidos, porque o caminho pelas regras é longo, mas curto e eficaz pelos exemplos*”.

Os exemplos animam e amainam as paixões, colocam as paixões do lado da razão, formando, a partir de fragmentos, a totalidade do homem. Ao formar hábitos através da repetição, o exemplo assegura a observância daqueles preceitos por ele aludidos. Não foi Plínio, meu Senhor, quem disse que a forma mais suave – e ele deveria ter dito também, mais eficaz – de comandar é através de exemplos? “Mitius jubetur exemplo”.⁶ Os exemplos abrandam as mais ásperas ordens, dotando até mesmo a tirania de poder de persuasão. Que pena que tão poucos príncipes tenham aprendido essa maneira de comandar! Todavia, a força dos exemplos não se restringe àqueles que temos a oportunidade de testemunhar pessoalmente. Exemplos sugeridos pela memória têm o mesmo efeito, e o hábito de recordá-los trará consigo o hábito de imitá-los. [...] Vossa Senhoria sabe que os cidadãos de Roma colocavam imagens dos seus ancestrais na entrada dos seus lares, de tal modo que podiam ver tais veneráveis bustos sempre que entravam ou saíam de casa. Deste modo, a lembrança dos gloriosos atos dos mortos incandescia os vivos, que eram estimulados a imitar e, até mesmo, emular os seus grandes ancestrais. Tal prática costumava dar bons resultados, pois, pela mágica do exemplo, transferia-se a virtude de uma geração para várias outras, e assim, por muito tempo, o espírito de heroísmo manteve-se aceso entre aquele povo. Esse é um entre vários registros da força dos exemplos remotos. De tais registros podemos inferir que os exemplos, próximos e remotos, são ambos necessários.

6 - NT: “O exemplo é o melhor meio de liderar.”

Meu Senhor, a escola do exemplo é o mundo e, nessa escola, os mestres são a história e a experiência pessoal. Longe de mim afirmar que a primeira é preferível à segunda. Aliás, acho mesmo que o contrário é o mais correto. Mas uma coisa é certa: o estudo da história é uma maneira de nos prepararmos, de ganharmos experiência, e deve acompanhar-nos durante todo o decurso de nossas vidas. Pode-se, sem dúvida, mencionar alguns poucos homens que receberam da natureza aquilo que ninguém consegue obter senão pela via da arte e da diligência. Contudo, tais exemplos nada provarão contra o meu argumento, uma vez que admito que, na ausência de experiência, o estudo

da história é insuficiente, ao mesmo tempo em que insisto que só os gênios são naturalmente dotados de experiência. O talento natural sobrepõe-se à experiência e ao estudo da história, mas o ideal é que se combinem todos os três, pois por mais genial que alguém seja, por mais experiências que consiga acumular, é certo que não brilhará com o esplendor máximo a não ser que consiga adicionar às suas experiências aquelas de outros homens e épocas. Um gênio que não se deixe melhorar pelo menos pela experiência é o que outrora se pensava serem os cometas: um meteoro flamejante de curso irregular e imprevisível, inútil a qualquer sistema e capaz de destruí-lo. Meros filhos da terra, por sua vez, se possuem experiência, mas não têm conhecimento da história do mundo, não são senão estudiosos incompletos na ciência da humanidade. E se são proficientes em história, mas não possuem experiência, então estão numa situação pior que a dos ignorantes: são pedantes que serão sempre uns incapazes, e amiúde também intrometidos e presunçosos. Que um homem, todavia, possua, simultaneamente, gênio, experiência e conhecimento da história é uma honra para o seu país e uma benção para o mundo público. E eu confio que Vossa Senhoria será uma tal benção para este século, do mesmo modo que o seu bisavô⁷ o foi para o século passado. [...]

7 - NT: o Duque de Clarendon.

Deixe-me explicar o que quero dizer quando falo em exemplos. É raro encontrar, entre os filhos dos homens, tolice ou vício mais contagioso do que aquela propensão ridícula das pessoas a preferir tudo o que é próprio do seu país ao que é característico de outros países; aquela tendência a tomar os próprios costumes, maneiras e opiniões como sendo a medida do certo e do errado, e do verdadeiro e do falso. Os mandarins chineses ficaram estranhamente surpresos e quase incrédulos quando os jesuítas lhes mostraram, no mapa geral do mundo, que o seu império era apenas uma pequena figura. Os samoiados estranhavam muito que o czar dos moscovitas não vivesse entre os seus. E o hotentote, ao regressar da Europa, despe-se assim que chega a casa, veste os seus braceletes de tripa e lixo, tornando-se logo malcheiroso e barulhento. Agora,

o melhor que podemos fazer para prevenir tais vaidades é acostumarmo-nos cedo a contemplar, dentro do vasto mapa que a história abre diante de nós, os diferentes povos da Terra e as suas respectivas ascensões e quedas, os seus estados bárbaros e civilizados, as suas similitudes e dessemelhanças. Se o fizermos constantemente, então o mexicano, com o seu casaco de penas, a sacrificar uma vítima humana ao seu deus, não nos parecerá mais selvagem que o espanhol de chapéu na cabeça e *gonilla* no pescoço, a sacrificar nações inteiras em nome da sua ambição, cobiça e crueldade desenfreadas. Poderia mostrar com uma série de outros exemplos como a história nos prepara para a experiência e como nos guia através dela, e muitos de tais exemplos seriam curiosos e importantes. Poderia, outrossim, recordar uma série de outras circunstâncias em que a história serve para expurgar a mente de parcialidades e preconceitos nacionais que absorvemos no decurso da nossa educação, e que a experiência tende antes a confirmar que a remover. Mas percebo que me torno prolixo, e devo concluir este tópico observando que ainda que a dedicação ao estudo da história contribua enormemente para nos livrar de uma parcialidade ridícula em favor do nosso próprio país ou contra os demais, o mesmo estudo certamente criará em nós uma preferência ou afeição pelo nosso próprio país. [...]

Carta III

Se estas cartas caíssem nas mãos de algumas das engenhosas pessoas que adornam a nossa época, este correspondente de V. Senhoria seria escarnecido por seu projeto de aperfeiçoar a virtude e a sabedoria dos homens através do estudo da história. Diriam que os caracteres gerais dos homens são determinados pelas suas constituições naturais, assim como as suas ações particulares o são pelos objetos imediatos. Citariam os muitos casos de pessoas que, a despeito de serem versadas em história, se revelaram péssimos homens e políticos. E poderiam ainda acrescentar a tais casos uma longa lista contendo outras tantas

peças que atingiram um alto grau de virtude privada e pública sem nenhuma assistência do gênero. Já afirmei algo que antecipa esta objeção. Mas, uma vez que tenho ouvido diversas pessoas a afirmarem tais proposições com grande confiança, acompanhada de estridentes risadas e sorrisos desdenhosos lançados aos pedantes que têm a presunção de deles divergir, peço licença a V. Senhoria para gastar mais alguns parágrafos para mostrar que tais afirmações – e entre esses homens finos afirmar equivale a pensar – ou provam em demasia ou não provam nada.

Se, como essas pessoas pensam, o nosso caráter geral é absolutamente determinado pela nossa constituição natural, e se as nossas ações particulares o são pelos objetos imediatos, então seria dispensável qualquer instrução proporcionada por preceitos e exemplos, bem como todo empenho em formar o caráter moral pela via da educação. Neste caso, mesmo o pequeno cuidado dispensado ao treinamento da juventude já seria demasiado. Mas a verdade é largamente diferente dessa noção; pois, o que é vício e o que é virtude? Falo de ambas num sentido amplo e filosófico. O primeiro nada mais é senão o excesso e o abuso de desejos, paixões e apetites naturais e inocentes. A segunda consiste na moderação e no governo, no uso e aplicação daqueles desejos, paixões e apetites, de acordo com as regras da razão e, portanto, amiúde em oposição ao impulso cego.

Agora, o que é educação? É, acho, uma instituição que, por meio de preceitos e exemplos, argumento e autoridade, conduz os homens da tenra infância ao hábito de praticar as regras da razão. Quanto mais fortes os nossos apetites, desejos e paixões, mais difícil é a tarefa da educação. Mas quando o esforço educativo é proporcional a essas forças naturais, não é verdade que se pode abrandá-las, mesmo que não se consiga reduzir os desejos e paixões a uma submissão quieta e uniforme? Não é verdade que, deste modo, os abusos da vontade são de algum modo evitados ou controlados? Ainda que um comandante não consiga fazer parar a tempestade, não é certo que pode conduzir o seu navio de modo a evitar o naufrágio que aconteceria caso não houvesse alguém apto para tal? Se Alexandre, que amava

o vinho e tinha uma propensão natural à cólera, tivesse sido criado na severa disciplina romana, é provável que jamais tivesse queimado Persépolis em homenagem a uma concubina ou assassinado o seu amigo.⁸ Caso Cipião, que – conforme a anedota que consta de Políbio e também de alguns versos de Névio, preservados por Aulus Gellius – era naturalmente dado às mulheres, tivesse sido educado por Olímpia na corte de Filipe, provavelmente não teria devolvido a bela espanhola que lhe foi oferecida quando da conquista de Nova Cartago. Em resumo, se o renomado Sócrates não tivesse corrigido a sua natureza por meio da arte, este primeiro apóstolo dos pagãos teria sido, conforme confessou ele próprio, um camarada bastante obscuro, pois inclinava-se a todos os vícios que Zópiro lhe atribuiu ao observar a sua *fisionomia*.

É inútil discutir com quem nega os efeitos da educação. E com quem os admite, não pode haver disputa quanto ao fato de que o estudo da história contribui para formar o nosso caráter moral e para fazer de nós pessoas melhores. Aqueles mesmos que afirmam que, diante das nossas propensões naturais, inclinações não podem ser contidas e hábitos não podem ser corrigidos são em certos casos os primeiros a provarem o contrário. Para ter êxito na corte ou ganhar os favores de uma dama, muitos ocultam os vícios de que são naturalmente dependentes, e não os poderiam ocultar sem os limitar, o que é um passo na direção da correção. Podemos pensar que a beleza da virtude e a deformidade do vício, o encanto de uma reputação transparente e duradoura, o terror de ficar para a posteridade como um criminoso, o benefício real que resulta do consciencioso cumprimento de uma obrigação que devemos a outrem – benefício este que a sorte não nos pode tirar –, a razoabilidade de nos ajustarmos aos desígnios de Deus que se manifestam na constituição da natureza humana; podemos pensar, digo, que tudo isso exercerá poder sobre aqueles que são chamados a contemplar tais fenômenos – isto é, aqueles que são chamados ao estudo da história – do que outros motivos, da mesma maneira que outros motivos, maus e sórdidos, o fazem sobre outros homens?

8 - NT: O amigo em questão é Clito, conhecido como "o negro", oficial do exército macedônico que salvou a vida de Alexandre na Batalha do Grânico e que, anos depois, seria por este assassinado em meio a um banquete.

Já concedi que o estudo da história, em vez de nos tornar cidadãos mais sábios e úteis, assim como pessoas melhores, pode, às vezes, não nos trazer benefício algum; que pode servir para fazer de nós meros antiquários e eruditos; ou que pode ajudar a nos transformar em pessoas arrogantes e pedantes. Todavia, a história não é culpada de nada disso e para nos convenceremos da sua inocência só precisamos contrastar tais usos da história com o seu verdadeiro uso. Temos de ter sempre em mente que a história é a filosofia a ensinar, através de exemplos, como nos devemos comportar em situações da vida pública e privada; que precisamos chegar ao conhecimento geral a partir do conhecimento particular; e que, por isso, precisamos nos preparar para a sociedade e para os negócios humanos, habituando as nossas mentes à reflexão acerca dos personagens descritos nas histórias e das sequências de eventos nelas relatadas. Às vezes, os exemplos particulares são úteis em situações particulares. Mas a aplicação dos exemplos é sempre perigosa e deve ser executada com o máximo de cuidado, pois, do contrário, raramente será bem-sucedida. E ainda assim, dir-se-á que tal é a principal utilidade do estudo da história, pelo menos de acordo com o que se tem escrito sobre o assunto. Eu não sei se o próprio Maquiavel não incorreria em erro quanto a este particular, pois ele às vezes parece ir muito longe com o uso e aplicação de exemplos particulares. Mário e Catulo subiram os Alpes para encontrar e derrotar os cimbrós antes que estes ultrapassassem as fronteiras da Itália. Será seguro concluir daí que quando uma nação é invadida por outra, deve sempre antecipar-se aos invasores e lutar contra eles à distância das suas fronteiras?

Guicciardini, que era compatriota de Maquiavel, tinha consciência do perigo que pode surgir da aplicação de exemplos. Pedro de Médici viu-se metido em grandes dificuldades quando começaram as guerras e calamidades em que Ludovico Sforza envolveu a Itália, ao alimentar as ambições de Carlos VIII como uma forma de satisfazer as suas próprias, e ao convidar os franceses para dentro daquele país. Pedro devia as suas preocupações à asneira de ter rompido com o padrão geral

de conduta estabelecido por seu pai, Lourenço, e esperava agora conseguir algum alívio imitando o exemplo de seu pai numa situação particular. Numa época em que as guerras contra o papa e o rei de Nápoles tinham colocado Lourenço em face de um grande perigo, ele decidiu procurar Fernando e tratar pessoalmente com este príncipe. Essa decisão parece imprudente e quase desesperada, mas se estivéssemos informados das razões secretas a partir das quais este grande homem agiu a medida muito possivelmente parecer-nos-ia sábia e segura. Foi bem-sucedida e Lourenço pôde trazer de volta consigo paz pública e segurança privada. Tão logo as tropas francesas adentraram os domínios de Florença, Pedro foi acometido de um grande terror. Correu então para Carlos VIII, passando para as mãos do príncipe o porto de Livorno, as fortalezas de Pisa e todas as chaves do país. Com isso, desarmou o estado florentino e arruinou-se. Teve a sua autoridade cassada e foi enxotado da cidade, tão grande era a indignação dos magistrados e do povo. E no tratado posteriormente firmado com o rei da França estipulou-se que Pedro deveria manter-se a uma distância de cem quilômetros do estado de Florença, enquanto os irmãos deste deveriam manter a mesma distância da cidade. A propósito deste caso, Guicciardini observa o quão perigoso é o deixar-se governar por exemplos particulares, uma vez que para obter os mesmos sucessos [dos personagens exemplares] é preciso dispor da mesma prudência e da mesma fortuna. Tal é a opinião desse admirável historiador e estas são as suas palavras: “é senza dubio molto pericoloso il governarsi con gl’esempi, se non concorrono, non solo in generale, ma in tutti i particolari, le medesime ragioni; se le cose non sono regolate con la medesima prudenza, et se oltre a tutti li altri fondamenti, non v’há la parte sua la medesima fortuna”.⁹ Uma observação feita por Boileau e uma regra por ele formulada acerca de traduções encontram aqui o seu lugar e servem para explicar ainda melhor o que eu gostaria de firmar: “Traduzir servilmente um autor antigo frase por frase, palavra por palavra, é absurdo. Nada pode ser mais diferente do original do que uma tal cópia, que, em vez de mostrar o autor, o oculta. Um bom escritor evitará tomar para si tal tarefa inglória e improdutiva

9 - NT: “É, sem dúvida, muito perigoso governar com recurso a exemplos, quando não estão dadas – não só no geral, mas também em particular – as mesmas razões. Se as coisas não forem reguladas pela mesma prudência e se lhes faltarem outros fundamentos não se obterá o mesmo resultado.

e preferirá, *jouster contre l' original*, imitar a traduzir, e emular a imitar. Transplantará o sentido e o espírito do texto original para o seu próprio trabalho e tentará escrever tal como o autor antigo escreveria, caso tivesse escrito na mesma língua". Agora, aperfeiçoar-se por meio de exemplos é aperfeiçoar-se por meio da imitação. Temos, se possível, de captar do exemplo o espírito e conformarmo-nos com a razão que lhe subjaz. Mas não podemos querer traduzir servilmente para a nossa ação a conduta particular daqueles bons e grandes homens cujas imagens nos é apresentada pela história. [...]

Estes são alguns princípios e regras de vida e conduta que têm de ser verdadeiros, posto que se conformam à invariável natureza das coisas. Aquele que estuda história da mesma maneira que estudaria filosofia irá distinguir e colecionar tais princípios e regras, de tal sorte que formará para si um sistema geral de ética e política fundada sobre a mais segura das bases, a saber, o julgamento desses princípios e regras ao longo de todas as épocas e a confirmação dos mesmos pela experiência universal. Disse que os irá distinguir, pois preciso dizer uma vez mais que é sempre ridículo ou imprudente aplicá-los com respeito a modos de ação particulares, os quais são condicionados pelos costumes dos diferentes países, as maneiras das diferentes épocas e as circunstâncias das diferentes conjunturas. Mas isso não é tudo. Ao contemplar a vasta variedade de diferentes personagens e eventos particulares; ao examinar ou a estranha combinação de causas, diferentes, distantes entre si e aparentemente contraditórias, que frequentemente concorrem para produzir um efeito, ou a surpreendente fertilidade de uma única e uniforme causa a produzir uma multidão de efeitos diferentes, distantes entre si e aparentemente contraditórios; ao traçar cuidadosamente – tão cuidadosamente como se o assunto considerado a ele dissesse respeito pessoal e imediatamente – todas as circunstâncias pequenas e às vezes dificilmente perceptíveis que incidem sobre o caráter dos personagens ou o curso das ações, e em função das quais se determina largamente o sucesso dos acontecimentos, dos pequenos e dos grandes; ao por em

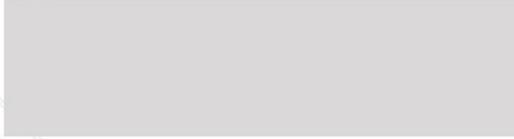
prática tudo isso, além de outros métodos parecidos com estes, um homem talentoso pode conferir ao estudo da história o seu uso principal e apropriado. Pode aguçar a sua perspicácia, prender a atenção da sua própria mente e fortalecer o seu juízo. Pode adquirir a faculdade de discernir rapidamente e de olhar mais além, bem como o hábito de exercer a flexibilidade e a estabilidade necessárias à condução de todos os negócios que dependam da colaboração e da oposição de outras pessoas.

O Sr. Locke, penso, recomenda o estudo da geometria até mesmo àqueles que não tenham a intenção de se tornarem geometristas, dando a tal recomendação uma justificativa que se aplica também ao presente caso. Quem quer que estude geometria, diz ele, pode esquecer os problemas concretos que lhe foram propostos e as respectivas resoluções destes. Mas o hábito de seguir longas cadeias de ideias permanecerá com o estudante e este irá penetrar os labirintos do sofismo para descobrir verdades latentes onde aqueles que não possuem o mesmo hábito nunca as irão encontrar.

Deste modo, o estudo da história preparar-nos-á para a ação e a observação. A história é o autor antigo; a experiência, a língua moderna. À luz da primeira formamos o nosso gosto, traduzimos sentido e razão, transplantamos espírito e força. Mas do original que nos é apresentado pela história imitamos apenas as graças particulares. Imitamo-lo fazendo uso da nossa própria língua, ou seja, colocamos-lhe algo equivalente no lugar e passamos longe de tentar copiá-lo de modo servil. Para concluir: da mesma maneira que a experiência está familiarizada com o presente e o presente nos possibilita estimar o futuro, a história está familiarizada com o passado e esse conhecimento das coisas que foram torna-nos mais aptos para julgar as coisas que são. [...]



NORMAS DE PUBLICAÇÃO



EDITORIAL
GUIDELINES

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2. Resenha de livro (máximo de 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Textos e documentos historiográficos. Os documentos devem ser antecidos por um pequeno texto de apresentação, escrito pelo autor da submissão. O conjunto (apresentação + documento) não deve ultrapassar os 80.000 caracteres com espaço. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

1.4. Entrevistas. Devem contar com um texto introdutório acerca do entrevistado. O conjunto (apresentação + entrevista) deve conter de 27.000 a 54.000 caracteres com espaços. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

2) Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

3) Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início (ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

4) A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

5) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor

deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

6) As citações em língua estrangeira devem ser traduzidas.

7) Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores ad hoc, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

8) Os artigos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

9) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável inserir uma palavra-chave que não esteja contida no referido banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

10) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

11) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

12) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter

explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

13) A referência à textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

14) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto e seguirem os modelos abaixo:

Livro KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

Capítulo de livro CASSIRER, Ernst. A linguagem. Introdução e exposição do problema. In: _____. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 9-74.

Coletânea CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.

Artigos em periódico RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity. **Journal of the History of Ideas**, v. 59, n. 4, p. 557-563, 1998.

Texto disponível na internet

HEGEL, Georg W. F. **Filosofia da História**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1995. Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/1657/1>. Acesso em: 20 set.

Trabalho publicado em anais eletrônicos

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). In: SEMINÁRIO

DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO, IMPÉRIO, I, 2007, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

Tese acadêmica

RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Artigo de jornal

GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S. Paulo**, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

Pede-se os autores que indiquem, nas referências bibliográficas, a primeira edição de livros com várias reedições, seguindo o padrão: CROCE, Benedetto. Teoria e storia della storiografia. Bari: Laterza, 1973 [1913].

15) Desde o seu terceiro número, a revista História da Historiografia adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

16) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à História da Historiografia, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas. Os textos publicados na revista não podem ser republicados em outros meios e/ou formatos sem a autorização expressa dos editores. Os dados, conceitos e opiniões apresentados nos trabalhos, bem como a exatidão das referências documentais e bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

17) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista:

<http://www.historiadahistoriografia.com.br>



DIRETRIZES
PARA AUTORES

GUIDELINES
FOR AUTHORS

1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

1.1. Detalhamento das partes do resumo:

Introdução: a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta. **Meio:** apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema. **Fim:** indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:

Do que o texto trata? Quais os objetivos? Como o estudo foi conduzido? Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa? Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.



■ PARECERISTAS ■
DE 2018

REFEREES OF 2018

PARECERISTAS AD HOC

Adrian Arevalo (Universidad Nacional de Quilmes . Argentina)
Alejandra Mailhe (Universidad Nacional de la Plata . Argentina)
Alexandre Avelar (Universidade Federal de Uberlândia . Minas Gerais . Brasil)
Alexandre Fonseca (Universidade Federal de Alagoas . Alagoas . Brasil)
Alfredo Matta (Universidade do Estado da Bahia . Bahia . Brasil)
Alfredo Nava Sánchez (Universidade Federal de Alagoas . Alagoas . Brasil)
Amon Pinho (Universidade Federal de Uberlândia . Minas Gerais . Brasil)
Ana Carolina Pereira (Universidade Federal da Bahia . Bahia . Brasil)
Ana Flávia Magalhães Pinto (Universidade de Brasília . Brasília . Brasil)
Ana Lobo (Universidade Nova de Lisboa . Portugal)
Ana Lopes (Universidade Federal de Ouro Preto . Minas Gerais . Brasil)
Ana Palamartchuk (Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)
Ana Rosa Silva (Pontifícia Universidade Católica de Campinas . São Paulo . Brasil)
André Ramos (Universidade Federal de Ouro Preto . Minas Gerais . Brasil)
Anita Lucchesi (Université du Luxembourg . Luxemburgo)
Arthur Assis (Universidade de Brasília . Brasília . Brasil)
Augusto De Carvalho Dias Leite (Universidade Federal do Espírito Santo . Espírito Santo . Brasil)
Barbara Potthast (Universität Köln . Alemanha)
Benito Schmidt (Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)
Breno Sebastiani (Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)
Carolina Losada (Universidad de Buenos Aires . Argentina)
Cássio Fernandes (Universidade Federal de São Paulo . São Paulo . Brasil)
Cesar Augusto Guazzelli (Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)
Daniel Faria (Universidade de Brasília . Brasília . Brasil)
Daniel Medel Barragán (Universidade Iberoamericana . México)
Dilton Maynard (Universidade Federal de Sergipe . Sergipe . Brasil)
Durval de Albuquerque Jr (Univers. Federal do Rio Grande do Norte . Rio Grande do Norte . Brasil)
Eliana Dutra (Universidade Federal de Minas Gerais . Minas Gerais . Brasil)
Evandro Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Norte . Rio Grande do Norte . Brasil)
Fabio Muruci dos Santos (Universidade Federal do Espírito Santo . Espírito Santo . Brasil)
Fabio Wasserman (Universidad de Buenos Aires . Argentina)
Felipe Charbel (Universidade Federal do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)
Flávia Carvalho (Universidade Federal de Alagoas . Alagoas . Brasil)
Flávia Varella (Universidade Federal de Santa Catarina . Santa Catarina . Brasil)
Francesca Gargallo (Universidad Autónoma de la Ciudad de México . México)
Francesco Guerra (Universidade Federal de Goiás . Goiás . Brasil)
Francine Legelski (Universidade Federal Fluminense . Rio de Janeiro . Brasil)
Franck Ribard (Universidade Federal do Ceará . Ceará . Brasil)
Guillaume Candela (Universidad Nacional del Nordeste . Argentina)
Guillermo Zermeño Padilla (Colégio de México . México)
Henrique Estrada Rodrigues (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)
Henrique Gaio (Escola Sesc de Ensino Médio . Rio de Janeiro . Brasil)
Ivana Stolze Lima (Fundação Casa de Rui Barbosa . Rio de Janeiro . Brasil)
João Ohara (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho . São Paulo . Brasil)

Juliana Marques (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)
Julio Bentivoglio (Universidade Federal do Espírito Santo . Espírito Santo . Brasil)
Juniele Almeida (Universidade Federal Fluminense . Rio de Janeiro . Brasil)
Keila Grinberg (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)
Lúcia Oliveira Silva (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho . São Paulo . Brasil)
Lucia Paschoal Guimarães (Universidade do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)
Luis Kalil (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)
Luiz Estevam Fernandes (Universidade Federal de Ouro Preto . Minas Gerais . Brasil)
Magali Engel (Universidade Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)
Marco Antonio Silveira (Universidade Federal de Ouro Preto . Minas Gerais . Brasil)
Marcos Pinheiro (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho . São Paulo . Brasil)
Maria Callado (Universidade Estadual do Ceará . Ceará . Brasil)
Maria da Glória de Oliveira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)
Maria Elisa Noronha de Sá (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)
Maria Eugenia Gay (Universidad Nacional de Quilmes . Argentina)
María Inés La Greca (Universidad de Buenos Aires . Argentina)
Mariano Ben Plotkin (Universidad Nacional de Tres de Febrero . Argentina)
Marlon Salomon (Universidade Federal de Goiás . Goiás . Brasil)
Nicolás Lavagnino (Universidad de Buenos Aires . Argentina)
Olgária Matos (Universidade de São Paulo . São Paulo . Brasil)
Pedro Caldas (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)
Pedro da Silveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)
Rebeca Gontijo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)
René E. Gertz (Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)
Ricardo Salles (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)
Rodrigo Oliveira (Universidade Federal da Bahia . Bahia . Brasil)
Rodrigo Turin (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro . Brasil)
Rosa Belvedresí (Universidad Nacional de la Plata . Argentina)
Sebastien Rozeaux (Université Toulouse II Jean Jaurés . França)
Sérgio Gonçalves (Universidade do Estado de Minas Gerais . Minas Gerais . Brasil)
Sílvia Petersen (Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Porto Alegre . RS . Brasil)
Sônia Meneses (Universidade Regional do Cariri . Ceará . Brasil)
Sonia Tell (Universidad Nacional de Córdoba . Argentina)
Temístocles Cezar (Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Rio Grande do Sul . Brasil)
Tomás Sansón (Universidad de la República . Uruguai)
Valeria Castelló-Joubert (Universidad de Buenos Aires . Argentina)
Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires . Argentina)
Victor Calvo (Universitat de Barcelona . Espanha)
Victoria Pagán (University of Florida . Estados Unidos)